UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO FACULDADE DE ARQUITETURA E URBANISMO

LIANA PAULA PEREZ OLIVEIRA

A função social do arquiteto e urbanista diante da construção dos espaços públicos na cidade de São Paulo

LIANA PAULA PEREZ OLIVEIRA

A função social do arquiteto e urbanista diante da construção dos espaços públicos na cidade de São Paulo

Versão Revisada

Tese apresentada à Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo para obtenção do título de doutora em Arquitetura e Urbanismo.

Área de concentração: Planejamento Urbano e Regional

Orientador: Prof. Dr. João Sette Whitaker Ferreira

EXEMPLAR REVISADO E ALTERADO EM RELAÇÃO À VERSÃO ORIGINAL, SOB RESPONSABILIDADE DO AUTOR E ANUÊNCIA DO ORIENTADOR

A versão original, em formato digital, ficará arquivada na Biblioteca da Faculdade.

São Paulo, 22 de julho de 2019

Autorizo a reprodução e a divulgação total ou parcial deste trabalho, por qualquer meio convencional ou eletrônico, para fins de estudo e pesquisa, desde que citada a fonte.

Catalogação na publicação Serviço Técnico de Biblioteca Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo

```
Oliveira, Liana Paula Perez

A função social do arquiteto e urbanista diante da construção dos espaços públicos na cidade de São Paulo / Liana Paula Perez Oliveira; orientador João Sette Whitaker
Ferreira. - São Paulo, 2019.
193 f.

Tese (Doutorado) - Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo. Área de concentração: Planejamento Urbano e Regional.

1. Espaço Público. 2. Movimentos Sociais Urbanos. 3. Arquitetura. I. Ferreira, João Sette Whitaker, orient. II.
Título.
```

Elaborada eletronicamente através do formulário disponível em: http://www.fau.usp.br/fichacatalografica/

FOLHA DE APROVAÇÃO

Nome: OLIVEIRA, Liana Paula Perez.

Título: A função social do arquiteto e urbanista diante da construção dos espaços públicos na cidade de São Paulo.

Tese apresentada à Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo para obtenção do título de Doutora em Arquitetura e Urbanismo.

Aprovada em:

Banca Examinadora

Prof. Dr. João Sette Whitaker Ferreira

Instituição: Universidade de São Paulo - USP

Julgamento: aprovado

Prof. Dr. Leandro Silva Medrano

Instituição: Universidade de São Paulo - USP

Julgamento: aprovado

Prof. Dr. Abilio da Silva Guerra Neto

Instituição: Universidade Mackenzie

Julgamento: aprovado

Prof. Dr. Francisco de Assis Comarú

Instituição: Universidade Federal do ABC

Julgamento: aprovado

Prof. Dr. Salvador Andrès Shavelzon

Instituição: Universidade Federal de São Paulo - UNIFESP

Julgamento: aprovado

AGRADECIMENTOS

Agradeço ao meu orientador, Prof. Dr. João S.W. Ferreira, para além da orientação, pelo incentivo para cursar o doutorado na Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo (FAUUSP), pela amizade e pelo conhecimento divididos comigo no percurso do trabalho.

À banca de professores presentes na banca de qualificação, Prof. Dr. Leandro Medrano e Prof. Dr. Salvador Schavelzon, pela atenção dispensada e pelas valiosas considerações para o direcionamento e desenvolvimento deste trabalho.

Àqueles que se dispuseram a ceder um pouco de seu tempo, memória e conhecimento nas entrevistas realizadas, Rafael Borges Pereira, Mariana Belmont e Laura Sobral Rodrigues.

Aos professores das aulas de pós-graduação da FAUUSP, em especial: Profa. Dra. Karina Oliveira Leitão, Profa. Dra. Erminia Maricato, Prof. Dr. Caio Santo Amore, Prof. Dr. Flavio Villaça, Prof. Dr. Leandro Medrano, Prof. Dr. Eugenio Fernandes Queiroga, Profa. Dra. Catharina Santos Lima, Prof. Dr. Caio Boucinhas, Profa. Dra. Sylvia Adriana Dobry, Prof. Dr. Francisco Segnini Jr. e Prof. Dr. Gil Barros.

Aos amigos e colegas que conheci na FAUUSP e me acompanharam no percurso desta tese, às vezes mais próximos, às vezes mais distantes: Alex Marques Rosa, João Taqueda, Paula Custódio de Oliveira, Paula Hori, Bruna Montuori, Felipe Moreira, Fernanda Cavalcante, Taiana Car Vidotto, Fabiane Carneiro, Tiago Brito e Mauro Calliari.

Aos amigos e colegas professores da Universidade Nove de Julho (Uninove), Mariana Cicuto Barros, Edison Ribeiro, Rafael Pupim, Tiago Franco, Pedro Rodrigues, Luciano Santos, Giselly Barros Rodrigues e Thais Souza, bem como os alunos que em muitas conversas me deram elementos para o desenvolvimento deste trabalho. Agradeço, principalmente, Alexandre Rigotti, pela prontidão e apoio no percurso do doutorado.

Ao Sindicato dos Arquitetos de São Paulo, no qual participei como diretora adjunta nesse período, sobretudo aos amigos que trouxeram reflexões a respeito deste trabalho: Roney Rodrigues, Paula Fernandes, Carolina Simon, Beth, Elisia e, em especial, Maurilio Chiaretti, por me aproximar de movimentos de moradia, movimento da população de rua e de diversos coletivos que participaram de atividades no espaço. Agradeço ainda pelo auxílio na revisão deste trabalho.

A todos os amigos de vida que me deram apoio e me incentivaram nesse percurso, ciente de ser impossível mencionar todos os envolvidos.

Por fim, a minha família, pelo amor incondicional. Aos meus pais, por me darem a possibilidade de chegar a este momento, com liberdade para construir e desconstruir paradigmas. A minha mãe, Maria Beatriz, por revisar e acompanhar de perto este trabalho. A todos, especialmente aos meus sobrinhos, Guilherme e Laura, pelo carinho e por conviverem com a minha ausência nos momentos finais desta pesquisa.

"Comer, sentar, falar, andar, ficar sentado tomando um pouquinho de sol... a arquitetura não é somente uma utopia, mas é um meio para alcançar certos resultados coletivos."

Lina Bo Bardi

RESUMO

OLIVEIRA, L. P. P. O. A função social do arquiteto e urbanista diante da construção dos espaços públicos na cidade de São Paulo. 2019. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo), Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2019.

O presente trabalho apresenta uma reflexão sobre os espaços públicos ante uma incipiente mudança de paradigma na atuação dos novíssimos atores urbanos, desde a virada do século XX para o século XXI. Estes foram estudados dentro do processo de acumulação capitalista e da construção histórico-estrutural brasileira, considerando os diferentes atores que interagem na produção das cidades. O estudo se desenvolve por meio de uma perspectiva histórica e do estudo de três coletivos urbanos que assomaram na cidade de São Paulo, observando-se, de início, as suas diferentes localizações e a defesa do "direito à cidade". São eles, o "A Batata Precisa de Você", o "Imargem" e o "Arrua". Essa nova conjuntura democrática é ainda avaliada por meio da prática no campo da arquitetura e urbanismo, que se configura como um possível espaço para novas experiências na atuação desses profissionais, dentro do discurso da crítica social e cultural sobre a cidade.

Palavras-chave: direito à cidade, espaço público, movimentos sociais, coletivos urbanos, cultura urbana, cultura, arquitetura e urbanismo, função social.

ABSTRACT

OLIVEIRA, L.P.P.O. The architect and urbanist social role in the development of public spaces in the city of São Paulo. 2019. Doctoral Dissertation, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2019.

This study presents a reflection about public spaces at the head of an incipient paradigm shift in the practice of the newest urban actors at the turn of the 20th century. These were analysed over the process of capitalist accumulation and the historical-structural brasilian development, considering the different actors that interact in the production of the cities. The research develops through a historical perspective and analyzes three activist urban groups that emerged in the city of São Paulo, observing, as a beginning, their different locations and the defense of the "right to the city" as an issue. They are, "A Batata Precisa de Você", the "Imargem" and the "Arrua". This new democratic context is still valuated through practice in the field of architecture and urbanism, that appears to be a new performance space to develop new experiences in the work of these professionals, placed within the social and cultural criticism about the city.

Keywords: Right to the city, public space, social movements, activist urban groups, urban culture, culture, architecture and urbanism, social role

ILUSTRAÇÕES

Figuras	
Figura 1 – Estruturas arborescente e rizomática	23
Figura 2 – Manifestação em Buenos Aires	61
Figura 3 – Manifestação na praça Tahrir	64
Figura 4 – Número de manifestantes em São Paulo	79
Figura 5 – Largo da Batata e o movimento "A Batata Precisa de Você"	91
Figura 6 – Prototipagem de soluções por meio de "improvisos e gambiarras"	94
Figura 7 – Ocupação no Largo da Batata	
Figura 8 – Intervenção do coletivo "Imargem" no Grajaú	98
Figura 9 – Projeto de intervenção artística na Ponte Estaiada	
Figura 10 - Área de intervenção do projeto Cartograffiti	102
Figura 11 – Infograffiti	104
Figura 12 – Coletivo "Arrua" na praça Roosevelt	107
Figura 13 – Bloco "Me Ocupa Que eu Sou da Rua"	111
Figura 14 – Churrasco e debate com Gregorio Duvivier, Guilherme Boulos, Laura	
Carvalho, entre outros	112
Quadros	
Quadro 1 – Entendimento do "direito à cidade"	118
Quadro 2 – Local de atuação/Significado do espaço	118
Quadro 3 – Cultura	118
Quadro 4 – Formação	118
Quadro 5 – Metodologia de Participação/Processo	119
Quadro 6 – Relação com as Redes de Interação <i>On-line</i>	119
Quadro 7 – Relação com o poder público	119
Quadro 8 – Relação com outros movimentos da cidade	119
Quadro 9 – A função do arquiteto	120
Tabelas	
Tabela 1 – Eventos no endereço do coletivo	108

SUMÁRIO

INTRO	DUÇ	^L ÃO	13
Hipó	teses	e objetivos da pesquisa	14
Proce	edime	entos metodológicos	14
CAPÍT	ULO	1: ESPAÇOS PÚBLICOS E DEMOCRACIA	18
1.1	Esp	paço público: a promessa de democracia e liberdade	18
1.2	Os	espaços da esfera pública	21
1.3	As	diferentes forças que atuam sobre a produção do espaço	25
1.4	Αp	produção do espaço no contexto histórico-estrutural brasileiro	29
1.5	A e	esfera pública no contexto do urbano no Brasil	36
1.5	5.1	Brasil Colônia (1500-1822)	36
1.5	5.2	Século XX	41
1.5	5.3	Primeira República (1900-1930)	46
1.5	5.4	Era Vargas: Período pós-revolução de 1930 até a queda do Estado Nov	7o47
1.5	5.5	República populista ou nacional-desenvolvimentista (1945-1964)	48
1.5	5.6	Regime militar (1964-74)	49
1.5	5.7	Período de 1975-1982: Redemocratização	50
1.5	5.8	Período de 1982-1985	51
		2: OS MOVIMENTOS SOCIAIS COMO "NOVOS ATORES DO	55
2.1 públi		breve relato dos movimentos sociais urbanos e seus espaços na esfera	55
_	1.1	,	
	1.2 otesto	Marchas e ocupações dos Indignados na Europa: novos paradigmas do social)
2.1		América do Norte: Movimento Occupy Wall Street	
2.2	No	víssimos movimentos sociais urbanos no mundo	67
2.3 plata	Os	movimentos globais focados na interação com o espaço público e as no as digitais	vas
2.4	Os	movimentos do século XXI (ou novíssimos movimentos) no Brasil	76
2.5	Mo	vimentos sociais no Brasil e o direito à cidade	82
CAPÍT	ULO	3: ESTUDOS DE CASO	90
3.1	ΑĐ	Batata Precisa de Você	90
3.2	Col	letivo Imargem	97

3.3 C	Coletivo Arrua	105
3.4 C	ConcluíndoErro! Indicador não defini	do.
CAPÍTUL	O 4: ESTADO, SOCIEDADE, MERCADO E A PRÁTICA DA	
ARQUITE	ETURA1	121
4.1 N	Nota de introdução: há uma nova utopia na construção das cidades?	121
4.2 A	Arquitetura e urbanismo desde a Modernidade	126
CONSIDE	ERAÇÕES FINAIS	139
REFERÊN	NCIAS	144
ANEXOS.		153
Entrevis	sta 1: Laura Sobral Rodrigues	153
Entrevis	sta 2: Mariana Belmont	158
Entrevis	sta 3: Rafael Borges Pereira	169

INTRODUÇÃO

"Numa cidade entulhada e ofendida pode, de repente, surgir uma lasca de luz, um sopro de vento." – Lina Bo Bardi

No ano de 2012 realizei uma viagem a Berlim, local onde tive contato com Oliver Ginsberg, um ativista alemão que morava em Kreuzberg, um bairro pobre da cidade e majoritariamente de imigrantes — a maioria turca — com uma cultura diversificada. Oliver me apresentou uma rede de ativistas urbanos da cidade e me levou para conhecer espaços diversos, como uma fazenda urbana organizada pela população em um terreno público desocupado e um córrego canalizado cuja reintegração à cidade era reivindicada pelos moradores. Nesse percurso, acompanhei ainda a organização de uma manifestação de rua contra a agroindústria do frango.

Ao me perguntar sobre o Brasil, explicava para Oliver que aqui era diferente, que não existia o costume de se reivindicar por esses direitos, que vivíamos dentro de uma sociedade de frágil esfera pública, estruturada dentro da cultura do apadrinhamento. O espaço público era visto como perigoso, e não recebia investimento público ou mesmo privado. E, ainda, explicava que não tivemos o modelo do Estado do Bem-Estar Social, que nossos bairros pobres não possuíam habitação social, escola ou metrô.

No entanto, ao voltar para o Brasil, havia algo novo acontecendo. Manifestações ocorriam com mais frequência, e um grande número de coletivos urbanos começava a se organizar e ocupar o espaço público, acompanhando um movimento que parecia ser global, que reivindicava uma democracia renovada, dentro de uma nova cultura urbana, e parecia resgatar o valor de uso e da festa nas cidades. O ápice dessa série de acontecimentos ocorreu em junho de 2013, quando uma série de manifestações irromperam pelo país, cujo estopim foi o aumento das tarifas de transporte público, e no decorrer do tempo, alcançaram diferentes dimensões. As "Jornadas de Junho", como foram chamadas essas manifestações, não chegaram a compor um grande movimento nacional, mas sim uma extensa rede, formada por novos atores e estruturas tradicionais, e configuravam, em tese, o alargamento da esfera pública no país.

Em minha dissertação de mestrado (OLIVEIRA, 2007), havia estudado, dentro da área de História da Arquitetura, o ideário que a arquiteta ítalo-brasileira Lina Bo Bardi constituiu no percurso da sua vida, por meio de sua materialização no espaço, observado no projeto do Sesc Pompéia, quando encontramos um momento de maturidade no

conjunto de sua obra. Lina chega à compreensão da arquitetura como um ato coletivo. Nas palavras do arquiteto Marcelo Ferraz, ela desenvolveu uma verdadeira escola de se fazer pensar: através de fundamentação humanista, explorou temas relativos à cultura, e à participação.

A partir da conjuntura que se manifestava nas cidades, que mostrava uma incipiente mudança de paradigma na atuação de movimentos e coletivos na cidade de São Paulo, procurei, na presente tese de doutorado, observar como tais valores estudados anteriormente se materializavam no espaço público, levando em conta as diferentes forças atuantes na produção do espaço, bem como nossas raízes histórico-estruturais e os processos econômicos internos e externos que ali incidem. A postura do arquiteto e urbanista, dentro desse contexto, foi também observada, através da hipótese de que esses profissionais devem em breve promover profunda revisão no seu campo de atuação.

HIPÓTESES E OBJETIVOS DA PESQUISA

Assumindo o espaço público urbano como ponto-chave para a discussão coletiva a propósito da educação sobre a cidade, esta tese desenvolveu-se observando as relações dos diversos agentes que atuam em sua produção no Brasil, com foco na cidade de São Paulo, visando a constituição de espaços mais democráticos, menos excludentes.

Defende-se como tese a incipiente mudança de paradigma na relação da população com o espaço, em razão de uma nova conjuntura democrática nas cidades brasileiras desde a virada do século XX para o século XXI, que transforma o espaço público e, por conseguinte, impacta na profissão do arquiteto e urbanista. A hipótese foi a de que esses profissionais devem promover profunda revisão no seu leque de atuação, incorporado no discurso da crítica social e cultural sobre a cidade, que historicamente se apresenta.

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A presente pesquisa tem o objetivo de ampliar o debate sobre uma nova conjuntura produzida nas cidades mediante a emergência de novos atores sociais na passagem para o século XXI, tomando por base o espaço público urbano e sua correspondência com a democracia. Por conseguinte, estudou-se o impacto desta realidade sobre a profissão do arquiteto e urbanista, dentro de sua dimensão histórico-social.

Objetivando construir uma linha discursiva que norteará a leitura dessa pesquisa, é apresentado no *Capítulo 1*, inicialmente, nos dois primeiros tópicos, uma construção teórica para o entendimento de "espaço público" e o sentido de democracia que este carrega, tomando como base a concepção coletivista da sociedade desde as instituições gregas da antiguidade até a concepção individualista das instituições democráticas modernas. Autores como Hannah Arendt, Jürgen Habermas e Henri Lefebvre conduzirão o raciocínio sobre o tema. Eugênio Queiroga ainda embasará o pensamento sobre a distinção do "espaço público" dentro da "esfera pública".

A seguir são apresentadas as dinâmicas do urbano com ênfase no papel do Estado, fundamental nesse processo. A pesquisa se alicerça nos autores que trabalham nas teorias marxistas sobre o espaço, tais como David Harvey, Henri Lefebvre e Flávio Villaça. A relação entre o capitalismo central e periférico é elucidada com vistas à produção do espaço das cidades. Esse discurso foi desenvolvido a partir da teoria da regulação posta por Michel Aglietta e Csaba Deák.

O tópico seguinte apresenta uma abordagem histórico-estrutural do Brasil, que, dentro de uma lógica de dominação social e de manutenção de privilégios de uma classe elitista detentora do poder, resulta, em consonância com o tópico anterior, em uma sociedade de frágil esfera pública e inúmeras desigualdades. A concepção teórica do conteúdo exposto foi desenvolvida por João S. W. Ferreira na ocasião de sua titulação pública para professor titular da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo (FAUUSP) em 2017.

Confrontados o papel do Estado, as intervenções do capital e a constituição histórico-estrutural brasileira, objetivando a produção de espaços democráticos, o último tópico deste capítulo trata da constituição de nossa sociedade aos olhos de alguns dos principais movimentos e lutas sociais que surgiram no país dentro de uma abordagem histórica, com foco na conformação das cidades brasileiras e de seus espaços públicos, orientando-se para São Paulo. A discussão será acompanhada por autores como Sérgio Buarque de Holanda, Maria da Glória Gohn, Flávio Villaça e Erminia Maricato.

Os tópicos se encontram relacionados da seguinte forma: 1.1 Espaço público: A promessa de democracia e liberdade; 1.2 Os espaços da esfera pública; 1.3 As diferentes forças que atuam sobre a produção do espaço; 1.4 A produção do espaço no contexto histórico-estrutural brasileiro; 1.5 A esfera pública no contexto do urbano no Brasil.

No *Capítulo 2*, estuda-se os movimentos sociais urbanos com o intuito de compreender as recentes mudanças observadas na constituição desses novíssimos atores

(DAY, 2005) na passagem para o século XXI. Em um primeiro momento, será levantada uma linha histórica embasada em alguns dos principais movimentos sociais urbanos ocorridos em escala global, da modernidade até o início deste século. A partir de alguns destes, procurou-se compor as demandas e as formas de organização desses grupos. De forma sucinta, também foram elencadas as ideias e as características centrais que sustentam a concepção desses novos atores.

O item seguinte aborda uma vertente dentro dos novíssimos movimentos que interage diretamente com o espaço público, levantando princípios e características desses atores, bem como a sua interação com as novas tecnologias digitais de informação e comunicação, que revolucionou as relações entre as pessoas e os movimentos, aparecendo como um novo elemento da esfera pública.

Por fim, este conteúdo se desdobra para o Brasil, onde se observa uma conjuntura favorável que deu início a manifestações que tiveram como ápice as Jornadas de Junho de 2013. Seguidamente, e da mesma forma, é levantada uma vertente dos novíssimos movimentos brasileiros que começou a reivindicar e atuar diretamente nos espaços públicos das cidades.

Os tópicos deste capítulo se apresentam da seguinte maneira: 2.1 Um breve relato dos movimentos sociais urbanos e seus espaços na esfera pública; 2.2 Novíssimos movimentos sociais urbanos no mundo; 2.3 Movimentos globais focados na interação com o espaço público e as novas plataformas digitais; 2.4 Os movimentos do século XXI (ou novíssimos movimentos) no Brasil; 2.5 Movimentos sociais no Brasil e o direito à cidade.

No intuito de aprofundar o entendimento da natureza dos novíssimos movimentos sociais atuantes na cidade de São Paulo, que reivindicam o espaço público dentro de uma nova cultura urbana, e de se aproximar das hipóteses levantadas na pesquisa, o *Capítulo 3* da presente tese analisa, como estudos de caso, três coletivos atuantes na cidade de São Paulo, que carregam como discurso a luta pelo "direito à cidade" e participam da construção de diferentes espaços públicos, partindo de localizações variadas. Os estudos foram feitos com base nos blogs, páginas do Facebook dos coletivos e suas publicações. Entrevistas foram realizadas com integrantes de cada coletivo — estas se encontram transcritas na íntegra, no item Anexos, no fim deste trabalho. São eles: *A Batata Precisa de Você, Imargem* e *Arrua*. Para a análise, foram abordadas as seguintes questões: *O entendimento de direito à cidade para o coletivo; suas utopias e processos; a interação com as redes digitais de informação e comunicação; a*

relação do coletivo com outros movimentos e coletivos da cidade e também com o poder público; e, por fim, o entendimento da figura do arquiteto e urbanista na visão dos coletivos urbanos.

O *Capítulo 4* tem por premissa aproximar o debate acerca dos espaços públicos urbanos e um eventual alargamento da esfera pública na prática da arquitetura e urbanismo. Para tal, como nota de introdução, foram desenvolvidas ideias acerca do direito à cidade com base na produção de Henri Lefebvre, devido à sua pertinência na formação dos movimentos e coletivos que se debruçam sobre o espaço público na atualidade. Além disso, tem-se um debate sobre a "utopia", nas perspectivas levantadas por David Harvey e Henri Lefebvre.

Em segundo momento, é elaborado um breve histórico da disciplina de Arquitetura e Urbanismo desde a modernidade, quando nos deparamos com uma dualidade entre o arquiteto técnico com visão social e a figura do arquiteto criador, voltado para a cidade liberal. A partir dos anos 1970, a profissão do arquiteto assume majoritariamente posição de status perante a arquitetura autoral, cada vez mais anulando a sua vocação política. Voltando-se para o Brasil, a pesquisa levantou um breve histórico da atuação dos arquitetos e urbanistas que seguem as "regras" do sistema posto acima, bem como as exceções na produção do espaço. Este tópico foi estruturado com base em autores como Manfredo Tafuri, Josep Maria Montaner e Zaida Muxí, Sergio Ferro, Pedro Fiori Arantes e Jorge Francisco Liernur. Os tópicos deste capítulo se encontram da seguinte forma: 4.1 Nota de introdução: há uma nova utopia na construção das cidades?; 4.2 Arquitetura e urbanismo desde a modernidade.

Por fim, nas *Considerações finais*, é apresentada uma interpretação dos resultados obtidos de forma coerente com o decurso da tese, por meio de análise qualitativa e histórica. Desta forma, são demonstrados os elementos que caracterizam uma mudança de paradigma da população em relação aos espaços públicos urbanos e consequente alargamento da função social do arquiteto e urbanista, esta, hipótese da pesquisa.

CAPÍTULO 1: ESPAÇOS PÚBLICOS E DEMOCRACIA

1.1 ESPAÇO PÚBLICO: A PROMESSA DE DEMOCRACIA E LIBERDADE¹

O discurso recente de diversos coletivos e manifestantes que atuam no espaço público mostra o anseio por mais participação dentro de uma democracia distante daquela que se apresenta na atualidade. A concepção liberal de democracia garante liberdades individuais regulamentadas no âmbito "da lei e da ordem", resultando na falta de representatividade ou em uma representatividade desigual dentro das Instituições da sociedade atual, garantindo e reconhecendo direitos de poucos. Como expõe a filósofa Marilena Chauí.

Visto que o pensamento e a prática liberais identificam liberdade e competição, essa definição de democracia significa, em primeiro lugar, que a liberdade tende a reduzir-se, de um lado, ao "direito de ir e vir", e de outro, à competição econômica da chamada "livre iniciativa" e à competição política entre partidos que disputam as eleições; em segundo, que há uma redução da lei à potência judiciária para limitar o poder político, defendendo a sociedade contra a tirania, pois a lei garante os governos escolhidos pela vontade da maioria; em terceiro, que há uma identificação entre a ordem e a potência dos poderes executivo e judiciário para conter os conflitos sociais, estabelecendo limites (tanto jurídicos como policiais e repressivos) para impedir sua explicitação e desenvolvimento completos; e em quarto lugar que, embora a democracia apareça justificada como "valor" ou "bem", é encarada, de fato, pelo critério da eficácia, medida, no plano legislativo, pela ação dos representantes, entendidos como políticos profissionais e, no plano do executivo, pela atividade de uma elite de técnicos competentes aos quais cabe a direção do Estado (CHAUÍ, 2004, p. 23).

Para aprofundarmos essa discussão, faz-se necessário o entendimento da construção do sentido de democracia e dos seus termos relacionados. Na Grécia Antiga, esse conceito está vinculado de forma significativa à cidade: é a democracia do espaço, princípio que se mantém vivo na atualidade. As cidades gregas foram concebidas pelo agrupamento de diversos povos estabelecidos no território, constituindo-se de uma minoria de cidadãos que detinham o poder sobre os demais integrantes: as mulheres, as crianças, os homens livres (estrangeiros) e os escravos. Existia nesse modelo uma hierarquia estabelecida e submetida às exigências de funcionamento da própria cidade. Porém, a propriedade do solo era mantida de forma coletiva, ou comunitária, atribuindo certo sentido democrático ao espaço.

_

¹ O título foi inspirado em expressão utilizada em Arquitetura e política: ensaios para mundos alternativos (MONTANER; MUXÍ, 2014, p. 30).

Hannah Arendt foi pioneira no estudo do pensamento político ocidental, tomando por base as instituições greco-romanas. Em seu livro *A Condição Humana*, publicado em 1958, propõe-se a rastrear as origens da alienação moderna² por meio da designação de três atividades fundamentais sob as quais a vida foi dada ao homem na Terra, no âmbito da *Vita Activa*: O trabalho, a obra e a ação, que determina os domínios público e privado, inerentes à condição humana.

A reflexão de Arendt traz importante contribuição para esta discussão, à medida em que relaciona o "domínio público" a duas atividades essenciais, definidas por Aristóteles como *biopolitikos*: a ação (práxis) e o discurso (léxis).

Ser político, viver na polis, significava que tudo era decidido mediante palavras e persuasão, e não força e violência. Para os gregos, forçar pessoas mediante violência, ordenar ao invés de persuadir, eram modos pré-políticos de lidar com as pessoas, típicos da vida fora da polis (ARENDT, 2004, p. 31).

Já na modernidade, a autora identifica a eclosão da esfera social perante a vitória do *animal laborans*,⁵ que se fundamentou na exaltação do trabalho e na importância pública da economia, antes relacionados à sobrevivência, assunto doméstico por essência, borrando a distinção entre as esferas pública e privada.

O pensamento político que corresponde a esse desdobramento já não é a ciência política, e sim a "economia nacional" ou a "economia social", ou ainda, a *volkswertschaft*, todas as quais indicam uma espécie de administração doméstica coletiva (ARENDT, 2004, p. 34).

-

² A autora considera o início da Era Moderna no século XVII e seu fim no limiar do século XX. Em suas reflexões, a Era Moderna representa não apenas uma inteira transformação na articulação tradicional entre as atividades humanas, mas também uma profunda alteração na natureza das próprias atividades.

³ Segundo a autora, termo *Vita Activa*, relacionado à mortalidade, opõe-se ao termo *Vita Contemplativa*, relacionado à eternidade.

⁴ As duas primeiras atividades postas por Arendt correspondem à esfera de vida privada, relacionada ao domínio da família: O trabalho (realizado pelo *animal laborans*) diz respeito ao processo *biológico do homem*, ou seja, à manutenção da sua própria vida; enquanto a obra (realizada pelo *homo faber*) representa a condição humana da *mundanidade*, conferindo uma medida de permanência e durabilidade ante a futilidade e efemeridade da vida mortal (ARENDT, 2004).

Já a ação, condição humana da *pluralidade*, corresponde à esfera pública, em que se situa a política. Para Arendt, esta é a única condição humana que não possui intermediação da matéria, acontecendo diretamente entre os homens. Segundo a autora, "a pluralidade é a condição da ação humana porque somos todos iguais, isto é, humanos, de um modo tal que ninguém jamais é igual a qualquer outro que viveu, vive ou viverâ" (ARENDT, 2004, p. 9-10). A ação é, desta forma, a condição humana que possui relação mais estreita com a natalidade: cada pessoa que nasce possui a singular capacidade de criar algo novo, ou seja, de agir.

⁵ Arendt atribui a Karl Marx essa concepção, entendida por ela como uma incompreensão da ação política sob a produção da história: "A implicação mais aguda da prevalência do trabalho sobre todas as outras atividades, compreendido como metabolismo do homem com a natureza sujeito à necessidade, é a retração da esfera política, que, enfatiza Arendt, sempre depende das teias de relações estabelecidas pela ação e pelo discurso, distintamente da obra, que se dá no isolamento, e da atividade do trabalho, realizada em desamparo" (CORREIA, 2004, p. XVIII).

O domínio social aparece sob o princípio da igualdade, do que é comum: fator decisivo da sociedade, que assume a todos como membros de uma enorme família, gerando o conformismo, e a distinção e diferença migram para o domínio privado.

É o mesmo conformismo, a suposição de que os homens se comportam ao invés de agir em relação aos demais, que está na base da moderna ciência da economia, cujo nascimento coincidiu com o surgimento da sociedade e que, justamente com o seu principal instrumento técnico, a estatística, se tornou ciência social por excelência (ARENDT, 2004, p. 50-51).

Jürgen Habermas (1984) também investiga o sentido de "esfera pública" em seus estudos. Assim como Arendt, o filósofo alemão se posiciona criticamente quanto à diminuição da esfera pública na sociedade capitalista industrial, porém, entende que o termo se conserva ao longo da história como modelo ideológico, tendo sido transmitido durante a Idade Média por influência do direito romano.

Para Habermas, a esfera privada compreende o mercado e a família, sendo esta última abarcada pela esfera íntima – integrante da esfera do mercado; a esfera pública é bastante mais complexa, constituindo-se basilar para a formação e para o desenvolvimento do Estado moderno burguês.

O autor investiga na modernidade as mudanças estruturais do conjunto de relações sociais, assumindo a constituição de diversas esferas públicas, conforme discorre Queiroga:

Para Habermas, a esfera pública criada na sociedade burguesa é bastante mais complexa, uma vez que acompanha, em escala, o avanço, a organização e a sofisticação ideológica, das sociedades capitalistas. Assim, a partir do iluminismo, vê a importância do crescente público leitor, do surgimento dos jornais e até dos cafés parisienses enquanto espaços da esfera pública, pois se prestam à discussão política (QUEIROGA, 2012, p. 42).

A burguesia, dessa forma, com o suporte dos cafés, dos salões particulares, de comunidades de comensais, cria condições para a formação de um espaço onde os homens são capazes de se manifestar, tornando-se portadora de uma *opinião pública* (HABERMAS, 2003).

Ainda segundo o autor, o processo de construção da esfera pública burguesa se perde na era pós-liberal quando os fluxos comunicacionais gerados pela sociedade não são mais absorvidos de forma objetiva pelo Estado.

Chauí (1988), voltando-se para o Brasil, reforça a ideia da correspondência entre espaço público e democracia, reiterando o comprometimento dessa relação pela

hegemonia do estado neoliberal, aliada à estrutura autoritária e hierarquizada de nossa sociedade. Abrahão (2008), por sua vez, considera o espaço público ímpar para se consolidar a cidadania no país.

1.2 OS ESPAÇOS DA ESFERA PÚBLICA

No domínio das ciências sociais e políticas encontramos rigor na discussão sobre a esfera pública e a democracia, porém, são poucos os autores que estudam essa relação com os espaços em que essas se manifestam.

Na área da filosofia política, sociologia e ciência política é comum a utilização da expressão "espaço público" como sinônimo de "esfera pública". No entanto, infelizmente, ainda são minoritários os autores que trabalham com o conceito forte de espaço, considerando-o como instância social e não apenas como suporte dos processos sociais (QUEIROGA, 2012, p. 56).

Já foi exposto previamente nesta tese a importância dos cafés parisienses, apontada por Habermas como exemplo para a constituição de uma esfera pública burguesa na modernidade. Voltando-se para a cidade grega, esta constitui-se – ao menos na teorização a que temos acesso hoje em dia – como um todo harmônico, relacionado diretamente com a disciplina da Filosofia. Nela, os espaços projetados eram muito mais que um tema secundário, um objeto entre outros. A ágora, apontada como a praça pública na atualidade, é símbolo da sociedade urbana em geral. Nesse espaço aconteciam as reuniões em que os cidadãos discutiam e votavam de forma direta em assuntos relacionados à vida na pólis, além de realizar assembleias para decisão de temas referentes à justiça, às obras públicas, às leis e comercializar mercadorias no local.

Na Idade Média a teologia se sobrepõe à filosofia nas formas de apreensão do espaço urbano, apagando a "consciência de cidade" existente até então (LEFEBVRE, 2016). As cidades crescem a partir do século X, quando o desenvolvimento do comércio e a política se encontram mais estabilizados, ocupando a antiga malha das cidades romanas. As praças se conformam em espaços vazios, resultando em traçados e tamanhos irregulares, denominadas de acordo com a sua função, voltada para o comércio e para encontros sociais (praça do Mercado ou praça da Igreja). Surge a organização corporativa da cidade e o início da ascensão racionalista.

A partir do século XVII, com a revolução industrial e a formação de uma sociedade urbana de base econômica, as cidades se transformam substancialmente. Ganha força nesse momento – segundo posteriores concepções marxistas do urbano – a ideia de

uma estrutura pertencente à cidade como *locus* da produção e base de todo o sistema de produção, reprodução e circulação do capital (CASTELLS, 1983), assim como a ideia de que o próprio urbano é uma categoria sociológica, econômica e cultural em si (LEFEBVRE, 2016), o que, evidentemente, dá nova dimensão e importância aos espaços públicos.

O desenvolvimento tecnológico amplia cada vez mais a esfera pública, estabelecendo novos vínculos para os domínios da vida social: a possibilidade do encontro e da reunião se fortalece, e a comunicação se acelera quase de imediato.

Manuel Castells (2013) é um dos autores que se ocuparam de investigar a correspondência dos espaços com o domínio público na atualidade. Ele desenvolve a expressão *espaço híbrido*, que compreende tanto o espaço físico das cidades como o espaço das *redes horizontais de comunicação interativas*: o avanço da tecnologia da informação na era digital ampliou o alcance dos meios de comunicação, promovendo mais autonomia para a sociedade civil, ampliando o espaço para a construção de novas fontes de poder.

A questão fundamental é que esse novo espaço público, o espaço em rede, situado entre os espaços digital e urbano, é um espaço de comunicação autônoma. A autonomia da comunicação é a essência dos movimentos sociais, ao permitir que o movimento se forme e possibilitar que ele se relacione com a sociedade em geral, para além do controle dos detentores do poder sobre o poder da comunicação (CASTELLS, 2013, p. 16).

A tecnologia da informação é um instrumento que favorece a construção em rede, horizontal e autônoma, por meio da livre circulação de informação.

Francisco Whitaker Ferreira afirma que o conceito de rede apareceu com os movimentos sociais de 1968 em oposição aos diversos autoritarismos no mundo, e ressurgiu com certa intensidade no Brasil, na década de 1980, quando o próprio experimenta essa forma de organização no processo constituinte brasileiro (1985-1988), através dos plenários pró-participação popular, e na experiência do Fórum Social Mundial – no qual entidades brasileiras se reuniram e constituíram o comitê de organização do evento, de dimensão mundial. Ferreira define a estrutura em rede como *uma alternativa* à estrutura piramidal:

Corresponde ao que seu próprio nome indica: seus integrantes se ligam horizontalmente a todos os demais, diretamente ou através dos que o cercam. O conjunto resultante é uma malha de múltiplos fios, que pode se espalhar indefinidamente para todos os lados, sem que nenhum de seus nós possa ser considerado principal ou central, nem representante

dos demais. Não há um "chefe", o que há é uma vontade coletiva de realizar determinado objetivo (FERREIRA, 1993).

O conceito de rede pode ser comparado às estruturas "rizomáticas" propostas por Deleuze e Guattari (2011), em oposição às estruturas "arborescentes". Para os autores, a primeira cria conexões livres por meio de um sistema não hierárquico, enquanto a segunda segue uma lógica binária de reprodução, partindo de um centro rígido para se multiplicar. Morais (2018) aproxima a ideia da estrutura do rizoma ao arranjo organizacional defendido pelos ativistas urbanos nessa virada de século, no Brasil, em oposição aos movimentos surgidos na década de 1970, ligados à militância, que possuíam uma ordenação mais rígida e hierárquica.

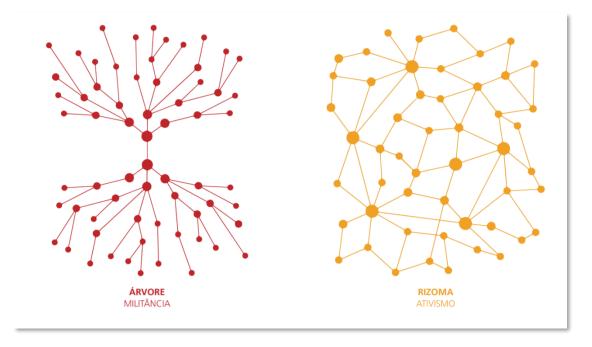


Figura 1 – Estruturas arborescente e rizomática

Fonte: MORAIS, 2018.

Steven Johnson (2003) difundiu o conceito de "sistemas emergentes", que vem sendo utilizado para compreender a organização das cidades por meio de redes com base no comportamento individual de cada cidadão em vez de se utilizar modelos estatísticos, gráficos e variáveis. Os sistemas emergentes ganharam uma nova condição em frente do desenvolvimento de novas tecnologias de interação e de *softwares*, devido à enorme facilidade de se obter informações de diversas pessoas e localidades.

Podemos chamar esse sistema "emergente", quando a partir do comportamento individual de um grande número de entidades ou elementos, seguindo as regras ou padrões muito simples, sem ordem aparente ou hierarquias, são obtidos comportamentos de um nível de

sofisticação muito elevado e aparência de grande complexidade, quando os observamos juntos. Encontramos exemplos de sistemas emergentes continuamente ao nosso redor: as células formando organismos, as formigas criando colônias, os bairros que compõem as cidades (G+A ARQUITECTURA, 2013).

No que se refere ao espaço físico, Queiroga (2012) pontua o *espaço público* como o espaço de uso comum nas cidades, como largos, praças, ruas etc., ainda que possam ser apropriados de forma privada por diferentes grupos sociais, têm ainda assim uma lógica de interação proposta pelos sistemas emergentes e através do conceito de rede.

Abrahão (2008) utiliza o termo *espaço público urbano* para o mesmo conceito colocado por Queiroga, com o intuito de diferenciá-lo da sua dimensão política (esfera pública), à qual o autor se refere como *espaço público político*.

Nesta tese o termo *espaço público* será utilizado para denominar o espaço físico urbano, bem como o termo *espaço em rede* indicará o espaço virtual das redes de comunicação interativas.

A esfera pública possui a propriedade de se manifestar em um amplo sistema de espaços, com maior ou menor intensidade, estes podendo ser públicos ou privados. Queiroga (2012) denomina essa prática espacial da esfera pública como *espacialidades da esfera pública*, podendo estas se ramificar para diversas situações: as ações que usualmente acontecem numa praça, por exemplo, são identificadas pelo autor como *pracialidades*; as ações ocorridas em parques em ambientes variados recebem o nome de *parquealidades*.

Tratou-se de reconhecer que as ações que outrora caracterizavam as praças públicas — convívio, encontro, manifestações públicas —, lugares por excelência da esfera pública geral e da esfera pública política, segundo os conceitos do presente trabalho, não mais se estabeleciam com exclusividade neste espaço livre público. As ações típicas da praça verificam-se nos mais diversos espaços em função dos diferentes contextos urbanos que assim lhes propiciam ocorrer (QUEIROGA, 2012, p. 60).

Por meio dessa síntese, procurou-se revelar a complexidade que envolve a constituição da esfera pública e dos espaços nos quais esta se manifesta, assim como sua relevância para a conquista de sociedades mais democráticas. Já o próximo tópico conduzirá a pesquisa para o espaço das cidades, produto do trabalho humano obtido através de diferentes relações materiais e sociais, carregadas de tensões e contradições. Será também destacada a relevância do espaço público, espaço de consumo coletivo dentro das cidades, além dos diferentes atores e grupos que participam dessa construção.

1.3 AS DIFERENTES FORÇAS QUE ATUAM SOBRE A PRODUÇÃO DO ESPAÇO

Entender o espaço é entender como ele participa das transformações sociais e como com elas interagem. Não existe transformação social sem a participação do espaço, e não existe a transformação do espaço sem a transformação social (VILLAÇA, 2012, p. 16).

O espaço de nossas cidades é produzido pelo trabalho humano⁶ e estruturado pelas relações tanto sociais como materiais que neste se processam, ambas carregadas de tensões e contradições.

A lógica do sistema capitalista em nossa sociedade, que depende de uma paisagem física adequada às suas finalidades de produção e consumo, traz diversas consequências ao ambiente construído. Este é entendido como todas as estruturas físicas – públicas e privadas – do espaço urbano; distinguidas entre o *capital fixo*, utilizado no processo imediato de produção, como fábricas, rodovias e ferrovias, e o *fundo de consumo* por parte do trabalho "tais como as casas, ruas, fábricas, escritórios, sistemas de esgotos, parques, equipamentos culturais e educacionais, etc." (HARVEY, 1982, p. 6).

Baseando-se nos autores da Teoria da Regulação, em especial Aglietta (1997) e Deák (2016), recupera-se uma periodização do capitalismo, a dos "estágios de desenvolvimento", que se aplica neste caso. O capitalismo passa inicialmente pelo chamado *estágio extensivo* de desenvolvimento, que se inicia desde as conquistas colonizadoras do mercantilismo e vai, nos países centrais, até a Grande Depressão dos Anos 1930 e a Segunda Guerra Mundial, quando a expansão do sistema, necessária à reprodução permanente do capital, dá-se com a exploração sem limites de bens naturais e humanos. É o momento em que se exploram ao extremo as matérias-primas e a força de trabalho, podendo-se dar como exemplo o fato de que a Europa, em seu crescimento industrial, extinguiu boa parte da sua cobertura vegetal na primeira metade do Século XX, chegando hoje na porcentagem de 99,7% (SOARES; MOTTA, 2010). Entretanto, esse estágio expansionista, que afeta especialmente o território e o espaço, tende a se exaurir, gerando crises, como a de 1929, sobretudo em razão da falta de regulação que marca a organização econômica nesse período.

A passagem para o estágio seguinte, o *estágio intensivo de desenvolvimento*, dáse, ainda segundo o autor, a partir da necessária racionalização do sistema, pelo Estado, que passa a ser, no caso do espaço urbano, produtor e regulador da sua produção, nos

⁶ O tema da relação do espaço urbano com o trabalho socialmente produzido é desenvolvido por diversos autores, como Gottdiener, Harvey, Lefebvre e Villaça.

moldes keynesianos. A exploração dos bens da natureza e da força de trabalho passa a ser racionalizada, em prol de uma necessária organização do sistema que, tendo limites à sua expansão, necessita aumentar sua capacidade de sustentar a reprodução do capital em outro nível organizacional. A este período, na Europa, deu-se o nome de *fordismo keynesiano* (dada a junção da produção racional em escala com a forte intervenção estatal), cuja sustentação ideológica ocorreu graças à implementação da social-democracia (DEÁK, 2016, p. 188). A partir daí, como teorizou Lipietz (2009), notadamente, enquanto os países centrais ao sistema evoluem em outro patamar de racionalidade, a expansão destes continua, ainda em bases extensivas, em direção aos países subdesenvolvidos (em um processo que Lipetz cunhou como o *fordismo periférico*).

Dessa maneira, pode-se dizer que, em especial nos países centrais do sistema capitalista, na Europa e na América do Norte, o investimento econômico no ambiente construído ganhou nova dimensão. Isso dada a necessária racionalização do sistema que passava, evidentemente, por um aproveitamento muito mais intenso do urbano como base e meio da produção e da reprodução capitalista.

Sabe-se que, no capitalismo, os excedentes de produção, que podem gerar crises de superacumulação, alavancam a transferência de investimentos para setores originalmente considerados "não produtivos", que servem como escoadouros do capital excedente. Harvey, em seu clássico *Os limites do capital*, fala sobre esses "circuitos secundários" (por exemplo, o mercado das artes) e sobre como o espaço urbano, por meio do mercado fundiário, imobiliário e da construção, torna-se um típico setor secundário de transferência de capitais. Retomando uma abordagem lefebvriana, o espaço urbano é especialmente adequado para isso, já que ele é, ao mesmo tempo, produzido como espaço e também negociado como mercadoria.

A base dos conflitos que existem no ambiente construído encontra-se nessas dinâmicas, que, no fim, segundo Harvey, traduzem sempre a relação de conflito entre o capital e o trabalho, e a própria luta de classes. Contudo, estes se manifestam sobre toda uma maneira de viver e de ser. Harvey pondera:

Os meios e a forma de tais conflitos diários e ostensivos são o reflexo de uma tensão muito mais profunda, com manifestações não tão facilmente identificáveis — uma luta sobre o significado e a definição de valores de uso, do padrão de vida da força de trabalho, da qualidade de vida, da consciência e até mesmo a própria natureza humana (HARVEY, 1982, p. 34).

No que tange à qualidade de vida, enquanto o capital, de maneira geral, a encara como mercadoria, o trabalho se debruça sobre o seu valor de uso. O capital, na sua lógica de reprodução contínua, acaba se sobrepondo ao trabalho não só no local de seu exercício, mas no espaço de moradia e convívio. A acumulação requer constante expansão do mercado, alterando desejos e necessidades sociais, construídos sistematicamente.

Tendo em vista que o capitalismo tem sobrevivido, temos forçosamente que concluir que o capital domina o trabalho não só no local de trabalho, mas também no espaço de viver, através da definição da qualidade e dos padrões de vida da força de trabalho, em parte pela criação de ambientes construídos que se adaptem às exigências da acumulação e da produção de mercadorias. Colocar a questão dessa forma vigorosa não significa dizer que o trabalho não pode vencer em aspectos particulares, nem implica em uma e apenas uma definição de valores de uso para o trabalho, que se adapte aos interesses da acumulação. Há inúmeras possibilidades, porém os limites de tolerância do capital são, mesmo assim, claramente definidos. Que o trabalho lute dentro desses limites, é uma coisa, outra é querer ultrapassá-los. Aqui é que a verdadeira luta começa (HARVEY, 1982, p. 20).

Desta forma, dentro desse complexo sistema, podemos distinguir quatro principais atores, como ainda argumenta Harvey:

As lutas em torno do fundo de consumo para o trabalhador [...] emergem das tensões inevitáveis entre os apropriadores (procurando renda), os construtores (procurando o lucro), os financistas (procurando juros) e o trabalho (procurando se opor às formas secundárias de exploração que ocorrem no local de vida) (HARVEY, 1982, p. 34).

As intervenções sobre o ambiente construído são comumente estabelecidas por meio do Estado, já que o espaço é socialmente produzido, tendo este a função da elaboração das infraestruturas, demasiadamente caras para serem assumidas individualmente, e da regulação da ocupação e uso do território. Os arranjos criados, salvo a necessidade de dominação do trabalho pelo capital, devem ser favoráveis à reprodução da ordem social capitalista.

As disputas na cidade são, na ocupação do território, disputas por localizações⁷ produzidas socialmente, ou seja, sob a condução e posterior regulação do Estado. Localizações são simplesmente espaços bem providos de infraestrutura, em especial a de acessibilidade (VILLAÇA, 2012), o que lhes permite integrar os diferentes elementos da

_

⁷ De acordo com Ferreira (2012), a localização, dentro da lógica marxista de produção e reprodução do capital, se expressa sobre uma base fixa sobre a terra e possui um valor resultante do trabalho investido em sua produção. Seu preço se estabelece pela competição no mercado, em razão do seu valor de uso e de acordo com a sua posição no espaço urbano. Entre os autores que estudam o conceito, podemos citar Csaba Deák e Flávio Villaça.

cidade, combinando os meios de produção e os meios de reprodução de uma formação social (VILLAÇA, 2012). As localizações são produto do capital e, como tal, têm seu preço definido pelo valor investido em sua produção, assim como pela demanda efetiva por elas, nas regras do mercado (DEÁK, 2016). Como a produção do espaço tende a não ser homogênea (pois depende de altos investimentos do Estado e de decisões de políticas públicas), há localizações diferenciadas. Assim, a disputa se dá em torno da possibilidade de se adquirir e usar as melhores localizações que têm maior valor de troca e, pelas suas qualidades, maior valor de uso.

Lefebvre apontou como o espaço urbano socialmente produzido gera justamente uma dupla avaliação, pelo seu valor de troca, ou seja, a capacidade inerente à localização de ser um produto em si, capaz de ser negociado e gerar lucro (o espaço é, para o autor, uma das categorias do capital); e pelo seu valor de uso, ou seja, as características de um espaço em termos de gerar qualidade de vida (espaços aprazíveis, bem orientados, com disponibilidade de infraestrutura e serviços, acesso aos meios de transporte etc.).

A peculiaridade do papel do Estado é que ele é, ao mesmo tempo, quem produz esse espaço (embora cada vez mais o setor privado seja capaz de assumir a produção das infraestruturas urbanas e das localizações) e quem o regula (FERREIRA, 2017), dando-lhe enorme poder. O Estado é capaz de produzir localizações de maneira mais ou menos homogênea e, depois, de definir as regras para seu acesso e seu uso. Assim, percebe-se o poder de pressão dos diferentes atores que atuam na produção do espaço, sempre tentando, de alguma forma, influenciar as decisões do Estado. Os incorporadores, que buscam localizações para seus negócios, os construtores, que viabilizam esse negócio, o setor financeiro, que lucra financiando as operações. Estas relações se dão, evidentemente, dentro das dinâmicas do conflito de classes e do domínio do capital sobre o trabalho (Harvey). Todos querem, evidentemente, garantir melhores condições nas localizações em que investem, visando maiores lucros.

Porém, não se pode, em face de tal dinâmica, diminuir a importância do valor de uso, isto é, das condições de vida que terão as pessoas uma vez que ocupem esses espaços para viver (e trabalhar). Nesse caso, sobrepõe-se a questão da qualidade de vida. No sistema capitalista, a apropriação por melhores lugares de vida se dá também de forma diferenciada, gerando preços diferentes, disputas, sempre pela lógica da luta de classes. A qualidade dos elementos constituintes do ambiente construído afeta diretamente o padrão de vida também do trabalho. O capital tende a gerar espaços supervalorizados (para uso e para troca) nas melhores localizações e, conforme consiga influenciar mais

ou menos a ação do Estado (produtor e regulador), os espaços destinados às classes subalternas são, via de regra, de menor qualidade, a saber: mais distantes dos centros de vida urbana (e dos locais de trabalho) e com pior infraestrutura e menor oferta de serviços. Essa situação se desenvolve através da luta de classes, em conflitos travados por longo período, apresentando como resultado a segregação. Como argumenta Villaça: "a mais importante manifestação espacial urbana da desigualdade que impera em nossa sociedade". (VILLAÇA, 2013, p. 44). Daí a significativa diferença nos níveis de segregação entre países que tiveram forte presença do Estado na produção do espaço (Estados do Bem-Estar Social promotores de políticas keynesianas) e países em que não houve tal mediação pública, como no caso do Brasil, em que impera a lógica do Estado patrimonialista (FERREIRA, 2017), onde os "possuidores" conseguem se apropriar da máquina pública para produzir o espaço segundo seus interesses, privilegiando as classes dominantes e relegando os setores mais pobres a uma forte segregação socioespacial.

Harvey explicita as dinâmicas conflituosas entre capital e trabalho, assim como o caráter público da produção do espaço, por meio do Estado, e as pressões que recaem sobre este:

A provisão pública de tais bens públicos é uma forma "natural" de consumo coletivo que o capital pode facilmente colonizar através do estado. Da mesma forma, a soma das decisões individuais privadas cria um efeito público por causa da permeabilidade dos efeitos externos que, em si, forçam certas formas de consumo coletivo através da ação privada [...] O ambiente construído exige o controle e administração coletivos; portanto, é quase certo que ele se torne um campo importante na disputa entre o capital e o trabalho, em torno do que é bom para a acumulação e do que é bom para as pessoas (HARVEY, 1982, p. 19).

1.4 A PRODUÇÃO DO ESPAÇO NO CONTEXTO HISTÓRICO-ESTRUTURAL BRASILEIRO⁹

Vimos até aqui como se dão as dinâmicas de produção do espaço urbano e o quanto o papel do Estado é fundamental nesse processo. Essa explicação, baseada grandemente nas teorias marxistas do espaço (pode citar aqui Harvey, Lefebvre, Villaça), se aplica ao urbano em geral, mais especialmente dentro do capitalismo, podendo encontrar-se características comuns nos conflitos em torno do espaço construído em

⁸ Segundo Villaça, a segregação "[...] é um processo segundo o qual diferentes classes ou camadas sociais tentem a se concentrar cada vez mais em diferentes regiões gerais ou conjuntos de bairros da metrópole" (VILLAÇA, 2013, p. 43).

⁹ A concepção teórica que segue este tópico foi apresentada por FERREIRA, J. S. W. no seu concurso público de títulos e provas para provimento de dois cargos de professor titular na FAUUSP, na cidade de São Paulo, em 2017.

qualquer grande cidade do mundo. Entretanto, é evidente que, em cada caso, as especificidades locais terão, também, grande influência. A maior diferença está entre países que se estruturaram ao longo do século XX em torno de um Estado-Providência, como é o caso de grande parte dos países desenvolvidos do centro do capitalismo, e os países subdesenvolvidos, que não tiveram essa característica, e se defrontam com níveis acentuados de desigualdade econômica e social. A presença mais incisiva do Estado como ente regulador tem impactos diretos, como vimos, nas características urbanas. Por mais que o modelo do Estado de Bem-Estar Social esteja, em muitos lugares, em processo de forte desestruturação, ainda assim o nível de regulação da produção do espaço urbano, da sua apropriação e de seu uso, incluindo-se aí a provisão de moradias para os segmentos mais pobres, é significativamente maior em cidades europeias de países desenvolvidos do que em grandes capitais do mundo em desenvolvimento.

Assim, é essencial entender que as dinâmicas de produção do espaço e as formas de interferência do Estado nesse processo serão forçosamente diferentes no Brasil, onde não houve propriamente a implementação de um modelo de Estado-Providência amplo para toda a sociedade. No Brasil, vivenciamos inúmeras desigualdades, sustentadas por uma frágil esfera pública, produto de uma lógica de dominação social e de manutenção de privilégios de uma classe elitista que detém o poder.

A raiz dessa condição se encontra na posição do país dentro do sistema desigual e combinado¹⁰ na formação capitalista mundial. São muitos os autores, especialmente na sociologia e na economia política, comumente identificados como "intérpretes da formação brasileira", que se dedicaram a tentar entender as dinâmicas próprias da formação social da nação, no contexto da colonização e, posteriormente, do desenvolvimento dependente.¹¹

-

¹⁰ O termo "desenvolvimento desigual e combinado" foi apresentado por Trótski ainda em 1905 para descrever a situação da Rússia no sistema capitalista europeu, apontando como ela se valia do atraso rural para sustentar uma indústria poderosa. Em termos internacionais, o conceito serve para mostrar como, no mundo capitalista, países mais desenvolvidos dependem do subdesenvolvimento de outros, e foi retomado no Brasil pelos intérpretes da formação nacional, em especial Florestan Fernandes e, posteriormente, por Francisco de Oliveira, que critica em *Crítica à razão dualista* (1972) a visão dualista da Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL) entre o moderno e o atraso, no período da expansão do modelo industrial no Brasil, revelando as relações arcaicas na nova estrutura econômica e social que se iniciavam no país, pela qual, ao contrário, o *moderno* se alimentava do *atraso*.

¹¹ Pode-se citar desde os fundadores dessa reflexão, como Sérgio Buarque de Holanda, Gilberto Freyre e Raymundo Faoro, até representantes das diversas correntes de pensamento que se formaram depois, nem sempre confluentes, com muitas variações entre elas, mas todas tendo em comum a interpretação do Brasil em suas especificidades: Caio Prado Jr e os pensadores do chamado subdesenvolvimentismo, como Ruy Mauro Marini e Gunder Frank; outros nomes como Oliveira Vianna, Milton Santos, Ignácio Rangel, Darcy Ribeiro; os pensadores Cepalinos, como Celso Furtado, Maria da Conceição Tavares e, de forma mais independente mas vindo da mesma escola, Francisco de Oliveira; os autores da corrente sociológica

Não seria o caso de fazer essa discussão aqui, porém cabe entender brevemente as especificidades da formação social e política brasileira, com base agrária, com o território, desde a colonização, dividido em grandes latifúndios, e o Estado sendo apenas instrumento para a exploração colonial destinada à metrópole. No Brasil, em nenhum momento histórico há uma ruptura efetiva no papel do Estado, sempre garantidor dos interesses patrimoniais de uma elite que se forma a partir dos proprietários coloniais, mas se amplia e diversifica com o tempo, abarcando, além do setor fundiário, também a indústria e o setor financeiro.

Alguns conceitos primordiais para o entendimento da formação brasileira, serão, desta forma, examinados aqui. Holanda (1936) e Faoro (1958) utilizam-se do conceito weberiano de patrimonialismo para explicar a falta de distinção entre o que é patrimônio público e patrimônio privado dos governantes e por parte deles no Estado brasileiro. O patrimonialismo foi herdado do Estado português e se constituiu como marca do país, mesmo após a sua independência. Faoro coloca que a estrutura estamental patrimonialista se desenvolve na presença de um corpo administrativo que orienta politicamente as suas decisões, comandando os ramos civil e militar e orientando as esferas econômica, política e financeira de um país. Desta forma, as políticas públicas brasileiras herdeiras do estamento português não chegaram a ser exatamente "públicas", destinadas a favorecer o coletivo da sociedade e a busca de sua autonomia, mas sim uma elite dominante que se articula de diversas formas, de acordo com o contexto histórico.

A burguesia brasileira nuca teve impulsos revolucionários para realizar uma revolução nacional e democrática, mostrando-se ultraconservadora e dependente. Florestan Fernandes (1968) denomina as revoluções burguesas que acontecem dentro dos marcos da dependência como "atrasadas". Diferentemente do caso clássico, associado às revoluções inglesa e francesa, em que a burguesia se une às massas camponesa e urbana contra o antigo regime, as burguesias atrasadas, no intuito de manter o seu privilégio, dificultam a ação política das massas populares, seja de forma conciliatória ou pela ação autoritária (DEBRUN, 1983), mantendo-se em um estado de contrarrevolução permanente, restringindo qualquer possibilidade de questionamento e de ruptura da condição de dependência.

-

paulista, Florestan Fernandes, Antonio Cândido, Maria Sylvia de Carvalho Franco, Otavio Ianni, Fernando Henrique Cardoso etc. Essa lista não se pretende evidentemente exaustiva, mas apenas permite situar o leitor sobre os chamados "interpretes da formação nacional".

A natureza patrimonialista da sociedade brasileira se atualizou, passando por inúmeros rearranjos, reagrupamentos e conflitos internos. Aos proprietários de latifúndios somaram-se uma elite comercial de imigrantes, a burguesia industrial e uma pequena sociedade de consumo, constituindo uma classe dominante de fato, beneficiária desse sistema, correspondente a 30% da população (FERREIRA, 2017).

Tal dinâmica se generaliza por toda a sociedade, que reproduz as mesmas lógicas de dominação. Essa condição subalterna que associa o capitalismo a características intrínsecas da formação brasileira apresenta como consequência uma sociedade intolerante e preconceituosa no que tange às condições de vida dos mais pobres. A persistência do racismo, enraizada na sociedade brasileira de forma velada, é uma das condições mais graves.

A análise das características endógenas de nossa formação e os conflitos de seus atores, sobretudo de nossas elites, podem ser encontradas em estudos de diversos autores, a exemplo de Victor Nunes Leal (1975), que trabalha o conceito de coronelismo e a aceitação do mandonismo, baseado em um sistema de barganhas entre o governo e os coronéis e entre estruturas paraestatais de poder que se desenvolveram ao longo da primeira república, cujos elementos das dinâmicas podem ser reconhecidos em funcionamento ainda hoje em nossa sociedade. Schwarz (2000), por sua vez, desenvolve o conceito de "favor", a partir da obra de Machado de Assis, contribuindo para a compreensão do coronelismo e mandonismo e, em consequência, das bases de nossa sociedade patrimonialista. Fundamentando-se em categorias trabalhadas por Franco (1983), o autor mostra três classes que se relacionam com o processo produtivo no período colonial, o latifundiário e o escravo, cuja relação de forças é clara, e o "homem livre", na prática, dependente, cujo acesso à vida e aos seus bens necessitava do favor direto ou indireto dos que detinham riqueza e poder. A esses conceitos, Sérgio Buarque de Holanda acrescenta a questão da "cordialidade", expondo a interferência da esfera privada e suas relações patriarcais e paternalistas na esfera pública de poder.

Com base no contexto histórico-estrutural brasileiro, Ferreira (2017) identifica algumas características fundamentais de nossa sociedade, que impactam diretamente na produção do espaço. São elas: 1) Predominância da propriedade como valor central da sociedade; 2) A imiscuição entre público e privado, patrocinada por ambos os campos; 3) A confusão e promiscuidade permanentes entre legalidade e ilegalidade; 4) O tratamento familiar, escamoteado e minimizado dos conflitos sociais.

Com base no exposto acerca da formação política e social brasileira, e considerando a sua posição dentro do capitalismo mundial, podemos compreender as diferenças na adoção do keynesianismo pelos países centrais em relação ao Brasil. Enquanto os primeiros apresentaram uma feição democrática – mesmo que às custas de sua expansão imperialista – alavancando um ciclo virtuoso no seu estágio intensivo, contando com a implementação de um modelo de Estado de Bem-Estar Social, aqui tivemos um keynesianismo peculiar (MANTEGA, 1997; OLIVEIRA, 2003). Apesar de passarmos por um crescimento econômico significativo, aqui não foi necessário alavancar o consumo, já que o modelo econômico se baseava nas exportações e na expatriação dos excedentes (DEÁK, 1991). As classes dominantes se organizaram em diferentes arranjos, sem haver a necessidade em momento algum de romper com a lógica patrimonialista. O Estado e a sociedade foram, dessa forma, condicionados à manutenção da pobreza, à segregação socioespacial e à urbanização desigual.

A partir da segunda metade do século XIX, a expansão da economia agroexportadora do café cria condições para a acumulação do capital, que ganha relevo entre as décadas de 1930 e 1950. O Estado brasileiro privilegia os setores da alta renda, conduzidos pelo interesse do mercado imobiliário.

O período de Juscelino Kubitschek, em meados da década de 1950, marcado pelo desenvolvimentismo industrial e incorporado pelo plano de metas, aprofunda ainda mais a acumulação de capital, valendo-se do baixo custo de reprodução da força de trabalho, que influencia diretamente no urbano. Imigrantes e trabalhadores se voltam para as periferias da cidade, que começam a se conformar de forma horizontal e excludente. As habitações dessa força de trabalho são construídas pela autoconstrução em seus momentos de folga. Erminia Maricato (1997) denomina essa política de industrialização com baixos salários, ou urbanização com baixos salários.

A distribuição desigual de renda acentua-se cada vez mais: a questão nacional e a democracia foram progressivamente apartadas da vida política nacional. Os organismos multilaterais de financiamento reforçam tal modelo. O lema do nosso milagre econômico no período foi crescer para depois distribuir, justamente o oposto do modelo do Estado de Bem-Estar Social (FERREIRA, 2017).

Durante o período do regime militar, a classe dominante passa por uma verdadeira revolução cultural, porém decide manter o conservadorismo nas suas relações econômicas e sociais (SCHWARZ, 1977), aceitando o subdesenvolvimento como um fato natural, estabelecendo como princípio básico os ideais provenientes dos Estados Unidos,

do "desenvolvimento com segurança" (SAMPAIO, 2001), mostrando-se mais intolerante com qualquer manifestação social e caracterizando a contrarrevolução (OLIVEIRA, 2013).

O proletariado dá início, nessa conjuntura, à construção de um sujeito autônomo, que começa a se organizar e reivindicar direitos e cidadania. Esse movimento cresceu devido ao fim da prática de cooptação e da identificação de lideranças populares como inimigas, vindas da simbologia e da prática do populismo, evidenciando o desgaste do regime militar, que anuncia seu fim em março de 1985 (MARICATO, 2013). A emergência dessa nova classe acabou duramente golpeada pelo impacto da globalização sobre o mundo do trabalho (SCHWARZ, 2000).

No período da globalização, dentro das dinâmicas impostas pelos novos paradigmas econômicos, a questão da terra se agravou no país. Ferreira (2007) mostra como o discurso da globalização na década de 1990, em torno do mito da "competitividade da cidade-global", consentiu o aumento de investimentos públicos em somente uma parte da cidade, aquela de interesse do mercado imobiliário, majoritariamente local, muitas vezes não mostrando vínculos com o capitalismo financeiro globalizado, apesar de termos algumas ações específicas em que megaprojetos são desenvolvidos junto aos grandes patrocinadores do mercado global, por meio da mercantilização da cultura, como aconteceu, por exemplo, na Copa do Mundo de 2014, através da violação de leis e direitos pré-estabelecidos no país.

A partir do final do século XX vivemos uma nova reestruturação capitalista com o surgimento do neoliberalismo, que, dentre seus princípios básicos, está a defesa do Estado mínimo e da livre circulação de capitais internacionais. Nas cidades brasileiras, estes ajustes se confundem com as raízes estruturais de nossa formação, intensificando a concentração de poder das elites dominantes. Nesse contexto, o espaço urbano é entendido como instância ativa para a sua dominação econômica e ideológica.

A produção do espaço urbano no Brasil segue uma lógica desigual, explícita na intencionalidade da sociedade patrimonialista, ou seja, não por incapacidade do Estado, mas pelo objetivo de contrariar o equilíbrio de forças envolvidas no processo de construção da sociedade, foi desenvolvida uma eficaz política de segregação espacial.

A primeira relação desse desequilíbrio reflete na questão da terra, "um nó na sociedade brasileira e também nas cidades" (MARICATO, 2013), cujo acesso é controlado por elites econômicas e políticas. A legislação é muitas vezes ineficaz quando

contraria os interesses dessa elite ou quando se volta para os direitos sociais. O processo de crescimento das cidades, consequentemente, se deu de forma horizontal e excludente, formando enormes periferias. O mercado residencial, do mesmo modo, dá-se de forma restrita, cuja solução é muitas vezes a autoconstrução em terras ocupadas informalmente, localizadas em encostas inseguras, áreas de mananciais, beiras de córregos de grande fragilidade ambiental, sob o consentimento do Estado e do conjunto da sociedade. Cerca de 70% da população é historicamente excluída do mercado residencial legal, procurando outras formas de moradia (FERREIRA, 2017).

A cidade legal, dotada de infraestrutura urbana, é, da mesma forma, afetada pela natureza patrimonialista do Estado, não oferecendo a mesma qualidade de vida urbana que muitas cidades europeias, estas desejadas pelos segmentos de classe alta da sociedade, caracterizando as "ideias fora do lugar" (SCHWARZ, 2000). A ocupação dessa parcela da cidade é exclusivista e segregadora, desprezando a qualidade de vida urbana e o espaço público, muitas vezes com o auxílio de leis urbanísticas.

O modelo de construção desses espaços acontece majoritariamente por meio de condomínios fechados e fortificados que negam a cidade e substituem os seus espaços públicos, dotados de comércio e áreas de lazer, por espaços privativos, que contam até mesmo com "dog walks", espaços exclusivos para o animal de estimação do proprietário se exercitar. Ironicamente, nesses mesmos edifícios a legislação aprova "depósitos" de 2 metros quadrados, sem aberturas, destinados ao uso "ilegal" como quarto de empregadas, mas corroborado pela sociedade como um todo. Outros exemplos são o alto consumo de água por unidades, que contam com múltiplas suítes, e a impermeabilização do solo dentro desses espaços, muitas vezes ocupados por garagens. A opção pelo modelo de mobilidade baseado no automóvel individual, sem investimento suficiente em transporte público, torna-se incompreensível para a racionalidade econômica e qualidade de vida urbana, porém é também perfeitamente explicável pela lógica do subdesenvolvimento¹² (FERREIRA, 2017).

Os assentamentos informais nas metrópoles do país também se multiplicaram dentro da cidade legal, em espaços esquecidos pelo poder público, pelo mercado

_

¹² A desigualdade social pode ser percebida de acordo com a dificuldade de acesso à mobilidade de grande parte da população. De acordo com a Associação Nacional de Transporte Público, um levantamento realizado nas seis maiores metrópoles brasileiras indica que 29% das viagens eram feitas por transporte público, 9% por meio do automóvel e 44% a pé (MARICATO, 2017).

imobiliário e pela sociedade – os espaços públicos são vistos majoritariamente como perigosos e degradados.

No entanto, nossa estrutura social e política não é tão monolítica, e muitos arranjos podem ser criados e recriados dentro do contexto histórico-estrutural do país. Já tivemos governos mais comprometidos com as demandas populares, contando com experiências participativas, bem como a organização de movimentos populares em torno de direitos. Atualmente diversos movimentos estão se organizando no globo, bem como nas cidades brasileiras, trazendo novos paradigmas de atuação, voltados substancialmente para o espaço público, reivindicando o "direito à cidade" (LEFEBVRE, 2016), e buscando uma nova cultura dentro da sociedade, com valores renovados dentro da democracia. Esse novo paradigma dentro dos movimentos sociais ainda está longe de ser majoritário, mas traz elementos novos para o fortalecimento da esfera pública dentro da nossa sociedade. O presente trabalho procurará se aproximar desses novos atores que despontam na cena urbana na virada do século, com vistas ao seu entendimento de cidade e atuação dentro dos espaços públicos.

1.5 A ESFERA PÚBLICA NO CONTEXTO DO URBANO NO BRASIL

"Considerando-se que o país acumula mais de 500 anos de história, contabiliza menos de 10% deste tempo com regime democrático" – Marcio Pochmann.

Dentro do exposto sobre a constituição histórico-estrutural brasileira e a produção do espaço, infere-se que a esfera pública do país é ainda frágil e instável. Desta forma, este tópico procurará compreender a constituição democrática de nossa sociedade com base na produção dos seus espaços.

Será também evidenciado alguns dos movimentos e lutas sociais que se constituíram no país, com o objetivo de identificar diferentes utopias que contribuíram para a formação de nossa sociedade, bem como de nossas cidades, apesar de revelarem um histórico de repressão e omissão diante das forças antirreformistas em seus cinco séculos de existência, apresentando entraves para a formação de espaços mais democráticos.

1.5.1 Brasil Colônia (1500-1822)

A colonização portuguesa teve grande impacto na organização do território brasileiro, direcionando-se, inicialmente, para a exploração comercial, realizada através

de feitorias fortificadas e instaladas nas zonas litorâneas do país. Os portugueses não se preocuparam em planejar ou construir cidades na América Latina, como foi o caso da colonização espanhola, que se esforçou em estabelecer um prolongamento da metrópole por meio da ordenação e do domínio do mundo recém conquistado (HOLANDA, 2014). Os *ladrilhadores* espanhóis conceberam cidades geométricas que teriam como base uma praça maior, e a partir desta se desenharia o prolongamento das ruas, representando o *cardo* e o *decumanus* nas cidades romanas; enquanto os portugueses foram "'semeadores' de cidades irregulares, nascidas e crescidas ao deus-dará, rebeldes à norma abstrata" (HOLANDA, 2014, p. 131).

A colonização, com predomínio da vida rural, deixou a constituição do espaço urbano para segundo plano, que aconteceu sem o planejamento do Estado português. Holanda (2014) discorre sobre a disposição das casas e ruas nas cidades coloniais:

Na própria Bahia, o maior centro urbano da colônia, um viajante do princípio do século XVIII notava que as casas se achavam dispostas segundo o capricho dos moradores. Tudo ali era irregular, de modo que a praça principal, onde se erguia o Palácio dos Vice-Reis, parecia estar só por acaso no seu lugar. Ainda no primeiro século da colonização, em São Vicente e Santos, ficavam as casas em tal desalinho, que o primeiro governador-geral do Brasil se queixava de não poder murar as duas vilas, pois isso acarretaria grandes trabalhos e muito dano aos moradores (HOLANDA, 2014, p. 130).

Segundo Gohn (1995), a edificação das vilas em São Paulo no século XVI – construção das ruas, muros e casas de taipa – e sua manutenção era tarefa da população, sujeita a multas se não a cumprisse. Aos moradores da vila ainda eram estabelecidos diversos impostos. Essa forma de dominação levou a uma série de atos de resistência.

As exigências a que era submetida a população pela coroa, e principalmente a obrigação constante de pagar fintas à administração local, resultaram em fugas constantes dos habitantes da cidade para o interior. Não para povoar, mas para escapar da "vassalagem" que tinham de prestar à ainda precária administração local. (SILVA, 1984, p. 39 *apud* GOHN, 1995, p. 180-190).

As lutas sociais foram constantes no período colonial do Brasil. Existiram ações de grupos marginalizados, porém estas foram mais isoladas, como por exemplo as revoltas escravas. Os movimentos mais significantes foram predominantemente desencadeados por elites dominantes, que contavam com o apoio popular.

Segundo Holanda (2014), a burguesia lusitana dispunha de fácil ascensão social, o que se constituiu em aspirações e atitudes da nobreza, a qual desejava se igualar. Dessa relação, nasce o *homem cordial* que, através de um padrão pessoal e afetivo, dificultava

a incorporação de outros agrupamentos, tornando difíceis as relações impessoais, características do Estado. O autor coloca que

[...] a democracia no Brasil foi sempre um lamentável mal-entendido. Uma aristocracia rural e semifeudal importou-a e tratou de acomodá-la, onde fosse possível, aos seus direitos e privilégios, os mesmos privilégios que tinham sido, no Velho Mundo, o alvo da luta da burguesia contra os aristocratas (HOLANDA, 2014, p. 192).

A partir da descoberta das minas no interior do Brasil, um afluxo maior de emigrantes excedeu a faixa litorânea. A Coroa, assim, interveio de forma mais determinante no espaço, ainda que por meio de repressão e autoritarismo, com o intuito de lhe tirar o maior proveito do que de edificar algo permanente.

Gohn (1995) coloca que, com a intensificação da busca por pedras e minas no interior paulista, já no século XVII, aconteceu uma inversão da função dos agentes na construção do espaço público: *os espaços para uso de bem comum*, ou seja, aqueles vitais para a circulação de homens e mercadorias, passaram para a incumbência do Estado. Benfeitorias públicas, como chafarizes e bicas, tornaram-se elementos da cidade.

Desta forma, as noções de espaços público e privado começaram a nascer, ainda que com a intenção de garantir os interesses econômicos da Colônia ou de proprietários individuais, em vez de se voltar para o bem-estar de uma maioria, motivando as relações de clientelismo e corrupção.

No século XVIII, o Estado português assumiu a função de organizador geral do espaço urbano e das suas formas e modos de ocupação, sobrepondo os interesses públicos aos privados e consolidando-os. O investimento urbano se intensificou, através de medidas de embelezamento. Largos, praças, chafarizes e ruas são criados nas cidades, a princípio com a resistência da população, por resultar em mais impostos e mais trabalhos comunais.

Nesse momento surgiram as lutas e os movimentos pela independência do país, calcados nos ideais iluministas europeus. Muitas de suas lideranças haviam estudado em outros países ou tiveram contato com líderes no exterior (ideias fora do lugar). O desejo de libertação da metrópole e da Igreja, que passaram a representar o atraso e a impotência, unido a um desejo pela liberdade de comércio, contou com o apoio da elite conservadora rural do país. A proclamação da Independência do Brasil se deu no ano de 1822, e a aprovação da primeira Constituição brasileira em 1824. Esta última contou com uma ínfima participação popular, apesar da atuação desses atores ser fundamental no processo, por conta das rebeliões de luta armada.

De acordo com o arquiteto Jorge Francisco Liernur (1998), a América Latina passou por um segundo descobrimento no século XIX, ao se incorporar na economia mundial, apresentando condições físicas para a sua exploração. Sistemas leves de préfabricação de materiais como a madeira, o ferro e chapas de zinco passaram a ser importados, e as cidades e territórios do continente foram vigorosamente modificados: a combinação entre o capital e a tecnologia modificou vales, colinas, montanhas e o mar, criando, desta forma, novas paisagens (LIERNUR, 1998).

No Brasil, a cultura das cidades começa a se sobrepor ao meio rural com a passagem da economia da cana-de-açúcar para a economia cafeeira, que se adequava mais aos modos de vida modernos. As cidades e vilas do país passaram por diversas transformações no período, tornando-se pontos de comercialização e de outros assuntos relativos à produção do café. Os investimentos públicos foram concentrados nas áreas ocupadas pelos setores de alta renda, capitaneados pelos interesses do mercado imobiliário. Em São Paulo, tais investimentos se voltaram para o quadrante sudoeste da cidade, enquanto no Rio de Janeiro, para a zona sul (VILLAÇA, 2001). Um novo padrão de uso e ocupação do solo foi estabelecido. As cidades ganharam um programa de necessidades que contava com equipamentos até então inexistentes, como hotéis, jardins, praças, calçamentos, iluminação a gás, sistema de abastecimento de água, transportes urbanos e etc. As ruas passaram a ser nomeadas e as casas numeradas. Essas transformações, por sua vez, intensificaram o processo de segregação socioespacial nessas cidades. Muitos *espaços para uso de bem comum* começaram a ser privatizados:

O questionamento sobre a propriedade e uso do solo passa a ser tema frequentemente discutido em nível institucional, com a câmara procurando, cada vez mais, atuar no sentido de satisfazer às exigências dos proprietários, sem, contudo, prejudicar o comércio, atividade econômica extremamente importante para a cidade (SILVA, 1984, p. 142 *apud* GOHN, 1995, p. 186).

Uma massa da população composta por homens livres e ex-escravos, sem proventos para pagar aluguéis, sobrevivia em cortiços e mocambos. Empregados ambulantes, prostitutas, mendigos e artistas de rua perambulavam pelas ruas, compondo a chamada *turba urbana*¹³ (GOHN, 1995).

A abolição da escravatura teve papel fundamental na consolidação da economia cafeeira no país e consequentemente na formação das cidades. A luta dos escravos surgiu com força na segunda metade do século XIX, mediante de vitórias pontuais: a Lei Eusébio

_

¹³ Gohn faz referência ao livro de Hobsbawm, Rebeldes Primitivos, ou La Turba urbana.

de Queiroz (1850), que aboliu o tráfico negreiro no país, foi promulgada devido a pressões externas; a Lei do Ventre Livre (1971) tornou livres os filhos de escravos nascidos desde o ano de sua publicação; e, enfim, a Abolição da Escravatura (1888), que se desenrolou após intensas lutas no período entre 1978 e 1988, foi decretada com a Lei Áurea.

Nesse período, aconteceram ainda muitas reivindicações populares por melhorias urbanas nas cidades através de comícios que ocuparam os novos jardins e praças executados. No Rio de Janeiro, os comícios do abolicionista e republicano José Lopes Trovão¹⁴ (1848-1925) provocaram uma enorme presença das massas nesses espaços.

Um grande contingente de imigrantes europeus se estabeleceu no país naquele momento, constituindo uma nova massa trabalhadora. O movimento dos imigrantes por melhores condições de trabalho e moradia promoveu uma expressiva ação anarcossindicalista de ideologia social-libertária no país, que perdurou nas últimas duas décadas do século XIX e nas duas primeiras décadas do século XX.

Os movimentos das sociedades e das associações de auxílio mútuo, uma forma de associação das classes populares atuante na economia e na cultura, também começaram a se formar no período. Elas ganharam força e cresceram numericamente a partir de 1890, quando receberam estatuto jurídico, e sobreviveram até a primeira metade do século XX.

A Lei de Terras também foi sancionada nesse momento, no ano de 1850, influenciando significativamente na divisão das terras no país ao criar um mercado legal de terras e tornar ilegítima a ação dos grileiros ante a dos posseiros. A lei de terras foi fundamental para dar caráter comercial à propriedade fundiária rural, consolidando a dominação dos latifúndios em todo o país, em especial na cidade de São Paulo. No âmbito urbano, esta teve impacto na ordenação do solo, já que diferenciou, pela primeira vez, o que era solo público e privado (FERREIRA, 2017).

Uma série de movimentos messiânicos foram registrados desde então. De acordo com Gohn (1995), apesar da historiografia tradicional registrá-los como simples movimentos de fanatismo religioso, estes atuaram como resistência às oligarquias rurais na luta pela reforma agrária, embora não tivessem projetos políticos ou ideológicos

¹⁴ José Lopes Trovão foi jornalista, dono do jornal *Gazeta da Noite*. Entre os protestos que liderou, ficou conhecida a Revolta do Vintém, contra tributo a ser cobrado sobre o transporte público feito por bondes de tração animal. Este protesto foi o primeiro voltado para a melhoria dos serviços públicos urbanos. Cf. BATISTA, 2013.

definidos. Como exemplo podemos citar a guerra de Canudos, na Bahia (1874-1897), e a revolta dos Muckers, no Rio Grande do Sul (1874).

1.5.2 Século XX

As metrópoles brasileiras passaram por um forte impacto e uma rápida expansão no século XX, fundamentados na consolidação das indústrias. Inicialmente desejando atrair o capital estrangeiro, as ações do poder público se voltaram para um processo de embelezamento nas principais cidades, contando com arquitetos e paisagistas vindos de outros países. A urbanista Ana Castro (2016), avalia que o projeto do Vale do Anhangabaú em São Paulo, de 1917, até então ocupado pelos quintais das ruas Nova de São José (atual Líbero de Badaró), é idealizado nesse momento pelo arquiteto francês Joseph Antoine Bouvard, que, chamado pela prefeitura para dar sua palavra de especialista, teve a tarefa de conciliar os interesses público e privado para o local. Bouvard também apresentou o projeto para o futuro Parque Dom Pedro II, situado na várzea do Carmo, a partir da canalização do rio Tamanduateí. De acordo com Castro (2016),

Esse grande parque teria a função de ligar o centro da cidade à sua porção operária, que a essa altura também se estendia cada vez mais para leste, a partir do eixo ferroviário. Ou, talvez, de separar a cidade do trabalho da cidade cartão postal, que avançava mais para o oeste.

São Paulo se transformou nesse momento em uma metrópole cosmopolita e um importante centro financeiro. A opção pelo modelo rodoviarista de transporte na cidade, com início na década de 1920, retificando e canalizando rios, passou a ordenar os espaços públicos de acordo com o fluxo dos automóveis. Este modelo favoreceu a expansão horizontal da cidade e o crescimento das periferias.

O quadro de pobreza era dominante na cidade, agravado por ciclos epidêmicos, como o da febre amarela, da varíola, da peste bubônica e de surtos de gripe. Gohn (1995) levanta que, apesar da demanda por habitação ser predominante, também se destacaram reivindicações de equipamentos coletivos necessários à reprodução da vida cotidiana. A cultura e o lazer se tornaram importantes na formação dos bairros e de identidade entre as classes trabalhadoras. São dois os agentes que atuaram na construção destes espaços públicos: o Estado e a Igreja, sendo que esta última organizava sessões de cinema em salas de espetáculos, concorrendo com festivais de movimentos anarquistas. Tais movimentos, por sua vez, tiveram grande influência nessa época junto à classe operária, por meio de processos pedagógicos de politização e conscientização. As festas

organizadas por eles, inicialmente em salões, ganharam as praças públicas, porém com bastante resistência. Houveram, por exemplo, boicotes oficiais do transporte de bondes em determinados eventos.

Dentro da cidade dita legal, destaca-se o nascimento de um projeto moderno para as cidades da América Latina em torno de 1940-1950, momento em que a arquitetura moderna teve importante destaque, especialmente a brasileira. O movimento moderno na arquitetura colaborou para a formulação de uma identidade nacional, sobretudo para o Estado Novo.

A partir da década de 1970 esse projeto falhou gradativamente, perdendo sua legitimidade, e abrindo espaço, inicialmente, para as empresas de construção pesada, que deram origem às atuais transnacionais brasileiras, e, posteriormente, para as incorporadoras e construtoras de edificações, cujo desempenho modificou o perfil das cidades no país (MARICATO, 1997). Essa questão será retomada no Capítulo 4 deste trabalho.

Arantes, Vainer e Maricato (2000) reiteram que o modelo de planejamento urbano modernista, aplicado apenas na parte da cidade dita formal ou legal, formou um mercado restrito e especulativo no país, que ignorava a grande maioria da população, *um lugar fora das ideias*, reproduzindo, desta forma, relações clientelistas de poder.

Podemos dizer que se trata de ideias fora do lugar porque, pretensamente, a ordem se refere a todos os indivíduos, de acordo com os princípios do modernismo ou da racionalidade burguesa. Mas também podemos dizer que as ideias estão no lugar por isso mesmo: porque elas se aplicam a uma parcela da sociedade reafirmando e reproduzindo desigualdades e privilégios. Para a cidade ilegal não há planos, nem ordem. Aliás ela não é conhecida em suas dimensões características. Trata-se de um lugar fora das ideias (ARANTES; VAINER; MARICATO, 2000, p. 122).

A força de trabalho barata, excluída do mercado formal e das políticas públicas, produziu boa parte da cidade com suas próprias mãos e por meio de suas próprias regras, em que as casas eram executadas por autoconstrução (construções feitas pelos próprios moradores nos seus dias de folga e finais de semana). Essa forma de *urbanização dos baixos salários* (MARICATO, 2009) foi fundamental para o crescimento expansivo de São Paulo sem precedentes, dentro do processo de acumulação capitalista periférico.

¹⁵ O papel da autoconstrução no rebaixamento do valor da força de trabalho é discutido por Francisco de Oliveira (2013), Sergio Ferro (2006) e Ermínia Maricato (2017).

Dentro desse contexto, os primeiros passos para a formulação do movimento pela Reforma Urbana foram dados, na ocasião do Congresso Nacional de Arquitetos em 1963, promovido pelo Instituto dos Arquitetos do Brasil, em que foram aprovadas uma proposta para a reforma fundiária apoiada na Reforma Agrária e também a criação de uma estrutura governamental para esse fim. Esse processo foi interrompido pelo Golpe Militar de 1964.

A resistência à ditadura, por sua vez, mobilizou organizações da sociedade civil, movimentos, entidades de profissionais, Organizações Não Governamentais (ONGs) e sindicatos pela conquista do "Estado de Direito". Segundo Maricato (2009, p. 23, grifo meu), "a questão da democracia nunca antes fora colocada no foco central das lutas populares e de esquerda como nessa oportunidade", que se configurou no período de redemocratização brasileira. O cenário de participação social em torno do processo constituinte aumentou, sendo que o movimento pela Reforma Urbana elaborou uma proposta de lei que seria inclusa na Constituição Federal por meio dos artigos 182 e 183; um avanço na política pública para atender os objetivos da reforma urbana, acolhendo temas como a participação democrática na gestão das cidades, a justiça social e a igualdade.

Em 1987 foi criado o Fórum Nacional de Reforma Urbana, ¹⁶ que teve como premissa consolidar uma agenda unificada para as diversas reivindicações pontuais e específicas dos movimentos. A Reforma Urbana se fundamentou no direito à terra urbana e à cidade, bem como na participação das decisões sobre a gestão urbana (MARICATO, 2009). ¹⁷

No início da década de 1980, e sobretudo a partir de 1985, com o fim da proibição da eleição direta dos prefeitos das capitais, aconteceram as primeiras experiências democráticas de administração municipal, ¹⁸ como foi o caso de São Paulo e

17 O Estatuto da Cidade, Lei Federal nº 10.257/001, que regulamenta os capítulos 182 e 183 da Constituição, foi aprovado somente em 2001. Após a eleição do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, foi criado o Ministério das Cidades e, no ano seguinte, o Conselho das Cidades, um órgão consultivo aberto para a participação dos movimentos socias.

_

¹⁶ O movimento pela Reforma Urbana reuniu movimentos sociais (moradia, transporte, saneamento), associações de profissionais (arquitetos, advogados, sanitaristas, assistentes sociais, engenheiros), entidades sindicais, entidades acadêmicas e de pesquisa, ONGs, integrantes da igreja católica (egressos do movimento religiosos denominado teologia da libertação), servidores públicos, além de prefeitos e parlamentares do campo da esquerda.

¹⁸ Maricato (2009) levanta que essas experiências de gestão municipais fundamentaram uma "nova escola de urbanismo", cujas matrizes teóricas se encontravam na escola francesa de sociologia urbana e nos autores que pensaram a sociedade brasileira. Muitos profissionais, inclusive arquitetos que buscavam atuar fora da arquitetura de mercado, foram atraídos por esse movimento.

Porto Alegre. Esta última contou com o instrumento do orçamento participativo, que viabilizou o controle social sobre os gastos públicos da cidade. De acordo com Maricato (2009), esse momento foi importante por implementar novos espaços de participação social e política na gestão estatal.

Durante duas décadas, espaços e instituições vistas como "do poder", opacos e fechados para os militantes sociais, começaram a se abrir. Lideranças sindicais e sociais elegeram-se para cargos executivos. Companheiros que antes estavam ombreados, participando das manifestações, protestos, debates, formulação de propostas de agenda para a disputa do fundo público, agora encontravam-se chefiando governos ou agindo nos parlamentos por meio de denúncias, oposição às iniciativas conservadoras, propondo novos projetos e leis. Conselhos participativos institucionais se multiplicaram em todos os níveis e sobre vários temas, e tudo isso acompanhado de inquestionável conquista de um novo aparato legislativo voltado para as cidades (MARICATO, 2009, p. 28-29).

Apesar da euforia desse momento, com processos participativos que romperam importantes barreiras no interior do Estado, as cidades pioraram. A partir dos anos 1990, em um quadro de crise econômico-financeira, as tensões e as desigualdades aumentaram nas metrópoles brasileiras, gerando uma explosão de violência e resultando em um impasse na realidade urbana. A ocasião acompanhou o recuo das políticas sociais, obedecendo ao ajuste fiscal divulgado no Consenso de Washington e aplicado de forma rigorosa nos países da América Latina.

Por outro lado, uma agenda de reformas econômicas liberalizantes que buscavam a integração do país à globalização econômica pautou os rumos da política urbana no Brasil, marcando o período de forma ambígua e contraditória. Esse período se caracterizou pela reestruturação da indústria e ampliação dos serviços, que refletiu na organização das cidades e de seus espaços públicos. Nesse momento assistimos ao investimento em *shopping centers*, hipermercados e condomínios fechados em áreas urbanas mais significativas, pautando uma nova lógica de consumo. Um novo modelo de planejamento urbano — o planejamento estratégico — que conta com técnicas do planejamento empresarial, começou a ser difundido no Brasil e na América Latina, contando com consultores internacionais, especialmente os catalães, após o sucesso de tornar a cidade de Barcelona um centro de serviços e de consumo.

Arantes, Vainer e Maricato (2000) levantam que nesse momento surge o ideário e as práticas do chamado "empreendedorismo urbano", em que a forma das cidades é

determinada por diferentes configurações de conflito entre o seu valor de uso e o seu valor de troca.

Embora se saiba que as cidades modernas sempre estiveram associadas à divisão social do trabalho e à acumulação capitalista, que a exploração da propriedade do solo não seja um fato novo, e que haja, como mostrou à exaustão Lefebvre e depois toda a geografia humana recente — uma relação direta entre a configuração espacial urbana e a produção ou reprodução do capital, como estamos vendo, há algo de novo a registrar nessa fase do capitalismo em que as cidades passaram elas mesmas a ser geridas e consumidas como mercadorias (ARANTES; VAINER; MARICATO, 2000, p. 26).

A cultura assume o importante papel de ideário para impulsionar o crescimento das cidades, como ainda destacam os autores:

[A cultura é o] novo combustível sem o qual a coalizão não fabrica os consensos de que necessita, pois se trata de uma máquina ideológica acionada pelos que administram tanto a construção física quanto a ideacional dos recursos capazes de impulsionar o desenvolvimento dentro e através dos "lugares" da cidade, apropriadamente denominados *urban imageneers* (ARANTES; VAINER; MARICATO, 2000, p. 31).

Dessa forma, cada vez mais as cidades brasileiras começaram a ser encaradas como um negócio, produzindo localizações a partir de subsídios públicos em parceria com entidades privadas que em geral priorizam o seu lucro, aumentando a desigualdade, a violência e a qualidade dos espaços públicos, em torno do *mito da cidade-global*, como apresenta Ferreira (2007).

As periferias das grandes cidades passaram por mudanças dentro do processo de globalização. O espraiamento das indústrias, dos serviços e dos condomínios residenciais, apoiado pelo modelo rodoviarista de expansão, começa a disputar o espaço anteriormente ocupado apenas pela população excluída das áreas centrais, tornando-o muito mais complexo (MARICATO, 2009).

Dito posto, percorreremos mais algumas das principais lutas e movimentos sociais que aconteceram durante o século XX, a fim de contextualizar a participação da população em suas diferentes causas e atuações, distribuídas nas diferentes fases que compõe o período: *Primeira República (1900-1930)*, *Era Vargas (período pós revolução de 1930 até a queda do Estado Novo)*, *República populista ou nacional-desenvolvimentista (1945-1964)*, *Regime militar (1964-74)*, *Período de 1975-1982*: *Redemocratização*, *Período de 1982 ao fim do século*. Este levantamento teve como

principal referência o livro *História dos Movimentos e Lutas Sociais*, da socióloga Maria da Glória Gohn (1995).

1.5.3 Primeira República (1900-1930)

Os movimentos e lutas sociais na Primeira República concentraram-se na questão do trabalhador imigrante, através da criação de organizações anarcossindicalistas. Os trabalhadores realizaram diversos congressos e participaram de inúmeras greves. Eles se opunham às formas de poder já estabelecidas, atuando na cultura e na educação da população por meio de ação direta. As associações de auxílio mútuo também se destacaram no período, participando ativamente de ações, reivindicando equipamentos urbanos coletivos.

As camadas médias da população assomaram o cenário de lutas e manifestações nacionais, destacando-se o movimento modernista na busca de uma nova linguagem para o país, por meio da renovação das artes e da literatura e inspirado nas vanguardas europeias. O seu marco simbólico foi a Semana de Arte Moderna, organizada em São Paulo, em1922, no Teatro Municipal, na ocasião do centenário da Independência do país.

O movimento tenentista, que culminou na Coluna Prestes (1925-1927), tomou forma a partir da insatisfação dos militares com o governo, somando questões como a falta de democracia, a concentração do poder na mão das elites agrárias e fraudes eleitorais. A Coluna Prestes percorreu o território brasileiro defendendo reformas políticas e sociais, abrindo caminho para a Revolução de 1930.

Nesse período ainda se destacou a Revolta da Vacina, no Rio de Janeiro, em 1904 – uma forte insurreição popular que se deu inicialmente pela forma autoritária que o governo instituiu a vacinação em massa contra a varíola, prevendo multas e demissões para quem recusasse a receber a aplicação. Somando-se à falta de informação da massa da população e a um clima de descontentamento devido a medidas já empreendidas pelo Estado, como a Reforma de Pereira Passos, que desalojou milhares de pessoas para a construção de avenidas, jardins e novos edifícios.

Segundo Nicolau Sevcenko, "A revolta da vacina constituiu-se uma das mais pungentes demonstrações de resistência dos grupos populares do país contra a exploração,

-

¹⁹ Como o autor anarquista David Graeber a define, *ação direta* significa agir e resolver seus problemas sem recorrer à autorização ou à ajuda do governo ou do setor privado. "Direta" significa sem mediadores. Um ato de ação direta é todo aquele em que um grupo de pessoas, uma vizinhança ou uma comunidade se organiza de forma horizontal e autônoma para tratar diretamente daquilo que os envolve. Cf. PARACELSO, 2017.

discriminação e o tratamento espúrio a que eram submetidos pela administração pública nessa fase da nossa história" (GOHN, 1995, p. 66).

No ano de 1912 aconteceu ainda a Revolta do Contestado, que se enquadra, tal como a Guerra de Canudos e a Revolta dos Muckers, em um movimento messiânico, mas que se constituiu na luta de camponeses sem terras, posseiros e pequenos proprietários pelo domínio da região do Contestado, localizado na divisa dos estados do Paraná e de Santa Catarina.

1.5.4 Era Vargas: Período pós-revolução de 1930 até a queda do Estado Novo

A Era Vargas inaugurou uma nova etapa na história do país, por meio de um projeto liberal industrializante de maior intervenção estatal, de caráter urbano. Getúlio Vargas assumiu a presidência estabelecendo o fim da Política do Café com Leite, desagradando a elite paulista, e permaneceu no poder por quinze anos consecutivos. Seu governo defendeu um programa de reformas políticas e a defesa da representação popular.

A partir da crise de 1929, verificou-se no país uma superprodução do café, produto base da economia brasileira, acarretando em uma crise que atingiu diversos setores econômicos, como o da indústria e o do comércio, resultando em um aumento substancial de desempregados e subempregados no país. A partir de 1931 o governo aplicou uma política de extermínio das sacas de café excedentes, comprando-as para incinerar ou jogar no mar.

As forças políticas e econômicas de São Paulo exigiam uma nova Constituinte e o fim do governo provisório de Vargas. No ano de 1932 a maioria da população paulista defendia as reivindicações das elites, o que culminou na Revolução Constitucionalista: um grupo de estudantes de Direito de São Paulo invadiu o Clube 3 de outubro, formado por tenentes apoiadores de Getúlio. Eles foram recebidos a bala, resultando na morte de cinco jovens estudantes – Mário Martins de Almeida, Euclides Bueno Miragaia, Dráusio Marcondes de Sousa, Antônio Américo Camargo de Andrade e Orlando de Oliveira Alvarenga. As iniciais de seus nomes designaram o movimento em oposição à ditadura: MMDC, que terminou derrotado pelas tropas federais.

Uma nova Constituição foi promulgada em 1934, prevendo medidas como o estabelecimento da Justiça do Trabalho e das Leis Trabalhistas, o reconhecimento de sindicatos e associações profissionais, o sistema eleitoral com voto secreto, o voto

²⁰ Este último veio a falecer meses depois, motivo pelo qual sua inicial não consta na alcunha do movimento organizado.

feminino e obrigatório para maiores de dezoito anos. Apesar dos avanços, ainda houve escassa participação popular em sua elaboração.

Após três anos Getúlio Vargas instaura o Estado Novo no Brasil, em 1937, e uma nova Constituição é promulgada, estabelecendo instrumentos de exceção. Nesse período as manifestações ou eventos sociais foram escassos, muito em razão das medidas populistas e de repressão praticadas nesse mandato.

No ano de 1945, Vargas é deposto, pondo fim à ditadura no Brasil. Convém aqui destacar que nas passagens dos regimes autoritários brasileiros – tanto no Estado Novo (1937-1945) como na Ditadura Militar (1964-1985) não houve rupturas profundas. As transações políticas aconteceram de forma articulada com os antigos regimes (POCHMANN, 2014).

1.5.5 República populista ou nacional-desenvolvimentista (1945-1964)

A fase nacional-desenvolvimentista teve início com o governo do general Eurico Gaspar Dutra, ex-ministro da guerra do governo Getúlio Vargas. Em 1946, a quinta Constituição brasileira foi promulgada, garantindo eleições livres e direitos civis.

Getúlio Vargas venceu as eleições em 1950, contando com o apoio das classes populares, de setores da burguesia, de grupos políticos de esquerda e de parte do exército. Acusado de planejar uma República sindicalista no Brasil, e ante uma intensa polarização social, Vargas comete suicídio no ano de 1954.

Nesse momento o mundo vivia o período da Guerra Fria, que estabeleceu uma geopolítica bipolar entre os EUA e a ex-URSS. Diversos conflitos armados foram impulsionados na conjuntura, como a Guerra da Coreia (1950-1953), a Guerra do Vietnã (1955-1975) e a Revolução Cubana (1953-1959).

Diante disso diversos movimentos sociais despontaram em diferentes partes do globo, reivindicando múltiplas questões. O Brasil, da mesma forma, encontrava-se em um tempo fértil em formas de participação popular, por meio de mobilizações e propostas sociais. Esse período foi muito rico culturalmente, destacando-se o cinema, que começa a criar a partir da década de 1950 uma estética nacional, lançando a semente do *Cinema Novo*, o teatro (TBC – 1943, Teatro Oficina – 1958) e a música (surgimento da Bossa Nova).

Ao mesmo tempo, uma nova ordem econômica é constituída com o aprofundamento de negociações multilaterais entre os países sob hegemonia dos EUA. O Brasil abriu o mercado para indústrias norte-americanas e europeias, que instalaram suas

fábricas no território, consolidando uma sociedade de massas, urbana-industrial. A rádio passa a ser um importante meio de comunicação no período, tanto para o lazer quanto para a informação, além de servir como instrumento de controle.

Desde a década de 1950, as cidades cresceram vertiginosamente, sustentadas por enorme fluxo migratório de parcela considerável da população do campo, ancoradas por políticas sociais de cunho clientelístico. As infraestruturas urbanas (transporte, habitação, carestia, eletricidade, entre outras) passaram por um colapso. O custo de vida associado à inflação crescente e à polarização social e territorial levam a uma progressiva mobilização social em torno de temas populares.

Como exemplo, no ano de 1956, a Revolta do Bonde, iniciada por manifestações estudantis contra o aumento das tarifas, cresceu de tamanho, ganhando adesão em todo o país. Veículos de transporte público foram depredados, e a repressão violenta da política a manifestações pacíficas gerou indignação da população (ENTINI; LEITE; SACONI, 2013).

Os movimentos de associações de moradores cresceram vertiginosamente. Segundo Gohn (1995, p. 97, grifo meu), "as associações de moradores foram escolas de formação política em que o aprendiz começava como cabo político eleitoral e seguia como vereador do bairro, e outros cargos mais".

Concomitante ao processo de expansão das periferias urbanas explicitado anteriormente, os movimentos sociais no campo, pela reforma agrária, foram ainda um dos pontos principais na conjuntura. Eles foram associados à defesa do comunismo pela elite agrária. Essa situação perdurou até o ano de 1964, quando se deu o golpe militar e a instauração da ditadura no país.

1.5.6 Regime militar (1964-74)

O período do regime militar no Brasil foi marcado pela repressão, por meio de prisões, torturas e perseguições, acompanhado de diversas lutas de resistência e movimentos de protesto. O governo militar, de ideologia tecnocrática, uniu-se ao empresariado nacional urbano e ao capital estrangeiro com o pretexto de afastar a "ameaça comunista" do país e combater a corrupção. Essa fase ficou conhecida pelo "milagre econômico" na economia, baseada no arrocho salarial da classe trabalhadora e no consumo das camadas médias urbanas.

Enquanto [a esquerda] lutava, sonhava e se subdividia, o operariado urbano crescia numericamente, sob o controle de novas leis (FGTS por

exemplo); a massa proletária urbana também se expandia por meio do mercado de trabalho na construção civil ou no setor de serviços; as periferias das grandes cidades inchavam com os loteamentos populares, dando as bases para os movimentos populares dos anos 70 (GOHN, 1995, p. 103).

O movimento estudantil apareceu como um novo ator político nas décadas de 1960-1970, tanto na conjuntura nacional como internacional, originando um espaço privilegiado de lutas. No Brasil, a universidade mobilizou o operariado e o camponês, reivindicando mudanças no sistema de ensino superior e manifestando-se em protesto à ditadura. O movimento influenciou significativamente os rumos da política nacional, diante da intensa repressão militar. Inúmeras lideranças que atuaram na política nas décadas de 1970 e 1980 foram representantes do movimento estudantil.

No ano de 1968 as Comunidades Eclesiais de Base (CEBs), fundamentadas na Teologia da libertação, começaram a ser implantadas no Brasil. Elas se disseminaram primeiramente na zona rural, e tiveram papel importante na formação das lideranças populares nas décadas de 1970 e 1980, criando movimentos e revitalizando o sindicalismo. Em São Paulo, o Movimento das Pastorais de Periferia Urbana foi implantado no início da década de 1970 pelo arcebispo Arns. O Movimento dos Loteamentos Clandestinos (MLC), em São Paulo, surgiu dessa conjuntura. Nesse momento a regulamentação e a política para casas populares abarcaram somente a camada média da população, por meio do Banco Nacional de Habitação (BNH): "Foi por meio do trabalho dos CEBs, de algumas pastorais de Igreja e da atuação de centros acadêmicos de faculdades de direito que se deflagrou um movimento social de amplitude nacional" (GOHN, 1995, p. 110).

Outro movimento de grande amplitude no período foi o Movimento do Custo de Vida (MCV), que mobilizou a população contra a política econômica defendida pelo regime militar. Este impulsionou diversos outros movimentos que lhe seguiram, como exemplo o Movimento de Luta Contra a Carestia (MCC), em São Paulo, em 1979.

1.5.7 Período de 1975-1982: Redemocratização

A expansão econômica experimentada durante o regime militar propiciou a ascensão social de quase toda a sociedade, porém, apoiada em grande segregação social. Já o período da redemocratização, foi marcado pela crise do petróleo, que desestabilizou a economia mundial e pôs fim ao "milagre econômico", culminando em um período de instabilidade monetária com altas taxas de inflação. Esse cenário foi fundamental para os

novos movimentos sociais se organizarem, diante de evidentes abusos do governo nos anos precedentes. Foi das periferias urbanas que surgiu o Movimento de Organização de Base, com importante atuação em torno da redemocratização do país, a partir de políticas públicas.

O movimento sindical na região do ABC Paulista teve início no ano de 1976, com forte influência do Sindicato dos Metalúrgicos, diante da sua relevância na economia nacional. Com base em assessorias próprias, como o Departamento Intersindical de Estudos e Estatísticas Sociais e Econômicas (DIEESE), começou a questionar dados oficiais dos ministérios federais. Os movimentos sociais urbanos surgidos nesse momento, com o apoio das CEBs, começam a reivindicar o direito à cidadania e às políticas públicas, a partir do questionamento do Estado como lugar e instrumento privilegiado de mudanças sociais. O espaço cotidiano torna-se um novo lugar para a política, contando com a participação das mulheres, que terão papel fundamental no processo. Lutas e ocupações, passeatas e manifestações que vieram desse processo romperam o "círculo de ferro" que isolava a classe trabalhadora, sendo que a sua reprodução social precisou ser debatida publicamente, e não podia mais ser escondida (ARANTES, 2011).

O Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) manifestou-se incialmente no ano de 1978, quando organizou sua primeira ocupação em Santa Catarina. No ano de 1984, este se formalizou em um primeiro encontro nacional, ocorrido no estado do Paraná. O movimento passou a ser o principal espaço de luta pela reforma agrária no país, contando inicialmente com o apoio da Igreja Católica e, depois, da Central Única dos Trabalhadores (CUT).

1.5.8 Período de 1982-1985

A década de 1980 foi bastante rica do ponto de vista das experiências político sociais. Em 1982 ocorreu a primeira eleição direta para os governadores estaduais desde o regime militar, abrindo caminho para as *Diretas Já*, quando uma multidão se mobilizou em passeatas e comícios, reivindicando as eleições diretas para a presidência da república e outras demandas, como a redução do mandato presidencial, o processo constituinte, o ressurgimento das centrais sindicais e a criação de entidades organizativas amplas do movimento popular.

Dentro desse contexto, a crise econômica aumentava junto à inflação. Diante de uma onda ainda crescente de desemprego, a população iniciou greves, saques a

supermercados e linchamentos populares. Diversos movimentos somaram-se a esse momento em todo o território nacional, defendendo diversas causas, como a questão das mulheres, dos negros, das crianças, do meio ambiente, da moradia, dos transportes, da saúde, dos desempregados, dos ambulantes, entre outros. Segundo Gohn (1995, p. 133, grifo meu), "havia uma esperança, uma utopia, um projeto difuso, um caminho, uma meta".

No ano de 1985 diversos setores da sociedade civil e política iniciaram movimentos para a nova constituinte, havendo participação de representantes do movimento popular, bem como de forças conservadoras com poderosos *lobbies*. A Constituição Federal foi promulgada em outubro de 1988 e demarcou em lei diversas conquistas sociais, que foram bandeiras dos movimentos sociais que assomaram no período. A emenda constitucional para a Reforma Urbana foi apresentada à Assembleia Nacional Constituinte em 1987, e pela primeira vez na história a Constituição Federal passou a contar com um capítulo dedicado às cidades, incorporando a sua função social, além da função social da propriedade (MARICATO, 2009). O voto do cidadão analfabeto também foi posto como direito pela primeira vez no país.

Recorda-se que até o ano de 1881, por exemplo, os brasileiros com direito a voto eram aqueles do sexo masculino, alfabetizado e portador de determinada riqueza. Na década de 1930 em diante, a cidadania política foi ampliada para homens e mulheres, sem incluir os analfabetos que representavam cerca de 2/3 da população adulta (POCHMANN, 2014).

O início dos anos 1990, no entanto, findou com um quadro de desmobilização e desesperança da população, com a morte de Tancredo Neves antes de tomar posse (1985) e com os escândalos do governo de Fernando Collor de Mello.

Estudantes, secundaristas e universitários de todo o país foram às ruas pedir o *impeachment* do então presidente Collor com as caras pintadas de verde e amarelo, retomando o movimento estudantil de forma alegre e descontraída: "À moda dos índios, com seus gritos de guerra, os cara-pintadas também fizeram escola e tornaram-se um estilo de fazer política, espalhando seu modelo além das fronteiras do país" (GOHN, 1995, p. 143).

Collor renunciou ao mandato no ano de 1992, porém o avanço das políticas neoliberais e privatizações evidenciou o que o jornalista Jânio de Freitas intitulou de uma transição transada, isto é, que a abertura democrática brasileira aconteceu sem grandes rupturas ou efetiva participação social, mediante de uma conciliação conservadora.

A vitória eleitoral de Collor de Mello para Presidente da República em 1989 interrompeu o longo ciclo urbano e industrial iniciado ainda na década de 1930. A ascensão do neoliberalismo impulsionado pelos governos nos anos de 1990 resultou na formação de maiorias políticas de caráter pontual, mais especificamente associada a momentos de importantes decisões, como no apoio ao Plano Real, a vitória em dois turnos eleitorais do presidente FHC (1994 e 1998) e as privatizações no setor produtivo estatal (POCHMANN, 2014).

Dentro deste contexto o cenário das lutas sociais no país mudou substancialmente. Muitos dos movimentos surgidos entre os anos de 1970 e 1980 entraram em crise, desmobilizando-se e perdendo a legitimidade nas políticas públicas e também junto à população. Novos movimentos sociais apareceram, agora centrados em questões éticas e humanitárias. Movimentos nacionais formados a partir de instituições e organizações, definidos como Terceiro Setor, tal como as ONGs, crescem exponencialmente. Surgem também movimentos nacionais em torno de figuras carismáticas, como a *Ação da Cidadania contra a Fome, Pela Vida*, articulado pelo sociólogo Herbert José de Souza, o Betinho, e movimentos voltados para problemáticas geracionais, como o *Movimento Nacional de Meninos e Meninas de Rua* (MNMMR). A questão da cidade como local seguro, de vivência e troca entre as pessoas também é pautada por movimentos, tal como o *Movimento Viva Rio*.

Muitas críticas aparecem em torno desses movimentos, que acabam por transferir as responsabilidades do Estado para a comunidade, por meio das ONGs, em trabalhos de parceria com o poder público e também instituições privadas, esvaziando a autonomia dos movimentos, bem como o sentido de esfera pública no país, tal como expõe Rolnik (2011).

A agenda de reforma neoliberal do Estado brasileiro também veio acompanhada de um discurso participacionista e de revalorização da sociedade civil, redefinida como "Terceiro Setor", que esvaziava de sentido a proposta de cidadania ampliada para alinhá-la com a ideia de Estado mínimo. Desta forma, a simples existência de "processos participativos" sem conexão explícita e claramente configurada no interior dos processos decisórios atende perfeitamente a um modelo que fortalece o centro – e não empodera as bases – nos processos decisórios.

O Movimento dos Trabalhadores Sem Teto (MTST) surgiu nesse período com uma forma distinta de organização das ONGs que se constituíam na conjuntura. Ele foi criado em 1997 pelo MST, inicialmente com o objetivo de organizar trabalhadores urbanos na luta pela reforma urbana, pela moradia e pela dignidade, consolidando-os no território. Com o passar do tempo o movimento cresceu, incluindo pautas mais amplas

em sua construção e novas formas de organização. O MTST objetiva a autonomia em relação aos partidos políticos e a construção do poder popular a partir da criação de identidades coletivas em bairros periféricos.

O início do século XXI trouxe mudanças com a eleição do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, em 2002. As políticas sociais implementadas pelo seu governo, somadas ao aumento do crescimento econômico, lograram em melhorias para a base da pirâmide social. No entanto, e apesar de haver uma ampliação dos espaços de participação popular, os movimentos e partidos apareciam absorvidos pelo Estado. Os problemas urbanos, envolvendo a questão da moradia, da infraestrutura e dos serviços coletivos não abrandaram (MARICATO, 2009).

A partir desse contexto, novos atores se apresentam para o cenário de lutas e dos movimentos sociais, criando expectativas e perguntas sobre a sua existência, apresentando seu ápice em *junho de 2013*. Ainda que se manifestando de forma fragmentada, esses movimentos resgataram a potência da ação coletiva no imaginário político e trouxeram consequências concretas tanto para o sistema político como para a forma de se relacionar com as cidades e seus espaços públicos. Os *novíssimos atores* passaram a conviver com grupos tradicionais, abarcando novas construções (MORAES, 2014).

Ciente deste ser um processo ainda em curso, o próximo capítulo terá por objetivo contribuir com uma leitura sobre a atuação dos movimentos sociais no mundo até a atualidade, bem como o surgimento dos novíssimos atores sociais no Brasil, e sua correspondência com a cidade contemporânea e seus espaços de fazer política.

CAPÍTULO 2: OS MOVIMENTOS SOCIAIS COMO "NOVOS ATORES DO URBANO"

2.1 UM BREVE RELATO DOS MOVIMENTOS SOCIAIS URBANOS E SEUS ESPAÇOS NA ESFERA PÚBLICA

Os movimentos sociais são identificados em nossa história desde o surgimento da esfera social na modernidade, quando foram delineadas questões de justiça social e conflitos de classe. Estes podem ser definidos como "ações coletivas de caráter sociopolítico e cultural que viabilizam formas distintas de a população se organizar e expressar suas demandas" (GOHN, 2008).

Os movimentos sociais formam redes, que articulam um conjunto de organizações e indivíduos, em diversas conformações, podendo se apresentar como uma simples denúncia a formas de ação mais diretas, manifestadas no espaço público, tais como marchas, mobilizações, concentrações, distúrbios à ordem constituída, atos de desobediência civil etc.²¹

A luta por direitos dos cidadãos carrega características distintas, de acordo com o cenário sócio-político, econômico e cultural em determinado tempo histórico. As forças atuantes dentro do ambiente construído carregam diversos modos de ver o mundo, ou utopias, formando o espirito de um povo. Podemos inferir, assim, que no decorrer da história, este resulta numa *forma urbana* (LEFEBVRE, 2016).

Pode-se dizer que a própria cidade é a memória coletiva do seu povo e, como a memória, ela está associada a objetos e lugares. A cidade é o *locus* da memória coletiva. Esse relacionamento entre o *locus* e a cidadania torna-se então a imagem predominante da cidade, tanto da arquitetura quanto da paisagem, e, como alguns artefatos tornam-se parte da sua memória, novos emergem. Nesse sentido inteiramente positivo, grandes ideias fluem através da história da cidade e dão forma a ela (HARVEY, 2015, p. 81)

A modernidade sugeriu uma ruptura completa com o passado e propôs a construção de cidades a partir de uma tábula rasa. Este conceito é levantado por Harvey (2015) como mito, pois, apesar de ser fundamentado em um imaginário, não poderia acontecer de fato. As mudanças que ocorrem em uma sociedade fazem parte de conjunturas latentes e preexistentes, e em diferentes escalas.

²¹ A Desobediência Civil é um termo formulado inicialmente por Henry David Thoreau em 1849.

Lefebvre (2016) ainda observa a relevância de se evitar a confusão de uma *continuidade ilusória*, bem como de uma *descontinuidade absoluta*, o que ocultaria o movimento dialético nas transformações da cidade e do urbano.

A seguir percorreremos por alguns exemplos marcantes de movimentos sociais urbanos da modernidade até a atualidade, no intuito de compreender essas forças e de que forma estas constroem diferentes realidades, que acabam contribuindo para a formação da sociedade.

A *Revolução de 1848* na França pedia reformas políticas e econômicas no país, que passava por uma grave crise agrícola. Esta deu início a uma série de revoltas na Europa, conhecidas como a *Primavera dos Povos*. Republicanos, socialistas, membros da classe média e reformadores participaram dos levantes.

Harvey (2015) discorre sobre a trajetória das greves, manifestações de rua e levantes conspiratórios que aconteceram na França a partir de 1840 até culminar na revolução de 1848. Nesse momento, Paris crescia rapidamente e de forma aparentemente caótica, dentro de um cenário de fome e miséria. Foi em fevereiro de 1848 que um episódio marcou o início da revolução: uma manifestação relativamente pequena em frente ao Ministério de Relações Exteriores resultou na morte de cinquenta pessoas. Durante a madrugada desse dia, uma carroça com os corpos foi conduzida pela cidade à luz de tochas, cercada por uma multidão silenciosa. Segundo relato,²² um garoto iluminava periodicamente o corpo de uma jovem mulher. A cena chamou atenção pela sua simbologia, em que a mulher vestiu a figura da liberdade, agora, assassinada. O evento causou indignação entre as pessoas, que se mobilizaram a partir de então.

Em abril do mesmo ano ocorreu a eleição para a assembleia nacional constituinte, marcada por um forte conservadorismo, especialmente em Paris. Nesse desfecho, a burguesia se sobrepôs aos operários. Lefebvre (2016), ao discorrer sobre o início da industrialização e urbanização das cidades nesse período, ressalta a sobreposição do valor de troca sobre o valor de uso nas cidades, bem como uma mudança na organicidade das relações sociais associadas a esse espaço. O autor coloca: "como a democracia urbana ameaçava os privilégios da classe dominante, esta impediu que essa democracia renascesse" (LEFEBVRE, 2016, p. 15-16, grifo meu).

Um segundo período que ficou conhecido por intensas revoluções teve início também na França, na cidade de Nanterre, em *maio de 1968*. Esse ano foi marcado pela

²² De acordo com Harvey (2015), o relato foi feito por Daniel Stern e incorporado por Gustave Flaubert em seu romance *A educação Sentimental*, de1869.

Guerra Fria, apesar de ser considerado um período de prosperidade e crescimento no início da globalização econômica e passadas pouco mais de duas décadas da Segunda Guerra Mundial.

Esse momento histórico revelou um distanciamento geracional, marcado por uma sociedade guiada pelo consumo, pela economia política do signo e um modo de pensar fragmentado, idealizado no pós-modernismo. Os *novos movimentos* que surgiram no globo em torno de 1968, apesar de carregarem características distintas, se caracterizaram como movimentos culturais, e tiveram como essência a transformação nas relações sociais, desenvolvendo um pensamento crítico que permanece até hoje.

O abismo que separava essa nova geração (numerosa, próspera, mimada, autoconfiante e culturalmente autônoma) da geração dos seus pais (reduzida, insegura, traumatizada pela depressão econômica e devastada pela guerra) era muito maior que a distância convencional entre grupos de gerações diferentes. Essa distância dava a muitos jovens a impressão de que eles tinham nascido numa sociedade que se transformava, embora relutantemente – mudava seus valores, seu estilo, suas normas –, diante de seus próprios olhos e sob seu comando. (ZAPPA; SOTO, 2008, p. 71 *apud* JUDT, 2005).

Foi o movimento estudantil que deu início às revoltas de 1968 na Europa Ocidental, que tomou grandes proporções, tornando-se contra o regime autoritário, centralizado e conservador de De Gaulle. Este foi um movimento muito politizado, influenciado por Sartre, pelos maoístas, e crítico à sociedade de consumo capitalista.

Nos Estados Unidos surgiram diversos movimentos e alternativas questionadoras dos costumes, comportamento e cotidiano. A Guerra do Vietnã (1955-1975) era repudiada pelos jovens, que pediam a não violência. Surgiu uma diversidade de movimentos em defesa da mulher, do homossexual, do negro. No Brasil e demais países da América Latina a luta foi contra a ditadura militar e o sentimento de opressão e autoritarismo que permeava não só o campo político, mas as relações no interior das famílias, nas escolas, nas universidades, no trabalho.

Entoando palavras de ordem – como é proibido proibir, o poder está nas ruas, seja realista, exija o impossível –, essa geração de jovens ocupou as ruas de diversas partes do globo em marchas barulhentas, carregando gramofones e alto-falantes, distribuindo jornais em busca de sua liberdade.

Mudanças sociais e culturais importantes vieram desse processo, porém foi a política econômica do neoliberalismo que saiu fortalecida, respaldada pelo celebre *slogan*

proferido por Margareth Thatcher: *não há alternativa*. Harvey defende que tal alternativa até hoje não foi imaginada:

Um potente inibidor da ação foi a incapacidade de se apresentar uma alternativa à doutrina thatcheriana de que "não há alternativa". A incapacidade de descobrir um "otimismo do intelecto" com que trabalhar em busca de alternativas tornou-se hoje um dos mais sérios obstáculos da política progressista (HARVEY, 2015, p. 32).

Na antiga Tchecoslováquia, apesar da repressão experimentada em um período de dominação e autoritarismo da antiga União Soviética, verificou-se um certo grau de liberdade cultural proveniente do Ocidente nesse mesmo período, anunciando novos ares entre os artistas e intelectuais da região. A ascensão do reformista e democrata Alexander Dubcek para o cargo de primeiro secretário do partido comunista no lugar de um político autoritário e corrupto trouxe reformas na estrutura política do país. Dubcek defendia o socialismo de rosto humano e tinha o apoio de um grupo de jovens intelectuais. Nesse momento começou a ganhar força o movimento mais tarde conhecido como *Primavera de Praga*. As reformas liberalizantes de Dubcek não foram bem recebidas pelos russos do Pacto de Varsóvia, que enviaram tropas e tanques para ocupar o país. A população, indefesa, reagiu determinada, enfrentando os russos com barricadas improvisadas e coquetéis *molotov*. Jornalistas da televisão tcheca conseguiram contrabandear as imagens da invasão russa para Viena, e dali para o mundo, despertando um grande sentimento de solidariedade ao país.

Os protestos, liderados pelos intelectuais checoslovacos, que acreditavam na possibilidade de transformar o regime comunista ortodoxo em uma social-democracia, tiveram caráter pacífico em todo o país e contaram com a ajuda de radioamadores.

As reformas foram canceladas, porém os ideais nascidos na Primavera de Praga permaneceram, influenciando mais tarde a própria ex-União Soviética através da política de Mikhail Gorbachev, que intencionou construir um projeto alternativo dentro do capitalismo em meados da década de 1980. A Glasnost (*transparência*) e a Perestroika (*reestruturação*) foram medidas tomadas durante o seu governo (1885-1991) e tinham por objetivo a modernização socioeconômica do país em um momento de intensificação do processo de globalização mundial, pós-Segunda Guerra (1939-1945).

A Perestroika se direcionava para a reorientação dos gastos públicos com vistas à disputa por defesa (produção de bombas nucleares) e a exploração do espaço, enquanto a Glasnost concebeu um processo de abertura política que deu maior liberdade de

expressão à população. A Glasnost também teria inaugurado a democratização ou quebra de monopólio da vida política nacional pelo partido comunista.

De acordo com Netto (1987), as instituições sócio-políticas da ex-URSS

[...] afirmam que houve um complexo processo de lutas modelado durante o ciclo da autocracia stalinista, historicamente travadas longe dos olhos (e da intervenção) da população, numa articulação societária – e esse é o traço da União Soviética – onde o estado cristalizou eficazes mecanismos e instrumentos que curto-circuitam a vigência de uma sociedade civil.

Se for verdade que os canais de participação possuem uma estrutura rígida nesse contexto, é inegável que eles possibilitaram a construção de numerosos movimentos sociais. O potencial de transformação através da criação coletiva é amplo. Esta é uma peculiaridade desse modelo de reestruturação, voltado para a prática democrática, criando um novo padrão de desenvolvimento.

Em 1991, após a queda do muro de Berlim, os soviéticos decidem pelo fim da União Soviética, e Gorbachev renuncia à presidência.

Dentro desse contexto, Giuseppe Cocco (2013, grifo meu) levanta que a verdadeira questão já estava definida: "a queda do muro de Berlim não foi a vitória do "capitalismo" sobre o "socialismo", mas a revolta contra as duas faces de um único totalitarismo, aquele da racionalidade industrial". A partir daí, e com o avanço do liberalismo econômico, importantes modificações ocorreram na dinâmica do território.

O Estado passou a assumir um diferente papel na organização mundial, predominantemente controlado pelo capital financeiro e monetário, vendo-se reduzido à função de criar ajustes estruturais ao mercado. A austeridade fiscal tornou-se regra.

O anseio utópico experimentado até então por inúmeros movimentos sociais em diferentes causas cedeu lugar ao desemprego, à discriminação e à alienação, acarretando em uma perda de sentido de cidadania e integração social. Paralelamente, novas configurações de movimentos sociais e ações coletivas começam a emergir das ruas nos anos 1990 e tomaram forma a partir dos movimentos antiglobalização, organizados contra a Organização Mundial do Comércio (OMC), realizada em Seattle em 1999. Boa parte desses movimentos foram pacificados em pautas propositivas a partir da organização do Fórum Social Mundial, em 2001, que por meio da temática de que *Um outro mundo é possível*, debateu novas formas de organização política baseadas na horizontalidade, na economia solidária e nas diferentes formas de comunicação. Muitos se converteram em ONGs e entidades do terceiro setor.

Seguidamente, lutas sociais coletivas criaram um fôlego novo no início do século XXI. Podemos vislumbrar o surgimento de novas formas de ativismos, com pautas e demandas reformuladas.

Apesar de assistirmos a inúmeras diferenças nesses movimentos, observamos padrões predominantes, como, por exemplo, a formação independente de uma estrutura político-partidária, e a interação com o espaço virtual em rede como parte importante na construção da esfera pública, em consonância com o espaço público. A América Latina foi fortemente afetada pelas políticas neoliberais deste período, em que surgiram movimentos de grande visibilidade, alguns dos quais serão destacados.

Na Argentina, movimentos sociais organizados protagonizaram um novo ciclo político na história do país a partir da década de 1990, através de ações renovadas de resistência e desobediência, baseadas nas ideias de democracia direta, na autogestão e na horizontalidade. O país passava por uma grave crise política e econômica, atingindo seu estopim em 2001, quando a população se apoderou das ruas com panelaços e gritos de ordem - como Que se vayan todos. Que no se quede ni uno solo -, reivindicando o impeachment do então presidente Fernando De La Rúa, que acabou renunciando ao seu mandato. Entre os movimentos que surgiram neste momento, destacam-se os *ocupas* e os piqueteros, formados majoritariamente por desempregados. Os ocupas começaram a se apoderar de fábricas fechadas e reativar o seu funcionamento, enquanto os piqueteros acreditaram em ações de grande impacto político, obstruindo espaços públicos como ruas, estradas e vias de grande circulação no país, afetando diretamente a esfera de circulação do capital. O movimento utiliza o espaço em rede de forma intensa, e desenvolve atividades nas comunidades onde estão inseridos, como a organização de refeições populares, centros educativos e empreendimentos produtivos (hortas comunitárias, feitura de artesanatos e tecidos). Os *piqueteiros* perderam muito de sua força inicial, mas continuam promovendo uma nova forma de pensar sobre política e democracia na sociedade argentina.

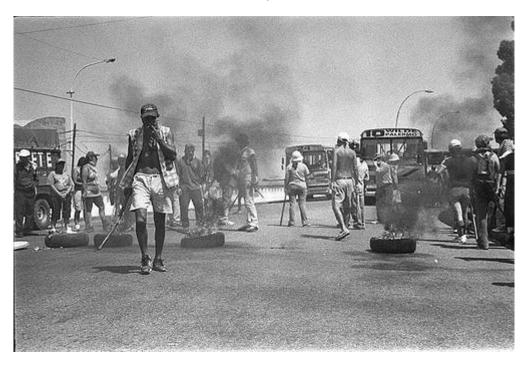


Figura 2 – Manifestação em Buenos Aires

Durante os protestos de 2001, os piqueteros fecham as principais entradas de Buenos Aires. Fonte: DEAK, 2001.

No México, o *zapatismo* buscou novas formas de organização, inspirando diversos outros movimentos recentes. Batizado em homenagem ao revolucionário Emiliano Zapata (1798-1919), o grupo se organizou no estado dos Chiapas, sul do país. Em janeiro de 1994 uma milícia de homens encapuzados ocupou a prefeitura de diversas cidades da região. Pressionados pelo exército, abandonaram as armas em pouco tempo, adotando estratégias de resistência civil. A luta do movimento não consiste em derrubar o sistema, mas em incluir-se nele por meio da abertura de diálogo e do reconhecimento dos índios descendentes dos maias residentes na região. O *zapatismo* ficou conhecido pelo uso da internet e da televisão para divulgar seus manifestos e cobrar o governo, misturando humor, poesia, contos folclóricos e críticas políticas. Seus integrantes procuram não se destacar, escondendo suas identidades por meio dos capuzes, denominando-se subcomandantes.

Quem chega perto das terras em chiapas encontra placas com a inscrição: "esta usted en território zapatista en rebeldia, aqui manda el Pueblo y el governo obedece". Lá dentro, os zapatistas mantêm a educação, o judiciário, e tudo o que for possível em seu próprio controle. Os zapatistas não tentam tomar o controle do estado mexicano

e não disputam eleições, e procuram manter o poder onde se encontram.²³

A Revolta dos Pinguins, movimento social de estudantes secundaristas que ganhou visibilidade no Chile a partir de 2006, trouxe novidades em sua forma de organização e reivindicações. Seu nome de batismo faz referência ao uniforme utilizado pelos estudantes, que exigiam melhoras nas condições físicas das escolas, o passe livre estudantil e o fim da desigualdade no sistema educacional. Nascidos no período da democracia chilena, lutavam por mudanças na estrutura educacional, cuja base foi estabelecida ainda na ditadura do general Augusto Pinochet (1973-1990). As revoltas tiveram início nas ruas e em seguida ocuparam as escolas, que contaram com a organização de comitês de limpeza, educação, segurança e alimentação em seus espaços internos. Os estudantes utilizaram-se dos espaços virtuais em rede para estruturar as ocupações e trocar informações, produzindo manuais sobre métodos de mobilização estudantil e documentários. O movimento serviu de referência para diversas outras manifestações estudantis na América Latina, inclusive no Brasil.

Manifestações de grande amplitude começaram a despontar em diversas partes do globo, além destas já citadas, ocorridas na América Latina.²⁴ Com antecedentes na Espanha (2004) e no Irã (2009), os protestos se intensificaram na Tunísia (2010) e no Egito, seguidos por uma série de ocorrências, divididas neste trabalho em três partes: *A Primavera Árabe: prenúncio de democracia?*; *Marchas e ocupações dos Indignados na Europa: novos paradigmas do protesto social*; *América do Norte: Movimento Occupy Wall Street*.

2.1.1 A Primavera Árabe: prenúncio de democracia?

A *Primavera* Árabe teve início em 2010 e trouxe uma onda de manifestações no Oriente Médio e no norte da África contra a ditadura e o autoritarismo presentes nesses Estados. A primeira aconteceu na Tunísia, alastrando-se para o Egito, a Líbia, a Síria, entre outros países. Os manifestantes compartilharam técnicas de resistência civil por meio de greves e ocupações, e dos recursos das redes interativas de comunicação, sensibilizando a população local e comunidade internacional.

²³ Disponível em: https://www.cartacapital.com.br/sociedade/zapatismo-vinte-anos-depois-6195.html/ Acesso: jul. 2018

²⁴ As manifestações ocorridas no Brasil não foram contempladas neste momento pois serão tratadas posteriormente neste trabalho.

É importante recapitular que cada país apresenta situações diversas no que tange economia, política, cultura e religião. Gohn salienta, quanto a conjuntura formada na Primavera Árabe, que

No mundo árabe, observa-se que a situação é complexa, não se podendo reduzir todas as revoltas e manifestações que ocorrem na primavera árabe à luta contra ditaduras e ditadores locais, ainda que a questão da luta por liberdades democráticas seja relevante. Outras questões como a de ordem religiosa, contendas geopolíticas regionais e jogo político nacional estão presentes, além das questões econômicas, dado o fato de a região ser um dos celeiros de petróleo do mundo (GOHN, 2014, p. 31).

Tunísia

Na Tunísia, a ocasião da autoimolação pública de Mohamed Sidi Bouazizi, um jovem que teve sua banca de frutas e verduras confiscada pela polícia local, recusando-se a pagar propinas, foi rapidamente difundida pela internet e redes de comunicação interativas, ²⁵ como o Facebook, o Twitter e o YouTube, provocando um sentimento generalizado de indignação na população, que rapidamente se organizou, ocupando a Praça do Governo, com a proposta de debater a situação em que o país se encontrava e construir uma nova democracia. Na ocupação, foi criado um fórum permanente horizontal de discussão, sem líderes definidos. A internet impulsionou o movimento, mobilizando as pessoas através de imagens e mensagens instantâneas, utilizando-se de *slogans* ritmados e criativos.

Os manifestantes eram em sua maioria jovens diplomados e desempregados de vinte ou trinta e poucos anos, e exigiam liberdade e dignidade aos seus representantes. A *Revolução de Jasmim*, como foi intitulada, teve um papel importante ao inspirar outros países da região.

Egito

A *Revolução Egípcia*, ocorrida em 2011, pedia a renúncia do presidente Hosni Mubarak, eleições democráticas e justiça social, e se intensificou após a derrubada do governo na Tunísia. A primeira reivindicação dos protestos no Egito pedia "pão" por meio de atos públicos, sendo que a ocupação da praça Tahrir, maior praça pública do país, localizada no centro do Cairo, foi emblemática. Os egípcios ainda se reuniam no entorno

25 Segundo a imprensa escrita, o registro da autoimolação do jovem vendedor de frutas foi feito por Lina Bem Mhenini, que criou um *blog* em 2007 e escrevia sobre os direitos das mulheres, dos seres humanos e sobre liberdade de expressão. Seu site foi bloqueado e a polícia revistou sua casa, levando todo o seu material de conexão com as mídias sociais. Em 2010 ela retornou denunciando a violência contra os manifestantes na Tunísia, inclusive mortes (GOHN, 2014, p. 27).

de mesquitas às sextas-feiras e utilizavam as mídias sociais para comunicar em tempo real os acontecimentos.



Figura 3 – Manifestação na praça Tahrir

Fonte: Disponível em: https://www.gettyimages.com/photos/mohammed-abed. Acesso em: 26 fev. 2019.

Dois movimentos anteriores tiveram grande importância para a revolução: o *Kefaya*, Movimento Egípcio pela Mudança, formado por marxistas, islamitas, nasseristas (seguidores do ex-presidente Nasser) e liberais; e o *Movimento 6 de abril*, idealizado por jovens universitários que propagavam a resistência não violenta.

A revolução Egípcia teve grande expressividade devido ao auxílio das mídias sociais. O ciberativista Wael Ghonim, ao assistir a um jovem ser espancado até a morte pelas forças de segurança de Mubarak nas mídias sociais, criou uma página no Facebook intitulada Kullena Khaled Said (Somos todos Khaled Said). A página obteve cem mil seguidores em apenas três dias. A Irmandade Muçulmana, que representa o conservadorismo econômico e a democracia parlamentar, também teve importante papel no movimento. De acordo com Safatle, "a natureza espontânea dos acontecimentos egípcios era, ao mesmo tempo, sua novidade e sua fraqueza" (SAFATLE, 2012 apud GOHN, 2014, p. 30).

2.1.2 Marchas e ocupações dos Indignados na Europa: novos paradigmas do protesto social

Enquanto as manifestações da *Primavera Árabe* buscavam liberdade e democracia, o estímulo dos movimentos dos *Indignados* na Europa derivou da crise socioeconômica do início do século XXI, que somou problemas como o desemprego, a dívida pública e o déficit fiscal e a crise da imigração.

O Movimento 15 de Maio (M15M)²⁶ ou Movimento dos Indignados da Espanha, de 2011, nasceu de um crescente desprezo pelas medidas austeras do então presidente José Luis Zapatero, membro do Partido Socialista Operário Espanhol (PSOE), e de aliança dos sindicatos com estas. A crise econômica de 2008 teve forte impacto no país, e a posição do governo, que favoreceu o capital financeiro ante uma crescente onda de desemprego, uniu jovens e trabalhadores por meio da internet a fim de debater sobre uma verdadeira democracia (Democracia Real YA).²⁷ Em Madrid, os manifestantes acamparam na praça Puerta del Sol, e em Barcelona, na praça Cataluña, buscando reinventar a política na prática, por meio de assembleias horizontais. O movimento elaborou um manifesto com 25 propostas, assinado por 900 entidades, pedindo que os cidadãos fossem consultados sobre políticas de austeridade, colocando-se em oposição ao sistema capitalista. A resistência à repressão policial foi pacífica. Nascida a partir de uma lógica não produtivista, sobrepondo o valor de uso ao valor comercial, a manifestação teve forte caráter ideológico e cultural.

2.1.3 América do Norte: Movimento Occupy Wall Street

As manifestações alcançaram os Estados Unidos através do Occupy Wall Street, quando jovens e trabalhadores ocuparam o parque Zuccotti, próximo ao centro financeiro de Nova York, no intuito de denunciar a crescente desigualdade na distribuição de renda do país.

Os militantes utilizaram como mote a frase, "nós somos os 99%", em oposição à porcentagem dos 1% mais ricos que o restante da população.²⁸

²⁶ O movimento leva esse nome em referência ao dia 15 de maio de 2012, quando uma convocatória feita pelas mídias sociais reuniu milhares de pessoas, em sessenta cidades espanholas, que acamparam em praças públicas. O movimento chegou a alcancar 170 cidades do país (GOHN, 2014, p. 33).

²⁷ Democracia Real YA é um dos slogans utilizados pelo M15M, que viralizou rapidamente pela internet e pelas ruas. "No somos mercancia de políticos e banqueiros" e "Toma la calle, Error de sistema. Reinicia por favor" foram outras frases utilizadas, presentes no site do movimento: Disponível em: http://www.movimiento15m.org/. Acesso em: 2 fev. 2017.

²⁸ Segundo relatório da Oxfam (2017), mais de 80% da riqueza criada no mundo pertencia a 1% da população mundial, enquanto metade da população não ficou com qualquer parcela desta riqueza.

Alguns dos principais articuladores do movimento Occupy foram os ativistas do Adbusters,²⁹ fundado há vinte anos e de base anarquista. O grupo questiona o modo de vida americano centrado no consumo, e lançou campanhas como *Dia sem Compras* ou *Transfira seu dinheiro* (de um grande banco a um banco comunitário).

O movimento se estendeu para diversas cidades do país, como Boston, Chicago, Los Angeles, Portland e São Francisco, e logo em seguida para a Europa e outras partes do mundo, ocupando os espaços públicos e os espaços virtuais em rede, por meio de práticas insurgentes, com criatividade, ousadia e sem respostas prontas.

A população que fez parte do movimento se mostrou diversa, e teve como uma relevante consequência o impacto na consciência das pessoas. Uma nova cultura global foi delineada a partir daí, inspirando a *participação*, a *justiça social* e *ambiental*.³⁰

No caso europeu, muitos dos manifestantes são jovens empregados, operários precários, trabalhadores desempregados e estudantes de graduação subjugados pelo endividamento e inseguros quanto ao seu futuro - eles constituem o denominado precariado, incluem-se também, no caso do Occupy Wall Street, veteranos de guerra, sindicalistas, pobres, profissionais liberais, anarquistas, hippies, juventude desencantada, trabalhadores organizados, etc. (HARVEY *et al.*, 2012, p. 32).

Os ativistas foram convidados por meio das mídias sociais e se organizaram voluntariamente nos acampamentos.

Uma boa parte dos ocupantes era formada por voluntários convocados por mídias sociais, que aderiram ao acampamento organizando o setor de alimentação ou o setor de limpeza e cuidados com banheiros químicos, recolhimento de doações (especialmente alimentos), comitê de saúde com médico para atendimento, centro de mídia e publicidade (onde postar e-mails e fotos e produzir vídeos eram atividades centrais). Uma biblioteca foi formada com as doações, assim como um jornal (*Occupy Wall Street Journal*), organizadores dividiram-se entre as tarefas de coordenar assembleias e passeatas, que ocorriam várias vezes ao vivo, usualmente ao redor da praça (GOHN, 2014, p. 41).

Movimentos e coletivos de jovens

Devemos somar a este cenário das manifestações na atualidade a atuação de inúmeros coletivos de jovens que desenvolvem sua própria forma de atuação política por meio do ativismo.

Disponível em: https://observador.pt/2018/01/22/relatorio-1-da-populacao-ficou-com-80-da-riqueza-mundial/. Acesso em: 2 ago. 2018.

²⁹ Mais informações podem ser conferidas no site do grupo. Disponível em: https://adbusters.org/ Acesso em: 2 mar. 2018.

³⁰ Cf. Disponível em: http://www.occupy.com/about#sthash.MOFTRzcY.dpbs. Acesso em: 2 fev. 2017.

Uma mudança de valores na sociedade se conforma: novíssimos atores, movimentos ou coletivos passam a reivindicar melhorias na educação, a apropriar-se de espaços na cidade, a participar de ocupações para fins habitacionais ou culturais, a lutar por direitos civis, por igualdade de gênero e a diversidade sexual, o direito de aborto e drogas ilícitas: a aceitação da diferença começa a ganhar destaque na sociedade.

O espaço público urbano, majoritariamente esquecido pelo poder público, pelo setor privado e pela sociedade, apresentando uma série de impasses, começa a ter função primordial para muitos ativistas, que iniciaram a busca por alternativas através da ação cidadã.

Esses atores começaram a formar redes, compartilhando experiências, convivendo juntos e também com as estruturas tradicionais de movimentos, partidos e sindicatos. O próximo tópico investigará alguns pontos relacionados a esses novos atores que despontaram na virada do século XXI, no intuito de levantar elementos para o debate.

2.2 NOVÍSSIMOS MOVIMENTOS SOCIAIS URBANOS NO MUNDO

Os movimentos sociais urbanos se intensificaram por todo o globo no início do século XXI, principalmente a partir de 2008, marco da crise social-econômico-financeira mundial. Em artigo da Folha de S.Paulo, Carolina Montenegro traz a fala de Saskia Sassen, que declara: "é impressionante a quantidade de manifestações de rua hoje. O sistema político roubou a voz dos jovens e a capacidade de eles serem ouvidos. A rua se tornou o palco para a política, como em 68" (MONTENEGRO, 2011, grifo meu). Embora os desfechos de cada um resultem do jogo de forças dos seus diferentes atores envolvidos, estes apresentam questões em comum, e apontam para uma nova cultura cívica, revelando diferentes formas e valores sociais.

A raiz desses movimentos nasceu das contradições fundamentais de nosso tempo, que rejeitam, sobretudo, a ausência de democracia ou a forma atual de democracia de seus respectivos Estados: a falta de representatividade sentida nas instituições atuais, incapazes de dar respostas satisfatórias à sociedade, aliadas sempre a grandes empresas, faz com que os movimentos reivindiquem uma democracia pautada nos ideais da antiguidade, como forma de garantir direitos e dignidade humana; inclusive na sua forma de organização, deliberação e tomadas de decisão. A forma-partido idealizada pela racionalidade moderna está em crise: As estruturas partidárias e institucionais tradicionais convivem hoje com grupos que buscam novas formas de organização política e social e

novas formas de comunicação, consolidando uma nova esfera pública, percebida com grande frequência em uma multiplicidade de práticas coletivas.

Esses movimentos possuem características semelhantes com os *novos movimentos sociais*, que ocorreram em torno de 1968, e também suas diferenças. Richard Day (2005) sugere a alcunha de *novíssimos movimentos sociais* para designá-los. Segundo o autor esses movimentos não buscam produzir novas dominações, ou novas formas de hegemonia, mas atuam na forma das relações sociais e políticas que permitem que a dominação aconteça.

A forma de atuação dos *novíssimos movimentos sociais* favorece uma prática de luta e de crítica existente entre os anarquistas, por se abrir à pluralidade de ideias e às maneiras de se expressar. Os anarquistas sugerem a implosão dos sistemas hegemônicos por meio da ação direta.

Os *novíssimos movimentos sociais* possuem em sua composição uma nova geração de manifestantes, predominantemente de classe média, mesmo que se estendendo a todos os estratos da sociedade. O protagonismo feminino constitui um diferencial. Conhecidos como *geração y* (nascidos na década de 1980 até meados da década de 1990) e *geração z* (nascidos a partir da década de 1990), vivenciaram um período de relativa estabilidade econômico-social. Essa nova geração traz características comportamentais que se refletem na forma de organização desses movimentos, sinalizando uma mudança cultural.

Uma característica importante dessa nova geração é a questão da autonomia dos partícipes, manifestada por meio de mobilizações efêmeras:

[Os movimentos] não estariam buscando serem incluídos em um sistema político-econômico do qual são excluídos, mas enquanto os "novos movimentos" parecem buscar modificar o sistema agindo pela margem, os "novíssimos" exigem apenas liberdade para existir na margem (AUGUSTO; ROSA; RESENDE, 2015).

A revolução da tecnologia da informação e das redes da internet na era digital trouxe maior liberdade a essas novas formas organizacionais através das adesões individuais – as ferramentas de interação *on-line* e *on-time* são importantíssimas para a organização desses movimentos.

As redes sociais definem um outro tipo de vínculo associativo. Não se trata de uma novidade qualquer. Os vínculos são individuais e não armados a partir de uma identidade coletiva. O que ocorre é uma adesão momentânea. O que faz das mobilizações algo muito mais efêmero do que um movimento social [...] se não há essa garantia de autonomia (a

palavra central para compreendermos as mobilizações sociais de tipo novo) não há engajamento algum (RICCI, 2012).

A elaboração de significados desses movimentos acontece na esfera pública e se manifesta em um *espaço híbrido*, entre os espaços em rede e o espaço público, ainda fundamental para os novíssimos movimentos. Marginalizados pela ótica neoliberal que os privatiza, transformando-os em espaços de consumo e uso intimista, os movimentos reivindicam o *direito à cidade*, entendido como renovado direito à vida urbana. As manifestações geralmente acontecem em locais que carregam algum simbolismo no espaço da cidade.

Frequentemente prédios são ocupados, seja por seu simbolismo, seja para afirmar o direito de uso público de propriedades ociosas, especulativas. Ao assumir ocupar o espaço urbano, os cidadãos reivindicam sua própria cidade, uma cidade na qual foram expulsos pela especulação imobiliária e pela burocracia municipal (CASTELLS, 2014, p. 15).

Questionando-se permanentemente como movimento e a que tipo de sociedade almejam, procuram ressignificar o cotidiano e o processo de produção existente dentro da lógica capitalista. Os movimentos do século XXI estão mais conectados ao processo, objetivando uma lógica não produtivista:

Não que o produto final (uma nova sociedade) seja irrelevante. Todavia, essa nova sociedade vai resultar do processo, não de um projeto préconcebido daquilo que o produto deveria ser. Essa é a verdadeira transformação revolucionária: A produção material da mudança social, não a partir de objetos programáticos, mas das experiências conectadas dos autores dos movimentos (CASTELLS, 2013, p. 115).

Neste processo, os ritmos são inconstantes, a lógica do tempo se alterna: às vezes aceleram, às vezes acalmam, porém, permanecem em contínua construção.

Muitos dos novíssimos movimentos sociais procuram se organizar em redes, aos moldes das redes digitais de comunicação interativa, que possuem um padrão de constante mudança nas relações de poder. Se organizam majoritariamente de forma não hierárquica e participativa. No entanto, na prática, é comum o surgimento de indivíduos e grupos que se sobressaem, considerando diferenças de personalidade, experiências, capacidade oratória.

2.3 OS MOVIMENTOS GLOBAIS FOCADOS NA INTERAÇÃO COM O ESPAÇO PÚBLICO E AS NOVAS PLATAFORMAS DIGITAIS

Os *novíssimos movimentos* compreendem uma vertente que enraíza sua luta na crítica à condição urbana, buscando o uso legítimo do espaço público, segundo suas possibilidades de troca, interação e convívio. Esses espaços hoje se encontram majoritariamente abandonados e deteriorados pela sua condição histórica.

Alguns autores das décadas de 1950-1960 tornaram-se referência para os ativistas urbanos que se organizam em coletivos, tais como o situacionista Guy Debord,³¹ crítico da cidade pós industrial, que procurava criar situações ou viver o cotidiano por meio da *psicogeografia* e da *deriva*. Enquanto a psicogeografia propõe possíveis correspondências entre o estado de espírito e o espaço urbano, a deriva procura, através do vaguear, criar experiências no cotidiano. A procura da identidade e da autonomia dessa nova geração nos espaços públicos pode ser percebida por esse viés.

Michael Hardt e Antonio Negri desenvolvem o conceito do *comum*, entendido a partir de um princípio político de produção e gestão coletiva do espaço. Para os autores, o termo é encarado como resultado dessa questão:

Pelo termo "comum", referimo-nos, em primeiro lugar, à riqueza do mundo material – o ar, a água, os frutos da terra e todas as dádivas da natureza –, o que nos textos políticos europeus clássicos em geral é considerado herança da humanidade como um todo, a ser compartilhada por todos. Mais ainda, também consideramos fazerem parte do comum os resultados da produção necessários para a interação social e para a mais produção, como os conhecimentos, as imagens, os códigos, os afetos e assim por diante (HARDT; NEGRI, 2009, p. 8).

O conceito foi posteriormente retomado pelos filósofos Pierre Dardot e Christian Laval (2014), que a partir da observação dos movimentos e lutas sociais urbanas que surgiram na virada deste século, distinguem os termos *comum* (singular) e *comuns* (plural). Enquanto os comuns se referem aos objetos de natureza coletiva aos quais os indivíduos se responsabilizam, o comum se refere ao princípio que leva à ação de produzir esses espaços.

O espaço público é, desta forma, entendido pelos coletivos urbanos como espaço público comum quando apropriado pela população por meio da ação política. A participação e a experiência na produção desses espaços são fundamentais para os

_

³¹ Guy Debord (1931-1994) é fundador da Internacional Situacionista (1957-1972) e autor do livro *A Sociedade do Espetáculo* (1967). O livro evidencia a intermediação capitalista em todos os aspectos da vida do Homem, reduzindo -o à posição de espectador.

ativistas urbanos, que, de forma horizontal e coletiva, manifestam uma nova cultura de concepção de cidades.

Henri Lefebvre é também revisitado ao situar o *direito à cidade* como condição de um humanismo e de uma democracia renovados. O autor pondera que a *utopia* de todos os cidadãos deve ser considerada experimentalmente, estudando-se suas implicações e suas consequências. Lefebvre ainda acredita que o urbanismo pode tornar-se essencial no interior desse processo, no intuito de se chegar a uma síntese.

Diversas denominações de urbanismos surgiram nesse início de século, apresentando em comum a transformação do espaço público pelo processo participativo e pelo seu uso cotidiano, contrapondo-se aos processos decisórios definidos pelo poder público e pelas instituições privadas, seguidos de interesses financeiros. As intervenções realizadas pelos coletivos são em sua maioria efêmeras e de baixo custo, destinadas, quiçá, a catalisar mudanças a longo prazo.

O urbanismo tático, por exemplo, opõe-se à ideia de estratégia, entendida como postulado de poder, e leva em consideração as táticas urbanas, como descreve Michel de Certeau (2014). A ideia é desenvolver projetos rápidos e temporários que demonstrem as possibilidades e o potencial de mudanças em determinado território. Já o urbanismo DIY (*Do It Yourself* – Faça você mesmo) nasce da cultura *maker*, que incentiva as pessoas a explorar sua criatividade e a desenvolver soluções para diversas áreas, como a ciência, a tecnologia, o *design*, a música, entre outras. O urbanismo DIY possui o seu viés colaborativo, o DWO (*Do With Others* – Faça com outros). O urbanismo *bottom up* (de baixo para cima), por sua vez, contrapõe-se ao urbanismo *top down* (de cima para baixo), que se desenvolve de forma mais democrática e transparente (SOBRAL RODRIGUES, 2018).

O conceito de sistemas emergentes, descrito no Capítulo 1 deste trabalho, tem como base apreender a complexidade de ações individuais de cada cidadão por meio de um sistema em rede. Uma metodologia para essa proposta pôde ser melhor aplicada devido à utilização das novas tecnologias de informação e comunicação, e hoje é ferramenta de estudo voltada para a gestão das cidades.

O projeto Build In My Back Yard (BIMBY),³² na França, é um exemplo que procura modificar o planejamento das cidades a partir de ações locais. Selecionado no

³² Disponível em: https://www.studios-nature.com/Developpement-Urbain-Bimby-Build-In-My-BackYard.htm. Acesso em: 18 jul. 2019.

ano de 2009 pela Agence Nationale de la Recherche (ANR) como parte de um programa voltado para cidades sustentáveis, ele busca resolver o problema de áreas de baixa densidade e pouca oferta de terrenos a partir da venda de espaços remanescentes de propriedades privadas. Para tal, o proprietário oferece à administração local parte de seu terreno e recebe um montante que pode ser utilizado para melhorias na sua própria moradia e no meio ambiente. O município, por outro lado, cria um terreno para construção em um bairro provido de infraestrutura urbana.

Outra vertente seguida por ativistas urbanos que surgiu nessa virada de século foi o *Movimento de Cultura Livre*, que tem como objeto de intervenção direta a paisagem material, as relações sociais e a governança política da cidade em que atuam, através de uma multiplicidade de práticas coletivas.

O Movimento de Cultura Livre problematiza como a liberdade material do conhecimento toma resistência e é moldada por uma experiência particular na esfera pública. Este propõe o aprendizado mútuo, por meio de técnicas de acupuntura em construção. A cidade é encarada como um *software* livre de aprendizado.

O Movimento de Cultura Livre em Madrid, Espanha, com o projeto artístico e curatorial *La galeria de Madalegna*, ³³ fundamenta-se nessas questões. Em exibição na rua, seus ativistas doaram kits voltados para a crítica sobre o espaço público urbano, intitulados de *presentes urbanos*, como uma forma de construção cultural, levando a população a interagir, por meio da arte, com espaços e localizações abandonados da cidade.

O movimento possui suas raízes e é moldado pela condição urbana. Atua em ocupações, assembleias de bairro, no espaço público por meio de *workshops*, em escolas de arquitetura, em encontros com a municipalidade local e dentro de laboratórios *hacker*.

O espaço em rede é fundamental para esses ativistas, que buscam por meio do *software* livre a liberdade de acesso à informação (Lei da Liberdade de Manifestação do Pensamento e da Informação). Eles se esforçam para desencadear a liberdade como forma social e cultural, através do desenvolvimento de protótipos abertos a qualquer um que queira ler ou desenvolver sua pesquisa tendo como base material já desenvolvido.

Outra experiência neste sentido é a rede *Inteligencias Colectivas*.³⁴ A iniciativa nasceu também na Espanha (2007) e atua em diversas partes do globo, utilizando o *software* livre e as práticas de *design*, constituindo novas formações políticas e culturais.

³³ Disponível em: https://lagaleriademagdalena.wordpress.com/. Acesso em: 2 jan. 2019.

³⁴ Disponível em: http://www.inteligenciascolectivas.org/. Acesso em: 2 jan. 2019.

A rede se inspira em um leque de técnicas construtivas de diferentes estágios de industrialização e no desenvolvimento de diversas localidades do globo. Por meio da criatividade popular e de diferentes culturas de valores, desenvolve uma variedade de produtos/construções inteligentes, disponibilizados numa plataforma *on-line* com banco de dados gratuito. Essa metodologia é utilizada para promover conhecimento técnico inclusivo e público, por meio de um aprendizado de base horizontal, unindo diferentes coletivos e pessoas.

A *cultura livre* resulta de um processo de flexibilização da propriedade intelectual de um produto, que possibilita novas formas de geração de valor. O processo acontece por meio de um instrumento legal, como é o caso da *Creative Commons*³⁵ e através de sua construção social. Ela transforma a produção monopolista de um produto em concorrencial.

O advogado e criador da *Creative Commons*, Lawerence Lessing, afirma que o termo cultura livre é análogo ao livre mercado, e adverte:

Uma cultura livre, como um mercado livre, é composta de propriedades. Ela é composta por regras de propriedade e contratos que são garantidos pelo Estado. Porém, da mesma forma que um mercado livre é corrompido se sua propriedade se torna feudal, da mesma forma uma cultura livre pode ser deturpada pelo extremismo nos direitos à propriedade que a definem (COCCO, 2013).

De acordo com Parra, Ortellado e Rhatta (2013), o movimento de cultura livre foi impulsionado por ativistas do campo liberal – no sentido americano do termo – e também por outros do campo da esquerda – no sentido europeu. Os ativistas liberais tinham a intenção de explorar as possibilidades de negócio junto com o empresariado, conciliando a "modernização" da indústria cultural com a democratização do acesso à informação, afirmando o neoliberalismo como estrutura de pensamento e ação. Já os ativistas de esquerda se voltaram para o processo de desmercantilização da cultura e a constituição de formas coletivas de produção.

O midialivrismo e o midiativismo urbanos

35 A Creative Commons, criada em 2001, é uma Organização Não Governamental sem fins lucrativos localizada na Califórnia, que busca expandir a quantidade de obras criativas disponíveis por meio de licenças (licenças *creative commons*) que permitem a cópia e o compartilhamento de projetos e obras com menos restrições que o tradicional "direito autoral".

³⁶ Podemos citar o caso de um coletivo brasileiro que é bem controverso nesse sentido, o Coletivo fora do Eixo.

O desenvolvimento da tecnologia da informação e comunicação, com as redes sociais e a *web* 2.0,³⁷ revolucionou a forma de relação entre as pessoas, que agora têm fácil e rápido acesso a grupos, organizações, entidades, mercadorias, serviços, entre outras coisas. O espaço em rede aparece como uma continuidade do espaço público, e não somente como uma ferramenta de interação.

Da mesma forma que o movimento de cultura livre, a mídia livre, ou midialivrismo, tem por objetivo retirar o monopólio dos mecanismos tradicionais de comunicação, enormes latifúndios midiáticos pertencentes a poucas famílias.

Já o midiativismo se utiliza das novas tecnologias de informação para o ativismo urbano, por meio da chamada mídia tática. O movimento consolidou-se partir da queda do muro e Berlim.

[O midiativismo] é uma concepção teórica originária do contexto europeu pós-queda do muro de Berlim e que se desenvolveu em festivais e redes de comunicação, tecnologia e ativismo no final da década de 1990 e início dos anos 2000, como uma tentativa de identificação de uma tendência de convergência nos campos políticos e culturais da época, influenciada pelo crescimento da produção midiática viabilizada por equipamentos baratos e de fácil utilização (LOVINK, 2011, p. 277).

A mídia tática teve a sua chamada "Era de ouro" quando as manifestações nas ruas vieram acompanhadas por um novo arcabouço midiático, o das narrativas colaborativas postas *on-line* e *on-time*, por meio da rápida conexão com redes sociais integradas a *smartphones* com câmeras de alta resolução, microcomputadores e *tablets*.

Na rua, a manifestação tem começo, hora de confronto e hora final. Na rede social, é uma manifestação interrupta, prolongada dia a dia, que vai servindo de combustível até o momento próximo do encontro (SOLANO; MANSO; NOVAES, 2014, p. 36).

A criação do Independent Media Center (IMC) durante os protestos contra a Organização Mundial do Comércio (OMC), em Seattle (1999), pelos Black Blocs³⁸ foi um marco da mídia livre utilizada por movimentos sociais. Sediada sobretudo na internet, ficou mundialmente conhecida pela *batalha de Seattle*. Seu endereço eletrônico chegou a atingir a marca de dois milhões de conexões, oferecendo jornais diários e documentários fora da mídia tradicional, sem nenhum custo para a população.

38 Os Black Blocks são formados por anarquistas e interessados em atacar membros específicos do executivo. Atua em regiões mais periféricas, sustentando o ódio contra o sistema. Sua origem está no fim da década de 1980, na Europa. Ganhou força com a crise do capitalismo neoliberal.

_

³⁷ O conceito de *web 2.0* foi criado pela empresa americana O'Reilly Media, e sua principal característica é a transformação da internet em uma plataforma colaborativa.

O IMC disponibiliza uma plataforma de edição aberta (*Open Publishing*), recolhendo e disponibilizando em tempo real reportagens, fotos e vídeos. A participação ativa nos movimentos e manifestações faz parte do processo de elaboração dos materiais dispostos.

O impacto do movimento foi tão grande em Seattle que a tática ganhou nova roupagem no repertório de movimentos sociais globalmente, chegando ao Brasil nos anos 2000 durante os protestos contra a ALCA: se ambientam os Black Blocs e os Centros de Mídia Independentes (CMI) vinculados aos problemas de vida local. Podemos citar ainda o Occupy Wall Street, as insurreições do Egito e da Turquia, Los Indignados da Espanha ou os protestos na Grécia mais recentes contra as exigências do fundo monetário internacional (FMI), do Banco Central Europeu (BCE) e União Europeia (UE) (JUSTEN, 2016, p. 8).

O urbanismo 2.0

O planejamento urbano direcionado por meio de sistemas emergentes complexos, encarado até então somente em pequena escala, ganhou importância com o desenvolvimento crescente das tecnologias de informação, seguindo a *web 2.0*. A tecnologia nos permite hoje atravessar muitas barreiras que impediam modelos colaborativos de ganharem mais espaço.

Nesse sentido, um novo modelo de planejamento urbano começou a ser pensado na Espanha no início do século XXI, denominado de *urbanismo 2.0*, em oposição ao tradicional *urbanismo 1.0*, que visa desenvolver centros urbanos vitais, mas de acordo com uma gestão centralizada.

No urbanismo 2.0 a ação cidadã é fundamental para a formação de uma base de dados aberta e colaborativa. Ferramentas fundamentadas em sistemas de informação geográfica são utilizadas para integração e análise de dados. Este é baseado em modelos de simulação parecidos com aqueles implementados em videogames, como é o caso do $SimCity^{TM}$, que completa ou simula a dinâmica socioeconômica urbana utilizando-se de algoritmos matemáticos. De acordo com Freire (2006), existe ainda um problema nesse tipo de análise, que depende de uma estrutura de códigos inicial que influencia nos resultados obtidos.

Esse modelo de planejamento urbano, da mesma forma que a vertente liberal do movimento de cultura livre, é baseado no livre mercado – ele não procura mudar o sistema dominante, mas se adaptar a ele por meio de outras regras, visando uma gestão mais participativa e democrática. O urbanismo 2.0 funcionaria por meio de um Estado mínimo, que colocaria regras mínimas sem desencorajar a iniciativa privada e a liberdade de

escolha individual. A iniciativa privada, por sua vez, desenvolveria protótipos utilizandose de tecnologias leves, baratas e eficazes.

O espaço público é visto como fundamental para esse modelo de planejamento, entendido como o lugar onde as interações sociais se configuram. As redes físicas (transporte) e virtuais (telecomunicação) precisariam garantir os fluxos de pessoas, de informações e financeiros.

O urbanismo 2.0 entende que a cidade deve ser planejada de modo transdisciplinar, permeando entre as escalas global e local. Desta forma, a arquitetura e a estética urbana, embora sejam importantes, não estariam no centro das transformações urbanas.

2.4 OS MOVIMENTOS DO SÉCULO XXI (OU NOVÍSSIMOS MOVIMENTOS) NO BRASIL

O século XXI inaugurou no pais um novo ciclo econômico dentro de uma política desenvolvimentista (governos Lula e Dilma), que trouxe maior geração de empregos e a inclusão da classe trabalhadora pelo consumo, configurando uma situação distinta do quadro internacional, que já discutia o declínio econômico e o desemprego a partir da crise financeira de 2008.

Dentro dessa conjuntura, um novo ator social é percebido. Este faz parte de uma nova geração, conforme vimos no Capítulo 1 deste trabalho, que traz diferentes características comportamentais e, consequentemente, refletem na forma de organização dos *novíssimos movimentos*. Segundo coloca Ferreira (2013), essa geração que hoje, no Brasil, chega à idade adulta, nasceu após o período da redemocratização, e experimentou um momento de relativa liberdade política, de luta por conquistas sociais, de amplo acesso ao ensino superior, dentro de uma revolução informacional inédita no país, que originou um novo modelo de acesso e troca de informação.

Essa nova geração, apesar de ser polifônica, carregando diversas utopias, apresenta alguns paradigmas comuns que podem ser evidenciados. Predominantemente formada pela classe média, carrega um genuíno sentimento de indignação, e procura novas formas de se fazer política, sem lideranças, de modo não violento, organizadas em rede e com um profundo sentimento de solidariedade. A autonomia ante suas ações é imperativa: geralmente se organizam em estruturas em rede, que podem ser diversas, abarcando diferentes causas e de maneira temporária.

Novas frentes de luta passaram a ser configuradas a partir desses atores, que reivindicam melhorias na qualidade das escolas públicas, apropriam-se de espaços públicos na cidade, mobilizam-se para ocupar prédios abandonados para fins de moradia e cultura e lutam por direitos civis, como o direito à igualdade de gênero e de diversidade sexual, o direito ao aborto e às drogas ilícitas. As reivindicações, decorrências de um modelo de desenvolvimento concentrador, que despreza a coisa pública ou a privatiza, e restringe liberdades individuais, são diversas e abarcam uma infinidade de grupos sociais, que cooperam entre si.

A ocupação e a reinvenção de espaços públicos como local de convivência e aprendizado, a partir da noção do *comum* e do *direito à cidade* também se multiplicou no país no início do século XXI por meio de coletivos urbanos. O espaço público comum é entendido como o espaço público transformado constantemente a partir da prática e da cultura do uso, constituindo novas forma de fazer urbanismo. Esse tema será retomado no decorrer deste Capítulo.

Inicialmente será pontuado o momento em que o Brasil entrou para a história dos movimentos sociais globais do século XXI, a partir das Jornadas de Junho, de 2013, colocando em pauta a reflexão sobre a conscientização e o protagonismo políticos desses novos atores em cena.

Consideramos aqui, como coloca Moraes *et al.* (2014), que "junho não acabou", está sendo, ainda que algumas das manifestações que marcaram o período já viessem acontecendo. No ano de 2011, por exemplo, inúmeras mobilizações de rua foram presenciadas no país, como as manifestações contra a construção da Usina Hidrelétrica de Belo Monte³⁹, a Marcha da Maconha⁴⁰ e a ocupação da Fundação Nacional de Arte (Funarte)⁴¹ contra a política cultural do governo federal.

O *Churrascão de gente diferenciada*, protesto de um grupo de jovens contrariados pela decisão do Governo do Estado de São Paulo de abandonar a construção de uma estação de metrô no bairro de Higienópolis, cedido pela pressão dos moradores, também ocorreu neste ano, e ganhou destaque na mídia por sua originalidade e modo de

40 Cf. "Manifestações já devem começar no próximo sábado". Disponível em: https://sao-paulo.estadao.com.br/noticias/geral,manifestacoes-ja-devem-comecar-no-proximo-sabado-imp-,733042. Acesso em: 27 fev. 2019.

³⁹ Cf. "Milhares de ativistas protestam contra Usina de Belo Monte". Disponível em: https://ultimosegundo.ig.com.br/brasil/milhares-de-ativistas-protestam-contra-usina-de-belo-monte/n1597167066464.html. Acesso em: 27 fev. 2019.

⁴¹ Cf. "Artistas decidem manter ocupação da Funarte e organizam programação paralela". Disponível em: https://noticias.uol.com.br/politica/ultimas-noticias/2011/07/26/artistas-decidem-manter-ocupacao-da-funarte-e-organizam-programacao-paralela.htm. Acesso em: 27 fev. 2019.

organização. O mote do protesto surgiu a partir da fala de uma moradora da região, entrevistada pelo jornal *Folha de S.Paulo*, ao afirmar que a estação atrairia "drogados, mendigos, uma gente diferenciada". O evento foi marcado pelo Facebook e contou com 60 mil pessoas confirmadas na plataforma virtual, e cerca de 2 mil pessoas passaram pela região. ⁴² A ação contou com um percurso, que iniciou em frente ao shopping do bairro, e se dirigiu até o ponto da Avenida Angélica onde o metrô seria construído.

Várias pessoas carregavam caixas de isopor com cervejas e refrigerantes de marcas populares. Outras traziam comidas acomodadas em marmitas e palitos com carne. Aos poucos, todos começaram a cantar pagodes, especialmente dos anos 1990. A manifestação se transformou num carnaval de rua (APOLINARIO, 2011).

O evento contou com um público jovem distante da militância político-partidária tradicional, e que não participava até então das lutas pelo transporte público. No entanto, é relevante pautar que este não considerou uma questão crucial, que é a lógica elitista da construção das linhas de metrô no município, que atende as regiões centrais em detrimento das regiões periféricas. A manifestação se voltou contra uma elite tradicional, residente do nobre bairro da cidade (PARRA; ORTELLADO; RHATTO, 2013, p. 20).

Em manifestação organizada pelo Movimento Passe Livre – São Paulo (MPL-SP)⁴³ contra o aumento da tarifa de ônibus em 2011, o público passou de 4 mil pessoas, que chegou a ocupar um terminal na região central da cidade e paralisar um dos sentidos da Avenida 23 de Maio – "desse episódio, os militantes refletiram que "havia uma nova juventude" mobilizada: de classe média, estudantil, ligada nas mídias sociais" (PARRA; ORTELLADO; RHATTO, 2013, p. 29, grifo meu).

Dois anos mais tarde, este mesmo movimento protagonizou as manifestações que deram origem às Jornadas de Junho, desencadeadas pela contrariedade a um aumento das tarifas de transporte público. Os excessos da ação policial ocorridos na cidade de São Paulo, que buscava reprimir os manifestantes, foram determinantes para a mobilização de parte da população que se indignou, tomando as ruas em solidariedade ao ato.

⁴² Dados levantados pelo coletivo Passa Palavra (PARRA; ORTELLADO; RHATTO, 2013).

⁴³ O Movimento Passe Livre se constituiu em janeiro de 2005, durante o V Fórum Social Mundial, realizado na cidade de Porto Alegre, evidenciando suas raízes na tradição do movimento autônomo e antiglobalização. A base de sua organização se dá através de assembleias horizontais, sem líderes e de forma apartidária. O espaço público urbano é utilizado pelo movimento como objetivo de sua luta e simultaneamente como prática, ao ocupar as ruas e redefinir seus fluxos. Antes de sua formação, duas grandes manifestações já haviam sido organizadas por integrantes do movimento: a Revolta do Buzu, em Salvador (2003) e a Revolta da Catraca, em Florianópolis (2004). De início, a organização dos jovens reivindicava a revogação do aumento da tarifa do transporte público para estudantes, ampliando posteriormente a causa para todos os trabalhadores. Em suma, o MPL luta contra a exclusão urbana.

O gráfico a seguir relaciona os dias que as manifestações tomaram as ruas em São Paulo no mês junho de 2013, com o número de manifestantes. Segundo Lincoln Secco:

Os dois primeiros atos seguiram a tradicional capacidade de arregimentação do MPL em protestos de rua (cerca de 2 mil pessoas). O quarto ato ainda foi pequeno, mas a repressão policial desencadeou uma onda de solidariedade ao MPL, o que levou ao ato seguinte cerca de 250 mil pessoas. O sexto ato manteve parte do ímpeto (18 de junho) e, logo depois, os governos *baixaram* as tarifas de ônibus e metrô. ⁴⁴ Foi a vitória do movimento popular (SECCO, 2013, p. 73).

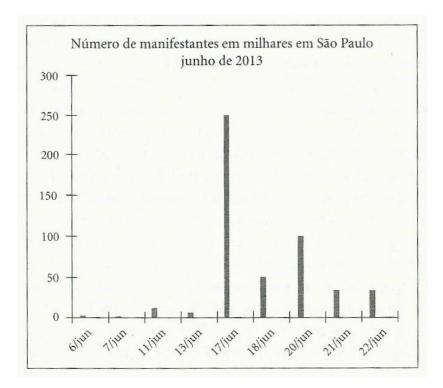


Figura 4 - Número de manifestantes em São Paulo

Fonte: SECCO, 2013, p. 73

As Jornadas de Junho culminaram numa surpreendente vitória popular após a revogação do aumento da tarifa de transporte público nas principais cidades brasileiras. A partir daí uma massa difusa se constituiu, fragmentando a pauta das reivindicações, que se voltou inicialmente para os direitos sociais, como a melhoria do sistema de saúde e da qualidade do ensino, e demandas direcionadas para a questão urbana, como a pauta dos megaeventos e suas lógicas de gentrificação e limpeza social. Os manifestantes

44 Segundo o autor do artigo, as estimativas oficiais para o primeiro, segundo e terceiro ato são da Polícia Militar de São Paulo. A estimativa do quarto ato é do *Brasil de Fato*. Já as estimativas oficiais do quinto e do sexto ato são do *Datafolha* (SECCO, 2013, p.73).

_

sustentavam slogans como, "não são pelos vinte centavos" (valor do aumento da tarifa na cidade de São Paulo) e "quando meu filho ficar doente, vou levá-lo ao estádio".

O perfil dos manifestantes levantado na ocasião indica uma juventude que não chegou a vivenciar grandes manifestações no país ou a lutar por direitos:

Segundo a Folha de S.Paulo, 84% dos manifestantes paulistas no dia 17 de junho não tinham preferência partidária, 71% participavam pela primeira vez de um protesto e 53% tinham menos de 25 anos. Pessoas com ensino superior eram 77%. Alguns números revelam o óbvio: desde 1992 não havia protestos amplos e generalizados no país, logo, só poderia ser a primeira vez dos jovens manifestantes (SECCO, 2013 p. 71).

De acordo com a urbanista Raquel Rolnik, o movimento chegou a abalar a estrutura política do país, revelando pautas sociais e urbanas não resolvidas desde o período da redemocratização:

No campo imediato da política, o sismo introduziu fissuras na perversa aliança entre o que há de mais atrasado/excludente/prepotente no Brasil e os impulsos de mudança que conduziram o país na luta contra a ditadura e o processo de redemocratização; uma aliança que tem bloqueado o desenvolvimento de um país não apenas próspero, mas cidadão (ROLNIK, 2013, p. 9).

O simbolismo do episódio foi então ressignificado por grupos políticos e pela mídia, que, de acordo com seus propósitos, criou outras dimensões das manifestações no país.

Na ocasião, um novo elemento surgiu disputando as ruas e as redes. A direita se organizou como movimento, fora da atuação partidária tradicional, exercendo práticas até então restritas ao campo da esquerda, representada pelo Movimento Brasil Livre (MBL)⁴⁵, pelo Vem Pra Rua⁴⁶ e pelos Revoltados Online,⁴⁷ unidos por um sentimento antipetista e antidesenvolvimentista, associado a uma narrativa de luta contra a corrupção.

Uma primeira manifestação foi organizada pelo MBL, que demonstrou com o tempo uma certa liderança dentro desses movimentos pela sua capacidade de força política e atuação diversificada: no dia 20 de junho de 2013, o movimento organizou, na

⁴⁵ Cf. Página oficial. Disponível em: http://mbl.org.br/ acesso em setembro/2018. Acesso em: 27 fev. 2019. 46 Cf. Site oficial. Disponível em: https://www.vemprarua.net/ acesso em setembro/2018. Acesso em: 27 fev. 2019.

⁴⁷ Cf. Blog oficial. Disponível em: https://revoltadosonline.blogspot.com/ acesso em setembro/2018. Acesso em: 27 fev. 2019.

cidade de Natal, Rio Grande do Norte, a *Manifestação Pela Desestatização do Transporte Coletivo*, ⁴⁸ em benefício do setor privado, levantando pauta liberal.

Em São Paulo, o movimento organizou seu primeiro protesto somente no ano seguinte, reivindicando o *impeachment* da então recém-eleita presidenta Dilma Rousseff. Levantando a bandeira *mais Brasil, menos PT*, ⁴⁹ o grupo contou com o apoio da mídia e dos partidos tradicionais de direita. As manifestações tomaram a forma de um grande movimento nacional.

Segundo pesquisas de campo realizadas nesses atos em São Paulo,⁵⁰ que aconteceram na Avenida Paulista, majoritariamente aos domingos, o perfil do manifestante, vestido de verde e amarelo, era predominantemente da classe média tradicional (classes A e B), branco, com alta renda e escolaridade, na faixa etária dos quarenta anos, e em sua maioria do gênero masculino.

Dentre os diagnósticos levantados,⁵¹ alguns pontos chamam a atenção: em entrevista realizada em 2015, 42,6% dos entrevistados afirmaram que o PT trouxe mais de 50 mil haitianos para votar na Dilma, e 64,1% que o PT quer implantar uma ditadura comunista no Brasil. Em entrevista à revista *ARTE!Brasileiros* (SOLANO, 2017), Solano atribui o fato às *fakenews* – notícias falsas que, compartilhadas por meio da internet, aumentaram exponencialmente – e argumenta: "democracia sem informação não é democracia".

Observamos a partir daí o aumento de pautas de direita nas ruas e debates nas redes sociais, que ganham cada vez mais espaço na esfera pública, e trazem grande polarização política. As pautas levantaram questões como o *fim do programa mais médicos*, a *redução da maioridade penal*, a "*cura gay*" e a *escola sem partido*.

Enfim, as manifestações de junho de 2013 trouxeram saldos concretos para o sistema político, no entanto, não chegaram a compor um grande movimento nacional, e sim uma extensa rede, formada por novos atores e estruturas tradicionais, criando coexistências importantes e o alargamento dos espaços públicos/políticos.

⁴⁸ Cf. Evento organizado pelo grupo no Facebook. Disponível em:

https://www.facebook.com/events/485015518242449/?active_tab=about, Acesso em: 27 fev. 2019.

⁴⁹ Cf. Página do movimento no Facebook. Disponível em:

https://www.facebook.com/pg/mblivre/events/?ref=page_internal. Acesso em: 27 fev. 2019.

⁵⁰ Pesquisas coordenadas por Esther Solano (UNIFESP), Pablo Ortellado (USP), Marcio Moretto (UNIFESP). Cf. SOLANO, 2017.

⁵¹ Cf. "Pesquisa com os participantes da manifestação do dia 12 de abril de 2015 sobre confiança no sistema político e fontes de informação". Disponível em: https://gpopai.usp.br/pesquisa/120415/. Acesso em: 2 dez. 2018.

2.5 MOVIMENTOS SOCIAIS NO BRASIL E O DIREITO À CIDADE

Dentro dessa conjuntura, diversas manifestações pelo *direito à cidade* se multiplicaram pelo país na virada do século XX para o século XXI, por meio de atores que ocuparam praças, edifícios, instituições e as redes sociais, passando por algumas vitórias e outras derrotas.

Essas manifestações surgem como reação à ação de governantes e setores privados que se apoderam do espaço público das cidades para benefícios privados, produzindo espaços excludentes, segregadores e violentos.

Os ativistas urbanos procuram, valendo-se da criatividade, utilizando-se de performances, manifestos, intervenções artísticas, vídeos, entre outas práticas, resgatar o caráter de festa das cidades, tal como coloca Lefebvre (2016), transformando a vida cotidiana e criando uma nova cultura urbana. Essa prática resulta na intervenção dos processos de construção da cidade e na construção de diferentes perspectivas sobre o espaço público. Serão pontuadas aqui diferentes manifestações que nasceram nas cidades de Belo Horizonte, Fortaleza e Recife.

Belo Horizonte

Belo Horizonte foi uma das metrópoles brasileiras que revelou uma série de movimentos ativos no espaço público. Dentre os quais, o *Movimento Fica Ficus*, ⁵² que chegou a organizar um encontro com os ativistas do Parque Taksi Gezi na Turquia, em que ambos deram as mãos em ocupações simultâneas conectadas via internet; o *Comitê Popular dos Atingidos Pela Copa 2014 BH* (COPAC BH), ⁵³ que teve como mote a reivindicação do trabalho dos barraqueiros nas imediações do estádio do Mineirão, já parte da tradição/cultura mineira, impedidos de trabalhar desde o início das obras no local pela administração municipal em 2010; a formação de uma *Assembleia Popular Horizontal* (APH), ⁵⁴ que reuniu uma pluralidade de pautas organizadas em grupos temáticos, voltadas para a reforma urbana, o meio ambiente, contra a repressão policial, pela saúde, educação, direitos humanos e cultura; e a ocupação de um casarão abandonado no bairro de Santa Efigênia, construído para ser o hospital da Força Pública Mineira

⁵² O movimento Fica Ficus luta pela natureza e manutenção de todos os fícus e árvores da cidade de Belo Horizonte. Cf. Página oficial. Disponível em: https://ficaficus.crowdmap.com/. Acesso em: jan. 2019.

⁵³ Cf. Site do movimento. Disponível em: https://atingidoscopa2014.wordpress.com/. Acesso em: jan. 2019.

⁵⁴ Cf. Assembleia Popular Horizontal. Disponível em: http://aph-bh.wikidot.com/protect:start. Acesso em: 27 fev. 2019.

(1914) e batizado de *Luiz Estrela*, em homenagem a um morador em situação de rua, homossexual, morto em um dos levantes organizados pelo grupo na cidade. Os ativistas do coletivo de cultura chegaram ao espaço fantasiados e reivindicaram sua posse, saindo vitoriosos.

A ocupação da Praça da Estação também foi emblemática. Ela aconteceu ainda no início de 2010, quando um conjunto de movimentos se organizou para questionar os processos higienizadores em curso na cidade. O estopim foi o decreto nº 13.798 de 9 de dezembro de 2009, assinado pelo prefeito Marcio Araújo de Lacerda, proibindo eventos no espaço público.⁵⁵ Desta resposta surgiu a *Praia da Estação*,⁵⁶ uma manifestação composta por diversos coletivos e pessoas autônomas que se reuniam no espaço para debater o significado da ocupação, da especulação imobiliária e do que cada um queria para a cidade, por meio de assembleias populares. O movimento criou diversas intervenções nesse novo espaço de interação e convivência, onde as pessoas chegavam com suas cadeiras de praia e guarda-sóis.

Fortaleza

A cidade também ampliou o debate acerca do modelo de desenvolvimento e da reivindicação de participação popular por meio da *Ocupação do Parque do Cocó*, área grande de interesse histórico e ecológico da região, em meados de 2013. O movimento se opôs à construção de viadutos que avançariam pelo parque. Quarenta dias após a ocupação, uma ordem judicial de reintegração seria executada, porém o processo foi paralisado:

A própria juíza Joriza Pinheiro que determinou a desocupação recuou na sua decisão. Em função das últimas manifestações da Advocacia Geral da União (AGU), a juíza entendeu que o processo na verdade seria de competência da justiça federal e determinou o encaminhamento dos autos. Isso sem dúvida pode ser considerado uma vitória dos manifestantes (ROLNIK, 2013).

http://portal6.pbh.gov.br/dom/iniciaEdicao.do?method=DetalheArtigo&pk=1017732. Acesso: nov. 2016. 56 Cf. Site Oficial. Disponível em: https://pracalivrebh.wordpress.com/category/praia-da-estacao/ . Acesso jan. 2019.

⁵⁵ O decreto colocava que, devido à dificuldade de limitar o número de pessoas que utilizavam a praça, não podendo garantir segurança e a preservação do patrimônio público, a solução era proibir a realização de eventos no espaço. Disponível em:

A ocupação contou com um concurso de alternativas à construção dos viadutos,⁵⁷ no intuito de abrir canais de diálogo com o Estado e a população. No entanto, o esforço não logrou, e logo a obra do projeto original dos viadutos foi iniciada.

Uma poligonal de 1,5 mil hectares do parque do Cocó foi regulamentada em meados de 2017, e o movimento, importante por despertar o debate sobre o direito à cidade e à participação, intitula-se agora como *Frente Cocó*, ⁵⁸ e reivindica a inserção de áreas de dunas demarcadas fora da poligonal do parque, estas de grande interesse imobiliário.

Recife

Em Recife, o *Movimento Ocupe Estelita* (MOE) ganhou projeção nacional e internacional ao reivindicar a anulação de um leilão de venda feito mediante diversas ilegalidades, sem transparência ou diálogo, e efetiva participação na região do Cais José Estelita, uma área de 100 mil metros quadrados, situada às margens do rio Capiberibe, ao lado do centro histórico e no caminho da zona sul da cidade, área em crescente expansão imobiliária. O terreno, até então de propriedade da Secretaria do Patrimônio da União (SPU), foi leiloado em 2008 para o Consórcio Novo Recife, formado por quatro construtoras (Moura Dubeux, Ara Empreendimentos, GL Empreendimentos e Queiroz Galvão) que pretendiam construir treze torres de luxo de quarenta andares, privatizando esse espaço, de importante valor histórico, paisagístico e cultural.

O movimento surgiu de um grupo de ativistas de Recife intitulado *Direitos Urbanos*, que passou a debater o direito à cidade, abarcando temas como mobilidade, espaços públicos, patrimônio, uso do solo urbano e demais temas pertinentes à produção do espaço. Em maio de 2014, o *Projeto Novo Recife* deu início à demolição de antigos armazéns de açúcar situados no cais, o que prontamente levou um grupo de ativistas a ocupar o terreno, impedindo a execução do trabalho das máquinas. O grupo, inicialmente formado por indivíduos de classe média, reuniu diversas bandeiras, intitulando-se como suprapartidário. A convivência e o aprendizado a partir da diferença foram intensos no espaço e também com o entorno, que conta com as comunidades do Coque, Cabanga e Brasília Teimosa.

O movimento Ocupa Estelita foi o ponto de convergência de bandeiras muito diferentes, de gays, lésbicas, transexuais, adeptos da bicicleta, do

⁵⁷ Cf. Concurso de alternativa. Disponível em:

https://issuu.com/cacauufc/docs/caderno_____concurso_de_alternativa. Acesso em: 27 fev. 2019.

⁵⁸ Cf. Página oficial. Disponível em: https://www.facebook.com/FrenteCoco/. Acesso em: jan. 2019.

vídeo militante, da alimentação vegetariana ou vegana, de defensores de animais e da descriminalização da maconha, dos trabalhadores do comércio informal e da moradia popular (ROCHA, 2015).

O Ocupe Estelita se organizou a partir de assembleias horizontais, atuando na educação cívica da população, que se aproximou das decisões do estado. Passando por diversas vitórias e derrotas, o processo de decisão sobre o Cais Estelita continua em andamento. Hoje os ativistas apoiam diversos outros movimentos sociais da cidade que começaram a surgir com mais força, como por exemplo, o *Maguelita*, que tem como causa o combate à poluição da Bacia do Pina, uma área de mangue situada no município de Recife. Sua página no Facebook⁵⁹ continua em atividade até o momento.

Coletivos Urbanos

Junto a essas grandes manifestações que reivindicam a função pública e democrática dos espaços da cidade, diversos coletivos urbanos começaram a despontar na virada do século XX para o XXI no país, buscando o uso legitimo do espaço público, por meio de suas possibilidades de troca, interação e convívio. Estes espaços hoje se encontram majoritariamente abandonados e deteriorados pela sua condição histórica, tal como discutido no Capítulo 1 deste trabalho.

Formados sobretudo por jovens de classe média, os coletivos inauguraram uma nova cultura comportamental urbana, sustentada pelas ideias de autores como Guy Debord (1967) e a experiência do cotidiano de Negri e Hardt (1960) e, posteriormente, Dardot e Laval (2014), e a apropriação do espaço público através do *comum*, de Lefebvre (1969), e o direito à cidade, tal como apresentado no início deste Capítulo.

Desta forma, os coletivos urbanos possuem direcionamentos comuns, mas também muitas diferenças entre si. Seus membros são *autônomos*, e muitas vezes participam dentro de um projeto coletivo por se identificarem com o espaço, ou com a questão apresentada. O resultado obtido apresenta, dessa forma, influência de seus protagonistas, suas ações e seus conhecimentos específicos.

O *Acupuntura Urbana*, ⁶⁰ por exemplo, é um coletivo que se organizou na cidade de São Paulo no ano de 2013, e tem como objetivo transformar o espaço público por meio de ações pontuais, acreditando, dessa forma, transformar o sistema como um todo. Sua denominação, propriamente dita, carrega o sentido da sua prática.

⁵⁹ Cf. Movimento Ocupe Estelita. Disponível em: https://www.facebook.com/MovimentoOcupeEstelita/. Acesso em: jan. 2019.

⁶⁰ Cf. Acupuntura urbana. Disponível em: http://acupunturaurbana.com.br/. Acesso em: mar. 2018.

Constituído hoje por duas arquitetas, uma pedagoga, uma engenheira ambiental e uma produtora cultural, trabalha no sentido de estimular o protagonismo da sociedade civil na construção dos espaços, através de oficinas educativas e práticas.

O coletivo possui uma ampla rede de parceiros e clientes, desenvolvendo projetos junto com a iniciativa privada e com o poder público. Entre as suas diversas ações, o *Projeto Coruja* (2013) ganhou relevo, projetando a atuação do coletivo, quando começou a ganhar espaço. Este foi desenvolvido em uma praça pouco utilizada do Parque Linear das Corujas, situado no bairro Vila Madalena, e contou com oficinas participativas, no intuito de debater as necessidades e desejos da comunidade local para o espaço.

Ao chegar a uma proposta, o coletivo organizou uma campanha de financiamento colaborativo por meio da plataforma *Catarse*, a fim de viabilizá-la, chegando a arrecadar mais de vinte e cinco mil reais de cento e cinquenta pessoas e sete empresas diferentes. Entre os seus feitos, o grupo implantou uma faixa de pedestres para o acesso à praça, equipamentos para crianças, uma horta comunitária, e chamou a atenção para o Córrego das Corujas, reconhecendo a dimensão dos rios da cidade de São Paulo, hoje quase todos soterrados.

O Acupuntura Urbana não atua em um espaço específico da cidade. Ele funciona como uma forma "alternativa" de trabalho em que suas integrantes tem a função central de intermediar ações entre a comunidade, o poder público e empresas privadas, ou seja, existe uma nova cultura de valores e forma de atuação dentro do movimento, com o foco nos espaços públicos degradados da cidade, mas este se insere dentro da estrutura econômica existente.

Hori (2018), em sua dissertação de mestrado, escreve sobre o projeto "Se liga na Praça!", em que o coletivo *Acupuntura Urbana* participou junto com o *Movimento Boa Praça* e uma plataforma colaborativa denominada *Atados*, através do edital Redes e Ruas. O projeto objetivava a ressignificação da praça Conde Francisco Matarazzo, na Água Branca, e da praça do Samba, localizada na região do Perus, ambas em São Paulo. Hori relata a dificuldade do grupo em dar continuidade à proposta em Perus ao tentar criar uma identidade local sem permanecer no local. Intitulando-se facilitadores no processo de empoderamento da comunidade, não conseguiram articular as diferenças de compreensão e conflitos já existentes a fim de manter o projeto desenvolvido em um primeiro momento de forma participativa.

Esse modelo de coletivo urbano é identificado como um movimento de jovens da classe média, e se concentra majoritariamente em bairros de classe média e média alta,

onde, principalmente a partir da década de 1990, multiplicaram-se os espaços exclusivos, como os condomínios fechados e os *shopping centers*, enquanto os espaços públicos eram abandonados pelo poder público, pela sociedade e pelo setor privado.

Já na periferia das cidades brasileiras, existe um movimento cultural intenso que começou a crescer também na virada do século. De acordo com Morais (2018), o direito à cidade é determinante nas lutas periféricas atuais.

O entendimento dessas questões estruturais da sociedade, como as condições de desigualdade e a segregação socioespacial ainda impostas aos bairros periféricos, talvez hoje seja o principal motivo de luta e resistência nas periferias. Este fato está relacionado com as transformações urbanas e sociais ocorridas nos bairros periféricos nas duas últimas décadas (MORAIS, 2018, p. 107).

A luta pelo direito à cidade engloba questões estruturais mais generalizadas, como as raciais, de gênero, de oportunidades. Muitos dos *sujeitos periféricos*⁶¹ hoje procuram fazer do ativismo o seu trabalho, participando de editais, como o VAI – Valorização de Iniciativas Culturais (2003) e o Programa de Fomento à Periferia (2016) e se aproximando do terceiro setor para desenvolver ações. Morais (2018) aponta que existe uma mudança significativa dos movimentos periféricos das décadas de 1970 e 1980, em que existia a necessidade do ator periférico conciliar a militância ao trabalho.

O trabalho e os meios de produção também alteraram substancialmente desde esse período. O trabalhador assalariado abriu espaço para uma nova classe trabalhadora, com novas ocupações de serviços – terceirizados e temporários. O aumento da condição de consumo foi fortalecido pelo modelo desenvolvimentista dos governos Lula e Dilma. Apesar da inegável ascensão social da classe trabalhadora este período, ela não chegou a constituir uma nova classe média, como defende Pochmann (2012).

Dentro desse cenário, os saraus de literatura periférica tornaram-se relevantes na metrópole de São Paulo e atualmente possuem uma ampla rede. ⁶² Os encontros acontecem em diversos lugares, sendo privados ou públicos, porém com o intuito de, através da poesia, de música, de apresentações de teatro; fazer política. Os espaços privados utilizados para os encontros de sarau se enquadram no conceito de *pracialidade*, elaborado por Queiroga (2012).

-

⁶¹ Termo utilizado para denominar o *novíssimo ator periférico* por Tiaraju D'Andrea (MORAIS, 2018). 62 Segundo mapeamento realizado pela ONG Ação Educativa, atualmente são cerca de cem movimentos que acontecem na região metropolitana de São Paulo. Cf. Disponível em: http://cbn.globoradio.globo.com/series/poesia-na-periferia/2015/06/01/SARAUS-SE-FORTALECEM-NA-PERIFERIA-DE-SAO-PAULO.htm. Acesso em: 16.jul. 2015.

O poeta Akins Kintê, vencedor do 1º Festival de Poesias de São Paulo em 2014, pondera sobre esses locais:

Importantíssimo transformar bares, quintais, esquinas de ruas, os becos e vielas, campos em centros culturais. Mesmo sem apoio da prefeitura fazer acontecer a arte. Sou da geração que está vivenciando esse momento importante nas quebradas do Brasil, muitas pessoas voltando a estudar, vários outros sabendo que não pode ficar bem louco. Isso não pode parar nunca (ARRUDA; LIMA, 2014).

Em São Paulo, o sarau da Cooperifa – Cooperativa da periferia – foi um dos primeiros que surgiu dessa corrente. O seu idealizador é o poeta Sergio Vaz, que vislumbrou a possibilidade de transformar a realidade dos moradores da periferia por meio da cultura. Em entrevista realizada para a dissertação de mestrado da cientista social Érica Peçanha (2009), Vaz conta que foi num poema de Ferreira Gullar, publicado na contracapa de um disco do cantor Milton Nascimento, que teria encontrado o sentido do trabalho que desejava realizar: dar voz aos temas e as pessoas marginalizadas pela sociedade:

E a história humana não se desenrola apenas nos campos de batalhas e nos gabinetes presidenciais. Ele se desenrola também nos quintais, entre plantas e galinhas, nas ruas de subúrbios, nas casas de jogos, nos prostíbulos, nos colégios, nas usinas, nos namoros de esquinas. Disso eu quis fazer a minha poesia. Dessa matéria humilde e humilhada, dessa vida obscura e injustiçada, porque o canto não pode ser uma traição à vida, e só é justo cantar se o nosso canto arrasta consigo as pessoas e as coisas que não tem voz (NASCIMENTO, 2009, p. 186).

O primeiro destino da Cooperifa foi uma área pertencente a uma fábrica no município de Taboão da Serra. O espaço tornou-se inviável para os eventos culturais, e surgiu daí a ideia de utilizar os bares, corriqueiros na periferia, para os saraus: espaços de sociabilidade que se tornaram públicos em sua essência. Desde o ano de 2003, as apresentações semanais dos saraus da Cooperifa acontecem no Bar Zé Batidão, localizado na zona sul da periferia paulistana.

O comprometimento dos artistas é fundamental para o fortalecimento do movimento. Vaz nomeia os apresentadores de *artistas-cidadãos*:

Vaz faz questão de ressaltar que a Cooperifa [...] não é espaço para artistas vaidosos, é lugar para artistas-cidadãos: aqueles interessados em trocar informações sobre literatura, acontecimentos políticos ou mobilizações sociais; comprometidos em apresentar gratuitamente seus produtos artísticos e em traduzir as injustiças sociais nas suas poesias (NASCIMENTO, 2009, p. 255).

O fortalecimento desse movimento se dá ainda por meio de uma rede organizada entre os diversos saraus que acontecem principalmente na região metropolitana de São Paulo, porém também em outras regiões periféricas do país. Estes acontecem também em casas de cultura periféricas bem como em espaços da esfera pública oficial, marcando a heterogeneidade do movimento. ⁶³

O espaço em que opera essa rede, utiliza-se das redes de interação online. O movimento da Cooperifa possui página no Facebook, Instagram e Twitter. Porém, esta é mais utilizada para a publicação e divulgação de eventos, e não na sua estrutura organizacional.

Tendo em vista que os movimentos sociais urbanos apresentam sinais de maturidade social e podem provocar impactos conjunturais e estruturais, em maior ou menor grau, de acordo com sua organização e com as relações de forças estabelecidas junto ao Estado e aos demais atores coletivos da sociedade, se faz necessário hoje o balizamento das novas conformações desses grupos, e o modo como operam no espaço público.

O próximo capítulo procurará estudar essas questões dentro de diferentes coletivos que surgiram em São Paulo no início deste século, de diferentes formações, mas que carregam em comum a relação com a cidade no próprio nome, e atuam em diferentes tensões presentes no espaço público urbano. São eles o *A Batata Precisa de Você*, o *Arrua* e o *Imargem*.

_

⁶³ O sarau da Cooperifa, por exemplo, já se apresentou em diversos Centros de Artes e Esportes Unificados, Casas de Cultura, na Virada Cultual de São Paulo, na Biblioteca Mario de Andrade e no Parque do Ibirapuera.

CAPÍTULO 3: ESTUDOS DE CASO

Neste capítulo serão avaliados três coletivos urbanos surgidos no início do século XXI na cidade de São Paulo: o *A Batata Precisa de Você*, o *Imargem* e o *Arrua*. Os três coletivos possuem como característica comum principal a luta pelo direito à cidade, e as suas denominações sugerem suas proximidades com os espaços públicos situados em diferentes localizações, que produzem, e nelas são produzidas, diferentes experiências.

Dessa forma, foram consideradas para as análises, levantadas a partir de entrevistas com membros de cada um dos coletivos e publicações de diferentes fontes – como blogs, Facebook, caderno de editais, dissertações e artigos –, a atuação destes na esfera pública, suas utopias e redes de articulações que estabelecem no seu cotidiano; tendo em vista a conjuntura política, econômica e social do país.

Essa pesquisa procura se aproximar das experiências desses diferentes coletivos para levantar elementos sobre a construção dessa nova cultura cívica, vinculada a uma lógica não capitalista no espaço e, ainda, compreender o seu papel dentro de um possível alargamento da esfera pública e um resgate da "consciência de cidade" (LEFEBVRE, 2016).

3.1 A BATATA PRECISA DE VOCÊ

O movimento *A Batata Precisa de Você* surgiu no ano de 2014, quando um grupo de moradores e frequentadores da região do Largo da Batata passou a ocupar o espaço regularmente, carregando suas cadeiras de praia, cangas, almofadas e guarda-sóis, e realizar diversas atividades, como jogos de rua, debates, sessões de ioga e alongamento, apresentações de música e filmes, dando visibilidade ao resultado de um longo e insatisfatório processo de intervenções urbanas, parte da Operação Urbana Consorciada Faria Lima (OUCFL).

Figura 5 – Largo da Batata e o movimento "A Batata Precisa de Você"

Fonte: PISEAGRAMA, 2015.

O Largo da Batata foi reaberto no início de 2013, apresentando uma esplanada árida pouco convidativa. Diversos grupos e coletivos da região, no intuito de tornar o espaço público mais vivo, estimularam encontros, divulgaram informações e desenvolveram propostas e ações para o local.

Após intervenções mais recentes no Largo da Batata, este se tornou uma grande praça, com pouca vegetação e uso: Apesar da aridez do local, foi criado um novo espaço aberto na cidade, uma extensa área livre em uma região onde boa parte dos espaços não edificados são cercados e murados (CALDEIRA, 2015, p. 59).

A primeira ação no largo após a retirada dos tapumes no seu entorno foi o *Ocupe* a *Batata*, organizado por diversos coletivos de São Paulo. Em seguida, o grupo *Não Largue a Batata* realizou evento de mesmo nome, e lançou um manifesto⁶⁴ pautando o que desejavam para o espaço:

Manifesto Não Largue da Batata

O Largo da Batata está passando por uma grande transformação de seu espaço e uso. Nós (moradores, trabalhadores e frequentadores da região) esperamos que estas transformações ajudem a promover a cidadania, a diversidade e a convivência pacífica. Além de espaço de circulação, desejamos um Largo da Batata convidativo, democrático e qualificado para múltiplos usos. Há mais de 10 anos, está em curso um projeto de Reconversão Urbana do Largo da Batata. Este projeto prevê

⁶⁴ Cf. Manifesto Não Largue da Batata. Disponível em https://www.facebook.com/groups/611050772264436/about/. Acesso em: nov. 2018.

melhorias, com metas específicas, através de parcerias entre o Poder Público e a iniciativa privada. Durante este tempo muito dinheiro foi gasto, muitas obras foram realizadas e o projeto original, vencedor de concurso público, foi revisado e parcialmente executado. Ainda existem muitas metas a serem atingidas e muitas perguntas a serem respondidas. O paisagismo, por exemplo, parece deixar muito a desejar. O que será de todo este espaço pavimentado? Onde estão os equipamentos e espaços para eventos culturais? E o mobiliário urbano, arborização e áreas para lazer e esporte? Não foi divulgado e nem discutido com a população o plano revisado, os motivos para as alterações ou contrapartidas razoáveis. Nós não queremos largar do Largo da Batata. Nós queremos opinar e participar mais nestes processos de mudança. Nós queremos mais cultura, esporte, lazer, vegetação, saúde, segurança e informação. Nós queremos vivenciar e repensar este espaço. Nós queremos que todos sejam respeitados.

Largo da Batata, outubro de 2013

O A Batata Precisa de Você ganhou mais evidência com o passar do tempo, por meio da interação contínua com o poder público desde sua gênese e da forma compartilhada de gestão do espaço público estabelecida.

Laura Sobral Rodrigues, em entrevista concedida a mim,⁶⁵ conta que o grupo, inicialmente com cerca de dez membros, se denominava mais como movimento do que coletivo por ser muito orgânico: as pessoas se aproximavam ou afastavam de acordo com sua disponibilidade e afinidade pessoal.

A gente pouco se chamou de coletivo. A gente chamava mais de movimento por ser muito, muito líquido, assim... sempre tiveram pessoas mais a fim de tocar processos mais regulares, e as ideias as pessoas iam tendo (Entrevista 1: Laura Sobral Rodrigues, 2018).

O movimento passou a se reunir todas as sextas-feiras no espaço, e as ideias iam aparecendo. Concomitante aos encontros presenciais, uma agenda colaborativa *on-line* foi estabelecida dentro de um grupo formado no Facebook: o papel das redes de comunicação interativas foi muito importante para o A Batata Precisa de Você. Muitas pessoas aderiram ao movimento, e muitas atividades foram organizadas em rede. As decisões referentes às atividades no espaço, porém, eram tomadas presencialmente. A consistência do A Batata Precisa de Você se deu ao determinar horários e atividades semanais e ao contar com a rede digital para distribuir informação.

A identidade com o espaço fez com que muitos dos *batateiros* – como se denominam – se aproximassem do Largo da Batata, buscando melhorias para o seu

⁶⁵ A entrevista completa encontra-se transcrita nos Anexos, item "Entrevista 1: Laura Sobral Rodrigues", no fim deste trabalho.

usufruto. Durante a entrevista, Laura Sobral, idealizadora do movimento, discorre sobre a sua relação com o espaço e o movimento:

A Batata mudou a minha vida. Eu já tinha uma relação com o Largo da Batata fazia muitos anos. Sempre estudei meio que por lá. Fui criada no Butantã — Jaguaré, Parque Continental, e o centro da cidade — especialmente antes do metrô — era muito longe, e Pinheiros funcionava como uma centralidade. Minhas opções para fazer coisas, para comprar coisas, eram ir para Pinheiros ou para Osasco. Então, o Largo da Batata sempre foi muito presente para mim, e agora tem um significado ainda mais profundo, uma vez que fiz parte desse processo de estar lá regularmente. Isso também foi muito casado com o fato de eu morar lá do lado. Eu morei a trezentos metros do largo da Batata por dois anos e meio ou três anos (Entrevista 1: Laura Sobral Rodrigues, 2018).

As pessoas então foram se aproximando, muitas com o propósito de discutir a forma de se produzir aquele espaço, tornando-o inclusivo e diverso; estabelecendo uma nova cultura de uso e metodologia de transformação.

Contribuímos para transformar aquele espaço em um espaço onde as pessoas vão, que as pessoas pensam que podem performar suas vontades coletivas ali (Entrevista 1: Laura Sobral Rodrigues, 2018).

A atuação do movimento A Batata Precisa de você se enquadra no modelo de urbanismo participativo de produção, em que o processo é visto como uma etapa tão importante quanto o produto. Sobral Rodrigues (2018) denomina de urbanismo tático as atividades desenvolvidas no Largo da Batata, e o define como uma metodologia de prototipagem de soluções, realizadas com baixo custo, que poderiam ser a chave para mudanças a longo prazo para o espaço.

Não temos outra opção senão reformular os componentes dialéticos do mundo, determinar de modo mais consciente os elos necessários entre lugar de produção, entre o "quê", o "como". Essa reciprocidade de fins e meios nos atrela a uma realidade histórica na qual as fantasias ilusionistas da tabula rasa perdem boa parte de sua autoridade [...] os objetivos do projeto, da mesma forma que as motivações de nossa instrumentalidade, somente podem ser legitimados pela ativação da esfera pública — o campo da política que, por sua vez, depende da materialização física e representacional do coletivo [...] a pré condição física mínima para definição do lugar é a colocação consciente de um objeto em si e por ser na natureza, mesmo que seja apenas um objeto na paisagem ou um rearranjo da própria natureza (SOBRAL RODRIGUES, 2018, p. 76).

O A Batata Precisa de Você, desta forma, nunca chegou a pedir autorização para o uso do espaço, caracterizando-o como uso cidadão, o que provocou diversos debates com o poder público. O Largo da Batata passou a ter função de um laboratório público,

um local de experimentação em que grupos foram se apropriando do espaço e incentivando a espontaneidade de usos.

Em seu primeiro ano de atividade, o movimento participou ativamente do Grupo de Trabalho do Largo da Batata pelo Conselho Regional de Meio Ambiente, Desenvolvimento Sustentável e Cultura de Paz de Pinheiros (CADES-PI),66 realizando levantamento de dados da região, e obteve conquistas, como a implantação de um bicicletário ao lado da estação Faria Lima da linha 4 amarela do Metrô.⁶⁷

Um mobiliário urbano temporário foi produzido por membros do coletivo e participantes esporádicos, através, como declaravam, de improvisos e gambiarras, utilizando-se de materiais de baixo custo. O espaço passou a acomodar ambientes para o descanso, a troca de ideias, a diversão. Uma festa junina colaborativa foi também organizada, o que gerou uma grande mobilização e contou com a participação de cerca de 2,5 mil pessoas.



Figura 6 – Prototipagem de soluções por meio de "improvisos e gambiarras"

proteção ambiental, à implantação de programas que fomentem a cultura de paz e à implementação da Agenda 21 Local, sempre promovendo e incentivando a participação social". Disponível em: https://cadespinheiros.wordpress.com/. Acesso em: jan. 2018.

⁶⁶ De acordo com o Site do Conselho, o CADES-PI - "é um órgão de natureza participativa e consultiva que tem o importante papel de propor e colaborar com a formulação de políticas públicas relacionadas à

⁶⁷ Este equipamento, objeto de reivindicação de moradores e ciclistas da região, já constava no projeto original de revitalização do Largo da Batata, assinado pelo arquiteto Tito Livio Frascino.

Fonte: Disponível em: https://www.facebook.com/abatataprecisadevoce/. Acesso em: 27 fev. 2019.

O movimento foi selecionado para o edital Redes e Ruas⁶⁸ da Prefeitura de São Paulo, fazendo com que ampliasse as suas atividades no ano de 2015. Os batateiros deveriam cumprir 48 horas mensais de atividades na praça, e assim deram continuidade às ocupações semanais, organizaram rodas de conversa temáticas, oficinas de inclusão social dentre outras atividades. Uma publicação foi organizada como parte da contrapartida do programa, e levou o título de *Ocupe Largo da Batata: como fazer ocupações regulares no espaço público*. O material conta a história do largo da Batata por meio das diversas intervenções experimentadas ao longo dos anos e ainda fala sobre o movimento e sua atuação cotidiana e participativa no espaço, contribuindo para o fortalecimento dessa nova cultura urbana.

Diversas vertentes do A Batata Precisa de Você surgiram a partir desse momento, definindo grupos para diferentes atividades, como as *Batatas Construtoras*, as *Batatas Jardineiras* e as *Batatas Batuqueiras*.

Ainda neste ano, cinco batateiros se juntaram para criar a associação *A Cidade Precisa de Você*. Por meio dessa figura jurídica, o grupo pôde se apresentar para representações formais, como a cadeira que ocupam na Comissão de Proteção à Paisagem Urbana (CPPU), ligada à Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano (SMDU), bem como expandir as ideias e as ações que estavam sendo desenvolvidas no Largo da Batata.

A Cidade Precisa de Você surge para atuar em outros espaços, exatamente. A gente fez uns trabalhos em Recife, a gente já fez alguns trabalhos em São Paulo... agora está com um processo legal de alguns meses lá na Brasilândia, de tentar trabalhar o Parque do Canivete (Entrevista 1: Laura Sobral Rodrigues, 2018).

A associação A Cidade Precisa de Você realizou um concurso de mobiliário urbano – o Batatalab – para o Largo da Batata junto com o Instituto de Pesquisa e Inovação em Urbanismo (IPIU), que financiou o desenvolvimento e a implantação dos projetos. Porém, a prefeitura do município, já na Gestão Dória (2017-2018), alegou que não teria a possibilidade de fazer a manutenção dos protótipos.

⁶⁸ O edital Redes e Ruas foi uma iniciativa da Prefeitura de São Paulo junto com as secretarias municipais de Cultura, Direitos Humanos e Cidadania e Serviços para promover ações de cultura e inclusão digital e iniciativas de ocupação de espaços públicos na cidade de São Paulo. Cf. Site oficial. Disponível em: https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/cultura/fomentos/redes_e_ruas/. Acesso em: jan. 2018.



Figura 7 – Ocupação no Largo da Batata

Fonte: PISEAGRAMA, 2015.

O entendimento de *direito à cidade*, para Sobral Rodrigues (2018) vai ao encontro do conceito posto por Lefebvre e retomado por Harvey: é o direito de transformar a cidade, de seus espaços serem coproduzidos pelas pessoas que se utilizam dele.

Os espaços de participação dentro da gestão pública sempre foram importantes para o movimento, que buscou diálogo com diversas instâncias de poder municipais. Muitos desafios surgiram, como a pauta do movimento não ser visto dentro do desenvolvimento urbano, mas somente dentro da pasta da cultura, ou a reivindicação pelo desenvolvimento de mecanismos de participação popular. Diversas questões sobre as atividades realizadas dentro do coletivo também foram cobradas do município. Laura (2018) chama a atenção para a questão da mudança de gestão municipal, do prefeito Haddad para o Dória, quando os espaços de troca com o poder público municipal diminuíram consideravelmente.

Quanto ao desenvolvimento de trabalhos junto com instituições ou empresas privadas, houveram ações pontuais, não ligadas diretamente ao movimento, mas a pessoas que atuavam dentro do movimento. Existiu a colaboração de comerciantes locais, que

chegaram a doar energia de seus estabelecimentos para a realização de atividades no largo.

Em relação ao contato com outros movimentos da cidade, Laura Sobral Rodrigues (2018) coloca que houve iniciativas de outros movimentos no Largo da Batata que foram acolhidas por eles, que procuravam dar o suporte necessário. Algumas atividades junto com outros movimentos que surgiam aconteceram fora do espaço também, muito pela conjuntura, por esse momento em que diversos coletivos surgiram na cidade e procuravam construir diálogo. Porém, sempre existiu muita crítica e fragmentação entre os movimentos e coletivos pelas diferentes crenças e formas de agir. O movimento A Batata Precisa de Você recebeu muitas críticas, quanto ao desenho de seu mobiliário temporário, por abrir espaço para mendigos permanecerem dentro do largo e do outro lado, por favorecer o processo de gentrificação em curso na região.

Poucos arquitetos participaram do movimento, porém, Laura, idealizadora, é arquiteta, e se aproximou do espaço para desenvolver esse modelo de produção de cidades na prática. Para ela, o arquiteto e urbanista teria o papel de mediador político no processo de decisão sobre a cidade. O urbanismo tático, experimentado pelo movimento do Largo da Batata, seria uma das metodologias a ser utilizada dentro do objetivo de se construir cidades mais democráticas.

3.2 COLETIVO IMARGEM

do

Estado

de

São

O coletivo *Imargem* surgiu de um projeto⁶⁹ idealizado pelo *agente marginal* Mauro Neri⁷⁰ no ano de 2006. A sua denominação, junção das palavras *imagem* e

69 O Projeto Imargem foi delineado a partir dos eixos arte, convivência e meio ambiente, e envolveu a

Cf.

Proieto

Cartograffiti. Disponível

Paulo.

comunidade em atividades como oficinas de graffiti, construção de objetos a partir de materiais descartados nas ruas do bairro e nas margens da represa, e conversas sobre o meio ambiente. Uma intervenção, que contou com a disposição de dez obras executadas dentro do projeto, foi realizada ao longo de um trecho da represa Billings, no intuito de mobilizar a comunidade sobre a importância da preservação do meio ambiente e da importância da intervenção no espaço público. Segundo informação obtida no site Cartograffiti — outro projeto idealizado pelo coletivo — o Projeto Imargem contou com um primeiro financiamento proveniente do Programa de Ação Cultural, da Secretaria da Cultura do Estado de São Paulo, e em um segundo momento foi contemplado pelo Programa VAI, da Secretaria Municipal da Cultura. Nesse momento o projeto deu vazão à margem, encerrando-se com uma exposição do material produzido na

http://projetocartograffiti.blogspot.com/. Acesso em: 27 fev. 2019. 70 Os membros do coletivo se denominam agentes marginais. De acordo com o site do coletivo, são os que agem na margem e lutam contra o isolamento das comunidades a partir da beirada sul de São Paulo. Cf. Coletivo Imargem. Disponível em: http://imargem.art.br/#s-o-imargem. Acesso em: 27 fev. 2019.

Mauro Sergio Neri da Silva é artista visual, grafiteiro responsável pelas inscrições recorrentes "ver" e "veracidade" na cidade de São Paulo e suas variações, como "ver lugar", "reviver", "o que a gente pode ver" (http://veracidade.art.br/).

margem, nos dá pistas sobre o seu ponto de partida, que por meio da arte, buscou chamar atenção para a paisagem das margens da Represa Billings, na região do distrito do Grajaú, situado na zona sul do município de São Paulo. No projeto, foram abordadas questões como a identidade do local, a estética das comunidades da margem, a consciência ambiental, a educação e os conceitos sobre coletividade.



Figura 8 – Intervenção do coletivo "Imargem" no Grajaú

Fonte: Foto e obra: Mauro. Disponível em: http://imagemdamargem.blogspot.com. Acesso em: 27 fev. 2019.

A questão do *direito à cidade* é imperativa para o coletivo desde a sua formação. Tal ponto é entendido como o direito ao acesso à cidade das suas bordas ao centro, o direito de troca de conhecimento e de disputa de narrativas e de espaço, como explica Mariana Belmont:⁷¹

Então a gente vai sim estar na Vila Madalena, vai estar sim disputando espaço, disputando narrativa, disputando muro, disputando espaço para expor, para mostrar livro e mostrando o que a gente faz lá. *Então, na verdade é uma disputa de espaço. Uma disputa de narrativa e de espaço mesmo*. De estar onde a gente quiser. A cidade é nossa, a gente pode estar aqui, onde a gente quiser. Quando a galera vem do Grajaú, por exemplo, e está na praça Roosevelt, e é a galera da Leste que vem muito para sarau e para o *slam*, e é expulso pela polícia, quer dizer que ela tem uma gentrificação no sentido de que a galera dali não quer que pessoas pobres, periféricas, marginalizadas, né, na cabeça deles... negras, ...

⁷¹ A entrevista completa encontra-se transcrita nos Anexos, item "Entrevista 2: Mariana Belmont", no fim deste trabalho.

acessem aquele espaço. Principalmente a população negra, né? E a gente, não, a gente vai acessar esse espaço, mesmo que isso custe violência física (Entrevista 2: Mariana Belmont, 2018, grifos meus).

A discussão sobre o direito à cidade pelo coletivo se estrutura a partir das bordas da cidade, ressignificando a noção da periferia como local de resistência. Existe uma percepção de outra lógica da construção da cidade, de que a vida começa pela margem: o Imargem coloca a periferia no centro do seu discurso e de suas ações, e não no final da cidade, onde ela acaba.

A questão da localização, desta forma, é fundamental para essa construção dos agentes marginais. A origem do coletivo está no Grajaú, um dos mais populosos distritos de São Paulo, que apresenta um dos seus menores Índices de Desenvolvimento Humano (IDH), ⁷² sendo muitas vezes deixado de lado pelas políticas públicas do município. Seus habitantes enfrentam inúmeras dificuldades cotidianas, de diferentes naturezas. No entanto, de acordo com Mariana Belmont, a região não carrega o estereótipo da periferia, por acolher uma extensa área de Mata Atlântica, e ainda contemplar a represa Billings, uma das maiores do mundo em área urbana. A relação deste território com a paisagem e com a continuidade da cidade impacta fortemente sobre as ações do coletivo.

É muito curioso, porque não é uma periferia estereotipada, né? Alguma parte do Grajaú, sim. Mas o restante não, a gente vive no meio da Mata Atlântica e da natureza, majoritariamente. Então essa mudança, a gente discute muito no *Imargem*. A gente fala, a gente escreve muito sobre isso. Essa mudança da cidade, quando a gente sai da margem e começa a acessar o centro, que a gente vê a paisagem mudando, é muito louco, né? É outro espaço, tempo, lógica (Entrevista 2: Mariana Belmont, 2018).

O coletivo hoje possui seis integrantes. Muitas pessoas passaram por ele e começaram a ter outra percepção do território, realizando assim outros projetos, que ainda se vinculam com o movimento. Atualmente, ele é composto por uma antropóloga, duas jornalistas e articuladoras, um biblioteconomista, e dois artistas visuais e educadores. Essa formação já existe há sete anos. Dentro do coletivo, todos possuem a autonomia de desenvolver suas ideias e projetos. Acreditando na formação multidisciplinar, muito das ações desenvolvidas vêm do repertório de cada membro.

⁷² De acordo com o *Atlas do trabalho de desenvolvimento do município de São Paulo* (2007) – PMSP, a posição do distrito do Grajaú de acordo com índices como riqueza, alfabetização, educação, esperança de vida e natalidade é a 90°, dos 96 municípios. Disponível em: http://www.capital.sp.gov.br/cidadao/rua-e-bairro/atlas-municipal. Acesso em: 27 fev. 2019.

O conjunto de ações realizadas pelo coletivo fortalece as reflexões sobre as tensões entre os direitos individuais e os direitos coletivos sobre a cidade. O sentido de pertencimento e o direito de transformar um lugar enfrenta a construção coletiva de conceitos e dos mais diversos preconceitos.

O Projeto *Cartograffiti*,⁷³ realizado no ano de 2015, explicita essas questões dentro do coletivo. Patrocinado pela Secretaria Municipal da Cultura, por meio do edital Arte na Cidade, contou com uma série de intervenções em 21 locais estratégicos da cidade, no intuito de dialogar com os lugares e com as pessoas. As intervenções percorrem um caminho que parte do extremo sul da cidade, passando pelo sul, centro-oeste, centronorte e finalizando no centro-sul.

No blog do Projeto,⁷⁴ as áreas de intervenção, que se encontram no caminho das águas e nos principais corredores viários, possuem um histórico e projeto para o espaço de suporte do grafite e equipamentos públicos urbanos (bancos e lixeiras), afirmando a intenção de chamar os olhares para tais espaços públicos. O coletivo Imargem organizou diversos percursos de ônibus que passavam pelos murais do projeto, levantando questões como a história da cidade através do grafite, reflexões e relações políticas, meio ambiente e o direito à cidade.

Com o Cartograffiti a gente fazia bastante. De sair com o busão do centro e ir passando pelos lugares grafitados pelo Mauro. Onde apagou ele falava onde apagou, contando essa história. E o processo de o poder público, "paga e apaga", porque acontece isso. Você ganhou um edital, o cara paga, você vai, pinta, e no outro dia a subprefeitura vai lá e apaga o que você fez. E não sabe, porque não dialoga com a outra secretaria. Então a gente gosta muito (Entrevista 2: Mariana Belmont, 2018).

-

⁷³ De acordo com Mauro Neri, a palavra *Grafite* com "fite" e *Grafitti* com "fiti" é utilizada de formas diferentes de acordo com o lugar da fala e com o nível de envolvimento com a cultura de quem utiliza o termo. Cf. Entrevista com Mauro Neri. Disponível em: http://www.itaucultural.org.br/ver-a-cidade-e-suas-nuances-entrevista-com-mauro-neri/. Acesso em: jan. 2018.

⁷⁴ Cf. Nota de rodapé 81.



Figura 9 – Projeto de intervenção artística na Ponte Estaiada

Fonte: Projeto Cartograffiti. Disponível em: http://projetocartograffiti.blogspot.com/. Acesso em: 27 fev. 2019.

W W W . C A R T O G R A F F I T I . C O M . B R

Figura 10 –Área de intervenção do projeto Cartograffiti

Fonte: Projeto Cartograffiti. Disponível em: http://projetocartograffiti.blogspot.com/. Acesso em: 27 fev. 2019.

A cultura e os movimentos culturais são os grandes transformadores da periferia hoje. O grafite se insere nesse contexto, dentro da arte urbana, pelo fato de ocupar naturalmente o território. Ele é visto como uma arte transgressora e marginal, e faz parte da cultura hip hop no país, que reúne também o DJ, os MCs (que hoje tem uma adesão grande de mulheres), e também a dança. O hip hop é utilizado como instrumento de educação, inclusive nas escolas públicas.

O grafite é bem difundido hoje na cidade de São Paulo, onde encontramos diversas galerias a céu aberto, como podemos ver, por exemplo, nos arredores do Minhoção e no Beco do Batman, localizado no bairro da Vila Madalena.

O Imargem, desta forma, assume o grafite como seu instrumento de expressão e troca com a cidade. Os encontros *Niggaz*, organizados pelo coletivo Imargem, ficaram bem conhecidos, marcando o Grajaú na cena das galerias de grafite abertas em São Paulo.

Ao todo foram onze encontros, que aconteceram entre os anos de 2004 e 2014, nos quais homenageavam um precursor do grafite do Grajaú, chamado Alexandre da Hora, o Niggaz, que faleceu em um acidente no ano de 2003. De acordo com Mariana Belmont, foi o Niggaz que influenciou a consolidação do coletivo Imargem, principalmente por acessar a cidade através do grafite e ocupar o espaço público. Os encontros Niggaz se desenrolaram sobre os muros das comunidades do Grajaú e contaram com mais de mil artistas de São Paulo e de outros estados e países.

No que tange às redes sociais, o coletivo não possui muita atuação para mobilização ou organização de eventos no ambiente virtual. A internet é utilizada pelos *agentes marginais* essencialmente para a publicação de fotos e textos de ações já realizadas.

O coletivo Imargem se relaciona com diversos coletivos e movimentos atuantes na cidade de São Paulo. Existe uma maior proximidade e troca com outros movimentos de periferia, tanto da zona sul como de outras regiões, como na zona leste, que existe bastante intercâmbio entre os grafiteiros dessas regiões. A questão da multidisciplinariedade das ações do coletivo também fortalece esses contatos e articulações políticas.

A rede Jornalistas das Periferias, por exemplo, tem um projeto junto com o coletivo Imargem, chamado *Infograffiti*. A partir de dados levantados pelo coletivo de comunicação, intervenções são feitas nos muros da cidade, compartilhando informações e fazendo questionamentos como "80% dos trabalhadores moram nas periferias", "E se

você precisasse atravessar a cidade todo dia?", "Direito à cidade ainda é privilégio". Belmont coloca:

A gente lê matérias, a gente organiza dados de coisas, dados de homicídios no país, essas coisas, e a gente transforma isso em grafite na rua. São informações, por exemplo, "70 por cento dos jovens assassinados pela polícia são negros". A gente fez uma intervenção focada na Marielle [Franco], quando a Marielle faleceu, e tal, e aí a gente está trazendo isso, além das provocações que o grafite traz naturalmente, né, que a arte urbana traz, ocupar esses espaços públicos, principalmente no centro, principalmente nos Jardins, né, nas ruas mais chiques. Essas intervenções com esses dados, que na verdade a elite não quer ver, tem sido constantes para a gente, a gente está curtindo muito fazer. A gente está fazendo na periferia também, mas a gente está fazendo em toda a cidade, o Infograffite. Acho que é uma nova modalidade aí que a gente está testando e que está dando muito certo e está fazendo provocações pontuais e certeiras (Entrevista 2: Mariana Belmont, 2018).



Figura 11 – Infograffiti

Fonte: Blog Imagem da Margem. Disponível em: http://imagemdamargem.blogspot.com/. Acesso em: 27 fev. 2019.

O fortalecimento entre diversos movimentos culturais é importante também para a construção de diálogo junto com o poder público, em que o *Imargem* tem bastante interesse e gosta de incidir, participando de conselhos, ocupando a Câmara Municipal, a

Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo e fazendo a construção de política pública de direito à cidade.

O coletivo participou junto com outros movimentos e coletivos de periferia por exemplo, de todas as audiências públicas dentro da Câmara, discutindo principalmente a questão sobre a delimitação da zona rural, no intuito de barrar a construção de grandes empreendimentos em zonas de manancial, e ao mesmo tempo fortalecer a agricultura orgânica e preservar as áreas de proteção ambiental.

O Imargem faz projetos junto com a iniciativa privada também, porém sempre existe uma reflexão entre os membros sobre quem são as empresas e pessoas envolvidas dentro delas, principalmente na questão política. Quanto à atuação dos arquitetos e urbanistas dentro do movimento, ela nunca existiu. Questionada sobre o entendimento da figura desse profissional, ela disse ser importante, desde que dentro de uma construção coletiva.

Dentro da *Ecoativa*, parceira do coletivo Imargem em um projeto socioambiental localizado na Ilha do Bororé, existe a colaboração da FAUUSP,⁷⁵ em um projeto de construção do espaço físico existente. Segundo Mariana Belmont, existe muita troca e aprendizado dentro das oficinas e conversas que acontecem sobre o espaço.

3.3 COLETIVO ARRUA

O *Arrua* surgiu no ano de 2012 e, de acordo com a apresentação na página virtual oficial do grupo, trata-se de um coletivo que tem como premissa o debate sobre o *direito* à cidade e procura reinventar o espaço de forma democrática e participativa. Sua formação vem de diversas trajetórias pessoais, profissionais e de militância, em que um grupo de pessoas com gostos em comum se reuniu. Muitos de seus membros se juntou inicialmente para construir a candidatura de Gabriel Medina, uma liderança importante da Democracia Socialista, uma orientação dentro do Partido dos Trabalhadores (PT).

Esse primeiro núcleo era majoritariamente de classe média, da área de Ciências Sociais, formado por antropólogos, jornalistas, sociólogos, filósofos, e trabalharam na Gestão Haddad na Prefeitura de São Paulo (2013-2017). Gabriel Medina foi Coordenador de Políticas para a Juventude dentro da Secretaria de Direitos Humanos.

⁷⁵ Os professores da FAUUSP envolvidos dentro do projeto são os arquitetos Karina Leitão e Jorge Bassani.

De acordo com entrevista realizada com Rafael Borges Pereira,⁷⁶ a experiência da gestão foi um catalizador importante dentro do coletivo. As conversas giravam em torno de temas sobre a juventude, sobre pautas identitárias e sobre novas linguagens de se fazer política.

Inicialmente, o coletivo elegeu como espaço público a Praça Roosevelt para atuar, dada a importância, segundo a fala do movimento, de se *territorializar*. O termo é utilizado aqui no sentido de se fixar no espaço, e a partir daí, desenvolver atividades.

A praça Roosevelt está localizada no centro da cidade de São Paulo, espaço conhecido hoje por ser um importante e eclético espaço de produção cultural. Ela possui um público diversificado, derivado do centro mesmo e também da periferia. Residentes mais antigos do bairro, artistas de teatro, skatistas, moradores de rua e jovens de classe média dividem o espaço.

O Arrua organizou, assim, a *Quinta da Resistência*, marcando presença na praça todas as quintas-feiras, com atividades variadas, contando com rodas de discussão de livros ou de temas políticos recentes, apresentações musicais, festas. Rafael coloca que as ações tinham uma dimensão mais ideológica, e procuravam reconhecer o espaço público e as tensões que ocorriam por lá, como, por exemplo, na disputa pelo espaço entre a Associação de Moradores da Praça Roosevelt, que já procurou cercar o espaço, fazendo o uso privado deste.

-

⁷⁶ Arquiteto, membro da ONG de Assessoria Técnica Peabiru TCA e também do Coletivo Arrua. A entrevista completa encontra-se transcrita nos Anexos, item "Entrevista 3: Rafael Borges Pereira", no fim deste trabalho.



Figura 12 – Coletivo "Arrua" na praça Roosevelt

Fonte: NUNES, 2015.

O coletivo organizou no espaço o *Curso de Direito à Cidade*, debates que combinavam a questão da reflexão sobre a produção do espaço urbano e a experimentação de estar em praça pública. A atividade trouxe a universidade para as ruas, apresentando como convidados os professores da FAUUSP Karina Leitão, João Whitaker Ferreira e Caio Santo Amore. Rafael levanta a questão dos choques culturais que aconteciam nessas vivências em praça pública:

Teve uma coisa que permeou várias atividades, e que para mim era muito interessante. Que era o fato de estar em praça pública, que são os choques culturais. Isso era fantástico. Então, alguns choques culturais para mim foram inesquecíveis. Quando a Karina foi fazer a primeira aula sobre conflito, conflito urbano. Falando sobre o Villaça [Flávio Villaça], de uma forma "Karinística" de ser. E aí teve um momento que ela chegou e fez uma provocação. Ela falou assim: "E você, qual o conflito que você tem?" Foram atividades muito cheias. Aí tinha uma galera que era estudante de arquitetura e tinha outros que não. E tinha o bloco do Taz. Não sei se você conhece, o Ricardo. É um *loke*, morador de rua. Ele está sempre *crazy*. E ele estava em todas as atividades. *Crazy*. Mas dentro da loucura dele, ele, ó. O cara, ... aí as pessoas olham sempre, ah, o ambiente que acolhe, ... E aí ele catou o microfone, e falou: "Eu tenho um conflito com a cidade. As pessoas têm nojo de mim, porque elas acham que eu fedo. Porque eu não tenho onde cagar".

Nossa, esse foi um negócio que me marcou muito. A cara das pessoas. Foi muito interessante. Chocou. O *loke* falou uma coisa muito lúcida. É a experiência dele de conflito com a cidade. Se tivesse mais diálogo ... imagina o que é produzir conhecimento com o loke. Então, isso foi uma coisa que me marcou muito, dele trazer o conflito dele (Entrevista 3: Rafael Borges Pereira, 2018).

O coletivo então passou a alugar um espaço chamado *Zapateria*, um porão de uma loja de sapatos localizado próximo à Praça Roosevelt. O espaço ajudou na organização do *Arrua* e marcou um outro momento de atividades. Um evento importante que aconteceu no espaço foi uma roda de conversa que contou com Guilherme Boulos, Gregório Duvivier, Nalu Faria e Laura Carvalho. Outro evento que aconteceu nesse sentido, ainda anterior ao aluguel do espaço, foi um encontro com o Rafael Mayoral, um dos quadros do Podemos internacional. O debate foi transmitido via internet e muitas pessoas participaram e mandaram perguntas.

No início do ano de 2016 o coletivo saiu do espaço da Zapateria e foi para o Espacio 945, uma casa compartilhada por diversas organizações de esquerda, localizada no bairro da Bela Vista. Existia nesse momento uma necessidade do coletivo de se organizar, e de se entender dentro da conjuntura política do país, que apresentava períodos críticos, culminando no impeachment da então presidenta Dilma Roussef. De acordo com levantamento feito a partir dos eventos marcados pelo coletivo em sua página do facebook, percebemos uma mudança de sentido nas suas atividades, que passaram a acontecer em espaços fechados, mesmo que abertas ao público em geral.

Tabela 1 – Eventos no endereço do coletivo

	2013	2014	2015	2016	2017	2018
Espaço público	2	24	29	2	3	1
Espaço privado	0	1	6	18	20	1
Total	2	25	35	20	23	2

Fonte: elaborada pela autora, 2019.

O coletivo passou então a organizar com mais frequência festas com temas políticos, que aconteceram em grande parte no Al Janiah, um restaurante comandado por refugiados da Palestina e da Síria, onde ocorrem diversos encontros políticos e culturais. Nessa fase também aconteceram os *Botequins*, debates abertos, porém em espaços privados. Apesar da abertura, da discussão política, existe uma diferença grande comparada às atividades iniciais do coletivo. A questão do choque cultural, por exemplo,

não acontecia. O espaço onde os Botequins ocorriam localizava-se na Oscar Freire, endereço nobre da cidade, localizada na zona oeste.

É! Que é na Oscar Freire... na Oscar Freire eu sempre tive um bode ... eu sei que é simbólico, mas ... os espaços dizem coisas também, não é? (Entrevista 3: Rafael Borges Pereira, 2018).

Hoje o coletivo se encontra em um momento de reorganização, realizando poucas atividades. Por meio de um grupo de WhatsApp denominado "reorganizando", o Arrua discorre sobre estratégias e instrumentos de atuação.

O Arrua possui membros que são em grande parte de uma juventude tardia, estando na faixa etária dos trinta anos. De classe média, residentes do centro de São Paulo, buscam uma nova cultura de vida e de relação com a cidade. O momento em que a sede do coletivo ficava na Zapateria foi o mais intenso quanto ao número de atividades e, também, o que agregou mais pessoas. Inclusive estudantes secundaristas que participavam das ocupações nas escolas nesse momento somaram-se ao grupo. O núcleo principal chegou a contar com cerca de quinze pessoas na época.

Não existe uma estrutura formal no coletivo. Apesar de muitos pontos e trajetórias em comum, cada um do grupo tinha uma especificidade. Dessa forma, o coletivo foi se construindo a partir da autonomia de cada um, ou de diversas contribuições específicas.

Processo, do ponto de vista do conteúdo, era interessante isso porque cada um trazia uma contribuição específica, sabe? A Clarinha por exemplo, ela estava no Direitos Humanos, mas ela não era da Juventude. Ela era do Memória e Verdade. E estava bem na época das discussões das Comissões da Verdade. Então a gente chegou a fazer atividades sobre isso. Então, quer dizer, do ponto de vista do conteúdo das ideias, a formação das ideias, era muito interessante isso, de fazer, de ter coisas de diversos temas. Muito por conta disso, cada um tinha uma trajetória. Tinham muitas coisas em comum, mas também tinham especificidades (Entrevista 3: Rafael Borges Pereira, 2018).

A discussão sobre o *direito à cidade*, apesar de nortear o coletivo desde o seu princípio, foi objeto de discussão entre os seus membros. De início, as ideias postas pelo Negri e Hardt, e consequentemente Laval e Dardot, sobre a ideia do comum, nortearam o grupo, que procurou desenvolver os conceitos na prática, tomando como objeto a Praça Roosevelt. Rafael Borges Pereira conta que não existiam arquitetos no coletivo e, que ao aderir ao grupo, introduziu temas relacionados à produção do espaço, à reforma urbana e à discussão de classe. O coletivo foi receptivo e aderiu à discussão, havendo muita troca entre os membros e levantado novos questionamentos.

Atualmente, depois de refletir mais sobre a questão do direito à cidade, apesar de acreditar que o significado para o termo ainda está em aberto, o arquiteto coloca que a resposta pode estar em um pouco de tudo que vivenciaram, e vê a questão de uma forma menos material. Que a ideia de "interseccionalidade" urbana, ou seja, o encontro das pautas identitárias, da diferença, de classe, do espaço devem andar juntas, e é daí que vêm o choque cultural, aproximando-se das ideias de Lefebvre (2014), discutidas neste trabalho. Rafael ainda complementa dizendo que a discussão sobre poder, ou de construção de utopias, tal como pauta Harvey (2015),⁷⁷ é de suma importância.

A conclusão que me veio sobre o tema da minha pesquisa [Contribuição ao debate sobre a reforma urbana: a questão da localização na cidade na luta dos movimentos de moradia] é que eles todos, para mim a marca que distingue eles, eles não são mais radicais na disputa do espaço, eles são mais radicais na disputa de poder. Para mim a diferença é assim. É disputa de poder, é querer, meter o bedelho, é aquela conversa, entre o PT e os movimentos de moradia tem uma divisão de trabalho. Vocês fazem a parte econômica, específica, e o partido faz a disputa de poder. MST também. O Harvey tem um negócio disso, de identificar de que se não discutir poder... alguém tem que discutir né? Que se eles fizerem isso, é melhor (Entrevista 3: Rafael Borges Pereira, 2018).

O coletivo Arrua, conforme colocado neste estudo, possuía uma relação próxima com o Estado, sendo que muitos membros faziam parte da Gestão Haddad (2013-2017). Neste período, tiveram momentos em que as ações e ideias estavam mais próximas, e outros momentos em que estavam mais distantes. Esse vínculo com a gestão aproximou o Arrua de outros coletivos da cidade de diferentes espaços. O entrevistado cita os coletivos de comunicação da periferia e também muita gente que começava a organizar blocos de carnaval de rua mais alternativos, politizados, que reivindicavam lugar para estar na rua e fazer música. O próprio coletivo organizou o seu bloco de carnaval, denominado *Me Ocupa Que Eu Sou da Rua*, que circulou pelo centro da cidade pela madrugada.

77 Esse argumento será desenvolvido no Capítulo 4 deste trabalho.

-



Figura 13 - Bloco "Me Ocupa Que eu Sou da Rua"

Fonte: Página do Coletivo Arrua. Disponível em: www.facebook.com/ArruaColetivo/. Acesso em: 27 fev. 2019.

Apesar dessas aproximações, o coletivo enfrentou dilemas, ainda não resolvidos. Existiam conflitos na relação com outros movimentos. O grupo, segundo Rafael ficava numa situação híbrida, entre um movimento de massa, a exemplo do Levante Popular da Juventude, e um *think tank*, um laboratório de ideias e reflexões.

Houve um momento que o coletivo se aproximou mais do MTST, que também passava por mudanças e reflexões sobre a sua organização e formas de atuação. Um dos membros do coletivo, o Raul Szermeta é irmão da esposa de Guilherme Boulos, a Natalia Szermeta, uma importante liderança do movimento. Houve nesse momento um ensaio para mudar de rumo e participar de mais atividades de formação. Este assunto continua sendo discutido nesse momento de reorganização do Arrua.



Figura 14 – Churrasco e debate com Gregorio Duvivier, Guilherme Boulos, Laura Carvalho, entre outros

Fonte: Página do Atelier Zapateria. Disponível em: https://www.facebook.com/atelierzapateria/. Acesso em: 27 fev. 2019.

As redes sociais de interação têm um papel importante para o coletivo desde a sua formação. O WhatsApp e o Facebook são utilizados não só para divulgação de atividades, para a organização do coletivo, para tomada de decisões e para dar voz às pessoas.

Então esses eram os espaços. Muito WhatsApp, muito Facebook, muita rede. E eu que tenho dificuldade com redes, nossa tenho super dificuldade com rede social. Eu lembro que teve uma vez que eu propus de a gente não tomar mais nenhuma decisão por WhatsApp. Porque era muita gente falando muito, gente com hábito de falar. E foi assim, zero apoio. Ninguém. Aí eu entendi. Essa é uma dificuldade minha, particular, e eu preciso lidar com isso. Porque as pessoas entendiam. Aí tinha um negócio de mecanismos de você decidir coisas virtualmente, inclusive. De você dar urgência da coisa. Se tinha uma decisão que tinha que ser tomada com urgência, surgia uma possibilidade de atividade com outro coletivo que está chamando, ou sei lá. Precisava decidir hoje isso. Aí tinha um lance, por exemplo, de você trocar a figura do WhatsApp. Tinha que colocar uma bolinha vermelha. Significa que quando você olhasse (é pressuposto que você olha muito), você sabia que isso era um regime de decisão (Entrevista 3: Rafael Borges Pereira, 2018).

Quanto à presença da figura do arquiteto dentro do coletivo, ela trouxe contribuições, inclusive no entendimento do que é o *direito* à *cidade*. De início, essa ideia dentro do coletivo estava mais voltada para uma disputa ideológica, do ocupar espaços

da cidade deixados de lado pela sociedade, pelo mercado e pelo Estado. Para o direito a participar e interferir nesse espaço. Rafael pontua que trouxe outro repertório, o da reforma urbana e da produção do espaço, o que fez o coletivo repensar a sua atuação.

Ele ainda coloca que vê o arquiteto como um facilitador, um tradutor, talvez não só para a construção do espaço público, mas do privado também; e ressalta a importância de sua formação, do repertório técnico e estético que contribuem no processo de construção do espaço urbano.

Porque, um lance assim, que a gente é muito claro na Peabiru, por exemplo, é que a gente não manda na cidade né? A gente não manda. No projeto, a gente também não manda. Não manda nas pessoas, não manda nada. E, por exemplo, a gente, mesmo fazendo projeto participativo, a participação não garante, não vincula necessariamente. Teve projeto que a gente fez com participação ampla, as pessoas com vontade e tal, aí chegou na obra, o espaço foi usado diferente do que se tinha proposto, porque é complexo. Uma coisa é você pensar sobre o espaço. Se para a gente é uma abstração pensar no espaço, outra coisa é a pessoa pensar, simular o conflito que vai ter, a relação com o espaço que se vai ter na hora, chegou lá, e ah, ... a vivência não é o que eu pensei (Entrevista 3: Rafael Borges Pereira, 2018).

3.4 CONCLUINDO

Os coletivos urbanos de São Paulo avaliados neste trabalho apresentam diferentes utopias dentro da concepção das cidades que desejam e formas de atuação distintas, apresentando a ideia comum de atuar na prática, com vistas à construção de espaços mais democráticos.

Dessa forma, serão relacionadas aqui questões, levantadas no decorrer da pesquisa, inerentes à atuação dos novíssimos movimentos e à produção da cidade a partir do espaço público, na tentativa de contribuir com elementos que fortaleçam a teoria e a prática dos atores que se dedicam à estruturação dessa nova cultura urbana. Os temas avaliados são os seguintes: *O entendimento de direito à cidade para o coletivo*; suas utopias e processos; a interação com as redes digitais de informação e comunicação; a relação do coletivo com outros movimentos e coletivos da cidade e também com o poder público; e, por fim, o entendimento da figura do arquiteto e urbanista na atuação junto com os coletivos urbanos.

Primeiramente será levantado o entendimento do conceito de *direito à cidade* de cada um dos coletivos, ou movimentos, tal como posto por Laura Sobral Rodrigues em entrevista previamente mencionada. Para isso, faz-se necessário localizar a ação de cada

um dos grupos. O A Batata Precisa de Você procurou ativar um espaço específico da cidade, em sua porção nobre, localizado na zona oeste, que passou por diversas modificações ao longo dos anos, e foi entregue à população como uma zona árida e sem vida. Seus membros, predominantemente de classe média, identificavam-se com o espaço público e se engajaram em diversas ações no intuito de trazer qualidade de vida urbana para aquele lugar, além de participar da construção de uma nova cultura urbana. O direito à cidade entendido por Sobral Fernandes, integrante do movimento, vai de encontro com o conceito desenvolvido por Lefebvre (2016) e, posteriormente, explorado por Harvey (2013), de que os cidadãos, de maneira individual ou coletiva, têm o direito de transformar a cidade a partir de suas práticas diárias, de seus engajamentos políticos, sociais e econômicos. O coletivo Arrua, por sua vez, se organizou a partir dessa mesma ideia. O grupo nasceu do engajamento de indivíduos que possuíam trajetórias e afinidades políticas similares, em torno da candidatura do Gabriel Medina, liderança da Democracia Socialista, sendo que uma boa parte dos seus integrantes participaram da gestão do então prefeito do município de São Paulo, Fernando Haddad (2013-2017). O coletivo elencou a Praça Roosevelt, localizada na porção central da cidade, para desenvolver atividades, levantando a importância de se "territorializar", de participar de ações e interferir nesse espaço, como forma de ação política. Diversos grupos coexistem nesse espaço público, como antigos residentes do bairro, jovens de classe média que buscam uma relação mais próxima com a cidade, artistas de teatro, moradores de rua e skatistas provenientes de outras localizações. A participação na praça Roosevelt trouxe diversas experiências para o coletivo. Rafael Borges Pereira, arquiteto e integrante do Arrua, coloca que sempre questionou a concepção de direito à cidade que vinha sendo utilizada pelos novos coletivos urbanos, visto que carregava outro repertório proveniente de sua militância e prática profissional, como membro da assessoria técnica Peabiru. Dessa forma, questões sobre a reforma urbana, a produção do espaço e a luta por direitos da população historicamente excluída da sociedade começaram a ser debatidas, deixando o entendimento do conceito em aberto dentro do coletivo. Rafael Borges Pereira, na entrevista anteriormente citada, ainda levanta que hoje, a partir da experiência vivenciada pelo grupo, entende o direito à cidade de forma menos material, e que a resposta poderia estar na ideia de uma "interseccionalidade" urbana, ou seja, na sobreposição de diversas camadas que trouxessem temas relacionados a identidades sociais, sistemas de opressão e discriminação, relacionadas ao espaço urbano. Já o coletivo *Imargem*, tem como ponto de partida o distrito do Grajaú, situado na zona sul da cidade, nas margens da represa

Billings. Sua formação, diferentemente dos coletivos configurados nas zonas centrais da cidade, é majoritariamente de classe baixa. Seus membros se intitulam de *agentes marginais*, que são aqueles que agem na margem da cidade contra o isolamento das comunidades que ali se encontram. A relação com o território e sua paisagem, desta forma, impacta fortemente as ações do coletivo: as dificuldades cotidianas vivenciadas pela população periférica convivem com uma extensa área da mata Atlântica, conformando outro espaço, outro tempo, outra lógica em relação ao território. O *direito à cidade* parte dessa realidade para os *agentes marginais*; é o direito de acessar a cidade e fazer parte dela como um todo, diminuído as fronteiras, ou muros, historicamente impostos pela sociedade. Para o Imargem, a periferia encontra-se no centro de suas ações, e a partir daí procuram acessar o restante da cidade, invertendo a percepção da lógica de produção do espaço.

De acordo com as características levantadas a respeito dos novíssimos movimentos, a questão processo, da ação direta sobre o espaço é fundamental para a sua atuação, podendo chegar a resultados mais consistentes, ou contínuos, com o passar do tempo. Os coletivos levantados como estudos de caso possuem diferentes utopias, ou entendimentos sobre a cidade e seus espaços públicos, que refletem em suas ações. O "A Batata Precisa de Você" parte de um espaço público específico da cidade, e procura, através de suas ações, torná-lo mais inclusivo e diverso, aprimorando a qualidade de vida urbana. Suas ações são fundamentadas no urbanismo tático: membros do coletivo e participantes esporádicos realizaram levantamentos no largo e seu entorno, paisagismos e mobiliário urbano. O desejo do coletivo é o de tornar o Largo da Batata um laboratório público de experimentações a céu aberto, que desenvolva soluções de baixo custo, por meio de improvisos e gambiarras, que possam ainda catalisar mudanças a médio e longo prazo. O coletivo Arrua se organizou dentro de um viés mais ideológico, procurando reconhecer o espaço público por meio das tensões e disputas que ali ocorrem. As atividades giravam em torno de reflexões sobre a produção do espaço e temas políticos da conjuntura, e aconteceram por meio de apresentações musicais e festas, rodas de conversa e debates. Segundo Rafael, o Arrua não se definiu dentro de um processo específico ao desejar reinventar o espaço público de forma mais democrática, e hoje se encontra em uma situação híbrida, entre um movimento de massa, a exemplo do Levante Popular da Juventude, e um think tank, de ideias e reflexões. Já o coletivo Imargem, que tem por princípio acessar a cidade a partir da periferia da zona sul, refletindo sobre as tensões entre os direitos individuais e coletivos sobre o espaço público, se constrói a partir

da arte urbana. O grafite, instrumento de expressão e troca com a cidade utilizado pelos *agentes marginais*, se insere na cultura hip hop, uma forte manifestação cultural hoje na periferia. Mariana Belmont, na entrevista já mencionada, enfatiza que a cultura e os movimentos culturais são hoje os grandes transformadores dos espaços periféricos das cidades. Dessa forma, além do ato de grafitar os muros da cidade, acessando diversas localidades, entendido como político, transgressor ou marginal, o coletivo direciona os olhares dos cidadãos para a sua história, que é produzida, e às vezes se apaga, e a realidade, por meio de percursos organizados pela cidade feitos de ônibus ou ainda de bicicleta. A história do grafite e sua relação com os espaços públicos da cidade é contada através de reflexões e relações políticas, do meio ambiente e do direito à cidade.

Quanto à interação com as redes virtuais de informação e comunicação, é percebido um contraste entre o movimento cultural periférico e os movimentos centrais de classe média. Enquanto o coletivo Imargem utiliza a internet para a publicação de ações realizadas e textos produzidos, utilizando-se principalmente de *blogs*, além do Facebook, atribuição da *web 1.0*, o movimento A Batata Precisa de Você e o coletivo Arrua utilizam a rede para discussões e organização de agendas. Essa interação *on-line* e *on-time* se remete à *web 2.0*. Laura Sobral Rodrigues enfatiza que as redes virtuais fortaleceram o movimento por meio das adesões e atividades organizadas pela ferramenta. O Arrua ainda a utiliza para tomar decisões das atividades, principalmente por meio do *WhatsApp*, já o A Batata Precisa de Você se decidiu por tomar decisões de forma presencial.

No que se refere à relação e troca com outros coletivos e movimentos na cidade, e as vezes fora dela, o Imargem mostra esse aspecto mais consolidado, interagindo principalmente com outros movimentos da periferia, de outras regiões, e também com movimentos centrais. Mariana Belmont coloca que a questão da multidisciplinaridade abraçada pelo coletivo fortaleceu os contatos e as articulações políticas dentro dessa questão, consolidando o sentido de coletividade entre movimentos e coletivos. A Batata Precisa de Você, por sua vez, se aproximou dos coletivos que buscavam desenvolver atividades no Largo da Batata, acolhendo e dando o suporte necessário. Quanto a atividades com coletivos fora do espaço, estas aconteceram, porém Laura Sobral Rodrigues mostra que estas vieram da conjuntura, do surgimento de diversos coletivos no período que buscavam diálogo. Contudo, sempre houve muita fragmentação entre as ideias dos coletivos e críticas em relação às crenças e modos de agir do movimento. Já o Arrua, mostra que, devido principalmente à atuação de diversos membros do coletivo na

gestão Haddad, houve bastante aproximação com outros movimentos de diversos espaços da cidade, como grupos de periferia e também de carnaval que surgiam. O coletivo se aproximou ainda do MTST, o que o fez pensar se voltar mais às atividades de formação, menos participativas, questão que continua em aberto. Dessa forma, o próprio processo de definição do grupo enquanto coletivo restringiu essas aproximações.

A relação com o poder público é imperativa para todos os coletivos, no sentido de conquistar direitos, ou realizar atividades por meio de editais, ou seja, mesmo que estes acreditem em outras formas de atuação e participação política, coexistem com o sistema de poder dominante. O A Batata Precisa de Você desenvolveu atividades de forma mais organizada ao participar do CADES-PI e, principalmente, ao ser selecionado para o edital Redes e Ruas, iniciativa da prefeitura de São Paulo. Seus principais membros decidiram constituir uma associação denominada "A Cidade Precisa de Você", no intuito de ampliar a sua participação dentro das políticas públicas e ainda com outras instituições, assim como ampliar o espaço de atuação na cidade por meio de ações pontuais. O Arrua por sua vez, teve uma relação direta com a gestão municipal, fato que contribuiu para a formação e o norteamento do grupo. As pautas giravam em torno de temas como juventude, identidade e novas formas de se fazer política. Para o Imargem, a participação dentro das políticas públicas é imperativa. Seus membros participam de diversas audiências públicas, e tem como foco a questão ambiental nas margens da cidade. Sua constituição nasceu de um edital da prefeitura, o VAI, e a partir daí já conquistaram outros editais. A mudança de governo municipal da gestão Haddad para a gestão Dória foi sentida por todos os coletivos, ao restringir a participação desses grupos e o acesso às políticas públicas.

No que tange à participação junto a empresas privadas, o coletivo Imargem mantém vínculos maiores, por ser convidado para pintar painéis. Porém, seus membros são críticos em relação à empresa e sua atuação e também à liberdade que teriam ao expor a sua arte. O Arrua não chegou a desenvolver projetos com empresas privadas, e o A Batata Precisa de Você coloca que contaram com a ajuda de comerciantes no entorno do Largo e atividades esporádicas com uma empresa ou outra, vinda não pelo movimento, mas por algum indivíduo em particular.

Quanto à atuação do arquiteto urbanista diante desses movimentos, existe o entendimento entre os grupos analisados de que esta é significativa, e deve ser desenvolvida de forma colaborativa, sem autoritarismos. O coletivo Imargem não possui esse profissional entre seus membros, porém, junto com outros coletivos, já teve

experiências de trabalhos em conjunto. Laura Sobral Rodrigues, arquiteta e integrante do A Batata Precisa de Você, enfatiza a atuação política do arquiteto e urbanista, dentro de um papel mediador no processo de decisão sobre a cidade, e sugere o urbanismo tático como uma das metodologias possíveis de serem utilizadas na construção de cidades mais democráticas. Rafael Borges Pereira, arquiteto do Arrua, entende o papel desse profissional para além da sua contribuição como técnico, como um facilitador ou tradutor dentro da construção do espaço público e privado também, levando um pouco do seu repertório para dentro das assessorias técnicas de Peabiru. O arquiteto levanta ainda que, hoje, dentro da assessoria, foi levantada a questão de se dar mais atenção para o espaço público, como uma forma de construção política junto à sociedade, e de ampliar o sentido de coletividade na produção do espaço.

Quadros Comparativos

Quadro 1 - Entendimento do "direito à cidade"

Imargem	Direito de acessar a cidade. Direito de transformar a cidade
	Inicialmente, direito de ocupar o espaço e transformá-lo.
Arrua	Movimento Ideológico. Tema em constante revisão. Traz
	pautas da reforma urbana e da produção social do espaço
A Batata	Direito a ocupar o espaço e transformá-lo

Fonte: elaborado pela autora, 2019.

Quadro 2 – Local de atuação/Significado do espaço

Imargem	Grajaú – identidade – para o centro. Atuação: Toda a cidade
Arrua	Inicialmente – Praça Roosevelt majoritariamente. Depois: Espaços privados com debates públicos
A Batata	Largo da Batata – identidade – Espaço de experimentação

Fonte: elaborado pela autora, 2019.

Quadro 3 – Cultura

Imargem	Cultura hip hop (periferia)
Arma	Classe média mais politizada e que busca quebrar valores,
Arrua	mudar cultura de vida
A Batata Precisa de	Cultura que se aproxima mais dos novíssimos movimentos,
Você	nova geração classe média. Cultura do uso cotidiano do
	espaço

Fonte: elaborado pela autora, 2019.

Quadro 4 - Formação

т	A 4' 1 1'4 1 1 X7AT	
Imargem	A partir de edital do VAI	
1111011 50111	11 partir de cartar do 1111	

Arrua	Trajetórias e afinidades políticas. Candidatura Gabriel Medina
A Batata	Grupo de frequentadores do espaço. Identidade

Fonte: elaborado pela autora, 2019.

Quadro 5 – Metodologia de Participação/Processo

Imargem	Atua sobre os muros da cidade através do grafite
Arrua	De início realizou atividades na praça Roosevelt. Atua através de discussões sobre o "direito à cidade". São mais politizados
A Batata	Utiliza o urbanismo tático para intervenções no Largo da Batata

Fonte: elaborado pela autora, 2019.

Quadro 6 - Relação com as Redes de Interação On-line

Imargem	Utiliza majoritariamente para divulgação de atividades
Arrua	Utiliza como espaço de organização, divulgação e decisão de atividades
A Batata	Utiliza como espaço de organização e divulgação de atividades

Fonte: elaborado pela autora, 2019.

Quadro 7 - Relação com o poder público

Imargem	Atua próximo ao poder público em projetos decididos na câmara, em conselhos e editais
Arrua	Atua próximo ao poder público. Formação política.
A Batata	Atua próximo ao poder público, em conselhos e editais

Fonte: elaborado pela autora, 2019.

Quadro 8 - Relação com outros movimentos da cidade

Imargem	Atua com muitos coletivos da cidade, principalmente movimentos periféricos. Multidisciplinar
Arrua	Teve proximidade com movimentos da praça Roosevelt, com o MTST e com coletivos de comunicação da periferia. Ainda está se construindo como coletivo
A Batata	Atuou com movimentos que desenvolveram projetos no Largo da Batata e alguns fora desse espaço

Fonte: elaborado pela autora, 2019.

$Quadro\ 9-A\ função\ do\ arquiteto$

Imargem	Importante, desde que seja uma construção coletiva
Arrua	Função de tradutor e facilitador. Contribuição técnica e estética, não só política
A Batata	Mediador politico

CAPÍTULO 4: ESTADO, SOCIEDADE, MERCADO E... A PRÁTICA DA ARQUITETURA

Este Capítulo procura discutir a disciplina de Arquitetura e Urbanismo diante do debate acerca dos espaços públicos urbanos (espaços políticos) e a atuação dos movimentos sociais na atualidade e suas utopias, na tentativa de buscar alternativas possíveis de produção do espaço no interior de sua estrutura na sociedade contemporânea.

Conforme apresentado neste trabalho, no Capítulo 2, os *novíssimos movimentos* sociais rejeitam em sua maioria a forma atual de democracia, e buscam construir uma cultura cívica transformada. O espaço público das cidades, carregado de valor simbólico, torna-se essencial para essa construção, que visa não a segregação dos espaços, priorizada em linhas gerais no decorrer da história, mas a prática de reeducação da convivência com o outro.

Contentemo-nos com indicar que o caráter democrático de um regime é discernido em relação à sua atitude para com a cidade, para com as "liberdades" urbanas, para com a realidade urbana e, por conseguinte, para com a segregação. Entre os critérios a serem observados, não seria esse um dos mais importantes? (LEFEBVRE, 2016, p. 105).

4.1 NOTA DE INTRODUÇÃO: HÁ UMA NOVA UTOPIA NA CONSTRUÇÃO DAS CIDADES?

A expressão *direito à cidade* tornou-se uma reivindicação comum no início deste milênio, apresentou demandas de diversos grupos sociais e ganhou o espaço público. A Organização das Nações Unidas (ONU), na Conferência Mundial para Habitação e Desenvolvimento Urbano Sustentável (HABITAT III), em 2016, incluiu a temática nas diretrizes de uma Nova Agenda Urbana.

O direito à cidade é colocado como direito comum aos cidadãos para fins diversos, como o direito à habitação, o direito à mobilidade urbana, o direito de participação e liberdade de expressão. Rodrigo Faria, em depoimento apresentado no artigo "O 'direito à cidade' na Nova Agenda Urbana mundial", diz:

Estamos falando de um direito em que todos os habitantes, presentes e futuros, os permanentes e os temporários – nativos ou transitórios – têm de usar, ocupar, produzir e governar a cidade. É um direito coletivo em sua natureza. A proposta é a promoção de uma cidade mais justa, inclusiva e sustentável. Assim, inclui o direito à mobilidade, se conecta com o direito à moradia, traz a necessidade de haver espaços públicos democráticos e que não discriminem qualquer tipo de grupo. E isso vale para todo o tipo de assentamento humano que tenha uma governança (GIFE, 2016).

O conceito carrega um sentido de urgência na renovação da cidade e de suas relações sociais, tendo em vista que todos têm a habilidade de as criar e recriar. Concebido pelo filósofo e sociólogo Henri Lefebvre, o termo mostra a sua relevância a partir da industrialização que se inicia no século XVII. Muitos teóricos da cidade o emprestaram para debates recentes sobre o espaço urbano e sua orientação, como é o exemplo do geógrafo David Harvey, que constrói crítica em torno do tema.

O direito à cidade não pode ser concebido como um simples direito de visita ou de retorno às cidades tradicionais. Só pode ser formulado como direito à vida urbana, transformada, renovada (LEFÉBVRE, 2016, p. 127-128).

Lefebvre define a cidade como obra, produto de uma história. Suas transformações resultam de mudanças na sociedade em seu conjunto, tanto em escala global como nas relações mais próximas.

Dessa forma, a cidade é obra, a ser associada mais com a obra de arte do que com o simples produto material. Se há uma produção da cidade, e das relações sociais na cidade, é uma produção de seres humanos por seres humanos, mais do que uma produção de objetos. A cidade tem uma história, ela é obra de uma história, isto é, de pessoas e de grupos bem determinados que realizam essa obra nas condições históricas. As condições que simultaneamente permitem e limitam as possibilidades, não são suficientes para explicar aquilo que nasce delas, nelas, através delas (LEFEBVRE, 2016, p. 55).

O resultado dessa produção no tecido urbano é uma rede de malhas desiguais, que carregam diferentes significados. O modernismo no espaço urbano como ideologia procura resolver todos os problemas da sociedade de forma racional, definindo a vida dos cidadãos com rigor. Lefebvre responsabiliza a figura do arquiteto e urbanista de impor a ciência de forma reduzida e arbitrária na construção do urbano.

[Le Corbusier] aumenta e deseja criar as relações humanas ao definilas, ao conceber o seu contexto e o seu palco. Numa perspectiva que se associa a horizontes bem conhecidos do pensamento, o arquiteto percebe a si mesmo e se concebe como arquiteto do mundo, imagem humana do deus criador (LEFÉBVRE, 2016, p. 51).

De acordo com o filósofo, a cidade contemporânea foi perdendo o seu caráter de obra, voltando-se essencialmente para o consumo, quando os vazios urbanos, as ruas e as praças – *heterotopias* – deixam de ser apropriados por seus habitantes, que se deslocam por espaços de consumo dirigidos, constituídos de ordens e símbolos; espaços políticos, religiosos, culturais, comerciais – definidos por *isotopias*. A partir da política neoliberal que se iniciou na década de 1970 houve um agravamento do sentido de cidadania e maior

exclusão social. O capitalismo utiliza-se da reorganização geográfica como solução de suas crises econômicas.

Harvey defende que o sistema capitalista adotou após a Segunda Guerra Mundial o *utopismo de processo* ou *utopismo de livre mercado*, mostrando-se muito eficaz. Os princípios desse modelo utópico surgiram ainda no século XVIII com Adam Smith, que argumentou que todos os desejos individuais humanos, como a avareza, a ambição e a criatividade, poderiam impulsionar um mercado perfeito, que prosperasse para todos. Este é o modelo econômico representado pela expressão *laissez faire*, símbolo do liberalismo econômico. A utopia de um mercado autorregulado revelou-se inviável. A sua materialização no espaço por meio de um mercado desregulado acabou por polarizar a riqueza de um lado e a miséria do outro, aumentando substancialmente a desigualdade geográfica e social e propiciando a destruição de culturas inteiras e do meio ambiente. O sentimento de impotência em frente da construção ideológica e material é predominante e se afirma na celebre expressão de Thatcher de que "não há alternativa".

Há mais de vinte anos estamos sendo forçados e persuadidos de modo quase incessante a aceitar o utopismo do processo que Smith sonhou ser a solução de todas as nossas dificuldades. Temos ainda testemunhado um ataque em todas as frentes às instituições — os sindicatos e os governos em especial — capazes de contrapor a esse projeto (HARVEY, 2015, p. 231).

O conceito de utopia (*não lugar*) foi criado por Thomas More em 1516, a partir da junção de duas palavras gregas, remetendo a ideia de um lugar que não existe, mas aconteceu na prática muito antes:

Platão vinculou formas ideais de governo com sua república fechada de maneira a entrelaçar os conceitos de cidade e de cidadão, e a cidade-estado de Faécia, descrita na Odisseia de Homero, exibe muitas das características a que More mais tarde aludiu (HARVEY, 2015, p. 207).

Na Idade Contemporânea, industriais como Robert Owen (1771-1858) e Charles Fourier (1772-1837), o escritor Hebenezer Howard (1850-1928), os arquitetos Le Corbusier (1887-1965) e Frank Lloyd Wright (1869-1959) e ainda a jornalista Jane Jacobs (1916-2006), entre outros, desenvolveram imaginários de cidades conhecidos e estudados até hoje.

Harvey designa esse modelo de *utopismo da forma espacial*, e tem sido realizado por meio da ação do Estado, da acumulação do capital ou da ação conjunta entre os dois. O utopismo da forma espacial fracassou tanto pelos processos mobilizados para a sua realização como por deficiências próprias da forma espacial.

A partir da segunda metade do século XX, experimentamos um período pósutópico. Um dos pontos levantados para a rejeição ao utopismo é a consciência de seu vínculo com a autoridade e o totalitarismo. Ainda segundo Harvey, toda a versão espacial carrega seu próprio autoritarismo, oculto na noção orgânica de ambiente habitacional e de comunidade como base da vida social. E, em consequência disto, vivemos uma obstrução do livre fluxo da imaginação em busca de alternativas.

Já Lefebvre defende que todos são utópicos, com exceção dos técnicos especializados que trabalham sem se sujeitar a qualquer exame crítico às normas estipuladas. A utopia, segundo ele, deve ser considerada na prática, experimentalmente. O autor defende que somente a força social poderia assumir a construção de um programa voltado para a sociedade urbana, investindo em si mesma, ao longo de uma extensa prática política. A prática social deveria ser integrativa, e o urbanismo, fundamental para esse processo:

Por um lado, essa prática social é integrativa. Procura integrar seus elementos num todo coerente. A integração se realiza em níveis diferentes, segundo modalidades diversas: através do mercado, no "mundo da mercadoria", em outras palavras, através do consumo e da ideologia do consumo, através da "cultura" colocada como unitária e global, através dos "valores", inclusive a arte, através da ação do Estado, inclusive a consciência nacional, a das opções e estratégias políticas na escala do país. Essa integração visa antes de mais nada a classe operária, mas também a intelligentsia e os intelectuais, o pensamento crítico [...] o urbanismo poderia muito bem se tornar essencial para essa prática integrativa (LEFEBVRE, 2016, p. 109).

Harvey refuta Lefebvre ao propor a produção do espaço como um meio de exploração aberto para alternativas infinitas, não se comprometendo com um fechamento, o que constituiria um gesto autoritário.

Se, por conseguinte, se deseja pôr alternativas em prática, não se pode fugir eternamente do problema do fechamento (e do autoritarismo que esse pressupõe). Fazê-lo é adotar um romantismo agonístico de anseios e desejos perpetuamente irrealizados. E é no final esse ponto em que nos deixa Lefebvre (HARVEY, 2015, p. 240).

Ambos acreditam na importância da formulação de uma síntese construída por meio da prática social capaz de desfazer ideologias dominantes e de vincular diferentes construções e representações de mundo.

Harvey aposta em um *utopismo espaço-temporal*, reconhecendo que as sociedades são moldadas por processos contínuos de luta.

A tarefa é montar um utopismo espaço-temporal – um utopismo dialético – que tenha raízes fincadas em nossas possibilidades presentes ao mesmo tempo que aponta trajetórias diferentes para os desenvolvimentos geográficos desiguais humanos (HARVEY, 2015, p. 258).

A figura do arquiteto é apresentada pelo geógrafo de uma forma abrangente, associada à sua capacidade criadora, emprestando de Marx a analogia com a obra das abelhas:

O que distingue o trabalho humano e o pior dos arquitetos da melhor abelha é que os arquitetos primeiro erigem uma estrutura na imaginação para depois realiza-la em termos materiais (HARVEY,2015, p. 210).

As interpretações alternativas de realidades por meio do imaginário, por mais utópicas que pareçam, oferecem alicerce para moldar importantes frentes de mudança.

Villaça (2012) levanta que cada momento histórico possui diferentes preocupações, interesses e curiosidades intelectuais que moldam um pensamento dominante, e indaga de onde vem a consciência dos homens. Harvey, 78 por sua vez, coloca que esta é socialmente produzida, e muda a cada mudança de condições de existência material e de suas relações sociais; e questiona a seguir, como pode então a imaginação libertar-se, visto que o ser humano é dotado de autonomia moral – retornando assim à questão de Villaça. Ele ainda levanta que os romances utópicos geralmente reconhecem que a sociedade, bem como a cidade, é moldada por processos contínuos de luta. Um pensamento dominante deixa sempre uma fagulha que pode ser a combustão de utopias alternativas. Perguntamos então neste trabalho se os *novíssimos movimentos sociais urbanos* podem oferecer utopias para as cidades, a partir do espaço público e da ideia de direito à cidade, no intuito de moldar uma sociedade mais democrática através do tempo, e desenvolvendo uma "consciência de cidade" (LEFEBVRE, 2016).

A reflexão crítica sobre nosso imaginário envolve, todavia, tanto enfrentar o utopismo como ressuscitá-lo a fim de agir como arquitetos de nosso próprio destino em vez de como "impotentes marionetes dos mundos institucionais e imaginativos que habitamos" (HARVEY, 2015).

⁷⁸ Harvey (2015) toma base um argumento de Marx: "não é a consciência dos homens que determina o seu ser, mas, pelo contrário, é o seu ser social que determina sua consciência".

4.2 ARQUITETURA E URBANISMO DESDE A MODERNIDADE

Conforme o discorrido no Capítulo 1 deste trabalho, o Iluminismo, juntamente com a Revolução Industrial, trouxe profundas transformações na organização da sociedade e nas estruturas político-econômicas até então existentes, em razão do paradigma capitalista de produção e consumo. A arquitetura teve que se redimensionar para adequar a cidade e o espaço construído a esses novos paradigmas, apoiados no utopismo de processo ou de livre mercado (HARVEY, 2015), e ainda, como mostrou Lefebvre (2016), o próprio espaço tornou-se produto, dissolvendo, assim, a uniformidade estabelecida de tipologias previamente constituídas, que dominavam a forma, os monumentos, os tempos e ritmos da cidade tradicional europeia. O autor defende que neste momento a cidade perdeu a qualidade da obra, da festa, aproximando-se da *isotopia*⁷⁹ *geométrica*, onde as diferenças qualitativas dos espaços não possuem mais relevância.

O Modernismo na arquitetura, de certa forma, se adianta ao momento de construção da sociedade industrial de consumo na Europa, regulada pelo keynesianismo e pelo Estado de Bem-Estar Social. De acordo com Sergio Ferro:

De Ledoux a Le Corbusier são constantes as sugestões que avançam sobre seu tempo e elas importam mais que o simples funcionalismo da rigorosa e comportada observação de um programa geralmente imposto. Essas antecipações hipotéticas, além de exporem o gênero de desenvolvimento previsto, acusam, pelo que contrariam do presente que as alimenta, suas limitações mais sofridas (FERRO, 2006, p. 48).

Uma das maneiras com que a formulação desses princípios da disciplina se desenvolveu pode ser observada nos Congressos Internacionais de Arquitetura Moderna (CIAM), que estabeleceram a planificação da construção e a planificação do urbano, definidos pelo *Estilo Internacional*, com programas de reorganização civil.

Nesse momento de definição da disciplina, uma dualidade entre as teorias e propostas dos arquitetos foi estabelecida. Por um lado, houve a primazia da visão social e do desenvolvimento da tecnologia de maneira emancipadora, verificada, por exemplo, na escola da Bauhaus e no grupo construtivista. Arquitetos como Ernst May, Walter Gropius e Hannes Meyer defendiam que a sua função deveria ser de um técnico a serviço da sociedade, que realizaria o seu trabalho coletivamente, utilizando-se de recursos

⁷⁹ O autor define *isotopia* como um nível de análise da cidade que corresponde aos espaços políticos, religiosos, culturais, comerciais etc. sendo que os outros níveis se descobrem como *heterotopias*, existindose ainda oposições espaciais, que entram na relação isotopia-heterotopia (LEFEBVRE, 2016, p. 70).

tecnológicos para a produção em série. Por outro lado, a ênfase foi dada à sociedade liberal e à figura do arquiteto-criador, tal como sustentaram Le Corbusier, Ludwig Mies Van der Rohe e Josep Lluís Sert. Essa segunda tendência foi predominante com o passar do tempo, uma vez que se adequava melhor ao funcionamento do sistema capitalista (MONTANER; MUXÍ, 2014).

De acordo com Tafuri (1985, p. 87), foi na França, com a figura de Le Corbusier, que se formulou *a hipótese teórica mais elevada da urbanística moderna, ainda insuperada tanto a nível ideológico quanto a nível formal*. Le Corbusier rompeu com a estrutura do espaço urbano existente e propôs a sua racionalização por meio do zoneamento, ressignificando a sua comunicação e a dimensão da paisagem.

O autor ainda coloca que, transformar o ideal de um domínio racional do futuro e da eliminação do risco que este comporta em utopia tornou-se imperativo, no intuito de "romper as próprias formas realizadas e projetar-se integralmente na construção do destino" (TAFURI, 1985, p. 38). Para a disciplina de arquitetura e urbanismo, sobreveio a utopia da forma como projeto de recuperação da totalidade humana numa síntese ideal, como posse da desordem através da ordem.

Muitos dos arquitetos urbanistas que se fundamentavam na prática social da profissão tiveram um forte papel dentro do Estado nesse período, visto que o Modernismo vigora dentro de uma forte regulação estatal: ele é de certa forma a vertente espacial e urbana da regulação. A produção e o consumo de moradia foram um grande desafio a partir dos anos 1930, e se intensifica após a Segunda Guerra Mundial. Havia um esforço estatal, na Inglaterra e na França sobretudo, para promover a produção habitacional para todos.

Não obstante, a ideologia arquitetônica predominante da vertente francesa entrou em conflito, logo após a crise econômica de 1929, momento em que ocorre a reorganização internacional do capital. A disciplina tornou-se cada vez mais contraditória, no momento em que vê os seus próprios objetivos esgotados.

Enfrentar o tema da ideologia arquitetônica deste ponto de vista, significa tentar demonstrar como as propostas aparentemente mais funcionais para a reorganização de um setor do desenvolvimento capitalista se viram forçadas a suportar as mais humilhantes frustrações, tanto para poderem ser apresentadas até hoje como valores objetivos, para além de qualquer conotação de classe, como na qualidade de momentos "alternativos", enquanto terreno de choque direto entre os intelectuais e o capital (TAFURI, 1985, p. 13).

No pós-Segunda Guerra (Trinta Gloriosos) surge uma vertente da arquitetura liberal preocupada com sua vocação social e questões de justiça e igualdade. Diferente das vanguardas dos anos de 1920-1930, estes arquitetos não participam da política, denominando-se como humanistas, partindo de um pensamento existencialista, como, por exemplo, ocorre com os membros do *Team 10*. Esses arquitetos conservam uma forte vocação social para uma sociedade democrática e aberta.

Grande parte dos arquitetos e urbanistas continuam empenhados, nesse momento, em políticas de obras públicas e instalações estatais, apostando no Estado do Bem-Estar Social. A disciplina é entendida por esses profissionais como um trabalho científico e coletivo, sistemático, transmissível, que pretendia uma industrialização radical. *Designers*, arquitetos e urbanistas tenderiam a permanecer no anonimato da produção em série e industrial, do trabalho em equipe e da colaboração com a administração pública, dentro do Estado liberal.

Um indício da influência do setor público em um país como o Reino Unido é dado pelo fato de que quase todas as escolas e hospitais construídos na década de 1950, as *new towns* e outros projetos de grandes proporções, foram desenhados nos departamentos de arquitetos que pertenciam a organismos públicos, quase 50% dos arquitetos britânicos trabalhavam para o Estado. Nessa época, cujo o emblema é a política das *new towns*, predominava um pensamento liberal, que apostava no Estado de Bem-Estar (MONTANER; MUXÍ, 2014, p. 49).

Ainda nas primeiras décadas do século XX, Ernst May (1886-1970), quando assessor da prefeitura de Frankfurt, elaborou o Plano Diretor da cidade e praticamente solucionou o déficit habitacional da cidade nos anos anteriores à crise de 1929, chegando a realizar cerca de 30 mil moradias. Hannes Meyer (1889-1954), diretor da Bauhaus em seu período mais polêmico, trabalhou na ex-União Soviética e posteriormente mudou-se para o México, onde criou o Instituto de Planificación y Urbanismo (1938-1941), influenciado pela Bauhaus. O arquiteto, que enfatizava o papel político e social do arquiteto, é autor de textos como "O arquiteto na luta de classes".

Os espaços públicos foram pensados para recreação infantil dentro de um sistema *bottom up* em meados do século XX, em Amsterdam, quando Jakoba Helena Mulder (1900-1988) assumiu o cargo de arquiteta chefe do Departamento de Planejamento Urbano, contando com o Aldo Van Eyck (1918-1999) no Escritório de Obras Públicas da cidade. O projeto se iniciava quando um grupo de cidadãos identificava terrenos urbanos, casarões vazios, calçadas ou esquinas não utilizadas e, a partir daí, a prefeitura respondia de acordo com a viabilidade da proposta. No período de 1948 a 1958

foram criados cerca de setecentos parques infantis em toda a Amsterdam, com uma grande variedade de formas, texturas e possibilidades para as crianças.

Jakoba Mulder observara de sua janela como uma menina brincava em um canto da rua, sem outros recursos além de sua imaginação, um pouco de terra e uma lata, e pensou que era possível criar espaços baratos com várias possibilidades de entretenimento (MONTANER; MUXÍ, 2014, p. 60).

É importante ressaltar que no Brasil nunca houve tal regulação, e nem o Estado de Bem-Estar Social, e sim a lógica patrimonialista de dominação social e de manutenção de privilégios de uma elite dominante, conforme discutido no Capítulo 1 deste trabalho. O discurso do Modernismo europeu torna-se assim deslocado, ou uma "ideia fora do lugar" no país. A arquitetura social brasileira acaba presa ao discurso, sem ação correspondente, pois não foi possível generalizar a moradia, devido à baixa remuneração da força de trabalho. De acordo com Sergio Ferro, em *Arquitetura Nova*, entre as décadas de 1940-1960 houve uma "otimista atividade antecipadora de um provável desenvolvimento social" (ARANTES, 2002, p. 48), porém, a partir desse momento, os arquitetos urbanistas sentem um afastamento crescente entre sua formação e expectativas e a restrição das tarefas profissionais, que se voltam para o desenvolvimento de obras particulares e isoladas, como residências burguesas, lojas ou clubes.

Na década de 1970, com o acirramento da crise do capitalismo e a saturação do Estado de Bem-Estar Social, surge o neoliberalismo econômico e o início da globalização, propondo a redução do papel do Estado na economia (Estado mínimo) e o livre mercado. Essa política econômica foi aplicada inicialmente pelos governos de Margareth Thatcher (Reino Unido) e Ronald Reagan (Estados Unidos), dando fim à utopia de um desenvolvimento social dentro do sistema capitalista.

Por fim, ingressamos na pós-modernidade, dentro de uma sociedade dita pósutópica. De acordo com Harvey (2003), a cultura da sociedade capitalista passou por uma profunda mudança na estrutura do sentimento. A racionalidade moderna dá espaço para o efêmero, a fragmentação, o pluralismo, a autenticidade de outras vozes e outros mundos. Na arquitetura, segundo Charles Jencks, o final simbólico do movimento moderno e a passagem para o pós-modernismo se deu com a demolição do conjunto habitacional Pruitt Igoe, em Saint Louis, no ano de 1972, considerado um ambiente inabitável para as pessoas de baixa renda que abrigava. O planejamento urbano, por sua vez, entendido dentro de uma totalidade no movimento moderno, passa a ser percebido como algo caótico e incontrolável. A partir, daí são desenvolvidas diversas tipologias locais e variantes formais na arquitetura, como o pós-modernismo venturiano ou resgate historicista predominante na Itália, com raízes na Escola de Frankfurt, nos Pensamento de Gramsci e no estruturalismo.

Da escola de Frankfurt surge ainda outra vertente da arquitetura, da qual faz parte o arquiteto Peter Eisenman, que ao longo de sua produção teórica, insiste no antifuncionalismo e no anti-humanismo; é contrário à ideia de lugar e não clássico (MONTANER; MUXÍ, 2014). Conectada ao estado neoliberal e à ideia de globalização, esta corrente dará origem a uma nova condição na arquitetura, produzida pelos arquitetos estelares.

Na passagem para o século XXI, mudanças são sentidas em escala mundial no contexto da globalização. Montaner e Muxí (2014) elencam três fenômenos que caracterizam as cidades, os territórios e os Estados no início desse século. O primeiro deles diz respeito ao capital especulativo, que, utilizando-se de novos produtos e estratégias financeiras, tem a capacidade de intervir em contextos nacionais e locais, transformando totalmente um cenário que tende a dualizar-se: por um lado existem as metrópoles globais que se beneficiam do fluxo de capitais e por outro, os imensos territórios situados à margem dos investimentos. As empresas e bancos seguem totalmente independentes dos estados e instituições. Em segundo lugar, os fortes movimentos migratórios originam diferentes grupos sociais situados em diferentes contextos urbanos de seu lugar de origem. As sociedades atuais são híbridas, formadas por um mosaico de subculturas. O terceiro fenômeno diz respeito às tecnologias de informação e comunicação, que diminuem as distâncias e conseguem dissociar o local de residência e de trabalho do lugar dos sentimentos e da pertença. Essas transformações nos meios de comunicação e informação evidenciam um mundo global que existe em função daquilo que a comunicação de massa transmite.

Assim, existe um mundo global – isto é, financeiro, de consumo, das cúpulas dos políticos, dos espetáculos, sejam os desastres naturais ou as estrelas do cinema -, que é enfocado, e o resto do mundo – o da luta cotidiana, da miséria endêmica, dos movimentos urbanos alternativos etc. -, que se encontra quase oculto do foco midiático. No entanto, as próprias fragmentação e facilidade de acesso aos sistemas de comunicação oferecem canais pelos quais penetram realidades que os interesses econômicos deixavam à sombra desse foco (MONTANER; MUXÍ, 2014, p. 81).

Um dos aspectos da arquitetura e da produção de cidades desse período é o surgimento de edifícios exclusivos que exploram o limite da técnica e dos materiais,

criando imagens desmaterializadas, que se valem da publicidade. De acordo com Arantes (2012), a obra dos arquitetos estelares é exceção, e não a regra na construção do espaço, correspondendo a 0,1% da produção arquitetônica mundial, mas são elas que dominam as revistas e mídia em geral.

A obra símbolo da arquitetura estelar foi o Guggenheim de Bilbao (1997), desenvolvido pelo arquiteto Frank Gehry. Pedro Arantes (2012) discorre sobre as transformações da arquitetura e do urbano que ocorrem nesse momento. A cidade passa a ser reordenada em torno de um edifício monumental, que tem como missão gerar renda por meio do consumo da cultura e da própria arquitetura. A respeito disso, o autor desenvolve o conceito de renda da forma – um modelo de renda monopolista gerado por esses edifícios exclusivos, desvinculado do mercado imobiliário.

O maior feito de Gehry, contudo, não é a forma do edifício, mas a maneira como ele foi inserido na cidade, sua escala e a relação que estabelece com a paisagem urbana e as colinas verdes que cercam Bilbao. O museu reordena o seu entorno imediato e a cidade como um todo. Gehry decompôs o campo perspéctico em múltiplos pontos de fuga que dão a sensação de movimento e instabilidade, ao mesmo tempo que criou um ponto focal para Bilbao. Ele produziu assim uma "gigantesca máquina perspéctica" similar à que executou Brunelleschi em Florença, quinhentos anos atrás, com a igreja de Santa Maria del Fiori [...] as similaridades são ainda maiores, pois a obra de Gehry também foi responsável por importantes transformações nas forças produtivas, assim como nas técnicas de representação e de construção (ARANTES, 2012, p. 30-31).

A pesquisa formal dessas obras é autorreferente e restringe a vida urbana de seu entorno e do espaço público urbano. O arquiteto Frank Gehry, apesar de discursar sobre o caráter democrático de suas obras, ⁸⁰ posiciona-se de forma contrária no desenvolvimento do projeto do Walt Disney Concert Hall, em Los Angeles (1992) quando levantes urbanos ocorreram na região.

Ele deixou de ter um pátio coberto e aberto para todos, o que o arquiteto denominara de "sala de estar da cidade", para se fechar como uma fortaleza. O resultado é um edifício cujo caráter defensivo faz com que sua couraça de aço possa ser interpretada como uma blindagem urbana. Como afirma Diane Ghirardo, o Disney Hall tornou-se um projeto "entrincheirado contra possíveis agitações urbanas em deferência a paranoias da classe média", [...] contrariando o arquiteto em suas decorrentes afirmações de que projeta para a democracia e os valores liberais americanos (ARANTES, 2012, p. 124-125).

⁸⁰ Como ele se coloca, por exemplo, nesta entrevista concedida ao jornal Folha de S.Paulo: Disponível em: https://www1.folha.uol.com.br/fsp/ilustrad/fq171018.htm. Acesso em: 20 nov. 2018.

Esse ciclo da arquitetura dita pós-moderna parece chegar ao fim nesse início de século. A crise financeira de 2008 afetou o mercado, que suspendeu muitas obras dos arquitetos estelares. O simbolismo do desperdício e da exclusividade também começou a se contradizer com o período de instabilidade que sobreveio.

Os arquitetos começaram a se manifestar nesse sentido. Eduardo Souto Moura, segundo arquiteto português a ser laureado pelo prêmio *Pritzker*, discorre, ao receber uma homenagem da Ordem dos Arquitetos de Portugal, que a arquitetura está intrinsecamente ligada às

[...] condições do mundo e da cultura, ela não é uma arte autônoma, uma vez que está ligada à economia, à cultura, aos conflitos e às vicissitudes. E complementa: ainda estamos muito ligados à imagem de arquiteto-artista na sua torre de marfim, e eu penso que isso vai acabar. Vem aí uma nova disciplina (BARATTO, 2015).

Dentro desse contexto, novas agendas no campo da arquitetura e urbanismo começaram a emergir. A arquitetura sustentável ganha destaque, aliada ao uso de novas tecnologias, ao mesmo tempo que o tema do direito à cidade e da constituição de processos participativos urbanos se manifestam com mais força.

A arquitetura sustentável já se encontra difundida nas políticas públicas bem como na elaboração de novas agendas urbanas. Os impactos ambientais causados pelo desequilíbrio entre a sociedade e o meio ambiente precisam de pesquisas alternativas urgentes. O desenvolvimento tecnológico possibilita a produção de softwares de desempenho, bem como o desenvolvimento de materiais e técnicas construtivas, porém muitas vezes é capitaneado para uma renda adicional, por meio de certificações. Alguns autores progressistas procuram aproximar a agenda ambiental da agenda social, tal como Harvey, que coloca que o desenvolvimento sustentável do planeta só poderia se concretizar fora dos marcos capitalistas. O autor não chega a desenvolver críticas contundentes a respeito dos progressos tecnológicos (ARANTES, 2012). Essa arquitetura, apesar de não ser privilégio dos arquitetos estelares, possui experiências nesse sentido, como por exemplo a cidade modelo de Masdar, próxima à cidade de Abu Dhabi, projetada pelo escritório do arquiteto Norman Foster; uma cidade livre de carbono voltada para 90 mil habitantes. De acordo com Arantes (2012), a cidade murada e artificial é uma experiência extremamente limitada do ponto de vista dos problemas relacionados ao planejamento ambiental em situações críticas e complexas, associadas a assentamentos urbanos reais.

Dentro da produção urbana, o Urbanismo 2.0 traz o processo participativo e outras formas de concepção de cidades de forma abrangente, contando com a gestão pública, porém inserido dentro do estado neoliberal. O resultado dependeria muito da gestão, e dos entes privados envolvidos no processo, por exemplo. No que tange à função do arquiteto urbanista, esta parece estar em construção, porém certamente não possui o mesmo protagonismo de outrora.

Conforme colocado no Capítulo 1 deste trabalho, podemos dizer que a América Latina passa por um segundo descobrimento a partir da segunda metade do século XIX quando é absorvida pela economia mundial. A matéria prima proveniente da indústria europeia é comercializada na arquitetura pela introdução de materiais pré-fabricados, e nas cidades e territórios por meio da construção de estradas, viadutos e avenidas, modificando paisagens de forma intensa.

No Brasil, Washington Luís, que deu início ao rodoviarismo em São Paulo como política de Estado, ficou conhecido posteriormente, já como presidente, pela frase, "governar é povoar, mas, não se povoa sem abrir estradas, e de todas as espécies; governar é, pois, fazer estradas" (COSTA, 2015). É dessa época ainda a demolição do Morro do Castelo, no Rio de Janeiro, cujas terras foram utilizadas para aterrar parte da Urca, da Lagoa Rodrigo de Freitas, do Jardim Botânico e demais áreas ao redor da Baía da Guanabara.

Enquanto a Europa experimentou a consciência de cidade vinda do seu caráter de obra, que se perdeu no início da industrialização, mesmo ainda contando com o modelo de cidade proveniente do Estado-Providência, e o seu caráter "público", a cidade moderna na América Latina nasceu em um território previamente concebido sob o mito da modernização (FERNANDES, 1975), sobre a qual as ideias de ordem e racionalidade foram aplicadas em larga escala, legitimadas junto à opinião pública. Os protagonistas nesse momento não foram grandes personagens da cultura, mas agrimensores civis e militares e engenheiros anônimos.

No final do século XIX, um grande contingente populacional vindo da Europa e Ásia amplia substancialmente o espaço urbano na América Latina. No Brasil, este episódio, aliado à política rodoviarista, importada dos Estados Unidos da América, dá origem a cidades extremamente desiguais. Desta forma, a demanda por direitos civis se intensifica por meio de conflitos sociais e organizações populares.

Movimentos de vanguarda surgiram nesse momento em busca de uma identidade, em um fluxo dialético entre as tradições latino-americanas e práticas herdadas da Europa ocidental. No Brasil, o ponto de partida do movimento de vanguarda ocorreu na Semana de Arte Moderna de 1922, em São Paulo, em que foram consolidados os ideais modernistas, e as primeiras manifestações da arquitetura moderna sobrevieram na década de 1930. Segundo Liernur (1998), foi no México que as utopias de vanguarda na arquitetura apresentaram um certo grau de expansão importante, cuja maior influência foram as *Conversaciones del 33*, patrocinadas pela Sociedade de Arquitetos Mexicanos. As *Conversaciones* uniram arquitetos como Juan O'Gorman, Juan Legarreta e Álvaro Aburto, que, voltados para as necessidades do povo mexicano, discutiam sobre novas práticas de construção, soluções em massa e novos sistemas educacionais.

A arquitetura moderna latino americana se destacou no cenário mundial entre 1940 – 1950, sendo que Le Corbusier teve uma influência ímpar na região. No Brasil, além do arquiteto desenhar concepções de cidade para o Rio de Janeiro, participou de projetos, como o da Cidade Universitária do Rio de Janeiro, em 1936, e do Ministério da Educação (MEC), entre 1937 e 1943, contribuindo para a formação da Escola Carioca de arquitetura.

Nesse período, existia uma crença generalizada na arquitetura moderna, que colocaria em prática o desenvolvimento social a partir da visão progressista que o país adotara. Em São Paulo, João Batista Vilanova Artigas (1915-1985) dá início à Escola Paulista, inspirando-se inicialmente na arquitetura organicista de Frank Lloyd Wright e na Bauhaus para o projeto de suas casas. O arquiteto propõe a conscientização da burguesia, acreditando em poder antecipar assim uma revolução democrática.

A partir de 1954, a revista *Architectural Review* começou a questionar a legitimidade da arquitetura latino-americana, condenando-a de barroca, primitivista e sem disciplina. A recém construída Brasília, que marcou o apogeu de nossas esperanças, passou a ser símbolo do fracasso (LIERNUR, 1998). Após 1960 a arquitetura brasileira se encontrava fora do debate internacional, sustentada por leituras homogeneizadoras.

No Brasil, o regime militar interrompeu a euforia dos primeiros ideais sustentados pelos arquitetos brasileiros nesse primeiro momento, dando fim à utopia. Rodrigo Lefèvre coloca que o golpe excluiu progressivamente os arquitetos da vida pública, que se contentavam em realizar experiências restritas e privadas para a burguesia. (ARANTES, 2011). O caráter inicial da arquitetura moderna brasileira permitiu somente

uma formulação abstrata, que foi repetida pelos novos arquitetos, seguidores das respectivas escolas.

Ferro coloca que a arquitetura e o urbanismo foram utilizados para a ditadura e o imperialismo sem qualquer consideração pelas condições brasileiras. Assim, os projetos realizados por esse grupo de arquitetos retomam suas características de maneira exagerada, por conta de sua impraticabilidade dentro de nosso lento processo social. Segundo o autor, os arquitetos seguidores de Artigas acabam vestindo o projeto modernista de complexidade, desagregando a intenção global que o estruturava, chegando a um impasse na profissão e sua prática. Um exemplo é o uso da estrutura nos projetos, que começa a ser irracionalmente empregada, "perdida a sua razão de ser hoje, arremeda a sua utópica possibilidade. Sabe que não é o que aparenta ser e sublinha o que sabe não ser" (FERRO, 2006, p. 57).

A arquitetura moderna brasileira esteve majoritariamente atrelada à sua forma, não se aprofundando nos problemas sociais inerentes disciplina, como, por exemplo, a reprodução de unidades habitacionais. A Escola Carioca, vista principalmente pela obra de Lucio Costa e de Oscar Niemeyer, internalizou esses problemas de representação. Enquanto o primeiro buscava uma nova base para a disciplina, não se interessando por questões de reprodutibilidade ou desenvolvimento tecnológico, o segundo foi considerado como cínico, capaz somente de expressar o espírito brasileiro, ao invés de orientar-se para uma verdadeira revolução (LIERNUR, 1998).

Para Artigas, o desenvolvimento industrial deveria acontecer de qualquer forma, e este estaria garantido dentro da política do Estado Novo. O arquiteto inclusive participa de projetos para o Banco Nacional da Habitação (BNH) — projetando uma série de conjuntos habitacionais em todo o estado de São Paulo. Segundo Arantes (2011), os arquitetos modernos sempre acreditaram que as empresas capitalistas desenvolveriam a industrialização da construção no país, porém esta permaneceu como um dos setores mais atrasados de nossa economia.

A política habitacional praticada no período militar por meio do Sistema Financeiro de Habitação (SFH), com o BNH como agente financeiro, aprofunda a acumulação capitalista no país, mediante a racionalização das indústrias de construção civil, incorporadas pelas construtoras, sem mais a necessidade de buscar a legitimação social presente no período anterior. O BNH financiou em torno de 4 milhões de unidades habitacionais no período, sendo que 18% destas foram destinadas a famílias que

ganhavam menos de cinco salários por mês. Desse grupo, faziam parte três quartos da população (ARANTES, 2012).

No início dos anos 1980, presenciamos uma reorganização da profissão com o surgimento da globalização. No Brasil, esta só vem reforçar as dinâmicas impostas pelos novos paradigmas econômicos dentro dos mecanismos do patrimonialismo. Nesse momento, assistimos a proliferação de condomínios fechados e *shopping centers* na parte da cidade dita legal, enquanto o restante da população se organizava em loteamentos clandestinos da periferia por meio da autoconstrução.

Dentro desse contexto, os movimentos sociais começam a se organizar, e a arquitetura de mutirão surge como uma alternativa ou uma utopia no interior da crise da modernização brasileira, apostando na emancipação e democratização da arquitetura, numa tentativa de reconfigurar o canteiro como um espaço de cooperação e educação política.

A arquitetura de mutirão apareceu com força em São Paulo a partir da década de 1980⁸¹, influenciada por novos atores sociais: os movimentos urbanos, o novo sindicalismo e o Partido dos Trabalhadores, e pelas Comunidades Eclesiais de Base (CEBs) e Igreja Católica. De acordo com Arantes (2011), o mutirão supera sua forma arcaica de cooperação ao ser politizado pelos movimentos sociais e institucionalizado por políticas públicas.

As assessorias se espelharam na experiência das cooperativas uruguaias e formaram, de início, dois grupos: o Laboratório de Habitação da Faculdade de Belas Artes (LABHAB), vinculado ao grupo originário da FAUUSP, e a equipe de Habitação da Vila Comunitária de São Bernardo do Campo. Diversas assessorias e escritórios modelo de arquitetura surgiram a partir daí, como os escritórios modelo da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo de Santos (FAU Santos) e o Centro de Trabalhos para o Ambiente Habitado (USINA) do primeiro grupo, o Centro de Assessoria à autogestão popular (CAAP) e o Assessoria a movimentos populares (TETO), do segundo (PEREIRA, 2006).

No ano de 1987 ocorreu o primeiro encontro de arquitetos e técnicos que trabalhavam com os movimentos de moradia, a fim de avaliar essa forma de atuação que

_

⁸¹ Segundo PEREIRA (2006), as primeiras experiências da arquitetura de mutirão surgiram ainda na década de 1950, por meio do Escritório Piloto da Escola Politécnica da USP, o CADOPÔ (Casa do Povo) e das diversas sedes de sindicatos feitas no Estado de São Paulo pelo arquiteto Vilanova Artigas. Na década de 1970 foi criado o sindicato da categoria por intermédio da instituição de uma cooperativa e também das discussões acerca da Arquitetura Nova pelos arquitetos Sérgio Ferro, Rodrigo Lefèvre e Flavio Império, iniciadas na mesma década, com incursões na área de ensino e arte.

estava sendo instituída ao longo dos anos. Arantes chama a atenção para esse primeiro momento em que o arquiteto e urbanista desenvolve a sua prática junto com a população:

Foi um momento de avaliação dos problemas até ali enfrentados e da forma de atuação profissional que instituíram nos últimos anos: Fazendo frente ao discurso dos técnicos do Estado, participando das negociações, produzindo estudos independentes sobre a viabilidade das obras, discutindo com os mutirantes como seriam as casas e a forma de construção, debatendo as táticas do movimento e de cada associação, ajudando na organização interna (como fazer assembleias, tomar decisões coletivas, etc.). Finalmente, os arquitetos pareciam ter "encontrado o povo", completando o que fora esboçado nos anos anteriores ao golpe e alterando a sua tradicional ligação com a classe dominante (ARANTES, 2012, p. 185).

A arquitetura de mutirão foi incorporada como política oficial em São Paulo na gestão Mario Covas (1983-1986) e depois mais fortemente na gestão Luiza Erundina (1989-1993), quando as assessorias começaram a se consolidar. Nesse momento foi estabelecida uma política habitacional progressista no município, por meio das assessorias técnicas aos movimentos e da administração pública. A urbanista Ermínia Maricato liderou a Secretaria da Habitação na gestão, enquanto Nabil Bonduki, então coordenador do LABHAB e professor da Escola de Engenharia de São Carlos (EESC), conduziu a Superintendência de Habitação Popular.

As assessorias, até então, configuraram-se como ONGs, o que gerou certa ambiguidade, pelo caráter contraditório, quanto a autonomia dos processos participativos nessa configuração organizacional.

A próxima gestão do município ficou a cargo de Paulo Maluf (1993-1997) e apresentou enormes retrocessos em relação à gestão da prefeita Erundina no que tange à política habitacional então instituída. De acordo com Arantes (2011), a secretaria de habitação e o superintendente de habitação popular sofreram processos administrativos e todo o tipo de retaliação. Uma série de mutirões foram paralisados – sendo retomados somente em sob a gestão petista da Marta Suplicy (2001-2005) – e assessorias processadas sob as mais diversas acusações.

A assistência técnica ainda tem um longo caminho a percorrer e necessita de políticas públicas e militantes que acreditem dessa forma de atuação (participativa, que fuja do processo de alienação), no entanto, um novo campo de trabalho foi concebido para diversos técnicos. A arquitetura realizada em mutirão é um espaço diferenciado dentro da produção capitalista. Junto com outros profissionais, como por exemplo o

assistente social, a participação do arquiteto e urbanista torna-se fundamental, realizando muitas vezes a função de mediador entre o Estado e a sociedade.

A disciplina de Arquitetura e Urbanismo dentro do mercado aparece cada vez mais desconectada de seus ideais e a agenda social aparece majoritariamente nas mãos da indústria da construção e de negócios imobiliários.

A arquitetura e urbanismo na América Latina passa por sua própria crise, além da crise geral da arquitetura internacional. A disciplina necessita de um enfrentamento com problemas concretos, junto a uma revisão lúcida de suas instituições e o desenvolvimento de vínculos regionais econômicos, sociais (LIERNUR, 1988) e legais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As cidades, a partir da revolução industrial, e cada vez mais, se encontram atreladas ao capital, que determina a forma dos seus espaços, bem como nossa compreensão deles e experiências sobre eles. Especialmente os seus espaços públicos dessas cidades ganham cada vez mais protagonismo diante dos inúmeros problemas que apresentam, calcados em enorme desigualdade territorial. No Brasil, esse contexto é acentuado devido às suas dinâmicas histórico-estruturais, dentro de um desenvolvimento "desigual e combinado". Em contraposição à "cidade do pensamento único" (ARANTES; VAINER; MARICATO, 2013), estamos vivenciando um período de construção de diversas utopias, ou heterotopias, tal como coloca Lefebvre (2016), por meio da atuação dos novíssimos movimentos sociais, resultando na ampliação da esfera pública, tal como se pretende resgatar em tese. Essa nova prática experimentada por ativistas urbanos tem caráter de processo, não apresentando uma forma definida para as cidades, mas que sugere uma continuidade.

A atuação desses novíssimos atores dentro de coletivos urbanos aponta para uma nova cultura cívica, vinculada ao valor de uso, e reivindicam o direito à cidade, através da participação e da renovação de seus espaços públicos, tais como suas ciclovias, suas praças, seus parques e seus muros. Os espaços das cidades, ao serem produzidos pelo trabalho humano, possuem a especificidade de se transformar na medida em que a sociedade se transforma, daí a pertinência de se resgatar valores dentro dessa nova cultura urbana para a sua construção. O sentido de festa posto por Lefebvre (2016) é ressignificado dentro de diversas ações cultivadas pelos novíssimos movimentos, que constroem nova "consciência de cidade".

O espaço público, espaço de uso comum das cidades (QUEIROGA, 2012), carrega o sentido apresentado por Hannah Arendt na atuação dos novíssimos movimentos, que buscam segundo suas ações construir um sentido de democracia renovado. Atualmente a diferenciação social é altamente complexa e a desigualdade existe em diversos níveis. O espaço público das cidades, entendido como o espaço da ação política, é o espaço para se falar e ser ouvido. Tal como Rafael Borges Pereira levantou em sua entrevista, a construção do direito à cidade nos espaços públicos se relaciona à produção dos "choques" de classes, de valores, de conceitos e preconceitos. Talvez a ideia de utopismo espaço-temporal, ou utopismo dialético, posto por Harvey (2015) possa ser entendido a partir desse ponto, como possibilidade de buscar diferentes

saídas para os "desenvolvimentos geográficos desiguais humanos". A construção de redes, a convivência, o compartilhamento de experiências entre os movimentos e coletivos urbanos e as estruturas tradicionais de movimentos, partidos e sindicatos tornam-se imperativos para esse processo.

Os novíssimos movimentos se apresentam na atualidade como movimentos culturais. Apesar de polifônicos, possuem características predominantes, que podem ser observadas em seus discursos e suas ações. Algumas destas serão sintetizadas de modo que possam dar pistas para a sua concretude, ou dimensão de sua atuação na produção do espaço e da sua influência junto ao Estado.

- 1. A característica que os fazem levar a sua alcunha, princípio levantado por Day (2005), mostra que os novíssimos movimentos coexistem dentro dos espaços hegemônicos de dominação, atuando pela margem. O enfrentamento acontece dentro das esferas de poder e por meio de leis preexistentes, mas contam com atos de desobediência e com a construção política sobre determinado tema. Esses movimentos questionam-se constantemente como movimentos e sobre suas ações (a princípio, a ideia do processo envolve toda a sua essência).
- 2. Seus atores são em sua maioria jovens que vivenciaram um período de relativa estabilidade econômica global. No Brasil esse período se dá a partir da redemocratização. Dessa maneira, grande parte desses jovens não participou da militância político-partidária tradicional, e busca novas formas de organização social. Os principais eixos de suas ações se dão por meio da democracia direta, da autogestão e da horizontalidade nas suas deliberações e tomadas de decisão. Os seus atores negam a forma como a democracia é posta, e alimentam a vontade de participação e construção política, incidindo sobre as políticas públicas e o Estado e buscando outras formas de emancipação. É importante ressaltar que o papel do Estado é fundamental para os ativistas urbanos, que buscam o sentido de "público" nessa esfera de poder.
- 3. A autonomia dos novos atores urbanos dentro dos movimentos é condição para que esses aconteçam, mesmo que atuem em ações coletivas. Se, por um lado, essa condição pode aumentar a rede e a proximidade entre diversos coletivos, visto que um ativista pode participar de diversos deles, de diferentes causas e ações coletivas; por outro, estes tendem a ser efêmeros, visto que seus vínculos

- individuais são "líquidos", comparados com os movimentos sociais tradicionais; dificilmente estabelecendo uma identidade coletiva.
- 4. A estrutura organizacional em rede defendida pelos novíssimos movimentos sociais urbanos propõe espaços de organização autônomos, livre de hierarquias, conforme elaboram autores como Ferreira (1993) e Deleuze e Gattari (2011). A orientação para a organização em rede desses atores urbanos, embora na prática surjam formas de dominação em maior ou menor grau, sustenta o entendimento de cidade como um "sistema emergente" (JOHNSON, 2003), que assume a cidade a partir de redes formadas pelo comportamento individual de cada cidadão, ou seja, a produção das cidades é definida a partir do protagonismo do cidadão.
- 5. A revolução da tecnologia da informação e das redes de internet na era digital criou um novo espaço dentro da esfera pública, que favorece inclusive interações on-line e on-time a partir da web 2.0, alterando o sentido de tempo e de distância entre as pessoas. O uso das novas tecnologias de informação contribui para a formação dos novíssimos movimentos e coletivos, garantindo a autonomia de seus membros por meio de adesões individuais e tornando-os efêmeros. O movimento de cultura livre, que surge do século XXI, fundamenta-se no software livre, considerando a cidade como um sistema livre de informações a serem compartilhadas. A construção das cidades a partir do comum (DARDOT; LAVAL, 2014), por meio de diversos processos e protótipos compartilhados, sem definição de uma única forma, opõe-se a um modelo monopolista de produção, direcionada a um produto final. O urbanismo 2.0 por sua vez, fundamenta-se na ação cidadã para o levantamento de dados, porém depende do tipo de análise e gestão pública desenvolvida pelo Estado e das empresas envolvidas no arranjo criado, este inserido dentro do Estado neoliberal. Esse modelo de urbanismo dificilmente funcionaria de forma "pública" dentro de um estado patrimonialista de suas elites dominantes, como verifica-se do Brasil.
- 6. Uma das características fundamentais dos movimentos e coletivos na atualidade é o seu engajamento através da prática. Os autores em que se apoiam trabalham esse princípio de alguma forma, como Guy Debord e as experiências do cotidiano, Negri e Hardt, e, posteriormente Dardot e Laval e a ideia do comum, e, por fim, Lefebvre e mais tarde Harvey e o direito à cidade. Os novos atores do urbano entendem a apropriação dos espaços públicos da cidade, abandonados pelo poder público, pelo mercado e pela sociedade como uma ação política, e procuram

construir vínculos de identidade e pertencimento. O processo participativo de produção das cidades — por meio de diversos modelos de urbanismos — e de protótipos urbanos, dá-se em pequena escala, de modo efêmero e de baixo custo, com ou sem a participação do estado, para, quem sabe, no decorrer do tempo, estruturar mudanças a médio e longo prazo.

7. Os novíssimos movimentos sociais e suas principais características surgiram como um movimento de classe média. Contudo, no Brasil, e mais precisamente na cidade de São Paulo, observamos nessa mudança de século os movimentos de periferia se estruturarem com mais força, apresentando diferenças significativas dos movimentos periféricos das décadas de 1970 e 1980. Esses movimentos se organizam em torno de diversos ativismos, sendo que o direito à cidade é também uma reivindicação, porém, vista de outra perspectiva. A cultura periférica (como o hip hop e os saraus) são estruturantes para esses movimentos.

O modelo de produção de cidade proposto pelos novíssimos movimentos sociais no Brasil, mais especificamente em São Paulo, de acordo com as entrevistas realizadas em diferentes coletivos, coloca-se, em linhas gerais, a figura do arquiteto como um mediador político nas tomadas de decisão sobre a cidade, e ainda como um facilitador, ou tradutor das relações que ocorrem nos seus espaços, para além da sua contribuição técnica e estética.

Dentro das dificuldades que a disciplina de arquitetura e urbanismo enfrenta, esse trabalho levanta como hipótese que essa seria uma alternativa, ou um ponto de partida, para se processar uma redefinição disciplinar, voltando-se para suas origens sociais, para além dos avanços ocorridos dentro das assistências técnicas, tendo por base o espaço público e suas tensões e contradições, com vistas a reelaborar significados e participar ativamente da transformação cultural da sociedade.

Por fim, este trabalho ressalta, ainda para a prática dos arquitetos e urbanistas, e dentro da análise dessa incipiente cultura urbana moldada pelos novíssimos movimentos, a importância de se analisar o espaço público dentro do processo de urbanização capitalista, considerando a ação de seus diversos agentes, no intuito de se ampliar direitos e diminuir as diferenças históricas que se apresentam nas cidades.

A sociedade brasileira é uma das mais desiguais do mundo, como se sabe. Há muito espaço para ampliar o conhecimento da realidade e ele sempre é e será necessário. Há muito espaço também para novas experiências no campo da arquitetura e do urbanismo. Frequentemente elas são indispensáveis até para anunciar que um outro mundo é

possível e alimentar a esperança e a ação transformadora (MARICATO, 2009, p. 40).

REFERÊNCIAS

ABRAHÃO, Sérgio Luís. **Espaço público**: do urbano ao político. São Paulo: Annablume; Fapesp, 2008.

AGLIETTA, Michel. Régulation et crises du capitalisme. Paris: Odile Jacob, 1997.

AMARAL, Aracy A. **Arte para quê?**: A preocupação social na arte brasileira, 1930 – 1970: subsídios para a história social da arte no Brasil. 3. ed. São Paulo: Studio Nobel, 2003.

APOLINARIO, Márcio. "Churrasco de gente diferenciada" reúne centenas de pessoas em SP. In: **Último Segundo**. 14 maio 2011. Disponível em: https://ultimosegundo.ig.com.br/brasil/sp/churrasco-de-gente-diferenciada-reune-

https://ultimosegundo.ig.com.br/brasil/sp/churrasco-de-gente-diferenciada-reune-centenas-de-pessoas-em-sp/n1596952519276.html. Acesso em: 27 fev. 2019.

ARANTES, Antonio (Org.). O espaço da diferença. Campinas: Papirus, 2000.

ARANTES, Otília Beatriz Fiori; VAINER, Carlos; MARICATO, Erminia. **A cidade do pensamento único**. Desmanchando consensos.Petrópolis: Vozes, 2000. (Coleção Zero à esquerda.)

ARANTES, Pedro Fiori. **Arquitetura Nova**: Sérgio Ferro, Flávio Império e Rodrigo Lefévre, de Artigas aos mutirões. Posfácio de Roberto Schwarz. São Paulo: Editora 34, 2002.

ARANTES, Pedro Fiori. **Arquitetura nova**: Sérgio Ferro, Flávio Império e Rodrigo Lefèvre, de Artigas aos mutirões. 2. ed. São Paulo: Editora 34, 2011.

ARANTES, Pedro Fiori. **Arquitetura na era digital-financeira**: desenho, canteiro e renda da forma. Prefácio de Sérgio Ferro. São Paulo: Editora 34, 2012.

ARENDT, Hannah. **A condição humana.** 10. ed. Rio de Janeiro: Editora Forense Universitária, 2004.

ARRUDA, Cleber; LIMA, Lívia. "Sou da geração que está vivenciando esse momento nas quebradas". 6 nov. 2014. In: **blogfolha**. Disponível em:

https://mural.blogfolha.uol.com.br/2014/11/06/sou-da-geracao-que-esta-vivenciando-esse-momento-nas-quebradas/. Acesso em: 27 fev. 2019.

AUGUSTO, A.; ROSA, P.; RESENDE, P. Resistência anarquista em novíssimos movimentos sociais. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE SOCIOLOGIA, 17., Porto Alegre, RS. **Anais**... Porto Alegre: CBS, 2015. Disponível em: https://colectivolibertarioevora.files.wordpress.com/2015/08/sbs_2015_gt_16.pdf. Acesso em: 27 fev. 2019.

BARATTO, Romullo. Souto de Moura: "Os arquitetos vão ter de construir uma nova disciplina". In: **arch daily**: o site de arquitetura mais visitado do mundo. 20 jul. 2015. Disponível em: https://www.archdaily.com.br/br/770532/souto-de-moura-os-arquitetos-vao-ter-de-construir-uma-nova-disciplina. Acesso em: jan. 2019.

BARDI, Lina Bo. Texto de introdução. In: LATORRACA, Giancarlo (Ed.). Cidadela da Liberdade. São Paulo: ILBPMB; Sesc, 1999.

BARONE, Ana Cláudia Castilho. **Team 10**: arquitetura como crítica. São Paulo: Annablume; Fapesp: 2002.

BATISTA, C. R. R. Os 20 centavos da discórdia: um olhar sociológico sobre os movimentos sociaisbrasileiros de 2013. In: SEMINÁRIO INTERDISCIPLINAR EM SOCIOLOGIA E DIREITO, 3., 2013, Niterói. **Anais**... Niterói: PPGSD-UFF, 2013. p.223-224. Disponível em:

https://docs.google.com/file/d/0B_xOEtEfkWiQa1ZySDhScHB0N0E/edit. Acesso em: 20 jul. 2014.

BAUMAN, Zygmunt. **Danos colaterais**: desigualdades sociais numa era global. Tradução de Carlos Alberto Medeiros. Rio de Janeiro: Zahar, 2013.

BONDUKI, Nabil. **Origens da habitação social no Brasil**: arquitetura moderna, lei do inquilinato e difusão da casa própria. 6. ed. São Paulo: Estação Liberdade, 2011.

CALDEIRA, Daniel Ávila. **Largo da Batata**: transformações e resistências. 2015. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2015.

CASTELLS, Manuel. **A questão urbana**. Tradução Arlene Caetano. 4. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.

CASTELLS, Manuel. **Redes de indignação e de esperança**: movimentos sociais na era da internet. Tradução Carlos Alberto Medeiros. Rio de Janeiro: ZAHAR, 2013. 271 p.

CASTRO, Ana. Um centro, uma avenida, uma cidade. Qual espaço público queremos? In: **Labcidade**. 29 de mar. 2016. Disponível em: http://www.labcidade.fau.usp.br/um-centro-uma-avenida-uma-cidade-qual-espaco-publico-queremos/. Acesso em: 26 fev. 2019.

CASTRO, Ana Claudia Veiga de. **Um americano na metrópole [latino-americana]**. Richard Morse e a história cultural e urbana de São Paulo. 1947-1970. 2013. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2013.

CHAUÍ, Marilena de Souza *et al.* **Política cultural**. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1984.

CHAUÍ, Marilena de Souza. **O espaço público e exclusão social.** Apresentação seminário, 1988.

CHAUÍ, Marilena de Souza. Considerações sobre a democracia e os obstáculos à sua concretização. In: CHAVES A. C. (Org.). **Os sentidos da democracia e da participação**. São Paulo: Instituto Polis, 2004.

CHAUÍ, Marilena de Souza. **Cidadania cultural**: o direito à cultura. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2006.

COCCO, Giuseppe. Não existe amor no Brasil Maior. **Le Monde Diplomatique Brasil**, 70, 1 maio, 2013. Disponível em: https://diplomatique.org.br/nao-existe-amor-no-brasil-maior/. Acesso em: 2 jan. 2019.

CORREIA, Adriano. Apresentação à nova edição brasileira. In: ARENDT, Hannah. A **condição humana.** 10. ed. Rio de Janeiro: Editora Forense Universitária, 2004.

COSTA, Cristiano Jardim. **Violência no trânsito**: um desafio para a sociedade brasileira. Trabalho de Conclusão do Curso (Graduação em Direito) — Departamento de Ciências Jurídicas e Sociais, Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul, Ijuí, 2015.

DAGNINO, E. (Org.). **Sociedade civil e espaços públicos no Brasil**. São Paulo, Paz e Terra, 2002.

DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. Commun, Essai sur la révolution au XXIe siècle. Paris: La Découverte, 2014. 600 p.

DAY, Richard J. F. **Gramsci is dead**: anarchist currents in the newest social movements. Londres: Pluto Press, 2005.

DE CERTEAU, Michel. **A Invenção do Cotidiano**: artes de fazer. São Paulo: Vozes, 2014.

DEAK, Andre. [Sem título.] In: **conflict : conflict : conflict : konflikt**. Disponível em: https://www.flickr.com/groups/conflict/. Acesso em: 26 fev. 2019.

DEÁK, Csaba. Acumulação entravada no Brasil e a crise dos anos 80. **Espaço & Debates**, n. 32, p. 32-46, 1991. Disponível em:

http://www.fau.usp.br/docentes/depprojeto/c_deak/CD/3publ/01dossiebrasil/bib/dea2-ace/index.html. Acesso em: 27 fev. 2019.

DEÁK, Csaba. **Em busca das categorias da produção do espaço**. São Paulo: Annablume, 2016. 204 p.

DEBRUN, Michel. A "Conciliação" e outras estratégias. São Paulo: Brasiliense, 1983.

DELEUZE, G.; GUATTARI, F. Mil Platôs. São Paulo: Editora 34, 2011. Vol 1.

ENTINI, Carlos Eduardo; LEITE, Edmundo; SACONI, Rose. Tarifa baixou após revolta do bonde no Rio em 1956. In: **Acervo Estadão**. 17 jun. 2013. Disponível em: https://acervo.estadao.com.br/noticias/acervo,tarifa-baixou-apos-revolta-do-bonde-no-rio-em-1956,9108,0.htm. Acesso em: 2 ago. 2018.

FAORO, Raimundo. **Os donos do poder**: formação do patronato político brasileiro. Porto Alegre: Globo, 1958.

FAORO, Raimundo. **Os donos do poder**: formação do patronato político brasileiro. Porto Alegre: Globo, 2000.

FAORO, Raimundo. **Os donos do poder**: formação do patronato político brasileiro. 3. ed. São Paulo: Globo, 2001.

FAORO, Raimundo. **Machado de Assis**: a pirâmide e o trapézio. 4. ed. São Paulo: Globo, 2001.

FERNANDES, Florestan. **A revolução burguesa no Brasil**. Rio de Janeiro: Zahar, 1975.

FERNANDES, Florestan. **Sociedade de classes e subdesenvolvimento**. Rio de Janeiro: Zahar, 1968.

FERREIRA, Francisco Whitaker. Rede: Uma estrutura alternativa de organização. **Mutações**, ano 2, n. 3, mar./abr./maio 1993. Disponível em: http://www.apoema.com.br/REDEU11.pdf. Acesso em: 27 fev. 2019.

FERREIRA, Francisco Whitaker. **O desafio do Fórum Social Mundial**: Um modo de ver. São Paulo: Loyola, 2005.

FERREIRA, João Sette Whitaker. **São Paulo: o mito da cidade global.** São Paulo – FAUSP (Tese de doutorado), 2003.

FERREIRA, João Sette Whitaker. Perspectivas e desafios para o jovem arquiteto no Brasil: Qual é o papel da profissão? In: **Vitruvius**, jul. 2011. Disponível em: http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/12.133/3950. Acesso em: 27 fev. 2019.

FERREIRA, João Sette Whitaker. Uma revolução geracional. In: **Cidades para quem**. 2013. Disponível em: http://cidadesparaquem.org/blog/2013/12/26/uma-revoluogeracional?rq=geracional. Acesso em: 27 fev. 2019.

FERREIRA, João Sette Whitaker. **Memorial circunstanciado apresentado no concurso público de títulos e provas para provimento de dois cargos de professor titular**. RDIDP, referência MS-6, cargos claros códigos nº 220345 e 152781./Edital atac 0632016. São Paulo: FAUUSP, 2017.

FERREIRA, João Sette Whitaker; MARICATO, Erminia; VILLAÇA, Flavio. **O mito da cidade global**: o papel da ideologia na produção do espaço. São Paulo: Vozes, 2007. 248p.

FERRO, Sergio. Arquitetura e trabalho livre. São Paulo: Cosac & Naif, 2006.

FRANCO, Maria Sylvia de C. **Homens livres na sociedade escravocrata**. São Paulo: Kairós, 1983.

FREIRE, Juan. Urbanismo y política local 2.0: Alternativas para el gobierno de las ciudades. **Arquitectos**, n. 178, 2006. Disponível em: http://www.cscae.com/profesion/178/178_02.html. Acesso em: 27 fev. 2019.

G+A ARQUITECTURA. El auge de los sistemas emergentes en el urbanismo 2.0. 2 mar. 2013. In: **G+A Arquitectura**. Disponível em:

https://gmasaarquitectura.wordpress.com/2013/08/02/el-auge-de-los-sistemas-emergentes-en-el-urbanismo-2-0/. Acesso em: 10 jan. 2019.

GIFE. O "direito à cidade" na Nova Agenda Urbana mundial. **GIFE**, 24 out. 2016. Disponível em: https://gife.org.br/direito-a-cidade-na-nova-agenda-urbana-mundial/. Acesso em: 27 fev. 2019.

GOHN, Maria da Glória. **História dos movimentos e lutas sociais**: a construção da cidadania dos brasileiros. São Paulo: Edições Loyola, 1995

GOHN, Maria da Glória. **O protagonismo da sociedade civil**: movimentos sociais, ONGs e redes solidárias. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2008.

GOTTDIENER, Mark. **A produção social do espaço urbano.** 2. ed. São Paulo. Edusp, 1997.

GULLAR, Ferreira. **A cultura posta em questão**. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira S. A., 1965.

HABERMAS, Jürgen. **Mudança estrutural da esfera pública**: investigações quanto a uma categoria da sociedade burguesa [1962]. Tradução de Flávio Kothe. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1984.

HABERMAS, Jürgen. **A Inclusão do Outro**. Estudos de teoria política. Tradução de George Sperber e Paulo Astor Soethe. São Paulo: Loyola, 2002.

HABERMAS, Jürgen. **Direito e Democracia: facticidade e validade** [1992]. 2. ed. Tradução de Flávio Siebeneichler. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2003. 2 v.

HABERMAS, Jürgen. **Mudança estrutural da esfera pública**: investigações sobre uma categoria da esfera burguesa. Tradução de Denilson Luís Werle. São Paulo: Editora UNESP, 2014.

HARDT, A.; NEGRI, M. Bem-estar comum. Rio de Janeiro; Record, 2016. 476 p.

HARVEY, David *et al.* **Occupy**. Tradução de João Alexandre Peschanski. São Paulo: Boitempo: Carta Maior, 2012.

HARVEY, David. O trabalho, o capital e o conflito de classes em torno do ambiente construído nas sociedades capitalistas avançadas. **Espaço & debates**, n. 6, 1982.

HARVEY, David. **Condição pós-moderna**. Uma pesquisa sobre as Origens da Mudança Cultural [1989]. Tradução de Adail Ubirajara Sobral e Maria Stela Gonçalves. 12. ed. São Paulo: Loyola, 2003.

HARVEY, David. **Espaços de Esperança**. Tradução de Adail Ubirajara Sobral e Maria Stela Gonçalves São Paulo: Edições Loyola, 2004.

HARVEY, David. **Os limites do capital**. Tradução de Magda Lopes. São Paulo: Boitempo, 2013. Título original: *The Limits to Capital* [1980].

HARVEY, David. Para entender o capital. São Paulo: Boitempo, 2013.

HARVEY, David. **Paris: capital da modernidade**. Tradução: Magda Lopes. 1ª ed. São Paulo: Boitempo, 2015.

HOLANDA, Sergio Buarque. Raízes do Brasil. São Paulo: Editora José Olímpio, 1936.

HOLANDA, Sergio Buarque. **Raízes do Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 2014.

HORI, Paula. **Práticas urbanas transformadoras: o ativismo urbano na disputa por espaços públicos na cidade de São Paulo**. 2018. Dissertação (Mestrado em Paisagem e Ambiente) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2018. Disponível em: http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/16/16135/tde-18102018-105115/pt-br.php. Acesso em: 27 fev. 2019.

JACOBS, Jane. **Morte e vida de grandes cidades**. Tradução de Carlos S. Mendes Rosa. 3. ed. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2011.

JOHNSON. Steven. **Sistemas emergentes**: o qué tienen en común hormigas, neuronas, ciudades y software. Madrid: Turner, 2003.

JUDT, Tony. **Postwar**. Londres: The Penguin Press, 2005.

JUSTEN, Janine. Narrativas em disputa: uma breve trajetória do midialivrismo. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO, 39., 2016, São Paulo. **Resumos**... São Paulo: CBCC, 2016. Disponível em: http://portalintercom.org.br/anais/nacional2016/resumos/R11-2293-1.pdf. Acesso em: 27 fev. 2019.

KOPP, Anatole. **Quando o moderno não era um estilo e sim uma causa**. São Paulo: Nobel, 1990.

LEAL, Victor Nunes. **Coronelismo, enxada e voto**: o município e o regime representativo no Brasil. São Paulo: Alfa-Ômega, 1975.

LEFEBVRE, Henry. **O direito à cidade**. Tradução de Cristina C. Oliveira. Itapevi, SP: Nebli, 2016.

LIERNUR, Jorge Francisco. America Latina Los Espacios del "outro". In: KOSHALEK, Richard; SMITH, Elisabeth A. T. **A fin de século**. Cien anos de arquitetura, El Antiguo Colegio de San Ildefonso. Los Ángeles, México: The Museum of Contemporary Art, 1998.

LIMA, João Filgueiras. **O que é ser arquiteto**: memórias profissionais de Lelé. Depoimento a Cynara Menezes. Rio de Janeiro: Record, 2004.

LIPIETZ, A. Le fordisme périphérique étrangle par le monétarisme central. **L'Actualité économique**, v. 60, n. 1, p. 72–94, mar. 2009.

LOVINK, Geert. Atualizando a mídia tática. Estratégias de midiativismo. In: MACIEL, Maria Lucia; ALBAGLI, Sarita. (Org.). **Informação, conhecimento e poder**: mudança tecnológica e inovação social. Rio de Janeiro: Garamond, 2011. p. 275-306.

MANTEGA, Guido. Teoria da dependência revisitada: um balanço crítico. **Núcle.o de Pesquisas e publicações**, São Paulo, relatório de pesquisa n. 27, 1997.

MARICATO, Erminia. **Metrópole na periferia do capitalismo**. São Paulo: Hucitec, 1997.

MARICATO, Ermínia. O nó da terra. In: **Revista Piauí**, 21 de jun. 2008. Disponível em: https://piaui.folha.uol.com.br/materia/o-no-da-terra/. Acesso em: 27 fev. 2019.

MARICATO, Erminia. Formação e impasse do pensamento crítico sobre a cidade periférica. Petrópolis: Vozes, 2009. Disponível em:

https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/477129/mod_resource/content/1/Maricato%20-%20impasses.pdf. Acesso em: 27 fev. 2019.

MARICATO, Erminia. **O impasse da política urbana no Brasil.** Petrópolis, RJ: Vozes, 2011.

MARICATO, Erminia. **O impasse da política urbana no Brasil**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2017.

MARICATO, Erminia *et al.* **Cidades Rebeldes**: Passe livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil. São Paulo: Boitempo; Carta Maior, 2013.

MARQUES, Eduardo. **A metrópole de São Paulo no século XXI**: espaços, heterogeneidades e desigualdades. São Paulo: Editora Unesp, 2015.

MARQUES, Eduardo (Org.). **Redes sociais no Brasil**: sociabilidade, organizações civis e políticas. Belo Horizonte: Fino Traco Editora, 2012.

MEDRANO, Leandro; RECAMAN, Luiz. **Vilanova Artigas**: habitação e cidade na modernização brasileira. São Paulo: UNICAMP, 2013.

MONTANER, Josep Maria. **A condição contemporânea da arquitetura**. São Paulo: Gustavo Gili, 2016.

MONTANER, Josep Maria. **Depois do Movimento Moderno**: Arquitetura da segunda metade do século XX. São Paulo: Gustavo Gili, 2015.

MONTANER, Josep Maria; MUXÍ, Zaida. **Arquitetura e política**: ensaios para mundos alternativos. São Paulo: Gustavo Gili, 2014.

MONTENEGRO, Carolina. Ecos de 1968. **Folha de S.Paulo**, 21 ago. 2011. Disponível em: https://www1.folha.uol.com.br/fsp/mundo/ft2108201108.htm. Acesso em: 27 fev. 2019.

MORAES, Alana *et al.* **Junho**: potência das ruas e das redes. São Paulo: Friedrich Ebert Stiftung (FES) Brasil, 2014.

MORAIS, Ana Cristina da Silva. **Periferias: da militância ao ativismo**. 2018. Trabalho de Conclusão de Curso (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2018.

NASCIMENTO, Érica Peçanha. **Vozes marginais na literatura**. Rio de Janeiro: Aeroplano, 2009. 347 p.

NETTO, José Paulo. **URSS**: 70 anos depois da revolução. Projeto Gorbathev: mudança ou continuidade? Disponível em: http://www.scielo.br/pdf/ln/n13/a02n13.pdf. Acesso em: 27 fev. 2019.

NUNES, Brunella. 10 intervenções urbanas que provam que todos podemos contribuir para uma cidade melhor. In: **Hypeness**. 2015. Disponível em: https://www.hypeness.com.br/2015/10/10-intervencoes-urbanas-que-provam-que-todos-podemos-contribuir-para-uma-cidade-melhor/. Acesso em: 27 fev. 2019.

OLIVEIRA, Francisco de. **A navegação venturosa: ensaios sobre Celso Furtado**. São Paulo: Boitempo, 2003.

OLIVEIRA, Francisco de. A privatização do público, destituição da fala e anulação da política: o totalitarismo neoliberal. In: OLIVEIRA, Francisco de; PAOLI, Maria (Org.). **Os sentidos da democracia**. Petrópolis, Vozes, 1999. (Col. Zero à Esquerda.)

OLIVEIRA, Francisco de. **Crítica à razão dualista**: o ornitorrinco. São Paulo: Boitempo, 2013.

OLIVEIRA, Liana P. P. **A capacidade de dizer não**: Lina Bo Bardi e a fábrica da Pompéia. 2007. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) — Universidade Presbiteriana Mackenzie, São Paulo, 2007.

PARACELSO. O Que é Ação Direta? In: **Medium**. 29 jun. 2017. Disponível em: https://medium.com/acracia/o-que-%C3%A9-a%C3%A7%C3%A3o-direta-29172ae16410 Acesso em: 2 jul. 2018.

PARRA, H.; ORTELLADO, P.; RHATTO, S. (Org.). **Movimentos em Marcha**: Ativismo, cultura e tecnologia. Licença creative Commons, 2013. Disponível em: https://pimentalab.milharal.org/files/2013/05/MOVIMENTOS-EM-MARCHA-livro.pdf. Acesso em: 27 fev. 2019.

PEREIRA, Olivia de Campos Maia. **Assessorias técnicas: trajetória entre o mercado e o Estado**. 2006. Disponível em: http://periodicos.puc-campinas.edu.br/seer/index.php/oculum/article/view/378/358. Acesso em: 27 fev. 2019.

PISEAGRAMA. A Batata precisa de você. **Piseagrama**, Belo Horizonte, [s. n.], 16 out. 2015. Disponível em: https://piseagrama.org/a-batata-precisa-de-voce. Acesso em: 27 fev. 2019.

POCHMANN, Marcio. **Nova classe média?**: o trabalho na base da pirâmide social brasileira. São Paulo: Boitempo, 2012.

POCHMANN, Marcio. Participação social no Brasil: uma larga construção. In: **Portal Carta Maior**. 3 out. 2014. Disponível em:

https://www.cartamaior.com.br/?/Editoria/Politica/Participacao-social-no-Brasil-uma-larga-construcao/4/31922. Acesso em: 26 fev. 2019.

PULHEZ, Magaly Marques. **Espaços de favela, fronteiras do ofício**: história e experiências contemporâneas de arquitetos em assessorias de urbanização. 2007. Dissertação (Mestrado em Teoria e História da Arquitetura e do Urbanismo) — Escola de Engenharia de São Carlos, Universidade de São Paulo, São Carlos, 2007.

QUEIROGA, Eugenio Fernandes. **Dimensões públicas do espaço contemporâneo**: resistências e transformações de territórios, paisagens e lugares urbanos brasileiros. 2012. Tese (Doutorado em Urbanismo e Paisagismo) — Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012.

RICCI, Rudá. Novíssimos movimentos sociais ou mobilizações da Geração Y? In: **De esquerda em esquerda**. 1 jul. 2012. Disponível em:

http://rudaricci.blogspot.com/2012/07/novissimos-movimentos-sociais-ou.html. Acesso em: 27 fev. 2019.

ROCHA, Maria Eduarda da Mota. O Estelita é mais do que o Estelita. In: **El Pais**. 30 nov. 2015. Disponível em:

https://brasil.elpais.com/brasil/2015/11/30/opinion/1448840154_656256.html. Acesso em: 27 fev. 2019.

ROLNIK, Raquel. **A cidade e a lei**: legislação, política urbana e territórios na cidade de São Paulo. 3. ed. São Paulo: Studio Nobel; FAPESP, 2007.

ROLNIK, Raquel. 10 anos do estatuto da cidade: das lutas pela reforma urbana às cidades da copa do mundo. In: **Raquel Rolnik**, 2011. Disponível em: https://raquelrolnik.files.wordpress.com/2013/07/10-anos-do-estatuto-da-cidade.pdf. Acesso em: 27 fev. 2019.

ROLNIK, Raquel. **Ocupe o Cocó**: Resistência em defesa do parque continua em Fortaleza. 2013. Disponível em: https://raquelrolnik.wordpress.com/2013/09/02/ocupe-o-coco-resistencia-em-defesa-do-parque-continua-em-fortaleza/. Acesso em: jan.2017.

SADER, Eder. **Quando novos personagens entraram em cena**: experiências, falas e lutas dos trabalhadores na Grande São Paulo (1970-1980). Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

SAMPAIO JUNIOR, P. S. A. A natureza da burguesia brasileira em Florestan Fernandes, 2001. Disponível em:

http://www.fau.usp.br/docentes/depprojeto/c_deak/CD/3publ/01dossiebrasil/bib/sam1-brg/index.html. Acesso em: 27 fev. 2019.

SANTOAMORE, Caio. **Entre o nó e o fato consumado, o lugar dos pobres na cidade**: um estudo sobre as ZEIS e os impasses da Reforma Urbana na atualidade. 2013. Tese (Doutorado) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2013.

SANTOS, Carlos N. F. A cidade como um jogo de cartas. Niterói; São Paulo: Eduff/ Projeto Editores Associados, 1988.

SANTOS, Carlos N. F. **Quando a rua vira casa**. 2. ed. Rio de Janeiro: Finep, 1981.

SCHWARZ, Roberto. Ao vencedor as batatas. São Paulo: Duas Cidades, 1992.

SCHWARZ, Roberto. **Sequências brasileiras**. São Paulo: Companhia das Letras, 1999

SCHWARZ, Roberto. Ao vencedor as batatas [1977] São Paulo: Duas Cidades; 2000.

SECCO, Lincoln. As jornadas de Junho. In: MARICATO, Erminia *et al.* **Cidades rebeldes**: Passe Live e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil. São Paulo: Boitempo; Carta Maior, 2013.

SENNETT, Richard. **O declínio do homem público: as tiranias da intimidade**. Tradução de Lygia Araújo Watanabe. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

SILVA, Janice Theodoro. **São Paulo**: 1554 – 1880 – o discurso ideológico e a organização espacial. São Paulo, Editora Moderna, 1984.

SOARES, Solange Conde; MOTTA, Ana Lúcia T. S. Diminuição das Florestas Naturais no Mundo. In: CONGRESSO NACIONAL DE EXCELÊNCIA EM GESTÃO Energia, Inovação, Tecnologia e Complexidade para a Gestão Sustentável, 6., 2010, Niterói. **Anais**... Niterói: CNEG, 2010.

SOBRAL RODRIGUES, Laura. **ISSO NÃO É UM EVENTO**: uma análise sobre a dinâmica de uso dos espaços públicos contemporâneos: estudo de caso – o Largo da Batata. 2018. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2018.

SOLANO, E.; MANSO, B.; NOVAES, W. Mascarados: a verdadeira história dos adeptos da tática black bloc. São Paulo: geração editorial, 2014.

SOLANO, Esther. Esther Solano: uma mulher que comprou guerra contra o MBL e a patrulha do pensamento. Entrevista concedida a revista ARTE!Brasileiros.

ARTE!Brasileiros, 10 out. 2017. Disponível em:

http://www.paginab.com.br/brasil/esther-solano-uma-mulher-que-comprou-guerra-contra-o-mbl-e-patrulha-do-pensamento/. Acesso em: 2 ago. 2018.

TAFURI, M. **Projecto e utopia**: arquitectura e desenvolvimento do capitalismo. Lisboa: Editorial Presença, 1985.

VILAÇA, Ícaro; CONSTANTE, Paula (Org.). **Usina**: Entre o projeto e o canteiro. Prefácio Sérgio Ferro. São Paulo: Edições Aurora, 2001.

VILLAÇA, Flávio. **Espaço Intra-Urbano no Brasil**. São Paulo: Studio Nobel/FAPESP, 1998.

VILLAÇA, Flávio. Espaço Intra-Urbano no Brasil. São Paulo: Nobel, 2001.

VILLAÇA, Flávio. **Reflexões sobre as cidades brasileiras**. São Paulo: Studio Nobel, 2012.

ZAPPA, Regina; SOTO, Ernesto. **1968**: Eles só queriam mudar o mundo. São Paulo: ZAHAR, 2008.

ANEXOS

ENTREVISTA 1: LAURA SOBRAL RODRIGUES

Movimento a Batata Precisa de Você – Outubro de 2018

[Liana] São quantos os integrantes do coletivo *A Batata Precisa de Você*, em média? Há muita renovação entre os membros? Qual a idade média das pessoas que participam/ procuram o coletivo/ fazem parte de atividades?

[Laura] A gente já quase não está mais ativo. É muito difícil de dizer. Não sei. Também, mesmo quando a gente estava mais ativo, é complicado de falar. Porque sempre foi uma coisa mais orgânica. As pessoas se afastavam e se aproximavam a depender da sua disponibilidade e afinidade pessoal. Então... não sei. Quanto a idade média, acho que, naquela época, quatro anos atrás, quase cinco agora... eu mesma tinha 27, 28... acho que era uma coisa de 25, 24 até... já teve gente de 70. A idade média talvez, 40 anos? Mas é um "chutaço".

[Liana] Como se dá o processo de construção das ideias e ações defendidas pelo coletivo? (Relação entre processo/produto). Você vê alguma relação entre o Movimento *A Batata Precisa de Você* e o Movimento de Cultura Livre?

[Laura] A gente pouco se chamou de coletivo. A gente chamava mais de movimento por ser muito, muito líquido, assim... sempre tiveram pessoas mais a fim de tocar processos mais regulares, e as ideias as pessoas iam tendo. A partir do momento que as pessoas passaram a se encontrar toda sexta feira no lugar, as ideias iam aparecendo. Outra coisa é que quando as ideias apareciam online, elas eram discutidas, se ia rolar ou não, pessoalmente. *In loco*.

[Quanto ao movimento cultura livre] eu vejo que sim, no sentido de tentar fazer o processo mais transparente possível, seja digitalmente com o grupo aberto, como pessoalmente. Enfim, qualquer um podia chegar, saber o que estava rolando, participar. Acho que sim, é um valor né? De transparência e de legibilidade de processos.

[Liana] Dentre as atividades realizadas pelo movimento, qual foi a mais marcante para você? Por quê?

[Laura] A Batata mudou a minha vida. Eu já tinha uma relação com o Largo da Batata fazia muitos anos. Sempre estudei meio que por lá. Fui criada no Butantã - Jaguaré

– Parque Continental, e o centro da cidade – especialmente antes do metrô – era muito longe, e Pinheiros funcionava como uma centralidade. Minhas opções para fazer coisas, para comprar coisas, eram ir para Pinheiros ou para Osasco. Então, o Largo da Batata sempre foi muito presente para mim, e agora tem um significado ainda mais profundo, uma vez que fiz parte desse processo de estar lá regularmente. Isso também foi muito casado com o fato de eu morar lá do lado. Eu morei a trezentos metros do largo da Batata por dois anos e meio ou três anos.

Quanto a atividade mais marcante, bom... não posso responder o meu casamento né? Ou pode [risos]. É, eu acho que para mim foi a Festa Junina. Foi a primeira mobilização de maior escala, foi bem distribuída o negócio, e no final tomou uma proporção grande. Foi bem interessante, assim... bem catártico. Eu acho que foi nos primeiros seis meses. A gente estava completando seis meses de estar na praça e aconteceu uma colaboração muito legal entre as pessoas.

[Liana] Existe uma crítica quanto a atuação do movimento, que acaba por contribuir para uma nova linguagem (fetiche) – assimilado pelo mercado imobiliário – e pela exclusão de antigos moradores e comerciantes locais. Como você enxerga essa situação?

[Laura] Olha, eu acho que é dar muita importância para isso. Porque afinal, o processo de gentrificação da Batata foi delimitado pela Operação Urbana Faria Lima. Essa sim. Isso já estava marcado para acontecer, os terrenos já estavam comprados... enfim.

Claro que na hora que você qualifica um lugar ou dá a um espaço que estava com uma identidade muito machucada... no momento que ele foi reaberto, de repente houve uma reorganização do que é aquele espaço, de como ele pode ser usado. É, nesse sentido sim, mas acho que é uma gota no oceano e sinceramente, no meu entendimento, qualquer coisa que ele possa ter contribuído para a gentrificação do local, ele também contribuiu para a sua resistência, porque afinal sempre recebemos críticas também, como "Ah, vocês fazem bancos? E esses moradores de rua ficam morando aí?", ou "Para quem vocês fazem os bancos? ", ou "Que coisas horrorosas vocês fazem de pallets, [estão] caindo aos pedaços"... então, sempre existiu os dois extremos criticando. O que eu acho que é bom. Acho que isso mostra que a gente teve uma atuação bastante equilibrada. No sentido de que, obviamente, e paradoxalmente, a gente possa ter contribuído para a gentrificação sim, mas por outro lado a gente fortaleceu a ocupação daquele espaço pelas pessoas que

de fato... sei lá. Trabalhadores nordestinos do lugar poderem ir para praça e comer a sua marmita de boa no banco, sabe? Acho que deu para perceber no processo que a gente fez as ações para um público que usava a praça, que era bastante variado, embora alguns eventos tivessem um tipo de público identificável, né? Quanto a questão da gentrificação. Então eu acho que, assim, qualificação de espaços são gentrificadores, eu acho que enfim..., eu acho um pouco pequeno pensar assim, porque é isso, gente, Operação Urbana Faria Lima, sabe. Isso foi gentrificador, é gentrificador, e a gente está vendo o resultado disso agora, não da [atuação do] A Batata Precisa de Você, entende?

Acho que é uma compreensão de quem não entende muito bem de macro urbanismo. E de políticas públicas. Se alguma coisa pudesse salvar o Largo da Batata desse movimento completamente predatório, seria [a consolidação de] ZEIS junto com o Plano Diretor, seria uma legislação específica para aluguel social, seria o cancelamento de algumas etapas [da reconversão urbana] do Largo da Batata. Enfim, são questões muito amplas.

[Liana] A Cidade Precisa de Você surge para debater outros espaços da cidade, além da sua formalização. Quais os espaços de atuação dessa associação? Qual é a sua atuação dentro dos espaços mais periféricos da cidade?

[Laura] A Cidade Precisa de Você surge para atuar em outros espaços, exatamente. A gente fez uns trabalhos em Recife, a gente já fez alguns trabalhos em São Paulo... agora está com um processo legal de alguns meses lá na Brasilândia, de tentar trabalhar o Parque do Canivete.

[Liana] Você defende em sua dissertação de mestrado uma nova forma de atuação do arquiteto por meio do urbanismo tático ou urbanismo cidadão. Fale mais sobre essa dinâmica da arquitetura relacionada ao espaço público e à construção das cidades. Sendo assim, quantos arquitetos atuam ou atuaram e qual sua importância?

[Laura] Olha. Eu não defendo no meu mestrado uma nova forma de atuação do arquiteto em relação ao urbanismo tático não. Eu acho que o urbanismo tático é uma metodologia de prototipagem de soluções. Eu defendo uma postura política dos arquitetos e urbanistas, que muitas vezes acabam sendo sugados pelo sistema que a gente tem hoje e se afastam de um certo ativismo. Algumas pessoas não, ainda bem. Mas eu defendo que os urbanistas tenham um papel de mediadores. De mediadores não técnicos, mas mediadores políticos das questões delicadas da cidade. Acho que o urbanismo tático é

uma das metodologias a ser utilizada, como podem ser várias outras. Mas eu acho importante a gente sair da votação de conselho... sair não, acho que os espaços dos conselhos são muito importantes, mas ampliar o nosso espectro de ação. Não é só dentro da prefeitura, não é só fazendo conselho em horário laboral. Tem muitos outros jeitos da gente agir sobre a cidade.

Quanto aos espaços públicos da cidade e o papel do urbanista, eu diria mais a respeito do urbanista do que do arquiteto. Enfim, do arquiteto urbanista, mas não acho que tenha a ver com o arquiteto... enfim, acho que é focar no urbanismo, né? O espaço público tem que ser público. As pessoas têm que poder usá-lo. Esses espaços podem ser uma plataforma para espontaneidade, uma plataforma para a democracia, e muitos espaços públicos de São Paulo, por exemplo, hoje, não são. Seja por questões socioculturais, seja por questão de desenho. Então acho que cabe aos arquitetos — urbanistas serem agentes de publicização desses espaços.

No movimento, não éramos muitos arquitetos não. Muito menos os que trabalhavam com isso. Acho que mais próximo, que mais mergulharam na coisa fui eu, e mais alguns que contribuíram pontualmente, ou estiveram lá durante um tempo. Enfim. Que orbitaram o movimento, vários.

Teve uma galera que começou a fazer os lances no Largo da Batata porque, como eu, por exemplo... queria discutir o jeito de fazer cidade, como estar regularmente em um espaço e repensar esse espaço a partir de estar nele, e fazer várias atividades lá, e convidar as pessoas. Simplesmente habitar aquele espaço de maneira regular vai transformando aquilo num processo né? Tentar fazer desse processo um processo inclusivo e diverso, e de produção da cidade a partir das pessoas que usam aquele espaço e o que de fato elas precisam. E outras pessoas foram por, sei lá. Acho que as pessoas foram por muitos motivos. Acho que teve algumas pessoas que foram a partir desse questionamento geral, e outras que foram para incidir nesse território do Largo da Batata e usar isso como metodologia de transformação naquele espaço específico. Que também é válido pra caramba, e que rolou, de uma certa maneira. Contribuímos para transformar aquele espaço em um espaço onde as pessoas vão, que as pessoas usam, que as pessoas pensam que podem performar suas vontades coletivas ali.

[Liana] O que você entende hoje por "Direito à Cidade"?

[Laura] Eu gosto muito de uma frase do Harvey, que ele fala que o direito à cidade não é o direito à cidade que existe hoje, é o direito para transformar essa cidade. Eu entendo o direito à cidade dessa forma. Pela cidade ser passível de ser transformada e coproduzida pelas pessoas que a habitam e lá estão. Para mim o direito à cidade é isso, eu concordo com ele. Obviamente, pautado em (Henri) Lefebvre e tal.

[Liana] Qual o papel das redes de internet/do espaço virtual no movimento?

[Laura] Olha, o papel das redes foi muito importante. A gente agregou muita gente online, organizava as coisas online, mas a gente decidia as coisas na praça. Que foi uma coisa interessante, que sempre ajudou muito para a mobilização. Eu acho que a gente não decidir grandes coisas pela internet e decidir tudo na hora que a gente realmente se encontrava foi um método bom. E, sim, foi sempre importante ter uma presença virtual.

[Liana] Como o coletivo vê/se relaciona com a cultura?

[Laura] Eu não sei. Não existe uma visão do coletivo, estou respondendo tudo a partir da minha visão das coisas. Não tem nada formal sobre o que é a visão do coletivo.

Acho que a cidade é um espelho da sociedade e vice-versa. As vezes não no mesmo passo, não no mesmo tempo, mas de uma certa maneira macro sim, e isso tem a ver com a cultura de uso dos espaços.

[Liana] Como o coletivo vê/se relaciona com outros coletivos atuantes na cidade de São Paulo?

[Laura] Olha, o *A Batata Precisa de Você* era um movimento do Largo da Batata e que na sua época atraiu muita gente para estar junto, a gente fez sempre coisas muito junto com outras pessoas. A gente fez parte de um momento de São Paulo e do mundo onde esses movimentos floresceram e estava sendo discutido muita coisa, então acho que teve cooperação.

Claro que existe a chaga da esquerda brasileira que tem muita gente que prefere atirar pedra do que entender que a pessoa tem simplesmente outro modo de agir, mas que o objetivo geral de todo mundo de alguma forma é estar alinhado, né? Então tem uma super fragmentação das coisas. Enfim, sempre existiram muitas críticas não construtivas, sempre existiu uma fragmentação do ativismo, um certo prazer em minar as ações do outro. Enfim, isso sempre teve. Ativismo em São Paulo, né? Infelizmente. E essa é a esquerda de São Paulo e também de grande parte do Brasil. Não digo assim, geral, não sei, mas é a minha impressão.

Da mesma maneira, sempre houve muita cooperação, a gente sempre recebeu bastante bem outras iniciativas na batata e tentou dar o suporte necessário para que elas pudessem performar o que elas estavam pretendendo naquele momento. Também já fomos a outros territórios convidados e sempre foi bacana, noventa por cento das vezes foi bacana, mas é isso né, também existiu e existe uma crítica que não busca compreender um outro caminho. É apenas validar o seu e invalidar todos os outros que não são o seu. Que também é uma narrativa comum. Acontecem as duas coisas.

[Liana] Como o coletivo vê se relaciona com as Instituições do poder público? E entidades privadas?

[Laura] A gente sempre conversou bastante com a subprefeitura de Pinheiros, sempre foi uma relação interessante, de diálogo. Nem sempre de acordo, mas sempre de conversa. A gente também chegou a conversar um pouco com a SMDU, tinham pessoas bem legais lá. Mas realmente colocar a criação no desenvolvimento das cidades como pauta, é uma coisa que a gente não conseguiu. Mas não conseguimos nós, não conseguiu praticamente quase nenhum outro coletivo dessa época, e mesmo no mundo. Assim, ainda é uma coisa que é muito colocada dento da caixinha de "cultura", muito menos na compreensão do processo de fazer cidade, então acho que não foi uma questão específica do nosso movimento.

Também pedíamos mais intensidade de participação, de outras metodologias para escutar as pessoas. Não foi fácil, não estávamos de acordo. Cobramos muitas coisas, mas ao mesmo tempo existia uma troca. Éramos recebidos, enfim... muito diferente da gestão Dória/Covas, que era um desrespeito total. Não é que você dialoga e não está de acordo, ou você dialoga e tem algumas propostas que não são de fato incorporadas, enfim, não há diálogo, é marginalização total. Foi ruim, é ruim, mas estou fora do Brasil há um ano e meio.

Com instituições privadas, fizemos algumas colaborações, mas não como movimento, mas com algumas pessoas da *Batata*, ou já como *A Cidade Precisa de Você*. A *Batata*... sei lá, acho que não tinha muito como fazer colaborações. Existiram as pessoas ou empresas pequenas que doaram pontualmente, assim, ah... dois bancos, ou "vou contratar para vocês para fazerem um", existiu assim, eu acho, mas é isso. Não tinha um CNPJ, uma interface, era mais uma coisa de construção de relação, mesmo. Um a um e tal.

ENTREVISTA 2: MARIANA BELMONT

Coletivo Imargem – Outubro/2018

[Liana] Você poderia apresentar o *Imargem*? (O que vocês defendem/ como surgiu a iniciativa?)

[Mariana] O *Imargem*, ele surge em 2006 com o Mauro, que é um artista visual, que é grafiteiro na cidade. Você já deve ter visto, ele escreve *veracidade*, com o VAI, o programa de valorização da cultura; e era só um projeto pontual e virou um movimento, um coletivo, uma organização. E a ideia era provocar a cidade pela paisagem. A partir da margem da represa, a partir da Billings começar a perceber a cidade. Então eles fizeram uma intervenção artística na borda da represa e foi super bombado, vários artistas do Grajaú participaram, e desde então a gente vem fazendo intervenções, tanto nas periferias quanto no centro. Então a gente discute muito a questão de acesso à cidade, olhar a cidade a partir da borda, não a partir do centro. A gente faz muito essa discussão. E hoje, o *Imargem* não tem só artistas. Ele é super plural. Ele tem uma antropóloga, duas jornalistas – sou eu e a Carol, articuladoras, tem o Aníbal que é mais de arquivo, biblioteconomia, que consegue registrar um pouco do que a gente faz, tem um fotógrafo. E aí tem o Mauro e o Tim que são artistas visuais e educadores.

[Liana] Em média, são quantos os integrantes (agentes marginais) do coletivo? Há muita renovação entre os membros? Qual a idade média das pessoas que participam/ procuram o coletivo/ fazem parte de atividades?

[Mariana] São seis. De 2006 para cá muitas pessoas passaram pelo *Imargem*, e vários tipos de pessoas. Pessoas mais velhas, pessoas que participaram de projetos pontuais e saíram, ou ficaram por mais uns anos, mas a gente tem essa característica de chamar, aglutinar pessoas, conectar com outros coletivos, e as pessoas vão naturalmente se dispersando e fazendo, construindo outras coisas na região. Então eu acho que o Imargem é um coletivo muito de formação, de território, da gente entender o território. As pessoas já saem dali fazendo outras coisas, outros projetos. Mas nessa formação a gente já está há sete anos.

[Liana] Como se dá o processo de construção das ideias e ações defendidas pelo coletivo? (Relação entre processo/ produto).

[Mariana] As pessoas no coletivo geralmente são muito autônomas. Eu fico muito nessa articulação política de conexão com outros movimentos pela cidade, e o que faz sentido politicamente, que debate junto com o *Imargem* nessa discussão do direito à

cidade, acesso, a quem pertence os muros. Eu fico muito nessa discussão, a Carol muito na produção e os meninos na arte. Então as coisas, elas vão acontecendo naturalmente, principalmente em intervenção de rua. Os meninos podem descobrir no dia que querem fazer algum tipo de coisa. Mas geralmente a gente é muito procurado por organizações, por projetos. Hoje a gente tem alguns projetos em andamento como com o pessoal da *Zurich*, seguradora. A gente ajuda a potencializar outro coletivo junto com a *Zurich*. Então é muito orgânico, a gente vai inventando coisa, ... a gente faz parte da *Rede Jornalistas das Periferias* como comunicadores, porque a arte urbana é vista como comunicação da cidade, e a gente tem projetos, como o da *Tide Setubal* [Fundação Tide Setúbal]. Coisas que vão surgindo, a gente vai escrevendo projetos, é muito... na verdade não existe um planejamento. Nunca a gente vai ter um planejamento A gente já tentou. Mas artista é muito louco e a gente vai meio que seguindo a onda do que eles vão fazendo, do que faz sentido para a gente. Surge um edital, surge um projeto para a gente se inserir, a gente entra. Mas não é nada planejado.

[Liana] O fato do coletivo acontecer numa região periférica influencia diretamente nas suas ações. Você poderia falar um pouco sobre o viver no Grajaú e também sobre a influência da paisagem de lá? Qual o significado dessa região para você?

[Mariana] Eu não sou do Grajaú, eu sou de Parelheiros. Sou de um pouco mais para frente. A Carol, o Mauro e o Tim que são mesmo do arrabalde de Parelheiros. É muito curioso para gente, principalmente quando a gente discute direito à cidade. É muito curioso viver numa periferia como o Grajaú, Parelheiros. Os bairros acabam se conectando e se misturando em algum momento ali, de fronteira. É muito curioso, porque não é uma periferia estereotipada, né? Alguma parte do Grajaú, sim. Mas o restante não, a gente vive no meio da Mata Atlântica e da natureza, majoritariamente. Então essa mudança, a gente discute muito no *Imargem*. A gente fala, a gente escreve muito sobre isso. Essa mudança da cidade, quando a gente sai da margem e começa a acessar o centro, que a gente vê a paisagem mudando, é muito louco, né? É outro espaço, tempo, lógica, ... o tempo das pessoas são outros. A gente realmente vive num tempo... as pessoas lá, elas vivem num tempo muito mais — não devagar, mas é outro tempo, é outro momento, as coisas são feitas com muito cuidado. Quem não trabalha fora e trabalha lá no mesmo território é outro tempo e outro espaço, está acostumado com aquela paisagem, com o ar. Então a percepção é totalmente diferente. Você sai de lá, acessa a cidade, pega primeiro

os corredores, pega ônibus, é outra lógica, com certeza. Mas eu nem sei se respondi sua pergunta. E aí, isso instiga a gente a discutir mais e a fazer essas provocações né? A quem pertence várias coisas na cidade né, o acesso... porque muitas vezes o grande orçamento está no centro e não está na periferia. Porque a gente vem de potência e de um espaço que tem muito mais gente, muito mais movimento, muito mais ativação política. Eu costumo dizer que a gente vive numa bolha lá na periferia. Eu, o Tim, os movimentos. Se for olhar a gente está numa bolha de conhecimento. Que meu padrinho e minha família está fora dessa bolha. E que as pessoas que votam hoje no Bolsonaro estão fora dessa bolha. Então quando a gente percebe isso e vai fazendo essas políticas pontuais de acesso à cidade é muito louco. E isso é uma coisa que a gente discute muito, muito, muito mesmo.

[Liana] Tem muita discussão, então...

[Mariana] Tem. A gente escreve, a gente tem muita publicação. A gente escreve, debate, fala muito sobre isso. Na verdade, tem um vídeo muito bom, que acho que você tem que assistir, não sei se você já assistiu, mas é do João Claudio de Sena. Se chama *Grajaú, onde a cidade começa*. Esse vídeo é uma provocação ao *Grajaú, onde a cidade termina*, que faz uma visão estereotipada da periferia. Da periferia que está largada, está esquecida pelo poder público, que o Estado não acessa. Aí os meninos trazem outra percepção de que não, de que é ali que na verdade começa a construção de cidade. Mesmo que a gente entenda que a lógica de construção de cidade historicamente ela foi ... ela é outra né? A gente sabe que começou no centro e explodiu para as margens, mas hoje a gente quer trazer outra lógica, que a vida começa ali na margem. Quem construiu a cidade está na margem, né?

[Liana] E a relação com o centro da cidade? Como o coletivo entende essa relação?

[Mariana] A grande discussão é que a cidade é nossa. Existem barreiras sociais e econômicas, mas a cidade pertence a todo mundo, e quem... foi a elite paulistana, falando geograficamente em São Paulo, que fechou e colocou as pontes para que as periferias não acessassem o centro. Então a gente vai sim estar na Vila Madalena, vai estar sim disputando espaço, disputando narrativa, disputando muro, disputando espaço para expor, para mostrar livro e mostrando o que a gente faz lá. Então, na verdade é uma disputa de espaço. Uma disputa de narrativa e de espaço mesmo. De estar onde a gente quiser. A cidade é nossa, a gente pode estar aqui, onde a gente quiser. Quando a galera vem do

Grajaú, por exemplo, e está na praça Roosevelt, e é a galera da Leste que vem muito para sarau e para o slam, e é expulso pela polícia, quer dizer que ela tem uma gentrificação no sentido de que a galera dali não quer que pessoas pobres, periféricas, marginalizadas, né, na cabeça deles... negras, ... acessem aquele espaço. Principalmente a população negra, né? E a gente, não, a gente vai acessar esse espaço, mesmo que isso custe violência física. O Mauro e o Tim, principalmente o Mauro que é mais de guerrilha, que é o que mais pinta pela cidade, sofre com polícia, com assédio moral, com xingamento de pessoas que passam na rua enquanto ele está pintando, né... então a gente faz essa disputa. A gente sabe de onde a gente veio, qual o nosso território e qual a nossa construção política ali, e é exatamente por isso que a gente quer acessar e ocupar todos os espaços da cidade. Inclusive economicamente. O Mauro, ele é um cara negro, estereótipo de periférico, dread, mas o cara é reconhecido internacionalmente, acabou de voltar da Europa vendendo arte lá, entendeu? Quando ele está na rua ele é marginalizado, é preso pela polícia, apagam as coisas, levam ele para a delegacia constantemente.

[Liana] Como se dá a discussão do racismo no coletivo?

[Mariana] O racismo tem que ser discutido transversalmente, assim... é falar primeiro sobre ele em tudo, tudo o que a gente for discutir. E a gente fala muito sobre isso, tudo perpassa sobre o racismo. E agora está mais violento ainda. As pessoas estão autorizadas a serem escrotas, né? Antes elas tinham vergonha.

[Liana] A arte urbana é o meio do coletivo se expressar, chamar a atenção, os olhares para a região. Você pode falar sobre essas ações artísticas sobre o espaço urbano? Quais são as principais e como elas acontecem? Na visão do coletivo, cultura e espaço público são conceitos interligados?

[Mariana] É, assim, como eu falei, as ações de rua, principalmente de ocupar o espaço público, principalmente os muros, quando a gente faz, quando os meninos, né, eu não, não sou artista. Quando eles ocupam o espaço público, tem uma coisa que a gente faz que é muito legal, e eu vou recomendar super depois você conversar com o Tim e com o Mauro, mas tem uma coisa que a gente anda fazendo e a gente está curtindo muito fazer, principalmente nesse período, que chama *infografite*. Que é, a gente está fazendo isso muito com *Rede dos Jornalistas*, mas no geral assim. A gente lê matérias, a gente organiza dados de coisas, dados de homicídios no país, essas coisas, e a gente transforma isso em grafite na rua. São informações, por exemplo, "70 por cento dos jovens assassinados pela

polícia são negros". A gente fez uma intervenção focada na Marielle, quando a Marielle faleceu, e tal, e aí a gente está trazendo isso, além das provocações que o grafite traz naturalmente, né, que a arte urbana traz, ocupar esses espaços públicos, principalmente no centro, principalmente nos Jardins, né, nas ruas mais chiques. Essas intervenções com esses dados, que na verdade a elite não quer ver, tem sido constante para a gente, a gente está curtindo muito fazer. A gente está fazendo na periferia também, mas a gente está fazendo em toda a cidade, o *infografite*. Acho que é uma nova modalidade aí que a gente está testando e que está dando muito certo e está fazendo provocações pontuais e certeiras. A cidade é nossa, o direito à cidade, quem pertence à cidade também são temas. As provocações, os grafites que o Mauro faz no geral, ele faz essa provocação, né? Então, quando ele pinta, ele pinta no chão, ele pinta em concreto, fechamento de rua que está ali impedindo uma coisa, pinta muro, pinta poste, faz essas intervenções com essas provocações de ver a cidade, né? A quem pertence e quem vê a cidade. E aí a gente faz, eles fazem em todos os lugares.

O Grajaú, ele é um caldeirão cultural, senão uma efervescência absurda, todo dia surge uma coisa nova assim. E a gente está sempre acompanhando, faz parte do fórum de cultura do Grajaú, a gente está sempre com a galera em construções de eventos e coisas que acontecem no Grajaú. Principalmente culturais, a gente faz parte do CAPS [Centro de Arte e Promoção Social] com a Maria Vilani, que é a mãe do Criolo né? Que foi professora dos meninos e tal. Que é o centro de promoção de cultura e arte do Grajaú, que tem quase trinta anos que ele fomenta a cultura no Grajaú, e o Grajaú hoje é muito conhecido. As pessoas conhecem o Beco do Batman, mas o Grajaú é conhecido como uma galeria a céu aberto. Porque a gente fez por onze anos o *Encontro Niggaz*, não sei se você chegou a ver. O Niggaz era um amigo dos meninos que faleceu supernovo, morreu afogado na Billings, e desde que ele faleceu a gente começou a fazer. Uns dois anos depois a gente começou a fazer o encontro Niggaz, em ruas, em grandes muros no bairro. Então a gente fez os onze encontros no Grajaú. Hoje você anda pelo Grajaú e quase todas as ruas e todos os lugares grandes você vai ver graffiti. E os meninos fazem muito, o tempo todo. Se tem um espaço vazio eles vão lá e cobrem, e fazem. Fazem essa manutenção. E a gente já chegou a receber mais de duzentos grafiteiros vindos do mundo inteiro no Encontro Niggaz, no Grajaú. Em cada encontro, são mais de 200 grafiteiros. Isso se conecta muito com os coletivos de cultura assim, né? Geralmente a gente faz grandes eventos com eles. A gente tem o hip hop e educação que se conectam, né, porque o graffiti é um pedaço do que é o hip hop, do que é a cultura hip hop no país. A gente faz

hip hop e educação nas escolas públicas. Tem *graffiti*, tem DJ, tem *bill box*, tem dança, tem todas essas modalidades que formam o hip hop, e aí a gente tem esse projeto, do hip hop e educação nas escolas.

Hoje as minas estão falando muito de, estão cantando hip hop. Tem um movimento de mulheres. Mulheres que cantam, que acessam a cidade para cantar, são MCs e tal, é forte. Mas eu acho que o grafite é mais forte hoje.

[Liana] Das atividades desenvolvidas pelo coletivo, qual foi a mais marcante para você?

[Mariana] Eu acho que os *Encontros Niggaz*. Tem uma representação histórica do que é o *graffiti*, do que é a cena no Grajaú, e de afeto mesmo. Com quem foi o Niggaz e a importância do *graffiti*. E do que ele acessava. O Niggaz era esse cara de acessar a cidade. Ele vinha para a Vila Madalena pintar, ele é o cara que instigou os meninos e o começo do *Imargem* a existir, principalmente porque ele acessava a cidade, ele estava em todos os lugares da cidade. Era um moleque super jovem. Então eu acho que os *Encontros Niggaz* trazem esse histórico afetivo e essa memória afetiva do que é o graffiti e a importância que ele tem, porque ele acessa a cidade; e de ocupação do espaço público.

[Liana] As atividades dos agentes marginais são focadas na democratização da arte e no direito à cidade. O que você entende hoje por direito à cidade?

[Mariana] Acho que eu já falei, mas vou falar de novo porque acho muito importante dizer isso. O *direito à cidade* é as pessoas perceberem que a cidade é de todo mundo. E que não existe isso de que, "ah meu deus, a elite". Sei lá, classe média vem aqui na periferia... a Maria Vilani fala muito isso para gente. Tem uma pergunta da Maria Vilani. Perguntaram para ela, "ah, e quando a elite vem aqui no Grajaú?" — Ela falou: "Tem que vir mesmo. E tem que vir para troca". Assim como a gente vem para a cidade, para o centro, para a Vila Madalena, para a Zona Oeste para aprender, trabalhar, trocar, se conectar, também fazer movimentações outras de resistência, tem que ser uma troca. A gente não vive... lógico que são territórios economicamente, visualmente diferentes, e culturalmente diferentes, mas a gente tem que acessar e se deixar entrar na cidade. A gente não quer que as pessoas do centro apareçam lá para entregar cesta básica e ensinar. Uma coisa que aconteceu nos últimos dias foi o professor da USP, que eu esqueci o nome dele agora [Vladimir Safatle], mas ele construiu um processo de trabalho de base na periferia, mas pera aí. Cara, você nem frequenta os lugares. Você não sai do muro da

USP. Para entender, as grandes lideranças do país foram criadas e elas são construídas dentro da periferia. Pensando em trabalho de base, o Chico Whitaker é um grande mestre sobre trabalho de base, ele pode dizer muito sobre isso. Os espaços eclesiais de base onde se fazia resistência política contra a ditadura foram feitos na periferia, dentro das igrejas. E vários movimentos, várias organizações, hoje elas existem desse histórico, e as pessoas resistem. Movimentos de moradia liderados por mulheres são da periferia. Então, acho que a gente tem que sair desse espaço "lá" e "cá". Tem que parar de falar, "Eles lá, a gente aqui". Tem que ser uma troca, a ponte é conexão e troca. Os movimentos de cultura hoje, eles são grandes movimentos. Olha o que o movimento cultural das periferias fez, sabe.

[Liana] É mais forte que a Igreja?

[Mariana] Hoje a gente está em outros tempos da Igreja, né? Mas hoje a cultura e os movimentos culturais são mesmo os grandes transformadores da periferia. São quem potencializa e puxa isso. E discutem também o acesso à cidade, o orçamento da cidade, a redistribuição do acesso à cidade.

[Liana] Para você, qual o papel do arquiteto na construção dos espaços públicos urbanos?

[Mariana] Cara, se for uma construção coletiva, acho que faz total diferença. A gente teve uma experiência boa/ruim com o Boldarini, na época da gestão do Kassab/Beth [Elisabete França], que as pessoas chegaram lá para fazer a intervenção. Não foi uma construção e um diálogo participativo com a comunidade. Na hora de pintar as casas eles chamaram artistas de fora para pintar a paisagem que dava para a represa. E não deu outra, os meninos todos, o movimento de *graffiti* inteiro do Grajaú foi lá e pintou por cima no outro dia.

Então, se há esse processo participativo, a gente precisa sim. E hoje isso existe na *Ecoativa*, que é um parceiro nosso, que é uma construção nossa de ocupação de espaço, uma casa que a gente tem. Na *Ecoativa*, a gente tem uma parceria grande com a FAUUSP, com o Jorge [Jorge Bassani] e com a Karina Leitão, de mapeamento e de conexão dos urbanistas com a escola, com o espaço, com o que que a escola deseja para o espaço físico que ela está... então há construções, há oficinas, há conversas... há troca. É uma troca de aprendizados. E eu acho que não só o arquiteto, mas qualquer profissional que esteja disposto a fazer uma troca assim, como a gente também é profissional lá e vem para cá

fazer troca, a gente quer. Acho que é importante e necessário, porque é a partir daí também que a gente se reconhece como território, como agente periférico.

[Liana] Existem arquitetos que participam ou participaram do coletivo? Se sim, qual foi a sua influência?

[Mariana] Cara, não. Não que eu lembre, acho que não.

Incrível, porque inclusive o nosso trabalho dialoga muito, né, com o urbanismo. A gente fala super sobre o urbano, a modificação da paisagem e tudo isso, então se tivesse ia ser incrível. A gente queria a Gi [Gisele Brito] no nosso coletivo, que ela é tipo, jornalista urbanista, aquela coisa.

[Liana] Qual o papel das redes de internet/do espaço virtual no movimento? Elas mudaram as formas de mobilização e atuação do coletivo?

[Mariana] A gente usa a internet muito para divulgar para foto, para coisas que a gente faz, mas nada muito de interação, a gente não tem um trabalho de interação, de mobilização via internet. A gente está muito, sempre na rua; então registrou, a gente sobe coisa na internet, não é uma ferramenta que a gente usa para organização.

Só se tem algum evento que a gente vá fazer, um evento público, ... as coisas que a gente faz com a *Ecoativa* sim, para mobilizar, quando ela era ainda um sarau, de cordas, coisa assim. Mas não é, do *Imargem* não é uma coisa que a gente saiba fazer bem enquanto coletivo, a gente usa só como espaço de divulgação mesmo. A gente usa muito blog, sempre. As pessoas não devem acessar, mas a gente gosta muito de registrar as coisas no blog. Os meninos gostam muito de arquivar e a gente gosta muito de publicação.

[Liana] Como o coletivo vê/ se relaciona com outros coletivos atuantes na cidade de São Paulo?

[Mariana] A gente se dá muito bem, a gente se conecta com muitos coletivos. E a gente é muito multidisciplinar. Muito louco, porque a gente acabou de apoiar um coletivo de mudanças climáticas, que a gente dialoga muito com isso. Acho que cidade dialoga muito com a questão das mudanças climáticas. A gente tem muito mais conexão com os coletivos periféricos, a gente faz muito intercâmbio. A gente já foi para a Leste e para a Norte fazer intercâmbio de *graffiti*, de os meninos irem pintar lá, dos meninos de lá virem pintar no Grajaú, fazer esse intercâmbio de arte, de se conhecer, de conhecer o espaço do outro. A gente fez, os meninos foram pintar no *Favela Galeria*, ali em São Miguel. E aí

eles vieram e pintaram lá no Gaivotas. Então a gente tem muita conexão e faz muita coisa junto. No processo de ocupação dos coletivos dentro da secretaria, a gente estava junto, a gente participou, apoiou e estava no corre junto.

A questão de estar na rede é a de ter um espaço também de diálogo com coletivos de comunicação, que a gente faz coisa juntos. E vários outros coletivos, a gente se conecta, né? Agora, através da *Ecoativa* a gente tem uma conexão com a galera da *Agência Solano Trindade*, com a pauta dos orgânicos, é uma pauta de agricultura que a gente tem. A *Ecoativa* é um desses espaços de fomento à agricultura orgânica, agricultura familiar, então a gente faz essas conexões muito, muito, muito.

A gente conhece os coletivos, mas os coletivos mais da Zona Oeste, outros espaços da cidade que não são periféricos a gente tem super abertura e super conexão, já fizemos coisas juntos. O ano passado, quando o Dória entrou na prefeitura, a gente participou de uma articulação grande sobre o Plano de Metas. O *Imargem* puxou a questão ambiental e de *direito à cidade* no Plano de Metas, escreveu junto com outras organizações metas ousadas, assim, para mandar para a prefeitura. Não aconteceu nada. Mas a gente fez essa articulação grande com a *Minha Sampa*, a nossa regional de São Paulo, grandes organizações, o *Cooperapas*; várias organizações para construir o Plano de Metas. A gente participou ativamente do Plano Diretor da cidade, principalmente na questão da zona rural, que a gente queria que voltasse. Então a gente também tem esse diálogo, e que gosta muito, que acha importante, com o poder público. E a conexão com os coletivos também né? O fortalecimento entre os coletivos para incidir também nessas leis, nessas construções, nas leis públicas.

[Liana] Você já introduziu aqui, mas fale mais como o coletivo vê se relaciona com as Instituições do poder público. E com as entidades privadas?

[Mariana] Com o poder público, a gente é muito "filhos de edital", a gente nasceu com edital. Era o VAI, acho que tinha acabado de ser criado e tal. A gente participou muito de fomento à periferia, edital de arte e cultura, cartografia... a gente nasce de um super edital da secretaria da cultura, de mais de 200 mil reais, que a gente fez o cartograffiti, acho que você viu também, né? Que foi o corredor, acho que é um dos projetos mais emblemáticos no sentido de acesso e direito à cidade. É filhote do Mauro, né? A gente perpassa em todas as zonas da cidade até chegar na Ilha do Bororé. Então o Mauro faz muros, é um corredor até chegar à Ilha e a gente discute esse acesso. São mais de vinte e uma paradas, vinte e um espaços dizendo que a cidade é nossa e o quanto é

importante para a gente discutir o direito à cidade e acesso. E a principal pergunta, a gente tem um documentário sobre isso, é, "A quem pertence os muros da cidade?". Que é a pergunta que a gente refez o ano passado quando teve a treta da Cidade Limpa. E aí a gente volta com essa pergunta em 2017, assim que o Dória assume e começa aquele caos que rolou. A gente incidiu muito diretamente na Câmara dos Vereadores com o Suplicy, com outros vereadores parceiros, contra a lei da pichação. O Mauro chegou a ser preso nesse período, e aí foi aquela coisa midiática. O Mauro foi para a delegacia, os vereadores foram todos para a delegacia. Mas a gente sempre quis e sempre gostou de ter muito diálogo com o poder público. Estar em espaços de Conselhos, fazer essa discussão, incidir, escrever, pedir, e fazer a construção também de política pública de direito à cidade. A gente sempre esteve e está nesses espaços. Eu, particularmente, gosto mais dessa parte, dessa briga, dessa treta de incidir mesmo no poder público. Não adianta a gente ficar lá na guerrilha autônoma e achando que a gente não tem que dialogar com o Estado, que aí a gente fala para a gente mesmo e não expõe o que a gente faz e as críticas que a gente faz. E esse caminho de ocupar esses espaços institucionais, esses espaços de poder, que é a Câmara, que é a Alesp, com pressão popular, como o movimento cultural das periferias fez, como a gente faz as vezes, em muitos casos, como a gente participou de todas as audiências públicas dentro da Câmara do Plano Diretor, de reuniões, enfim, ... e a gente como corpo estranho para a galera mais institucionalizada, principalmente os meninos né, é muito importante. Acho que essa disputa também tem que ser feita dentro desses espaços.

E com a iniciativa privada a gente tem algumas coisas, a gente fez projetos, não é nada..., mas a gente pensa muito antes de fazer e interessa muito para a gente saber quem são essas pessoas. E a serviço de quem elas estão. Principalmente na questão política, conectada com a questão política, então isso interessa muito para a gente. Não dá para fazer trampo, sei lá, pra Bayer, sabe? Depende muito de qual é o recorte e a liberdade também que se dá para trabalhar para a Bayer e para criticar a Bayer. Os meninos fazem sempre essa reflexão. Por mim, eu não faço. Mas eles fazem sempre essa reflexão de tipo: Bayer vai contratar a gente? Então a gente vai ter que ter liberdade, a gente vai ser pago para criticar a Bayer. Aí é uma discussão grande, é sempre um debate no coletivo, mas a gente faz essa discussão. Algumas organizações privadas, a gente tem conexão sim e a gente faz coisas sim.

[Liana] Vi que vocês fazem bicicletadas com a população, na região do Grajaú. Esses encontros têm relação com esse movimento, com a paisagem de lá?

[Mariana] Os meninos são super arte-educadores, e a gente gosta de levar as pessoas para conhecer os espaços e se reconhecer nos espaços. Os mapeamentos que a gente faz, por exemplo dizem muito sobre isso, sobre o que falta. Um aluno de uma escola olha ali o seu território e o que falta nesse território. A gente gosta muito de fazer esses rolês. Com o *cartograffiti* a gente fazia bastante. De sair com o busão do centro e ir passando pelos lugares grafitados pelo Mauro. Onde apagou ele falava onde apagou, contando essa história. E o processo de o poder público, "paga e apaga", porque acontece isso. Você ganhou um edital, o cara paga, você vai, pinta, e no outro dia a subprefeitura vai lá e apaga o que você fez. E não sabe, porque não dialoga com a outra secretaria. Então a gente gosta muito. Assim, a gente fez pouco o rolê da bike. Tinha um cara muito da bike, um cara que circula pela cidade de bike, todo mundo conhece ele no Grajaú porque ele está em todos os lugares de bike, e acho que é uma ferramenta para você olhar mais fora da janela do carro também.

Mas a gente gosta muito desse rolê, de levar as pessoas, tanto aqui do centro, de outras regiões periféricas. A galera da *Ecoativa* está fazendo bastante, a gente faz uns rolês assim. Tem a galera lá no navegando nas artes, e são todos parceiros, né, então a gente tem uma grande rede aí junto.

ENTREVISTA 3: RAFAEL BORGES PEREIRA

Coletivo Arrua – Outubro de 2018.

[Liana] Você poderia apresentar o coletivo que você atua? (O que vocês defendem/ como ele surgiu?)

[Rafael] É, então vou falar algumas... um preambulo, assim. Então vou dizer do lugar que eu estou, para você entender a minha fala a partir desse lugar que eu estou. Então, eu estou afastado desde que eu estava na finalização do mestrado, então já faz um tempinho. Mas eu estou acompanhando o grupo, e enfim, estou achando, no meu ponto de vista, que ele está um pouco se repensando, não coletivamente. Acho que está rolando uma reorganização, em que, aquilo que nos mobilizou com muita intensidade... eu entrei em 2014, 2014, 15, e permaneci até o fim de 16 mais ou menos. Aquilo que nos mobilizou com muita intensidade nesse período meio que... não se perdeu, mas, num cenário de questões, e da conjuntura e tal, se perdeu a importância relativa frente a ouras coisas né?

Então é desse lugar que eu estou falando. A gente não tem uma estrutura ... não tem muita estrutura formal. Estrutura sempre tem, não tem estrutura formal. Então, não sou coordenador de nada, não sou diretor de nada, vou falar como alguém que participou desse coletivo, tendo uma opinião baseada nessa experiência.

[Liana] Você querendo participar, voltar, está sempre aberto...

[Rafael] Está superaberto. Assim, as próprias atividades... tanto que assim, só para te dar uma outra informação, eu estou num outro grupo de *WhatsApp*, que é uma instância de vida social né, eu descobri que o *WhatsApp* é uma instância de vida social, em um grupo que chama "reorganizando". Tem um monte de gente que era, que ainda é do *Arrua*, mas eu sinto que as pessoas estão nesse momento de ir se reorganizando, enquanto estratégia, enquanto instrumento. Então eu acho que não sou só eu, assim. Isso não aconteceu porque eu me afastei, porque eu saí por causa do mestrado. Acho que mesmo as pessoas que ficaram também estão nessa coisa de se reorganizar.

Pois bem, é... qual a pergunta mesmo? Então, o coletivo começou em 2012, acho. Acho que um dos elementos fortes que gerou o coletivo foi a candidatura do Gabriel Medina a vereador em São Paulo, que, o Gabriel era um quadro assim, de saída assim, um pezinho pra fora do PT, da Democracia Socialista, assim como outra galera, a Alana, o William, o Jean Tible... enfim, várias pessoas que tinham uma militância partidária já de bastante tempo, e o Ramón, o Eduardo Valdosky, ... então, essa galera veio construir a candidatura do Gabriel. O Gabriel é um cara muito interessante, assim, mas isso é um capítulo à parte, essa coisa de dentro de partido e movimento, sabe? Partido e ".org". Pois bem, então, uma galera saiu..., mas não todas também. Tinha a Babi, que é jornalista. Tinha a galera que era do PT, que veio pela ponte do PT, que veio por dentro, mas teve uma galera que veio por fora e junto também. Afinidade política mesmo. E o Gabriel tem essa trajetória. O Gabriel, como uma liderança importante da DS, um quadro importante da DS, e os outros também, tinham uma trajetória de política de juventude. E de atuação dentro da juventude do PT e de construção, de ter uma trajetória de política de juventude mesmo. Eu lembro de quando eu entrei, uma coisa é que o caminho fui eu, que não tinha nada disso né? Eu tinha um super bode da juventude do PT porque eu achava... um monte de gente me incentivava, "não, você tem que ir, porque são as pessoas da sua idade". Porque eu só ficava com os velhos. E essa idade, eu achava que era agitador de bandeira. Eu falava, "Ah, não. Obrigado". Mas não é isso. Tem mil problemas, mil questões, mas não é isso. Bom, aí tinha essa coisa da juventude, do que é ser jovem. Da subjetividade

de ser jovem. Aquele momento, com muito menos força do que hoje, mas já estava no ascenso das pautas identitárias né. Todas elas. Enfim, veio num caldo. Esse caldo da candidatura dele ... era uma candidatura super... uma candidatura bonita. Mas que tinha essa conversa da juventude, de novas linguagens de se fazer política. A DS dentro do PT, naquele momento mais do que hoje, era das pessoas que estavam no campo crítico da trajetória, de onde o PT estava indo, então ainda era um campo de resistência partidária dentro do próprio partido. Então tinha um diálogo intenso junto com Joaquim Soriano, com aquela turma, né? A Nalu Faria das mulheres... bom. É. Então veio desse caldo assim, dessa coisa muito identitária, muito da juventude, dessa galera que veio nisso, assim. E adotou essa política crítica, de linguagem, ... crítica à forma sindical... o caminhão de som, as bolas, sabe? A crítica à cristalização de uma forma que não fazia mais sentido para uma juventude lulista. Enfim. Para uma nova juventude. Eu não participei de nada disso. E dessa galera, assim, muito "sociais". Classe média. Até onde eu sei. Eu também não sei de todos os detalhes. Mas esse núcleo primeiro foi todo de classe média. Então, a Alana é antropóloga, o Willian é sociólogo e economista, o Jean é filosofo, relações internacionais, a Babi é jornalista, o Edu... o Edu não tinha feito a faculdade, mas tinha uma militância há muito tempo de movimento secundarista, de juventude também. Essa galera, muitos deles, trabalhou na gestão Haddad. Porque entrou na cota da DS, na gestão. E que foi para a juventude. Então, o Gabriel era vice coordenador da Juventude, dentro da secretaria de Direitos Humanos. A Clara estava, o Caio, o Ramon, o Edu, o Willian, a Marilia, uma galera. Foi um catalizador. Essa experiência de gestão foi um catalizador importante do coletivo. Então estava meio .gov, meio .org assim. E aí, durante a gestão, por exemplo, é que saiu o edital redes e ruas, que era muito essa coisa gov-org, né? De ativar as iniciativas, de entender como foi um movimento, também de procurar entender melhor essa militância virtual, também, ou seja, nem de demonizar, achar que é bundamolice, que não vale nada, quanto o contrário. Não, é um catalizador, é importante, é um instrumento de dar voz. De apropriação de voz, né, não de dar voz. Então, tinha muito material audiovisual. A linguagem. Eu estou dizendo tudo isso, que é o cenário que eu peguei na minha entrada. Era um cenário que tudo era na forma de vídeo, tudo tinha uma pegada meio digital, tudo era meio híbrido assim. O Jaime. O Jaime tem quarenta e poucos, mais velho. Ele está na Perseu Abramo. Eu acho. Enfim, mas esse foi o cenário em que eu entrei. Ou seja, para dizer que não tinha nada de discussão de "espaço", zero arquitetos. E nesse caldo surgiu essa coisa de direito à cidade. E que foi uma coisa que me chamou a atenção também, porque é um direito à

cidade que não estamos falando de reforma urbana né, não é uma discussão de reforma urbana, é outra coisa. Que é, que tem essa coisa de espaço público. Também tinha um diálogo com a gestão do Kassab, era como uma resposta. Esse grupo estar na gestão do Haddad lá, era uma resposta à cidade proibida, a coisa do carnaval. E aí, esse polo também tinha muita articulação com coletivos de... foi uma ferramenta também para se conectar com outros lugares da cidade. Então, por exemplo, os coletivos de comunicação da periferia, a galera que estava começando a surgir com os blocos, os blocos mais alternativos, digamos assim, com uma galera mais politizada, ia começar a reivindicar lugar para estar na rua e fazer música, e usar o espaço que não seja só para o carro. Essa é uma coisa ainda que tem uma pegada de discutir a organização do espaço público, reivindicando de que a cidade não é só, eu diria que é uma. Do ponto de vista espacial é meio despolitizado, por um lado se comunica com essa coisa de que a cidade são catracas, da cidade mercadoria, no sentido da vida mercadoria. Não é a cidade mercadoria, é a vida mercadoria. Esses eram os temas que estavam ali. Bom, aí eu entrei... ah, veja só, na verdade, eu não entrei por essa porta, minha porta não foi o coletivo. Eu, que estava numa militância de bairro, no PT, eu estava meio de saco cheio. Na Vila Mariana. No diretório da Vila Mariana. Com uma galera muito atrelada ao Zé Dirceu, uma coisa nostálgica de um PT dos anos 80, aquela coisa assim, mas uma galera sem energia também, falando que a galera tinha que ir para a rua, mas assim, outros vão, não eu, que eu estou velho. Sabe uma coisa assim? Eu sentia lá que tinha uma galera que estava numa doída do que estava acontecendo, mas. Ah. Tinha uma galera do mal. Lá tinha uma galera do mal também. Ou seja, tinhas as piores práticas de comprar voto na eleição interna. Sabe... tipo...meu. Não. Aí foi me enchendo o saco, assim, não quero ficar aqui disputando isso, para mim não tem importância nenhuma. Aí eu já tinha ouvido falar da DS, de que se comportava mais como uma corrente partidária, mesmo, de que era uma corrente que se reivindicava socialista mesmo, que discutia o socialismo democrático, a revolução democrática, aí eu falei, "Ah. Acho que é mais isso que eu estou querendo". Aí, o Gabriel e o Ramón, eu não sei porque, que eles votavam lá, eles estavam filiados lá pela Vila Mariana. Então eu peguei os nomes deles lá e mandei um e-mail, e aí eles falaram da DS. Eles estavam achando que a DS também já não estava suficiente. Que já estavam "mijando um pouco fora do penico". Muito bem, mas já plantando sementes e jogando as coisas para fora também. Bom, então foi assim. Eles me chamaram, e eu entrei. Aí eu comecei a colocar uma coisa que estava meio fora, assim. De eu perceber, legal, direito à cidade, mas acho que não estamos falando da mesma coisa. A galera conhecia o Nabil,

a figura do Nabil, mas não tinha nada de espaço, de produção de espaço, de discussão de teoria urbana.

[Liana] Mas então, o Arrua não chega a ser um coletivo tão aberto, assim, qualquer um pode entrar...

[Rafael] Olha, quando eu entrei tinha um núcleo, que vinha da campanha do Haddad. Tinha um desejo de ampliar. Bom, eu era desconhecido, por exemplo. Não foi, "vamos chamar ele, porque ele é isso ou aquilo". Meu contato foi, "Oi, estou insatisfeito com a minha militância aqui no PT da Vila Mariana, quero falar com o socialismo". Bom. Aí eu comecei a trazer algumas pautas, trazer essa conversa de que tem mais do que isso. De que isso é ameaça, mas que isso não é tudo. Tanto mais do que isso, que... não estamos discutindo classe, por exemplo. É louco, porque, não é que não se falava de classe, mas do ponto de vista do espaço, não se falava. Tinha muito a ideia de articulação com outros coletivos, muito a ideia de que a gente está fazendo um negócio novo, então a gente precisa se fortalecer. Foi num momento que aqui no centro estava pipocando vários coletivos. Parque Augusta, a galera do teatro, cicloativismo e não sei o que. Então é isso. É uma boa pergunta. Assim, quais eram os espaços de as pessoas tomarem contato? Tinha algumas, eu não sei quando eu entrei, acho que já estava rolando, um negócio que a gente chamava de *Quinta da Resistência*. Que a gente, segundo as palavras deles, que a gente precisa se "territorializar". Tinha essa palavra. Que não é território do jeito que a gente usa, é outra coisa. Quando fala se "territorializar", significa se fixar lá num espaço, estabelecer relações com esse espaço, com as pessoas desse espaço e com isso construir coisas a partir desse espaço. Isso que eles chamam de "territorializar". É mais de um ponto de vista social, das relações. Do que com a produção capitalista do espaço, com a função do espaço mesmo. Aí eu comecei a ... tanto que ... eu era meio, ... eles lá, "que eu era o radicalzinho", que eu era o "nabilzinho", e aí, aos poucos eu falei, "pode parar com isso aí"..., mas enfim, aí eu fui trazendo um pouco a discussão de que, olha, estou aprendendo muito, e queria colocar algumas coisas. Por exemplo, a gente fez algumas atividades de formação interna que eu dispus leituras do Harvey, por exemplo. Da Ermínia, da Raquel, ... e que foi massa, porque as pessoas estavam superabertas, também. Era um clima muito gostoso. O vínculo que se criou, a partir, desde que eu peguei, mas de antes também, de 2014, 15, 16, tem uma coisa muito forte, teve muita coisa aí. Criou uma identidade de grupo interessante. A gente tentou fazer, por exemplo, coisas na praça. Algumas atividades de formação na praça. Não deu muito certo, ... os de formação né? De leitura,

no caso. Nada a ver. Bom. O Arrua surgiu dessa genealogia e tinha essa coisa forte de que nós somos um coletivo de direito à cidade. Esse era o cartão de visita. No site, no blog, a gente se apresentava como um coletivo de direito à cidade. E aí, com essas entradas mais identitárias e do espaço público nesse sentido. Aí a gente foi fazer o bloco da rua, por exemplo. E aí, o Quinta da Resistência o que que era – era a gente fazer uma atividade toda quinta-feira. Ali na Roosevelt. Tinha um espólio ainda da campanha do Gabriel, de equipamentos, que viabilizou a gente fazer um monte de coisa. De projetar ... de equipamento de som e audiovisual. De passar filme, de fazer ... então, por exemplo, esses eram espaços de abertura. Que as pessoas iam. A gente fez várias atividades com temas variados, muito variados. Horas mais ligados com a conjuntura, horas mais desligados da conjuntura. Mas a gente fez muita coisa de mulher e cidade, tinha uma coisa da linguagem que era uma tônica muito importante, linguagem. Até que isso me enfezou uma hora, e que eu falei: "Tá bom, a gente vai ficar discutindo a linguagem, mas a linguagem tem que comunicar alguma coisa. A gente precisa discutir também o conteúdo que a linguagem comunica". E foi o momento que a gente começou a estudar mais e falar mais sobre produção.

[Liana] Em média, são quantos os integrantes do coletivo? Há muita renovação entre os membros? Qual a idade média das pessoas que participam/ procuram o coletivo/ fazem parte de atividades?

[Rafael] Então ... tiveram alguns marcos que foram importantes. Quando a gente começou, a gente não tinha uma sede. A gente se reunia na casa das pessoas e fazia as atividades e tal. E aí, era uma galera de uma juventude tardia, assim. Tipo "late twenties" assim, sabe? Uns quase trinta. E uns mais velhos. O Jean por exemplo já tinha uns 35, vai. Não eram exatamente jovens assim. Todo mundo muito do centro, é uma marca importante disso. Era uma galera do centro, com um modo de vida um pouco compartilhado, sabe, essa coisa de ser uma classe média correria, que não é classe média chique, que faz uns trabalhos meio correria, que não dá muito dinheiro, que mora aqui pelo centro porque gosta, frequentava, ... tinha muito cachaceiro aqui da Praça Roosevelt, desse tipo, então era isso. O mais destoado era o próprio Gabriel, que ele morava lá no Sumaré. Mas era uma visão estética, porque todo mundo fez universidade, a maior parte pública; trabalhava, não morava com os pais, esse estilo. Então o perfil era meio esse.

Quantas pessoas? Então, aí teve o momento em que a gente alugou a *Zapateria* e a gente começou a se organizar mais, a gente fez um planejamento. Então começamos a

fazer alguma coisa mais de organização mesmo, para a gente se entender. Então a gente fez atividade de formação, mas a gente precisava se definir, precisava ter objetivo, precisava ter a linguagem e o conteúdo. E mesmo para pensar a linguagem, o Cesinha por exemplo, que é do PT, da DS e tal, ele é designer. Ele é um cara que pensava muito na linguagem, ele tinha uma reflexão sobre a linguagem muito interessante, e que na arquitetura, por exemplo, na discussão de reforma urbana, era zero linguagem. É como se fosse indiferente, e naquele momento eu ficava me perguntando. Acho que temos um problema. As lideranças são todas, ou uma parte muito grande delas, tem uma trajetória sindical, do sindicalismo, do novo sindicalismo, né, lá dos anos 80. Então é uma linguagem que não tem dificuldade de se comunicar, tinha uma tônica, uma ênfase na linguagem. Então o Cesinha era uma pessoa superinteressante de design, de uma discussão de design. Ele fazia todas as coisas de graça, era uma máquina de produzir. Não sei que horas ele fazia as coisas. Mas ele sempre produzia, parece que muita produção gráfica e tal. Bom, e aí, então é isso. Aí chegou o momento em que a gente começou a se organizar mais. Eu não estou lembrando quando exatamente que a gente alugou a Zapateria, que a gente começou a se organizar para fazer coisas. A gente comprou uma maquininha de cartão de crédito, para ter aquelas contribuições ... enfim. Aí, a gente começou a fazer festa também. Então começou a ter um dinheirinho, e tal, e a gente alugou a Zapateria. Aquele momento foi muito massa. Aí começou a entrar secundarista. Porque teve um momento ... eu não lembro quando foi. Quando foi a ocupação das escolas?

[Liana] 2015, 2016...

[Rafael] Pois é. Estava acontecendo outras coisas. Não eram muitos. Era coisa de 2 ou 3. Mas era uma coisa nova para o grupo. E essa galera não era do centro. Foi massa, legal demais. E super sangue nos olhos. Estudavam em colégio público. E ... teve mais outras pessoas que foram entrando também por conta das atividades. Nós fizemos atividades na praça. Chamávamos as pessoas. Assim, comparativamente, não era um negócio que as pessoas ... não foi isso que aumentou o grupo, não foram as atividades. Tinha gente que ia, participava um pouco, aí não ia mais. Tinha um núcleo duro, mas que era um núcleo até numeroso. Já chegou assim a umas 15 pessoas. Aí quando a gente foi pra *Zapateria*, aumentou muito. A gente estava fazendo as atividades, ... teve um momento que a gente fez um "panejamentão", assim. A gente fez uma atividade que foi um monte de gente e foi muito unido. A gente se dividiu em vários grupos. Foi um

momento que a gente se propôs a fazer muito mais do que a gente dava conta de fazer. De se colocar como organização mesmo. De pensar comunicação, pensar não sei o que. Tinham vários, ...tinham subgrupos até. Quando você planeja as ações, você está em um momento seminal da coisa. Mas mesmo assim, tem gente que não, não é nem que não tem afinidade política, mas que não topa esse tipo de organização assim. Massa, eu te apoio, vou curtir suas publicações e tal, mas eu mesmo ... bom.

Aí teve um outro marco importante, que até o João [João Whitaker] participou, que foi o curso de direito à cidade. Não fui eu que propus. Foi o Edu que propôs. Que eu estava colocando umas coisas assim e foi uma oportunidade de ser uma formação para todo mundo né? Então. Aí surgiu essa ideia de fazer um curso em praça pública. Naquele momento tudo era praça, praça, praça. Porque o espaço público, a vida precisa ...porque a praça Roosevelt, de fato... e foi um momento muito novo para mim porque eu estava saindo da casa da minha mãe... eu saí quando eu comecei o mestrado. Faz quatro anos. E eu vim para o centro. E para mim a Praça Roosevelt foi um negócio assim muito... para mim é um puta espaço público. De ter classe média andando com cachorro, de ter as véia, de ter os skatistas, que meu. Para mim alguém tem que estudar isso, alguém tem que estudar os skatistas. Tem uma galera que vem da periferia para andar de skate aqui. Muitos, não é meia dúzia, são muitos. E tem a galera da maconha, os artistas do teatro, ... é um negócio muito ativo, que funciona muito, fervilhante. Muita iniciativa cultural, né? Muito calor. Então, isso foi muito massa, estava muito conectado, era um lugar muito propício mesmo. Embora para mim, eu vindo desse outro lugar, trazia isso como um certo incômodo de a gente estar dialogando só com classe média. Beleza, a gente está aqui, fazendo as coisas? Mas vamos dialogar com os outros coletivos, com o Parque Augusta, não sei o que... artista da ocupação do ouvidor, uns artistas crazy assim que vinham muito com umas leituras, não sei como que chama aqueles caras pós-marxistas ... tipo Derrida... Pós-estruturalistas e muito essa pegada. Mas fazendo umas leituras meio equivocadas, sabe? Lutando contra gentrificação. Eu falei assim, vocês chegaram um pouco tarde porque assim... se vocês estão aqui vocês são produto da gentrificação. E tudo bem, isso não desqualifica, mas estava faltando um pouco de estruturalismo. "Tá legal isso aí, mas vamos fazer um "blend" desses caras com um pouco de Marx, aí? " E aí eu sempre trazia. Eu por outro lado, de onde eu vinha: eu trabalho desde 2010 na Peabiru. Esse é meu trabalho principal. Tive outros trabalhos secundários. Quando eu me formei eu estava meio Peabiru e meio Labhab. Numa pesquisa do João, inclusive. Enfim, para dizer que eu tinha um certo incômodo. Era um momento que estava fervilhando. E

tinha as assembleias. Tinha a assembleia das assembleias. Que vinha uns artistas crazy, umas coisas ... eu me divertia, só que... não, é massa, assim, a galera do tanque cor-derosa, ... era alguma coisa com cor de rosa e tanque ... A galera fazia umas coisas muito bonitas, muito fortes esteticamente, e usando, questionando o espaço público e tal. Mas o fato é que não é, na conta só isso, né? E que a galera tinha muito encantamento por isso. Do Arrua. Bom, aí eu falava isso, a gente precisa conversar com gente pobre, né, porque, assim, aí botando a marca de classe do território, aí sim, da terra, aqui, beleza, tem os skatistas, legal. É uma situação muito específica a praça Roosevelt, né? É uma coisa maravilhosa, mas ainda muito específica. Não é o mais comum né? É uma exceção você ter classe média e pobre no mesmo lugar, com essa intensidade, com essa interação. E aí com essa pauta que estava rolando, dessa galera, eu falei assim, "Gente, eu vim aqui do movimento de moradia. Eu vim do antigo, do que era considerado o antigo movimento de democracia, o movimento petista". E aí, ... e eu me procurando também porque aquilo não estava o suficiente. Então ..., aí teve esse momento de subir muito, que foi a época da Zapateria, e depois a gente saiu da Zapateria e foi para um lugar ali na Bela Vista. Onde fica o "Outras Palavras", sabe? É uma casa que tem um monte de aparelho da esquerda. De coletivo de arte e comunicação, de jornalismo. É uma casa que tinha várias coisas acontecendo. A legal, massa, mas assim. Era um espaço que ... era o espaço em si. Porque a Zapateria tinha uma cara de ... era um espaço podre. Aqui na Cesário Motta. Na frente da praça Roosevelt, ainda. A gente tinha um lugar para guardar as coisas, se organizar. A gente tinha um espaço que a gente discutia, fazia as coisas, fazia atividades. Era um espaço podre. Se pegasse fogo ali, morria todo mundo. É o porão da loja de sapatos. Então, era uma portinha assim, bem uma coisa com a estética de underground, sabe? Era um porão, mas era muito massa. Tinha um quintal, espaço para fazer coisa maior, menor. Dava para fazer atividades. A gente fez uma mesa com o Guilherme Boulos, com o Gregório [Gregório Duvivier], a Nalu Faria e a Laura Carvalho. A gente fez um churrasco lá embaixo, na parte mais podre. Mas foi muito massa. Era essa estética da podreira, assim, sabe? E aí quando a gente foi para o outro espaço, influenciou muito. Eu fui em poucas reuniões lá no outro espaço. Mas depois disso, começou a, pelo que eu sei, na verdade ainda demorou, teve atuação nas manifestações do golpe, teve várias ações associadas à parada LGBT e depois disso eu sinto que começou a declinar. Mas aí eu não consigo falar com propriedade. E as festas ganharam mais importância. A organização das festas ficou muito organizada. Então fazia festa com frequência, e não sei o que. E

tinha temas políticos, e foi no Al Janiah. Tinha essa estética do afeto político, da festa política e tal. Mas aí começou a decair.

[Liana] Como se dá o processo de construção das ideias e ações defendidas pelo coletivo? (Relação entre processo/ produto)

[Rafael] Então, a gente começou muito forte com a quinta da resistência que foi essa presença, durante um ano a gente estava na praça toda quinta-feira, faltou, falhou algumas, assim, mas a gente estava toda quinta feira pensando nisso. Isso deu uma ... a "territorialização" nesse sentido funcionou. E a gente se via com muita frequência. A gente ia muito em bar, muita cerveja, foi um período maravilhoso. Era um espaço de discussão. Então teve esse momento de muita intensidade. Mas aí uma das queixas que levou a gente a parar é que estava muito, muito intenso demais, assim. Então precisa parar um pouco e ter um espaço para a gente pensar. Em silêncio. Então aí tinha por exemplo a casa de uma parceira que era lá no Sumaré. Era uma mansão. Era de uma mulher rica, que eu nem sei exatamente, nem conheci ela. Mas era uma mulher rica de esquerda que contribuía em campanhas da esquerda. Acho que ela era filiada ao PT. E que emprestava a casa dela para fazer os encontros. Uma casa massa assim. Festa não rolou. Mas rolaram algumas reuniões. Essa reunião de "planejamentão" aí que foi um monte de gente, que fez subgrupos, foi lá também. Bom. Mas sobre as ideias. Então a gente precisa ter um momento interno porque o lance é que a gente estava, a gente não tinha um outro momento, era bem mais a praça. Então esses eram os espaços. Muito WhatsApp, muito facebook, muita rede. E eu que tenho dificuldade com redes, nossa tenho super dificuldade com rede social. Eu lembro que teve uma vez que eu propus de a gente não tomar mais nenhuma decisão por WhatsApp. Porque era muita gente falando muito, gente com hábito de falar. E foi assim, zero apoio. Ninguém. Aí eu entendi. Essa é uma dificuldade minha, particular, e eu preciso lidar com isso. Porque as pessoas entendiam. Aí tinha um negócio de mecanismos de você decidir coisas virtualmente, inclusive. De você dar urgência da coisa. Se tinha uma decisão que tinha que ser tomada com urgência, surgia uma possibilidade de atividade com outro coletivo que está chamando, ou sei lá. Precisava decidir hoje isso. Aí tinha um lance, por exemplo, de você trocar a figura do WhatsApp. Tinha que colocar uma bolinha vermelha. Significa que quando você olhasse (é pressuposto que você olha muito), você sabia que isso era um regime de decisão. Muito bem. Então foi meio assim, era entre o próprio espaço e reuniões mais internas. Dependendo do momento mais um, mais outro. Esse é o procedimento. Processo, do ponto de vista do conteúdo, era interessante isso porque cada um trazia uma contribuição específica, sabe? A Clarinha por exemplo, ela estava no Direitos Humanos, mas ela não era da Juventude. Ela era do Memória e Verdade. E estava bem na época das discussões das Comissões da Verdade. Então a gente chegou a fazer atividades sobre isso. Então, quer dizer, do ponto de vista do conteúdo das ideias, a formação das ideias, era muito interessante isso, de fazer, de ter coisas de diversos temas. Muito por conta disso, cada um tinha uma trajetória. Tinham muitas coisas em comum, mas também tinham especificidades.

[Liana] Em que período você atuou no coletivo?

[Rafael] Eu entrei em 2014 e fiquei até 2016, foi no momento que eu estava na reta final do mestrado.

[Liana] Dentre as atividades realizadas nesse período, qual foi a mais marcante para você?

[Rafael] O curso do Direito à Cidade foi um negócio muito interessante. Porque aí foi um momento de experimentar juntar essas coisas, a dimensão da reflexão sobre a produção e essa experimentação de linguagem. E foi muito massa porque aí de certa maneira, fico assim, "Então o Rafa meio que puxa aí a estruturação dos temas", então foi. Foram três aulas. Pouca coisa na verdade. Mas aí tinha uma tentativa por exemplo, de ser um negócio mais palatável para o público. Só um parêntese – a gente fez uma vez uma atividade que foi com uma galera, e veio uma menina muito ótima, muito bonita, militante, muito experiente. Jovem, mas muito experiente. Meu, eu nunca me esqueço que ela falou assim: "Gente, a gente precisa lutar pela despatriarcalização da vida". Meu, não dá para falar essa palavra em praça pública. DES-PA-TRI-AR-CA-LI-ZA-ÇÃO. Para quem tá pensando em linguagem, a gente precisa pensar nisso. Porque ninguém entente que porra é "despatriarcalização da vida". Tem que arrumar outra palavra. É tarefa dessa militante arrumar outra palavra para dizer isso. Isso faz parte. Porque senão, é o muro que você constrói, evidencia e reforça. Que essa pessoa veio da universidade, que ela leu sobre feminismo, e tal. Não é uma palavra um pouquinho elaborada. É "despatriarcalização". Enfim. Para dizer como dizer coisas. Por exemplo, especulação imobiliária. Não significa nada. Aí foi muito legal, teve a aula da Karina [Karina Leitão], que foi sobre conflito. Aí depois teve a aula do João [João Whitaker] e depois teve a aula do Caio [Caio Santo Amore]. As três foram muito massa. Aí teve as aulas, que foi um conjunto de atividades

interessantes que me marcaram. Teve uma coisa que permeou várias atividades, e que para mim era muito interessante. Que era o fato de estar em praça pública, que são os choques culturais. Isso era fantástico. Então, alguns choques culturais para mim foram inesquecíveis. Quando a Karina foi fazer a primeira aula sobre conflito, conflito urbano. Falando sobre o Villaça [Flávio Villaça], de uma forma "Karinística" de ser. E aí teve um momento que ela chegou e fez uma provocação. Ela falou assim: "E você, qual o conflito que você tem? "Foram atividades muito cheias. Aí tinha uma galera que era estudante de arquitetura e tinha outros que não. E tinha o bloco do Taz. Não sei se você conhece, o Ricardo. É um loke, morador de rua. Ele está sempre crazy. E ele estava em todas as atividades. Crazy. Mas dentro da loucura dele, ele, ó. O cara, ... aí as pessoas olham sempre, ah, o ambiente que acolhe, ... E aí ele catou o microfone, e falou: "Eu tenho um conflito com a cidade. As pessoas tem nojo de mim, porque elas acham que eu fedo. Porque eu não tenho onde cagar. Nossa, esse foi um negócio que me marcou muito. A cara das pessoas. Foi muito interessante. Chocou. O loke falou uma coisa muito lúcida. É a experiência dele de conflito com a cidade. Se tivesse mais diálogo ... imagina o que é produzir conhecimento com o loke. Então, isso foi uma coisa que me marcou muito, dele trazer o conflito dele. Teve uma outra vez que a gente levou uma galera. Tinha uma galera que conhecia mais a galera da cultura. A gente levou um cara do Aláfia para tocar. E aí tinha essa coisa de alternar, uma coisa que era mais discussão, mesmo que era na cadeira de praia, na praça, uma coisa assim, mas também uma coisa mais música, filme. Aí foi esse cara. Era uma banda de rap mais politizado. Mesmo quando era mais de boas, não era puro entretenimento. E aí teve esse dia, que estava rolando a baladinha, tal, gostoso, e aí a polícia estava embaixo. Lá tinha a guarda civil metropolitana do lado. A PM do outro lado, e embaixo é a base né? Tem um estacionamento gigantesco. Então a gente tinha um flerte com a polícia o tempo inteiro. Teve momentos, até tem outro episódio que marcou assim que foi quando a polícia ocupou a praça, um negócio bizarro.

A desmilitarização – a gente fez um evento antes que foi muito massa também. Do *Porque o Senhor Atirou em Mim.* Que discutia isso também. O espaço público, e também a militarização do espaço. Aí tinha um flerte com a periferia. Que tinha a ver lá com o Douglas, na zona norte. Mas enfim, aí teve esse momento da baladinha na praça, e aí a polícia subiu e foi fazer uma batida com os moleques que estavam fumando maconha, jovenzinhos, uns 15 anos, no meio da praça. E aí foram lá, encostaram na parede. E é bem louco né, que os *hipsters* do teatro fumam à vontade né? Se você for na escada. Mas aí rolou uma comoção por isso. Aí o DJ parou a música e disse, vamos fazer uma batida

coletiva. O fato de fazermos atividades toda quinta, não significava que não havia muros entre nós e os skatistas. É isso que eu acho interessante dos choques culturais. Porque eram os momentos de contato. Era uma galera de esquerda que vinha, ou que tinha uma afinidade. Aí o rapper teve a iniciativa de falar essa coisa da batida coletiva, que é a galera ir lá constranger os policiais. E aí, beleza, ele parou a música e foi uma galera em peso lá para o meio da praça, com o celular, para filmar a cara do policial, para constranger, mostrar o nome dele. E meu, justiça no coração. E aí causou. E aí os policiais foram levar os moleques para a delegacia. Umas meninas, umas três que eram advogadas, falaram, "Não, eu vou junto". E foram com os moleques para a delegacia. Com a justiça no coração. E aí beleza. Vamos voltar para cá. Aí quando voltou, o cara veio, falou, "Quero falar um negócio aqui". O cara catou o microfone e falou, ... "Eu não achei certo isso que vocês fizeram". Um cara que era da periferia. "Não sabemos qual é a caminhada desse moleque. Não sabemos qual vai ser depois". Aí aquele silencio, né? Ele apontou, querendo dizer, vocês não sabem nada. Querendo dizer que era uma ação muito pontual. Que você não conhece o cara. Não sabe da vida dele depois, durante. "Isso que vocês fizeram é muito pontual". E aí criou um mal-estar, porque o "vocês" e o "nós" ficou estabelecido lá. Ele desenhou a linha no chão. E aí foi muito massa, porque rolou uma conversa. Não, mas olha o momento que a gente está vivendo, dos abusos, ... porque a batida só acontece aqui, porque os moleques são da periferia. Aí foi um momento em que rolou, assim, dolorido. Mas para mim isso foi muito massa. Porque eu entendo, e eu acho que é isso. Para mim o propósito se realizou. Acho que é construir uma ponte sem falsear as diferenças. Não é fingir que eu sou skatista. E tudo gente que está com a revolução no coração, mas aí na prática ... para mim, essa experiência, ... e foram vários choques assim. São experiência muito formadoras. Porque isso diz tanto. Porque, o estranhamento era, "nossa, achava que estávamos todos do mesmo lado" porque eu estou aqui, sou de esquerda, e estou te protegendo do abuso da polícia, e aí, mostrando que é mais complexo do que isso, porque a ponte ... a gente pode se articular, pode pensar junto. Mas não adianta simplificar. Então essas experiências, talvez tenha sido o mais discutível assim para mim. O choque cultural mesmo. Porque para você entender um problema de classe média de esquerda, eu acho ótimo. A classe média tem uma contribuição para dar, é uma parte fundamental. Mais do que uma classe média que está em contradição com a própria classe? É uma parte fundamental disso. Não é para conduzir. É uma parte que tem para contribuir. Nessa síntese. Porque tinha muito essa palavra. Me parece que vem dessa literatura, porque tinha essa coisa. Que estava muito no frisson dos novíssimos atores, e

aí tinha esse debate do novo, uma tara pelo novo. Só um parêntese — teve um momento que tinha uma galera do PSOL também. Que foi uma experiência de convivência interessante. Que era gente também achando que faltava alguma coisa lá. Mas enfim, essa coisa da síntese, tinha muito esse debate de que o novo não é alguma coisa que vai substituir o velho. Que anula, ou tira a importância da história. Porque aquilo que estava se chamando de velho, o Marco Aurélio Garcia, na revista "Desvios", essa galera que estava pensando o PT na década de 70, início de 80 era muito novo. Era a ruptura com a tradição de uma esquerda comunista, leninista, que está num outro lugar. É uma hora de pensar, na aliança pluriclassista, vamos dizer assim.

Essa galera que eu estava falando, é uma galera que tem um flerte forte com umas paradas do Negri [Antonio Negri]. Vez ou outra vem a discussão do comum. Que para mim nunca desceu. Como a gente produz comum com a instalação de esgoto, a praça não tem instalação de esgoto, como faz? Sempre foi uma tensão. Porque é uma leitura muito política, né? Assim, no sentido de ... não é espaço como meio de reprodução do capital. É como se fosse o palco da existência. E não ele em si, como estrutura. Foi um momento que por essa irritação mesmo, aí eu fui. A Cibele, que é conselheira lá na Peabiru, ela estava estudando o Laval [Christian Laval], pelas coisas do sujeito neoliberal, mais pelo diagnóstico do que pela proposta. Então ela estava vendo essa coisa do Laval, não sei o que, do comum, e eu falei, "que bosta é essa, caralho". E aí se misturava um pouco com a discussão da autogestão, misturava aqui com uma galera do Parque Augusta. Acho que sabe, que salada. Sei lá. Aí teve o seminário lá dos cem anos da Revolução Russa que o Laval foi. Aí eu perguntei isso para ele. Ele não soube responder. Não respondeu. Eu falei, "Entendi, cara. Você é francês né? Não sei se é um preconceito, mas você falar da França, desse lugar, que o Estado é violento, no sentido de que ele é autoritário, que ele é disciplinador e tal, é uma experiência que a gente não tem, não é? Ah, essa escola, esse excesso de escola que flexibiliza os corpos e não sei o que, ah, o menos Estado. " Menos Estado, gente. Pelo amor de deus. Como é que a gente diminui desigualdade social, territorial? Por autogestão? Vamos fazer rede de infraestrutura e drenagem por autogestão? Sabe, é um negócio que não faz o menor sentido. Enfim, ele falou, é, de fato, tem que pensar, não sei.

Ao mesmo tempo, ainda nesse caldo das coisas que estavam nos mobilizando, teve junho por exemplo. Eu entrei depois de junho, mas depois – durante, né, porque tinha essa coisa de que junho não acabou. Tem "os junhos", né, de que a Alana e o Jean falavam muito, "junho", é aquela ideia de destampar uma panela, de que nada será como antes, de

que essa juventude que viveu isso, não viveu o desemprego do Fernando Henrique, só viveu de Lula, só viveu de PT, não tem coisa para comparar. Que de fato, tiveram muitas coisas. Tiveram depois o impeachment. Teve várias greves grandes depois disso, né? Então, pois é, teve isso o tempo todo, a síntese, o novo, o velho, o "junho" ainda não foi, ainda será, e tal. Acho que o "junho" recuperou uma autoestima, é isso, cara. Depois a ocupação das escolas ... foi muito forte.

[Liana] O principal espaço público que o coletivo elegeu para atuar foi a praça Roosevelt. Por que essa praça e qual o significado dela para você?

[Rafael] Quando eu cheguei, já estava engatilhado, acho que já tinha começado, mas já estava ... eu não escolhi. Eu não saberia escolher porque não tinha experiência de centro. Eu morava na Aclimação com a minha mãe. Então ... não saberia escolher, palpitar nisso. Eu também não sei dizer porque que a galera escolheu aqui. Tinha uma resistência política, assim. Já tinha essas ... esse calor que foi acontecendo, já existia. É uma cena cultural muito interessante. Porque eu não entendo nada de cultura assim, mas a galera tinha muita ligação com isso. O Gabriel, muito, com artista, com cena cultural, de produção de significado. Em termos subjetivos ... e aí nasceu uma construção cultural periférica, essa troca, e o centro como um espaço dessas trocas acontecendo. *Matilha Cultural* ... sabe, vários espaços de produção cultural que vão... por exemplo, outra palavra que era comum, era "hub", de que os centros são "hub", ah e que a gente pode se condicionar a um hub de arquitetura, fórum, não sei o que, e tal.

[Liana] A partir de 2016 as atividades do coletivo acontecem mais em espaços privados, segundo o levantamento dos eventos organizados pelo coletivo em seu endereço do facebook. Qual o motivo dessa mudança?

[Rafael] É, que aí eu acho que foi quando foi para a Bela Vista. A *Zapateria*, acho que são duas coisas diferentes, mas que dialogam, assim, porque não sei exatamente o que você levantou mas devem ser as coisas do espaço lá da Bela Vista, lá do Bixiga.

[Liana] Teve um momento que vocês fizeram uma conversa com o Luís Abbud, do *A Batata Precisa de Você* no coletivo...

[Rafael] Eu lembro que a apresentação dele foi logo que eu entrei, mas eu não sabia que ele tinha ... eu lembro que a gente fez com a Laura. A Laura veio uma vez. Ela veio falar da "gambiarra", aí que a gente, em uma certa medida bebeu assim ..., mas era fazer

um negócio assim, meio ... que qualquer coisa, umas cadeiras de praia[...] Mas ela veio de fato. Ah, uma coisa, um parêntese – porque a Babi, ela era conselheira, depois das manifestações, que aí o Haddad criou o Conselho Municipal de Transporte e Trânsito, com participação popular, aí a Babi era conselheira. Ela trazia essa discussão do transporte. Não funcionava muito bem, a gente não conseguiu. A gente discutia o transporte público, mas não articulação, com quem seja.

Teve também os curdos que vieram. Isso foi bem interessante. Dos curdos eu não participei. Mas o do *Podemos* foi legal, assim, foi um negócio total sem querer, foi pelas articulações políticas. Porque não estava na agenda, porque veio o Rafael Mayoral, ele é um dos quadros lá do *Podemos* internacionais. Um cara superinteressante, mas por que, por que a galera estava flertando com a experiência do *Podemos*, de tudo novo, ai, como ele é novo, a discussão das praças, de Barcelona, a experiência da Ada Colau, né, da prefeitura democrática e popular. Eu confesso que eu falava, gente, acho que já passamos por isso aqui, já aconteceu, mas tudo bem. Mas de qualquer maneira, acho que talvez é assim, temos muito o que aprender com ele, mas eles têm muito o que aprender conosco sobre isso, especificamente, porque para mim o *Podemos* tem muito de PT. Mas enfim, ele veio, ele estava vindo e ele tinha uma agenda com o Boulos [Guilherme Boulos], aí não sei explicar porque, conseguiram, o Jean, o William, ele tinha um tempo, e aí me ligaram. Eu era o único que tinha carro. Vamos buscar, "uber', e aí a gente foi buscar o cara no aeroporto e aí já botamos no rolê, e ele participou de uma atividade nossa lá, que foi bem interessante, a gente transmitiu pela internet. Tinha uma coisa, que não sei que nome que a gente deu, que era de fazer debate pela internet, que foi o que ele participou; que aí as pessoas participavam pela internet também, mandavam coisa, foi legal. E que foi na Guartina, naquela casa que falei para você. Aí uma galera preparou perguntas, enfim e tal, e até que teve uma presença via internet, foi interessante. E dos curdos, eu não participei, mas eu lembro que era um negócio interessante também, na verdade eu acho que eram as curdas né, e era tudo isso, né, movimento de bairro, de praça, de tudo, mas era isso.

[Liana] Vocês fizeram também uma pedalada da especulação no centro, também...

[Rafael] Esse não rolou. A própria história do *direito à cidade* ela ganhou e perdeu importância nesse meio, por conta da conjuntura. Então a gente está sendo pautado pela conjuntura só.

Isso aqui era um negócio que estava sendo cozinhado há mais tempo, mas não aconteceu. Porque eu acho que saiu da pauta. Porque assim. Era uma ideia de síntese. Tanto de pedalada, porque assim. Tinha o coletivo dos ciclistas, tinha essa coisa de se aproximar dos ciclistas, de se politizar, quanto uma cara mais de reforma urbana que tinha de discutir produção do espaço. Isso aqui, ela veio quase depois da quinta da resistência. O curso de Direito à Cidade mudou, mudou mesmo. Isso foi legal. Eles se formaram mesmo. E todo mundo, assim. Para não dizer que eu era o único arquiteto, o Bozó era arquiteto também. Éramos nós dois. Mas o Bozó não é muito ... ele não tem uma trajetória de ... não é do campo da reforma urbana. É de outras coisas, outras paradas. Então quem puxou essas coisas, que foi trazendo, puxando essa pauta, meio que fui eu. E ao mesmo tempo eu fui me alimentando dessa expressão de cultura, do espaço público, dessa coisa dos neoestruturalistas ... enfim, foi bem síntese, bem tentativas de síntese mesmo, né? Então a ideia de fazer a pedalada era de fazer uma pedalada mostrando ... muita gente. A gente tinha a ideia de articular com uma galera, não sei exatamente qual que é, tinha um coletivo de ciclistas que eu não sei quem era exatamente. Mas que era de uma outra linguagem né? E fazer lambe, fazer lambe de alguma coisa denunciando a ociosidade do espaço, era uma coisa meio híbrida, meio sensação meio Mas acabou que não rolou porque eu acho que também... sei lá. Não sei dizer. Conjuntura, veio muita, um monte de coisa entrou na frente. Teve sei lá. Muita coisa. Mas é interessante isso, porque acho que tem a ver com a mudança do espaço da Zapateria para o outro espaço no Bixiga e que aí rolaram os Botequins por exemplo que eram os debates abertos, mas em espaços privados. E faz toda a diferença. Uma coisa é fazer a atividade num lugar que você não tem controle, vem o loke, vem o Ricardo lá, pega no microfone e fala, "eu quero falar". O botequim aconteceu em um lugar que é uma casa da esquerda, aí você entra e tem o jornalista...

[Liana] Ou um local que você vai e paga para consumir, não é?

[Rafael] É! Que é na Oscar Freire... na Oscar Freire eu sempre tive um bode ... eu sei que é simbólico, mas ... os espaços dizem coisas também, não é?

[Liana] E as festas organizadas por vocês? Você pode falar mais delas?

[Rafael] Era arrecadação de dinheiro, mas era uma agitação cultural também. Porque assim, para dizer bem a verdade, a gente não tinha muito o que fazer com esse dinheiro. Era uma arrecadação de dinheiro ... tanto que chegou um momento que a gente

ficou com o dinheiro meio parado. O que a gente vai fazer com esse dinheiro, sabe? A festa era mais efetiva para a gente para juntar dinheiro, mas não era assim, "Ah, vamos fazer essas festas porque a gente quer fazer isso, e isso". Não tinha um plano de investimento.

[Liana] Como você acha que a relação com o espaço, o urbano, e os espaços públicos influência ou mesmo pauta as ações do coletivo? E vice-versa, como o coletivo pauta e influencia os processos de reapropriação do espaço público na cidade? Esse é um objetivo?

[Rafael] Era um objetivo. Então teve esse movimento do pós-estruturalismo com a reforma urbana né? Teve essa e não sei o que, e tal. E, então você vê nas ações tanto as duas faces, horas mais juntinhas, hora mais separadinhas. Então por exemplo, teve um momento que o Haddad estava licitando os baixos de viaduto, e licitando os aquários ali da praça. E que a gente tentou se mobilizar para propor os termos para o edital. Da gestão. Teve um momento que deu pau também na gestão, que foi degringolando, foi desmontando. Mudou a secretaria, aí foi o Rogério Sotilli, e não sei o que. Deu uma ... foi minguando o negócio. Tanto que no fim, tinha uma equipe grande, e as pessoas foram saindo da gestão. Aí ficou pouca gente lá na parte da Secretaria de Direitos Humanos. Aí, então, a gente tinha essas duas dimensões de certa maneira presentes. Aí, por exemplo, a gente tentou incidir no processo da licitação dos aquários lá. E foi dizer, no sentido de que já existem iniciativas, de... fazer um negócio alienígena hipster só para ser cool, não, já tem gente. Foi um negócio que não conseguia passar. Fizemos algumas reuniões, teve uma reunião com a subprefeitura da Sé. A própria subprefeitura não se abriu para isso. O edital já está... então é isso. A gente tentou incidir, mas a prefeitura não se abriu para o diálogo. Aí a gente falou, "Faz uma coisa com os skatistas, uma coisa que sirva"... que tenha a ver, com atividades, sei lá. Com o que está acontecendo. Formaliza atividade que acontece já, que alavanca". Sei lá. É que o espirito era realmente que o Haddad, ele é um entusiasta do SP burguês, né. Então essa coisa dos baixos viadutos, é a mina dos olhos, botar umas coisinhas hipster pra ... é, eu não acho o fim da picada, mas assim, não precisava ser desse jeito.

[Liana] O coletivo *Fora do Eixo* tinha uma presença forte nesse momento? Lá na região da praça Roosevelt?

[Rafael] A coisa do fora do eixo era o exemplo de uma presença, assim ... o pessoal odiava o Fora do Eixo. O Gabriel voltava espumando. Eles tinham força aqui, eram a menina dos olhos, várias pessoas da esquerda achando que era novidade, e a galera, não, não é novidade, rivalizando de certa maneira. Quero fazer diferente do *Fora do Eixo*, que o *Fora do Eixo* não é referência. O compromisso com transformação... o *Fora do Eixo* ganhou espaço com o poder. O Lula tinha eles na conta, o Guilherme Boulos tinha eles na conta... então, porra.

É um objetivo, as ações tinham essa dimensão de uma coisa mais ideológica, de reconhecer o espaço público, como o que deve ser disputado e das diversas maneiras, tanto que por exemplo, tinha a dona Marta, uma treta com a dona Marta, da associação aqui dos moradores. No final, essa tensão entre o público e o privado, acaba que não é tão Fla x Flu assim, eu estava conhecendo, né? Quem é dona Marta? É coisa privada, e isso não é um problema. Mas essa coisa do público e do privado não é uma coisa assim, que são coisas opostas. Agente teve em alguns momentos. Agora a Marta, como pauta? O que a gente vai fazer com a Dona Marta? Gente, desculpa, o que a gente vai fazer com a Dona Marta? Mas é que a dona Marta tinha influências com a polícia. Quem mexeu os palitos por exemplo para bloquear o festival do Porque o Senhor Atirou em Mim foi ela. E depois nos falaram que era por conta do conteúdo cívico. Então assim, é público por que o espaço é público, mas é privado assim, porque ela acha que representa quem entende que a Roosevelt é o jardim da casa deles. Quando, por exemplo, estava rolando a campanha para cercar a praça Roosevelt né, de colocar grade. Então é isso, não é Fla x Flu. O público e privado, eles estão ao mesmo tempo, assim. Acho que é isso, na real não é, é melhor falar que é político, do que classificar se é público ou privado. É disputa ali né.

[Liana] Na visão do coletivo, cultura e espaço público são conceitos interligados?

[Rafael] Total. Por todas essas razões. Você percebe que assim, é um negócio que foi ... a gente tinha espaços de reflexão e tal, mas assim, é uma reflexão que foi acontecendo meio na prática. As coisas vinham, aí ia para o bar, aí ia pro *WhatsApp*, Não foi exatamente que a gente decidiu primeiro, então chegamos a essa conclusão, por isso vamos... é um negócio vivo, assim.

[Liana] Para você, qual o papel do arquiteto na construção dos espaços públicos urbanos?

[Rafael] Quem trouxe a parte velha da reforma urbana na produção do espaço fui eu. Então não era definitivamente um coletivo de arquitetos, não era um coletivo de arquitetura, não era um coletivo de urbanismo. Não era uma discussão de urbanismo. O direito à cidade é o que se apresentava, isso que me trouxe, eu disse, "Gente, direito à cidade e não tem um arquiteto, não tem movimento de moradia, não, zero". Eu fui falar de movimento de moradia, ninguém sabia o que era. Não era isso. A reforma urbana foi um outro aspecto, porque é real aquilo. Olha, eu não tenho clareza dessa conexão de como eles chegaram à ideia de que direito à cidade representava o que eles estavam dizendo. Não tenho muita clareza disso. E que não eram só eles, né? Vários outros. Focalizando o direito à cidade não pelo urbanismo, não pela arquitetura, não pelo material. Isso que me seduziu, assim. É a segurança de usar o espaço público, de não ser.... nessa época do Senhor Atirou em Mim, por exemplo, foi bem quando eu entrei, era isso, polícia militar. Mas mesmo para você ver, a ideia da segurança, não é uma segurança, não é discutida a segurança pelo assassinato, pela criminalidade, era uma discussão da segurança pela ideia de usar o espaço público sem se sentir ameaçado. Não era uma discussão de modelo de segurança pública. A embocadura era poder usar o espaço público. A mulher usar, o pobre usar, o negro usar. Essa era a embocadura.

Eu acho que é isso que está me empurrando para o doutorado, é que eu acho que isso é uma disputa ideológica. Está disputando a cabeça das pessoas, está disputando como pensar, o que que acharam do espaço público, vamos perder o medo, vamos respeitar. Disputa de consciência. Mesmo sendo ações de rua, os atos, as paradas, a ideia que não se realizou da pedalada, é tudo dentro da cabeça, não é interferir na realidade. E você sabe que a gente viveu, já pro meu fim, assim.

A gente começou a estreitar a relação com o MTST. Porque foi um momento. Então por exemplo, no "planejamentão" que nós fizemos, a gente tirou uma frente de interlocução. Ah, tem um detalhe. O Ramón Szermeta é irmão da Natalia Szermeta que é esposa do Guilherme, e além de ser esposa dele, ela é uma liderança importantíssima, você tem um núcleo duro aí, do MTST, a Natalia, o Josué, o Gabriel, ... acho que uns cinco, que são os antigos. Nenhum desses veio da ocupação. Mas então, a gente tirou uma coisa, foi meio que um processo de ir caminhando, porque o MTST também nesse processo foi ganhando um outro verniz, uma outra percepção social. A Alana, por exemplo, que flerta com esses pós-estruturalistas, ela foi militar no MTST. Ela está lá direto, veja só. E ela foi com um material, porque é antropóloga, está pensando nas ideias.

Então, quer dizer, teve um movimento de aproximação, e é óbvio que a aproximação com o Ramón facilitou.

A gente tinha uma ideia de fazer atividade de formação, de ganhar confiança de construir um processo, de ganhar confiança para incidir no processo. Aí era um momento que a gente estava ensaiando conversar com pobre, e aí mudando um pouco de rota. Chegou um momento em que de fato, o material e o ideológico, eles estavam ... tinha o MTST que estava se fazendo, se fez nesse período. As ocupações, as conquistas que tiveram junto a prefeitura de São Paulo, por exemplo, de ir para os editais do Haddad, e para os editais do *Minha Casa Minha Vida Entidades*, em ocupações. Ou seja, foi um processo em que várias coisas aconteceram, né? Na camada .org aconteceram coisas, na camada .gov aconteceram coisas. Nesse intercâmbio aconteceram coisas.

[Liana] Vocês participaram do Edital Redes e Ruas?

[Rafael] Eu acho que a gente participou, mas não ganhou. Se não me engano. Que não ganhou, a gente não ganhou. Mas eu acho que rolou um movimento de participar. Eu lembro que a gente participou de algum edital, mas não lembro se era esse. Que também era uma dificuldade, né? Como a galera toda estava na gestão, era meio ... não dava. Não seria possível. Então acho que era isso, que o edital que a gente fez talvez foi outro. Mas tinha às vezes essa ideia de se profissionalizar né, de ter ..., mas enfim, para dizer que nem sei para onde foi.

[Liana] Para você, qual o papel do arquiteto na construção dos espaços públicos urbanos?

[Rafael] Papel do arquiteto? Então para mim pessoa, CPF. Ah eu acho que, é ... eu nunca pensei sobre isso. Eu acho que é ... talvez bebendo um pouco da Peabiru assim ... talvez não só para o espaço público, mas para o espaço como um todo, assim. Não sei se tem diferença. Mas é de ser facilitador assim, né? De ser um tradutor talvez. Porque, um lance assim, que a gente é muito claro na Peabiru, por exemplo, é que a gente não manda na cidade né? A gente não manda. No projeto, a gente também não manda. Não manda nas pessoas, não manda nada. E, por exemplo, a gente, mesmo fazendo projeto participativo, a participação não garante, não vincula necessariamente. Teve projeto que a gente fez com participação ampla, as pessoas com vontade e tal, aí chegou na obra, o espaço foi usado diferente do que se tinha proposto, porque é complexo. Uma coisa é você pensar sobre o espaço. Se para a gente é uma abstração pensar no espaço, outra coisa

é a pessoa pensar, simular o conflito que vai ter, a relação com o espaço que se vai ter na hora, chegou lá, e ah, ... a vivência não é o que eu pensei.

Isso não diminui a importância dessa facilitação técnica, dessa tradução do técnico para o desejo, da matéria, do financeiro, do individual para o coletivo, do pode-não-pode, com que critérios, não diminui. O fato da gente não andar, não diminui a nossa importância. É só localizar. Porque, não é porque foi para a revista que vai funcionar do jeito que você quis, não é porque não foi que não vai também. Enfim. Acho que é isso. É um facilitador, um tradutor. Acho que usaria essas duas palavras. O de trazer contribuições também. Você viu mais, estudou aquilo, gastou tempo e tal, então você tem um repertório de possibilidades que não são exatamente de se excluir, e você traz também. Nas nossas atividades de participação, por exemplo, na Peabiru, a gente tem muito isso, não exatamente de uma forma sistematizada, mas na prática. Uma cultura assim de, com um repertório, de a gente sempre ativar repertório, propor repertório, e de buscar a síntese disso também. Pode ser um repertório de como fez lá na Finlândia e que pode ser bom, não é porque foi na Finlândia que é inútil, que não serve. Não sei. Você tem, estudou o que foi feito numa cidade, tem uma solução que pode funcionar, e não sei o que, ou que viu num parque aqui mesmo, que funcionou de um jeito. Então é isso, alguém que é interessado, alguém que tem um repertório sobre isso e que é capaz se quiser. Então, assim, o que que é nossa formação? A gente aprende um conjunto de saberes técnicos. Hidráulica, elétrica, resistência dos materiais, escultura, não sei o que é tal. Isso nos dá uma bagagem para contribuir no processo de construção do espaço urbano, no mínimo nos dá uma certa especialidade para falar sobre isso. Só que todas essas coisas são – e mesmo em questão de estática também né? – Nos dão um repertório que não é neutro né? É um repertório "x" que depende da experiência de cada um, ..., mas enfim. Do curso, né? Mas enfim, dá um repertório técnico e valores estéticos, proposta estética. Agora tudo isso, são ferramentas né? E ferramenta é ferramenta. Assim, um martelo você pode bater um prego, ou pode bater uma cabeça com ele. O uso da mesma ferramenta, você faz disso ... o lance é essa compreensão. Para mim o que muda – eu tenho falado muito isso para os estudantes lá da UNIP – é que a gente não manda.

Você sabe que... lá na Peabiru a gente fez a festa... e lá a gente fez agora, aos 25 anos, uma discussão sobre daqui para a frente. Aí alguém falou, o André. Trouxe uma coisa da gente pensar: olhar com mais carinho a ideia do espaço público. Espaço público, porquê? – Alguém falou, acho que foi a Rosângela Paz, que falou na atividade, da importância do sentido do "pulo do gato" para quem pensa em transformação do espaço,

e sobre desigualdade do espaço e movimentação das pessoas, essa coisa toda é coletivizar os problemas, e, ainda sobre isso, a nossa trajetória é mais de discutir a habitação. O espaço comum – na habitação – condomínio, mas ainda assim... e isso é privado, no fim das contas, é privado. Então tem uma potência de politizar questão da habitação, coletivizar. Mas tem limites também. Porque no fim das coisas é a casa da pessoa, e isso é espaço privado. Independente da relação de propriedade. Privado no sentido de ser o espaço dela, da família dela. Então tem um limite. Então o André [Drummond] trouxe essa potência de discutir o espaço público. Eu achei bem interessante, porque aí é coletivo mesmo. Claro, se você vai falar sobre privado, e de privatizar o espaço público e tal, mas é um negócio que não é, talvez seja mais fácil de compreensão do que não é só meu. É mais fácil. E pela mesma razão eu ainda acho que é mais difícil. Porque, justamente porque a gente vive nessa sociedade que é assim, não sei se é tão mobilizador falar de uma coisa que não é privada. Porque o lance da habitação é você entrar pelo privado, para puxar para o coletivo. Tenho dúvida. Acho que tem que experimentar, tem que buscar os arranjos e tal, mas eu tenho dúvidas se o espaço coletivo é tão mobilizador, se ele vai trazer... porque se ele é uma necessidade, se é um negócio, "Gente, vamos fazer uma reunião? Ó, pessoal do bairro, vamos fazer uma reunião sobre a praça?".

[Liana] O que você entende hoje por "Direito à Cidade"?

[Rafael] Que difícil essa. O que eu entendo por *direito à cidade* ... hoje eu vejo de uma forma menos só material como eu via antes. Que de fato, a coisa das pautas identitárias por exemplo, elas não estão separadas. E a gente perde uma coisa se a gente insiste em separar. Então uma coisa que eu fiquei pensando, a galera, por exemplo a Alana, é super feminista, tem umas meninas lá que são da *DS*, super feministas. Só que do feminismo interseccional né? Elas mesmas falavam, de defender pautas de jovem, negro, aborto e tal, sempre na parada da interseccionalidade, o feminismo. A diferença é com a classe social. E esses dias me veio uma coisa de, saiu lá no grupo do *BR Cidades*, não sei se você viu, alguém mandou uma reunião sobre não lembro o que, que me veio um pouco a ideia da "interseccionalidade urbana". Que eu acho que talvez isso dê pistas para a gente se comunicar melhor. Da gente construir o que seja o *direito à cidade*. Que é a ideia da diferença, da classe e do espaço juntas. E que é o choque. Então digamos que é uma coisa que atravessa isso, assim, sabe? Não é nem só o Harvey, não é nem só... O espaço tem uma dimensão material, mas é a vida das pessoas. A vida das pessoas não é... assim, você não apaga como um *layer* do *cad*, né? A pessoa, ela é, além de ser periférica,

ela é também outras coisas. Ela é preta, evangélica, fudida, precária, ela é um monte de coisas, né. Então o direito à cidade, se a gente pensar na coisa da síntese, não dá para ... do ponto de vista teórico, acho que não dá para compreender as pessoas que vivem os conflitos da cidade só por isso, e segundo que as pessoas não entendem isso. Se a gente quer se comunicar, as pessoas não entendem. Não é uma coisa que ... não é problema de ninguém o direito à cidade. Ninguém luta pelo direito à cidade. O direito à cidade é depois, é uma elaboração isso. Isso aí não é pauta de direitos, não é pauta de luta. Talvez o direito a cidade nem seja a melhor denominação para falar desse tipo de luta. Porque, falar do direito ao espaço público, isso para mim faz mais sentido. No momento em que eu cheguei no Arrua, a gente discutia espaço público. Não tinha esse nome de direito à cidade. Direito à cidade? Direito à cidade de quem? Direito a fazer bloco de carnaval aqui no centro? Quem tem esse direito? Quem goza desse direito? Então, e não é isso. Isso é pauta de classe média, passa, é importante e tal, mas assim, isso não... assim, quando você pega o mapa... o corredor de ônibus é muito mas direito à cidade do que bloco de carnaval no centro né? Se for pensar nas desigualdades urbanas. E aí que eu acho que é um negócio que a gente não... que aí ficou em aberto, acho que não avançamos nisso, é aquela dimensão, que eu acho que o próprio Harvey, que fala de que o direito à cidade não é só de acesso à cidade, mas o direito de produzir a cidade, de participar da produção da cidade... quando a gente vai causar um lance, por exemplo o lance lá do aquário, de certa maneira é interferir na produção e não só o acesso. Mas acho que não foi central para nós. As ações, acho que não sei. Acho que as ações não revelam essa dimensão da produção.

A conclusão que me veio sobre o tema da minha pesquisa [Contribuição ao debate sobre a reforma urbana: a questão da localização na cidade na luta dos movimentos de moradia] é que eles todos, para mim a marca que distingue eles, *eles não são mais radicais na disputa do espaço, eles são mais radicais na disputa de poder. Para mim a diferença é assim.* É disputa de poder, é querer, meter o bedelho, é aquela conversa, entre o PT e os movimentos de moradia tem uma divisão de trabalho. Vocês fazem a parte econômica, específica, e o partido faz a disputa de poder. MST também. O Harvey tem um negócio disso, de identificar de que se não discutir poder... alguém tem que discutir né? Que se eles fizerem isso, é melhor.

[Liana] Qual o papel das redes de internet/do espaço virtual no movimento? Elas mudaram as formas de mobilização e atuação do coletivo?

[Rafael] Sempre teve muito forte esse negócio de redes e ruas. É um espaço de voz, não é só um espaço de divulgação de coisas. É um espaço de exercício de produção de ideias, de produção de opinião. Não é só de divulgar. É outras vozes falarem coisas. Que acelera um processo que resiste. É um processo novo, um processo com pessoas que não tinham possibilidade de apresentar opinião sobre a realidade e passam a ter e compor e disputar. Lógico que em condições assimétricas, mas disputar, de certa maneira. A ação pensada dentro dessas redes e ruas, dentro do movimento.

[Liana] Como o coletivo vê/se relaciona com outros coletivos atuantes na cidade de São Paulo?

[Rafael] A gente viveu um certo dilema que eu acho que não foi resolvido até o final, eu acho. A gente nem era um movimento da juventude, o Levante da Juventude, que pretende ser um movimento de massa, se construir e ganhar gente para se preservar. Mas também ficava entre um movimento... vamos colocar assim, como um think tank. Para mim, não tem assim muita opção. Ou você constrói, quer ganhar as pessoas, ou você ajuda as pessoas a ganhar você. E a gente ficava numa situação meio híbrida. Tipo, a gente não é da periferia, tipo, o lugar de fala é meio... assim, ah, eu não sou da periferia então não vou lá para a periferia, porque as pessoas falam por si. Tinha isso também, era uma coisa meio importuna falar isso, é pouco. É pouco falar isso, entendeu? Lugar de fala, do morador de rua também. Paulo Freire, de outra maneira, não com esse termo, já coloca isso há muito tempo em uma chave de produzir conhecimento a partir da síntese em extensão, a ideia da extensão, são pontos culturais, né? Isso nunca foi bem resolvido, então. A gente tinha uma coisa de "Ah, vamos nos relacionar com outros". Porque a gente achava que esses outros que a gente via, uns mais, uns menos, uns mais próximos assim, era uma pegada muito despolitizada, no sentido de inconsequente, não no sentido de ser raso, mas de não falar sobre poder. Porque a galera do Parque Augusta, gente, era um negócio supercomplexo, uma vez eu vi lá na casa do povo essa galera falando sobre os pós-estruturalistas, um negócio superdifícil, supercomplexo. Não é despolitizado sobre ser raso, é muito complexo, elaborado, mas sem ação de poder.

Aí mais para o final, esse flerte com o MTST foi se intensificando, de uma forma, não foi explicito assim, mas tanto que agora no grupo do *Reorganizando* já veio um negócio, "Gente, acho que precisamos fazer um trabalho que seja... um trabalho com pobres". Mas ainda está sendo. O Gabriel é uma resistência, por exemplo, dessa coisa de "Ah, não é ir para periferia, não é isso". Até porque na gestão, eles tinham uma relação

muito próxima, intensa, com coletivos de comunicação periférica. Não era uma coisa burguesinha de não querer chegar lá porque tinha nojo, não era isso... eles estavam com esse trabalho lá de alguma maneira, em outro lugar. É de não ver uma potencialidade nesse tipo de trabalho mesmo. A galera torcia o nariz, "Ah, porque o *Levante* é muito antigo, uma coisa do trabalho de base, aí via isso como uma coisa retrógrada. Muito anos setenta. Então, nesse sentido, acho que tanto que teve um momento de contato, de fazer coisa junto com o *BR Cidades*, tal. Interessante. Porque, não é mentira que é antigo, não é mentira que a linguagem não dá conta. Mas também não é... estamos percebendo que as pontes pluriclassistas, né? Tanto de gentes da periferia, de efervescência, de gentes com lugar de fala... isso é de uma riqueza, de uma potencialidade, de pontes, de alavancar isso. É uma panela de pressão. Uma potencialidade de explodir, de causar conflito, de organizar conflito.

O Caio Valiengo, que era do coletivo também, ele estudou no mestrado dele coletivos de comunicação periférica. E ele falava que tinha muita resistência. Ele, por exemplo, é um cara que sempre trazia o lugar de fala. Hoje eu entendo melhor porque de fato ele estava vendo coisas de coletivos resistentes, assim. Mas isso, o fato de existir isso, não justifica não propor conversa. Eu entendo que tem, por exemplo... você já ouviu falar do Aparelha Luzia? É um centro cultural, de bairro, que eles chamam de quilombo urbano, aqui na Barra Funda. É um negócio que é para negro. Eu nunca fui. Mas tipo que, é pra negro, não é para ir. Porque é a coisa de "É o nosso lugar, a gente se sente confortável de falar isso aqui, são as nossas pautas, a partir da nossa voz, não sei o que tal". Então, tem disso também, de uma coisa de ... por isso que é trabalho. Dá trabalho mesmo. É sempre conflito. A gente por exemplo, no desabamento do prédio agora [desabamento do edifício Wilton Paes de Almeida], teve um momento de mobilização e tal, a gente fez várias atividades, ficou se reunindo bastante. Aí a gente começou a notar que as reuniões começaram a esvaziar um pouco. E a gente, "Gente, isso é importante, puta que pariu, eles vão remover geral". Eu estava lá fora, eles saíram, "Eu não estou interessado em relatório nenhum". É que é um argumento para remover geral. Aí eu achei meio estranho, falei, "Está acontecendo alguma coisa com as lideranças". Porque a galera da universidade e assessorias estavam indo. O que esvaziou foi do movimento. Eu pensei, "Gente será que não é do interesse, o que é que está acontecendo, meu deus". Depois eu fiquei sabendo que, a Janaína veio me falar, assim, meio que na diplomacia, que a gente estava muito se achando, querendo dizer o que o movimento deveria fazer. Tá. Só que quando foi para resolver treta no DP, por exemplo, aí a assessoria foi chamada. E não

precisava ser chamada, porque ela estava lá de fato. Para dizer o que, porque mesmo numa relação que se já conhece, já tenha resultado... porque, o que ela quis dizer, que a gente fica falando o que ela devia fazer, significa que ela entende que o movimento é só ela. Que o movimento é "eles". Que nós não somos movimento. Que a gente é assessoria técnica. Então quando eu quiser, quando for conveniente para mim, eu te chamo. Só que existem situações em que elas percebem de que é útil, de que é uma ferramenta política.

[Liana] Como o coletivo vê se relaciona com as Instituições do poder público? E entidades privadas?

[Rafael] A gente algumas vezes foi procurado por empresa porque achava... virou uma modinha de assim, ah, coletivo, né? Mas a gente nunca quis fazer nada com empresa privada.